

Revista Eletrônica

Organizações e Sociedade



FAMA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2237-4779 – v. 02, 01 de Setembro de 2013

R454 Revista Eletrônica Organizações e Sociedade / Faculdade
Aldete Maria Alves -- FAMA. Iturama, MG: Fama,
v.1, n.1, 2012-. [on-line].

Jan./dez. 2013.

Anual.

ISSN: 22374779

1. Multidisciplinar

APRESENTAÇÃO

Encanto, satisfação, curiosidade, mais que isso, cultura em suas mãos. Proporcionando e agregando valores à essência do pensamento, atuando como veículo de registro e divulgação científica, a revista “Organizações e Sociedade”, vinculada aos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito através da FAMA - Faculdade Aldete Maria Alves apresenta essa edição.

Visando a um objetivo comum: **a informação**, convido - os a se renderem ao prazer da leitura, ao processo de literacia, o qual nos insere em um mundo vasto de conhecimentos e significados, nos habilitando, inclusive, a decifrá-lo.

Reflexo desse conceito, os temas apresentados e debatidos nesta edição consolidam a aproximação entre o conhecimento científico e a prática profissional, fomentando o intercâmbio de informações, experiências e discussões no âmbito das ciências sociais aplicadas.

Agradecemos a todos os autores e coautores que contribuíram ao conhecimento submetendo seus trabalhos.

Uma boa leitura para todos!

Prof^a Me. Kellen Cristine de Almeida

Publicação anual dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia Civil da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA

Mantenedora

Instituição Ituramense de Ensino Superior

Presidente

Eva Dias de Freitas

Mantida

Faculdade Aldete Maria Alves

Diretora Acadêmica

Me. Ana Paula Pereira Arantes

Diretor Geral

Randall Freitas Stábile

Conselho Editorial

Diretora Geral:

Me. Kellen Cristine de Almeida

Diretora de Editoração:

Me. Kellen Cristine de Almeida

Coordenadora de Divulgação:

Me. Bácia Eliana Alves Simão

Diretora Financeira e Tesoureira

Prof. Maria José Floriano Ferracini

Secretária

Me. Janaína dos Reis Guimarães

Pareceristas Ad hoc

Me. Ana Paula Pereira Arantes

Me. Elaine Doro Mardegan Costa

Me. Fernando Souza Costa

Me. Naime Souza Silva

Me. Renata Aparecida de Araújo e Andrade

Edição e Revisão

Me. Fernando Souza Costa

Me. Renata Aparecida de Araújo e Andrade

SUMÁRIO

A CONTABILIDADE COMO FORMA DE GESTÃO

Ana Laura Freitas Barbosa	
Anderson Ferreira Gonçalves	
Jaqueline Nunes da Silva	
Maylton Della Torre Oliveira	
Nilson Guilherme Silva Lio	
Rodrigo Faria da Silva	
Fernando Takeo Harano	
Fernando de Souza Costa	1.

A CONTABILIDADE PARA AS PESSOAS FÍSICAS

Alana Freitas Martins,	
Aline Dos Santos Ferreira	
Janaína Queiroz Moreira	
José Divino De Almeida	
Linária Fátima Barbosa	
Tahís Cristina Martins Basseto	
Thaís Paula Da Silva	
Fernando De Souza Costa	
Fernando Takeo Harano.....	11.

A REPARAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL AMBIENTAL E SUA EFETIVAÇÃO POR MEIO DA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA

Ilídia Aparecida Silva de Menezes.....	30.
--	-----

A VIDA DA EMPRESA E A CONTABILIDADE FISCAL

Adison De Jesus Lisboa,	
Alexandre Araújo Almeida Almeida	
Bruno Borges Medeiros	
Cíntia Beviláqua Santos	
Francislei Aparecida Da Silva	
Gustavo Duarte Felisbino	
Marilene Alves Lopes	
Oziane Do Amaral Nogueira	
Rosangela Aparecida Duarte Acosta	
Fernando De Souza Costa	
Fernando Takeo Harano.....	45.

ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA DE ITURAMA – MG

Lucas Martins Freitas	
Paula Regina Gracini de Souza	
Érica Cristina Molina dos Santos .	65.

AGRONEGÓCIO x MEIO AMBIENTE

Danilo Aparecido Costa Freitas	
Edivânia Silva Miranda	
Iago Simões Gonçalves	
Joenice Machado de Souza	
Maeli Cristina da Silva	
Renato Simões de Oliveira Castro	
Rogério de Vasconcelos Freitas Oliveira	
Fernando de Souza Costa	
José Estevão Duran	94.

ASPECTOS GERAIS DA VITIMOLOGIA

Telma Ângela Martins Trindade	
Eliel Ribeiro Carvalho.....	106.

CONSULTORIA EMPRESARIAL: LEVANDO CONHECIMENTOS AOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DE ITURAMA - MG

Adriano Lopes de Paula	
Noilma Aparecida de Moraes	
Marcelo Barbosa da Silva	
Maria José F. Ferracini	125.

CRIME PASSIONAL

André Silva Oliveira	
Anésio Alves Leal Filho	
Giuliane Costa Franco	
Heloisa Prado Oliveira	
Indyara Thais Andrade Machado	
Juliano Alves Confessor	
Karine Barbosa de Oliveira	
Letícia Martins Miranda Cunha	
Eliel Ribeiro Carvalho	
Fernando de Souza Costa.....	140.

EMPRESA E MEIO AMBIENTE: CRESCIMENTO ECONÔMICO COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Débora da Costa	
Hérika Santos Laureano Baleeiro	
MitsuruTakiuchi.....	150.

GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PROCESSO DE AUDITORIA MUNICIPAL

Carina Fiorilli Santana	
Diogo Henrique Segura	
Fabiano Martin Tiossi.....	177.

GESTÃO DO LIXO ELETRÔNICO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Iracema Senise Capron.....	193.
----------------------------	------

LOGÍSTICA E ESTRATÉGIA NA CADEIA PRODUTIVA DO AMENDOIM

José Estevão Duran	
Fernando de Souza Costa	
Antonio Carlos Aparecido Filho	
Evandro da Silva Azevedo Júnior	
Flavio Pereira Resende	
Juliane de Castro	
Leonardo Rodrigues da Maia	
Natalia F. Zanola.....	206.

MARKETING PUBLICITÁRIO

Jose Estevão Duran	
Fernando de Souza Costa	
Amanda Silva Ferreira	
Ariny Rafaela Silva Junqueira	
Edilaine Silva Franco	
Gessylli Medeiros Santos	
Lainne Silva Barbosa	
Orlando Florentino Menezes Netto	
Willian Alves Batista	
Winy Gabriella Coelho Barbosa.....	218.

O GESTOR E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Emerson Magro	
Ivone Tambelli Schmid.....	231.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA APLICAÇÕES WEB EM 3D (PDSWEB3D)

Eder Diego de Oliveira	
Luiz Fernando da Silva	
Kellen Cristine de Almeida	
Marcelo Bolfe.....	245.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Amanda Correa Queiroz Freitas	
Alessandro Alves Pamplona Júnior	
Augusto Corrêa Queiroz Freitas	
Claiton Alves Leal	
Joyce Lucio Cavalcante	
Letícia oliveira Calixto	
Lígia Cristina de Jesus	
Samara Rodrigues Menezes	
Fernando de Souza Costa	
Eliel Ribeiro Carvalho.....	261.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENORES EM ITURAMA

Allan de Sousa Viera	
----------------------	--

Antonio José Silva Stabile	
Kelcilene Aparecida de Oliveira	
Laryssa Barbosa de Souza	
Luciana Mateus Souza	
Maria Alves de Oliveira	
Quélita Alves de Sousa	
Rodolfo Silva Stabile	
Fernando de Souza Costa	
Eliel Ribeiro Carvalho.....	270.

A CONTABILIDADE COMO FORMA DE GESTÃO

Ana Laura Freitas Barbosa¹
Anderson Ferreira Gonçalves²
Jaqueline Nunes da Silva³
Maylton Della Torre Oliveira⁴
Nilson Guilherme Silva Lio⁵
Rodrigo Faria da Silva⁶
Fernando Takeo Harano⁷
Fernando de Souza Costa,⁸

RESUMO

Este trabalho tem como título: A Contabilidade como forma de gestão. A contabilidade gerencia, pode ser definida como o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação, e comunicação de informação (tanto financeira como operacional). Este tipo de contabilidade é utilizada pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro da organização e para assegurar o uso e a responsabilidade sobre seus recursos. O objetivo deste estudo foi demonstrar a atual utilização dos escritórios ituramense sendo a contabilidade gerencial x contabilidade fiscal. Este trabalho se desenvolveu por meio de conceitos de contabilidade, contabilidade gerencial, usuários da

¹ ACADÊMICO DO 4º SEMESTRE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FAMA

² ACADÊMICO DO 4º SEMESTRE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FAMA

³ ACADÊMICO DO 4º SEMESTRE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FAMA

⁴ ACADÊMICO DO 4º SEMESTRE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FAMA

⁵ ACADÊMICO DO 4º SEMESTRE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FAMA

⁶ ACADÊMICO DO 4º SEMESTRE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FAMA

⁷ Bacharel em Contabilidade , especialista em gestão de negócios e controladoria, contador e professor da FAMA (ITURAMA-MG) e UNIESP (ILHA SOLTEIRA-SP).

⁸ Pedagogo, Fisioterapeuta. Especialista em Neuropedagogia aplicada a educação , Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia da FAMA (Iturama-MG), FUNEC (Santa Fé do Sul).

contabilidade, diferenças entre contabilidade gerencial e fiscal. Foram analisados os resultados da pesquisa e tabulados. Observou-se que a contabilidade fiscal, tem uma extrema relevância nos escritórios contábeis sendo a mais utilizada pelos contadores. Tendo em vista o resultado deste trabalho, conclui-se que, a maioria das empresas da nossa região encontra-se em situação difícil para a tomada de decisões, uma vez que a contabilidade gerencial tem como precursora fora a escola italiana a mesma não é utilizada, talvez pelo alto custo ou pelo desconhecimento da mesma, gerando insuficiência de informações para as tomadas de decisões.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Administradores. Decisões.

1 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância a Contabilidade Geral que através dela pode fazer uma avaliação da situação patrimonial da empresa, prognosticar tendências, planejar atividades.

A Contabilidade Gerencial preocupa-se com a informação contábil útil à administração. Os administradores (usuários internos) são as pessoas que se valem dessa informação. A administração utiliza-se dos dados gerenciais para planejamento, avaliação e controle adequados da organização, por meio de um Sistema de Informação Contábil. Tanto os usuários internos (sócios e gestores) como os externos utilizam a informação contábil, mas a maneira como o fazem difere. Os tipos de informação que eles demandam também podem diferir. A Contabilidade Gerencial refere-se à informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização.

Ter afundo a situação da empresa, sem importar em pagar impostos reais os administradores devem optar pela contabilidade gerencial que oferece todos relatórios emitidos, como Balanço patrimonial, Demonstração de resultado do exercício, Demonstração do fluxo de caixa e entre outros, que trará prováveis benefícios econômicos futuros.

Em algumas empresas possui contabilidade própria. Outras, contratam escritórios para a mesma. Mas em muitos casos é feita apenas o recolhimento de impostos, será realmente o objetivo da contabilidade?

Sua meta é demonstrar a importância da contabilidade real para qualquer empresa, podendo diferenciar a contabilidade fiscal da contabilidade gerencial, trazendo informações como auxiliar o administrador da empresa no gerenciamento da contabilidade.

A apresentação e discussão dos resultados de pesquisas de campo constituem etapa importante do processo gerencial, para alertar os admiradores que fazem uso incorreto de suas informações. Neste sentido, este trabalho gera novas informações para compreender e melhorar as situações da Contabilidade geral.

2.1 ESCOLAS CONTÁBEIS

2.1.1 escola norte-americana

Na primeira metade do século XX, o que existia era uma grande variedade de métodos de escriturar e demonstrar e alguns poucos livros de valor que ensaiavam teorias. Em vez de acelerar o movimento científico, a partir dos teorizadores o que se preferiu foi organizar instituições de classe, através das quais começaram a fixar “princípios” e “procedimentos” de registros, isso a partir do início do século XX.

O regime empregado, entretanto, seguiu a uma linha empírica, de natureza eminentemente pragmática, preocupada apenas em escriturar e informar. Em 1916, oficializou-se o *Instituto Americano de Contadores* e as suas 54 jurisdições passaram a ser regidas por uma espécie de Conselho de Contabilidade, fato que contribuiu para diversas questões, dentre elas, para um movimento de normatizações.

Os primeiros passos, pois, foram os de criar entidades dirigidas pelas empresas mais fortes do setor contábil. Buscou-se, assim, representatividade, para em nome da comunidade se estabelecer regras de escrituração contábil.

As multinacionais de Auditoria se fizeram desde o início presentes em tais movimentos e procuraram ter o controle das associações de classe. O surgimento do *American Institut of Certield Public Accountants* foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos princípios contábeis; várias associações empreenderam muitos esforços e

grandes somas em pesquisas nos Estados Unidos. Havia uma total integração entre acadêmicos e os já profissionais da Contabilidade.

A criação de grandes empresas, como as multinacionais ou transnacionais, por exemplo, que requerem grandes capitais, de muitos acionistas, foi a causa primeira do estabelecimento das teorias e práticas contábeis, que permitissem correta interpretação das informações, por qualquer acionista ou outro interessado, em qualquer parte do mundo.

Na visão de Silva (1959, p. 11 -12):

A Contabilidade nasceu na fúria dos negócios e até finais do século XIX, foi sempre feudo dos práticos, pois nunca mereceu atenção de pessoas com bastante saber e engenho bastantes para a tirarem do pântano do empirismo e das sistematizações precipitadas.

A verdade é que só então começou a ser objeto de investigações metódico por parte de alguns contabilistas mais cultos e talentosos e de um ou outro Economista ou matemático. Antes de Villa, de Cerboni, de Besta e de outros estudiosos que nessa época vieram sacudi-la do marasmo em que jazia, raros são os autores que merecem ser recordados por qualquer contribuição real para o seu progresso teórico.

Por longo tempo, a Contabilidade constituiu apenas uma técnica, procurando aplicações na forma de memorizar acontecimentos relativos ao patrimônio, só se transformando em ciência no momento em que se dedicou a “explicar” o que era registrado. SÁ (2001)

2.1.2 escolas contábeis italianas

O expoente mais importante dentro da contabilidade européia foi, sem dúvida, a Escola Italiana. A contabilidade passou por um importante amadurecimento, tornando-se uma disciplina adulta e completa do século XIII ao século XVII na Itália, quando diversas cidades italianas serviram de entrepostos comerciais.

A Escola Italiana foi de grande importância para a difusão de tal ciência pelo mundo.

Também foram italianos os primeiros grandes escritores contábeis, como Pacioli, Fábio Besta, Giuseppe Carboné, Gino Zappa, entre muitos outros.

Frei Luca Pacioli em sua grande obra de 1494 (Tractatus de Computis et Scripturis – contabilidade por partidas dobradas), já tratava da teoria contábil do débito e do crédito, inventários, livros mercantis, registros de operações, lucros e perdas, levando-se a acreditar

que nessa época já se formava o “corpo” da contabilidade que se conhece atualmente. Pode-se dizer, portanto, que foi nesse período que a contabilidade mais evoluiu em sua teoria.

Os séculos seguintes foram caracterizados pelo avanço dessa teoria já consolidada e pela implantação da prática. No século XIX, por exemplo, período conhecido como científico, a teoria contábil avançou de acordo com as novas necessidades que se apresentaram, mas foi nos EUA que a contabilidade evoluiu para a prática.

Foi justamente esse o maior pecado da Escola Italiana: o excesso de teoria. Os autores da época, em sua maioria, preocuparam-se mais em mostrar a contabilidade como uma ciência do que comprovar as idéias que surgiam. Consistia na difusão idealista, sem pesquisas. Muitas das teorias não tinham aplicação e o uso exagerado das partidas dobradas inviabilizava a flexibilidade necessária.

Pouco a pouco acontecia a queda do nível de algumas faculdades em contraposição ao interesse com que as camadas de estudantes acompanhavam os assuntos contábeis.

Todos esses pontos desfavoráveis da escola Italiana acabaram pesando demais até que, por volta de 1920, entrou em decadência. LIMA (2007)

2.2.2 Conceito de contabilidade

A contabilidade é uma ciência que tem por objeto o patrimônio das entidades. Seu objetivo principal é controlar esse patrimônio em decorrência de suas variações e a interpretação dos gastos nele ocorridos.

2.3.3 Contabilidade gerencial

Segundo Iudícibus (2005), quando se fala em contabilidade gerencial, se fala em contabilidade para tomada de decisão. Nada mais é do que o fornecimento, para fins gerenciais, de informações estatísticas com o propósito de planejamento, decisão e controle.

Pode-se afirmar que todo procedimento, técnica, informação ou relatório contábil feito “sob medida” para que a administração possa tomar uma decisão segura sobre os rumos da empresa, se trata de um ato da contabilidade gerencial.

Para Simon (1994, p. 40)

a contabilidade gerencial consiste na “identificação, mensuração, acumulação análise, preparação, interpretação e comunicação de informações que são usadas pelos administradores para o planejamento, avaliação e controle de uma organização.

Já Calderelli (2002, p. 178) vê desta forma essa questão:

Área de contabilidade voltada unicamente para a administração de uma empresa. A Contabilidade gerencial fornece todos os elementos à administração, a partir da contabilidade financeira, da contabilidade de custos, balanço, etc., para que a gerência da empresa possa direcionar as alternativas decisórias adequadamente ao seu potencial.

2.4.4 Usuários da contabilidade

2.4.4.1 Externos

Segundo Menezes (2010) são aqueles que utilizam as informações fornecidas pelos demonstrativos contábeis mais não fazem parte da empresa, como por exemplo, os bancos, fornecedores, clientes, investidores e o governo.

2.4.4.2 Internos

São usuários internos: sócios, diretores e donos das empresas. Menezes (2010)

2.5.5 Contabilidade fiscal x contabilidade gerencial

A contabilidade fiscal é aquela destinada ao fisco. È responsável por apurar, pagar e declarar os tributos.

Em contrapartida, a contabilidade gerencial é aquela que se traduz em fazer uma contabilidade não só para atender às normas fiscais, mas também para servir de instrumento para gerenciar os negócios da empresa, e permitir a tomada de decisões em tempo hábil e oportuno.

Grande parte dos empresários, em geral os médios e pequenos, não dão à contabilidade o valor que ela deveria ter e, porque ela só tem a finalidade de atender ao fisco. É feita apenas para registrar as transações fiscais da empresa e para pagar os impostos devidos.

Existem razões de sobra para que o empresário tenha uma contabilidade gerencial de seus negócios para tomar decisões de forma correta e com base em dados reais. (TEIXEIRA, 2010)

3 METODOLOGIA

No mês de junho fora elaborado e entregue o projeto de pesquisa para o artigo.

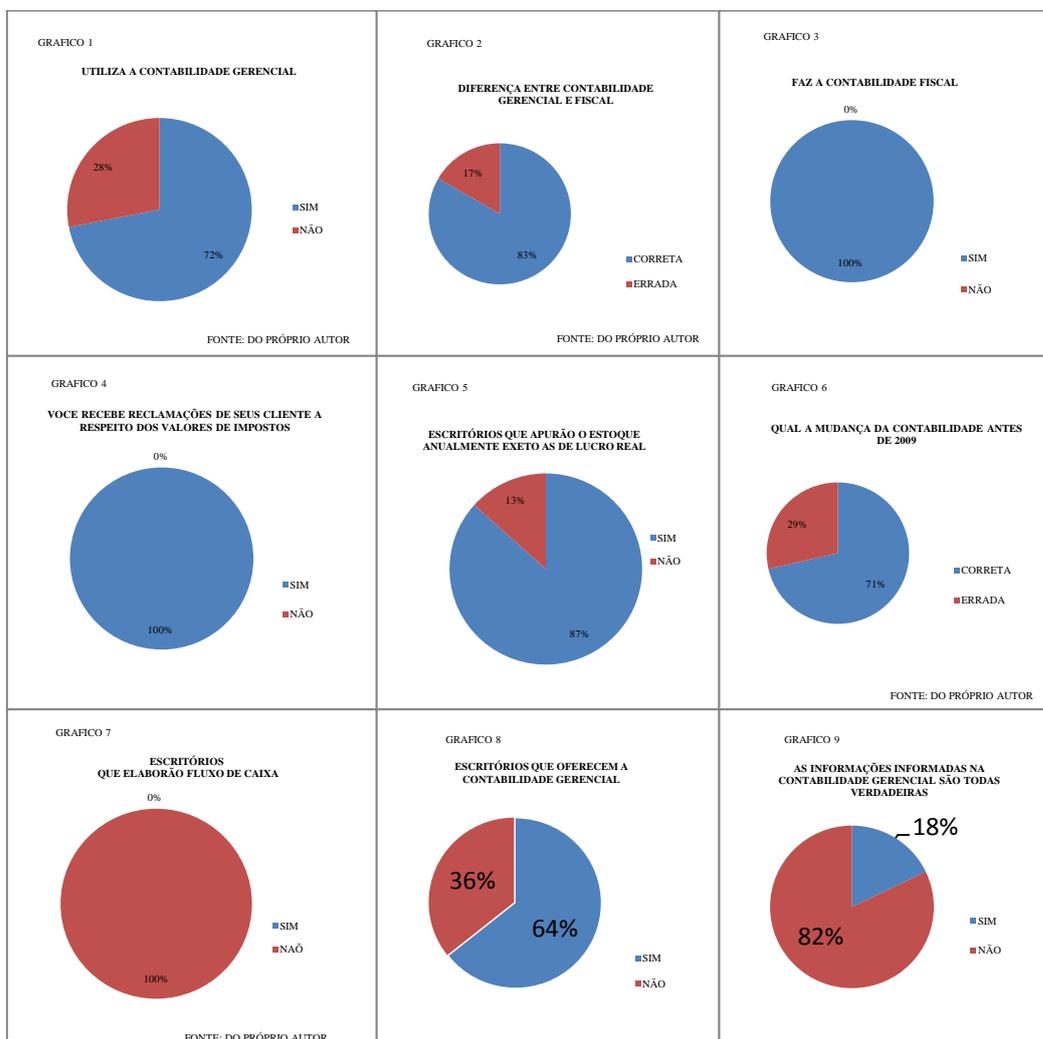
Foram realizadas as pesquisas bibliográficas e a elaboração do questionário para a pesquisa de campo.

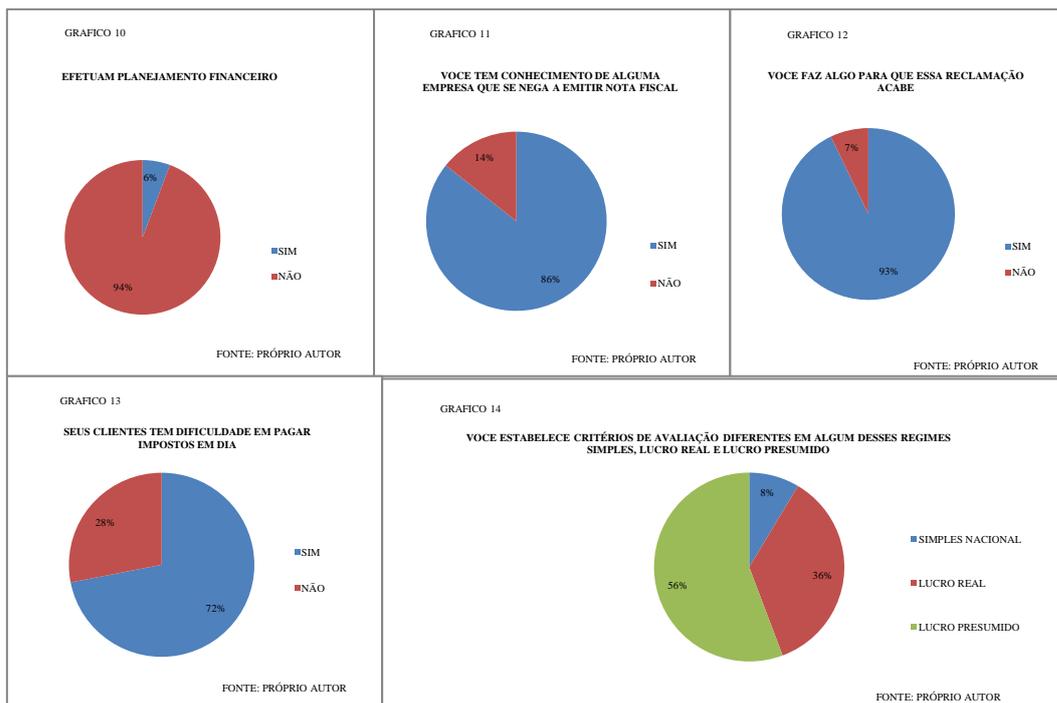
Foi feito o desenvolvimento do artigo e a entrega do questionário de pesquisa, o qual será recolhido no mesmo mês.

Continuo-se o desenvolvimento do artigo e fora tabulado e feito a análise qualitativa do questionário.

Finalizou-se o artigo e elaborou-se o banner para apresentação no, II Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Social e posterior feito a comunicação oral em escolas que possuam o terceiro ano do ensino médio.

4 RESULTADO DA PESQUISA





5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou as duas escolas contábeis, sendo a Escola Norte Americana e a Escola Italiana. A escola norte - americana é a que introduziu a contabilidade voltada para o fisco, enquanto a escola italiana voltou-se para o usuário da contabilidade.

No entanto, a grande maioria dos escritórios contábeis contradiz sobre a orientação gerencial, pois, pequenas e médias empresas muitas vezes deixam de utilizar de tal serviço, tornando assim suas decisões duvidosas, e um tanto trágicas.

Tendo em vista o resultado deste trabalho, conclui-se que, a maioria das empresas da nossa região encontra-se em situação difícil para a tomada de decisões, uma vez que a contabilidade gerencial, onde a precursora fora a escola italiana, não é feito, talvez pelo alto custo ou pelo desconhecimento da mesma, gerando insuficiência de informações para as tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

CALDERELLI, Antonio. Enciclopédia contábil e comercial brasileira, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

JOSE, Luiz. Escolas de Contabilidade – Italiana.(2009).Disponível em: <<http://teoriascontabeis.blogspot.com.br/2009/09/escolas-de-contabilidade-italiana.html>> Acesso em: 28 agosto 2013

LIMA, Barbara Bruna Mathias de Contabilidade: Um Estudo Histórico sobre a Evolução desta Ciência.(2007). Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/artigos/ver/1339>> Acesso em: 28 agosto 2013

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Valdelicio. A contabilidade gerencial e sua importância na atualidade. (2010).Disponível em:< <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/a-contabilidade-gerencial-e-sua-importancia-na-atualidade/47936/>> Acesso em: 28 agosto.2013

SA. Antonio Lopes.Historia Geral das Doutrinas da Contabilidade.1 ed. São Paulo: Atlas, 1997

_____. Bases das escolas européia e norte-americana, perante a cultura contábil e a proposta neopatrimonia .(2002). Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/artigos/ver/23> Acesso em: 28 agosto 2013

SILVA, F.V. Gonçalves da - Doutrinas Contabilísticas, edição Centro Gráfico de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, 1959.

TEIXEIRA, Domingos. Contabilidade fiscal x contabilidade gerencial.(2010). Disponível em: <<http://profdomingosteixeira.blogspot.com.br/2010/02/contabilidade-fiscal-xcontabilidade.html>> Acesso em: 28 agosto 2013

A CONTABILIDADE PARA AS PESSOAS FÍSICAS

Alana Freitas Martins,⁹
Aline Dos Santos Ferreira¹⁰
Janaína Queiroz Moreira¹¹
José Divino De Almeida¹²
Linária Fátima Barbosa¹³
Tahís Cristina Martins Basseto¹⁴
Thaís Paula Da Silva¹⁵
Fernando De Souza Costa¹⁶
Fernando Takeo Harano¹⁷

RESUMO

Este trabalho tem como título, a contabilidade para as pessoas físicas. Atualmente, várias pessoas se dizem controladas em suas finanças, conforme controle pessoal, mas no entanto, as mesmas poderiam melhor usufruir se controlassem por meio da contabilidade. Inclusive, poderiam fazer provisões e reservas para viagens de lazer e outros. Os objetivos deste trabalho foram demonstrar que as finanças deverão ser controladas por meio da implantação da contabilidade na vida pessoal do indivíduo; pesquisar pessoas que dizem ter o controle das suas contas, verificar a realidade das mesmas, e como a contabilidade poderá auxiliá-las. Este trabalho trouxe conceitos de contabilidade, objetivos da mesma e demonstrações contábeis utilizadas para controlar, comparar e direcionar uma correta tomada de decisões. Utilizou-se de uma pesquisa de campo quantitativa. Foram pesquisadas pessoas físicas, que responderam perguntas em relação ao seu controle financeiro, que foi possível constatar, que apesar da vontade dos pesquisados de manter um controle pessoal, ainda possuem uma dificuldade em manter tal controle. Conforme fora detectado, em sua maioria não controla firmemente e nem

⁹ Aluna do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹⁰ Aluna do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹¹ Aluna do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹² Aluno do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹³ Aluna do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹⁴ Aluna do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹⁵ Aluna do 4 Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA

¹⁶ Pedagogo e Fisioterapeuta, Especialista em Neuropedagogia aplicada à Educação, Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia da FAMA (Iturama, MG) e Fisioterapia e Educação Física da FUNEC (Santa Fé do Sul, SP).

¹⁷ Bacharel em Contabilidade, Especialista em Gestão de Negócios e Controladoria, Contador e Professor do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA (Iturama-MG) e Professor do curso de Bacharelado em Administração da UNIESP de Ilha Solteira (Ilha Solteira, SP).

tem informações para um controle fiel, mostrando-se importantíssimo a implantação da contabilidade na vida pessoal de cada indivíduo, para que haja um controle e uma comparação cada vez mais permanente.

Palavras-chave: Contabilidade. Balanço. DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a contabilidade geral no que diz respeito a aplicação da mesma não só para as entidades, mas também para as pessoas físicas em sentido geral.

Muitas pessoas atualmente dizem que controlam seu orçamento e que tem tudo na “ponta do lápis”. Será que isto é verdadeiro? Ou será que com a contabilidade as informações podem melhorar?

Este trabalho teve como objetivo geral demonstrar que para uma pessoa dizer que tem tudo controlado, a melhor maneira é a implantação da contabilidade na vida pessoal da mesma.

Como objetivos específicos, este trabalho teve que pesquisar pessoas que dizem ter o controle das suas contas e verificar a realidade das mesmas; demonstrar como a contabilidade poderá auxiliar e muito, uma pessoa como nós e por último evidenciar como a contabilidade sempre manterá registros de todos os acontecimentos, para podermos controlarmos melhor nossas contas a pagar e a receber.

Quando ouvimos falar em contabilidade, normalmente ligamos a mesma para as pessoas jurídicas, ou até, para as pessoas com muitas posses.

Mero engano. Qualquer pessoa pode instituir a contabilidade para si. A mesma ajudará a controlar a vida pessoal e manterá registro de todos os fatos contábeis existentes, para serem analisados posteriormente.

2 CONCEITO DE CONTABILIDADE

Para Franco (1997, p. 21) a Contabilidade

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Para Ribeiro (2005), a contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.

Para Iudícibus e Martins (1994), a contabilidade desempenha ao longo do tempo o mesmo papel que tem a história no desenvolver da vida da humanidade. É a contabilidade através de seus registros que faz com que se conheça o passado e o presente da situação econômica da entidade, bem como este registro representa a possibilidades de orientações de planos futuros da organização.

Segundo Crepaldi (1995, p. 24)

A contabilidade é um dos principais sistemas de controle e informação das empresas. Com a análise do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como: análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, os bancos, as financeiras, ao clientes, etc.

3 CONCEITO DE PESSOA FÍSICA

Segundo Marion (1998, p. 3), “pessoa física é a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo sem qualquer exceção. A existência da pessoa física termina com a morte”.

De acordo com o Walter Weiszflog (1998), pessoa física é a pessoa natural, ou seja, o homem ou a mulher, desde seu nascimento até a sua morte. A personalidade civil das pessoas começa com o seu nascimento.

4 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Segundo Marion (2005, p. 26):

O objetivo principal da contabilidade, portanto, conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

A contabilidade mede os resultados das empresas avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para as tomadas de decisões.

Segundo Carvalho (2002), são funções da contabilidade: **REGISTRO** - Para que haja o controle e a orientação, os fatos devem ser evidenciados por algum meio, e o meio utilizado em Contabilidade é o registro daqueles fatos. O registro é efetuado segundo um método universalmente conhecido como “método das partidas dobradas (para cada débito, existe um crédito de igual valor)”; **CONTROLE** - A função controle é de suma importância, haja vista a necessidade da salvaguarda de ativos, principalmente em se tratando de entidades comerciais, que estão em constante competição para conquista de mercado. O controle visa, também, ao acompanhamento do planejamento, pois não bastam bons planos se no momento da execução abandonam-se todos os critérios científicos empregados na sua elaboração, sendo necessário um controle rigoroso para a sua eficaz execução; e **ORIENTAÇÃO** - Através dos relatórios contábeis é comunicada a situação da entidade que, utilizados adequadamente, servirão de parâmetros (orientação) para um criterioso e adequado planejamento, bem como verificar e acompanhar se o que foi planejado está sendo executado, e se as metas traçadas estão sendo atingidas. Poder-se-ia dizer que temos aí toda a essência da Contabilidade, isto é, os meios e os fins, pois o fim da Contabilidade, como já foi noticiado, é a prestação de informações úteis, e, estas, só serão possíveis mediante registros e controles permanentes que possam evidenciar as mutações patrimoniais, tanto as qualitativas, quanto as quantitativas.

Ainda segundo Carvalho (2002), Demonstrações Contábeis são os relatórios, organizados sinteticamente, onde se resumem as informações contábeis de forma metódica, atendendo cada um a uma finalidade específica. As demonstrações contábeis, segundo a Lei n. 6.404/1976, são o balanço patrimonial, demonstrativo do resultado do exercício, demonstrativo dos lucros ou prejuízos acumulados e demonstrativo dos valores adicionados e demonstração do fluxo de caixa.

Para um controle permanente e exato, é necessário que cada pessoa física, objetivo deste trabalho, apure as suas informações por meio da implantação da contabilidade para ter a possibilidade da elaboração das demonstrações financeiras, principalmente o balanço patrimonial, que demonstrará o crescimento ou decréscimo de suas contas financeiras e patrimoniais (bens, direitos e obrigações), a demonstração do resultado do exercício (que apura o resultado – lucro ou prejuízo do mês) e a demonstração do fluxo de caixa (responsável por registrar todas as entradas e saídas de dinheiro, tanto da carteira quanto da conta corrente bancária), para se ter uma melhor visualização da sua vida financeira e

econômica, além de poder, através de análises, ter condições de efetuar reservas para projetos futuros.

5 CONCEITO DE BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis. Segundo Marion (2005, p. 42):

É a principal demonstração contábil. Reflete a Posição Financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data.

Segundo Iudícibus (1985, p.153) “Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento. Por esse motivo é tecnicamente chamado de Balanço Patrimonial”.

Ainda conforme Iudícibus (1985, p. 153), “o Balanço Patrimonial se divide em duas colunas:

- a da esquerda contém o Ativo;
- a da direita contém o Passivo e o Patrimônio Líquido.”

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativamente e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da Entidade.

Essa demonstração deve compreender todos os Bens e Direitos, tanto Tangíveis (materiais) como Intangíveis (imateriais), as Obrigações e o Patrimônio Líquido da Entidade. (RIBEIRO, 2009, p. 39)

6 CONCEITO DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Conforme Tavares (2012), demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil elaborado em conjunto com o balanço patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período. No Brasil a DRE deve ser

elaborada obedecendo ao princípio do Regime de Competência. Segundo o Manual de Contabilidade Empresarial “Por este princípio, as receitas e as despesas devem ser incluídas na operação do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de recebimento ou pagamento”. Nota-se, assim, que a DRE é elaborada ao mesmo tempo em que se define o balanço patrimonial e que não é possível conceber este relatório dissociado deste outro instrumento contábil.

Para Simão (2009), demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma demonstração contábil dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e despesas segundo o princípio contábil do regime de competência.

A demonstração do resultado do exercício, oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período. Embora sejam elaboradas anualmente para fins de leis de divulgação, em geral são feitas mensalmente para fins administrativos e trimestralmente para fins de divulgação, em geral são feitas resultados gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final- lucro prejuízo. Este resultado líquido final, se lucro, representa o ganho efetivo obtido pela empresa que tem por finalidade remunerar os sócios ou acionista e manter e/ou desenvolver o patrimônio da empresa. Se prejuízo líquido do exercício, representa a parcela de desgastes sofrido pelo patrimônio no período.

A DRE, como uma demonstração contábil obrigatória a todos os tipos societários, apresenta-se como extrema utilidade aos acionistas necessário, alterarem a política dos negócios da empresa. Com uma DRE bem elaborada, voltada aos usuários segundo seus interesses e que retrate a real situação da empresa será possível uma administração totalmente voltada para a eficiência e a competência e por outro lado, maleável aos interesses dos usuários de maneira geral e isenta das interferências legais. As demonstrações contábeis são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidades da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral. Tem, portanto por objetivo revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre e os resultados da empresa.

Um exemplo básico de DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) é:

Receitas Brutas

- (-) Deduções de Receitas
- (=) Receitas Líquidas
- (-) Custos
- (=) Lucro Bruto
- (-) Despesas
- (=) Lucro Líquido

7 CONCEITO DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

Para Marion (1998, p. 380):

“[...] a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda o Resultado do Fluxo Financeiro”.

Essa demonstração tem a característica de evidenciar as transações que efetivamente movimentam o caixa. O que poderia ser uma característica controvertida. O registro de movimentações de caixa é muito dinâmico; a demonstração de fluxo de caixa, tal qual as demais demonstrações, é estática, ou seja, reflete um determinado momento ou, mais propriamente dizendo, um determinado saldo disponível e reportado.

Portanto, não devemos analisar o fluxo de caixa dessa forma, estática, verticalmente como são apresentados, uma vez que essa não é a realidade das empresas.

Segundo Quintaneiro e Martins (2007), a Demonstração de Resultados é um documento contabilístico que fornece um resumo financeiro dos resultados das operações financeiras da empresa durante um determinado período específico, o qual pretende retratar os proveitos e custos desse mesmo período de exercício. Em suma, trata-se de um mapa financeiro que permite a avaliação do desempenho da empresa no ano e face ao ano anterior. Ao somatório da facturação do período, isto é, ao valor total das vendas do período, e de outros eventuais proveitos, relativos ao mesmo período, subtraem-se todos os custos imputáveis ao mesmo período. Assim, o saldo final desta aritmética contabilística é o Resultado Líquido do Exercício, no caso de se terem também deduzido os custos com os impostos.

8 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou por meio de pesquisa de campo quantitativa.

Para Marconi e Lakatos (1996, p. 76):

A pesquisa de campo quantitativa consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionário, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem.

Para Gil (2007, p. 44), “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

Para Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Ciência e áreas de estudo, como a Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Psicologia da Educação, Pedagogia, Política, Serviço Social, usam frequentemente a pesquisa de campo para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade. Como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e análise. Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa. Numa pesquisa em que a abordagem é basicamente quantitativa, o pesquisador se limita à descrição factual deste ou daquele evento, ignorando a complexidade da realidade social (Franco, 1985, p. 35).

Os materiais utilizados para a elaboração deste trabalho foram:

- Livros, Internet, Revistas, Periódicos, Jornais.
- Pesquisa de Campo.

O estudo proposto iniciou-se por meio da elaboração do projeto de pesquisa.

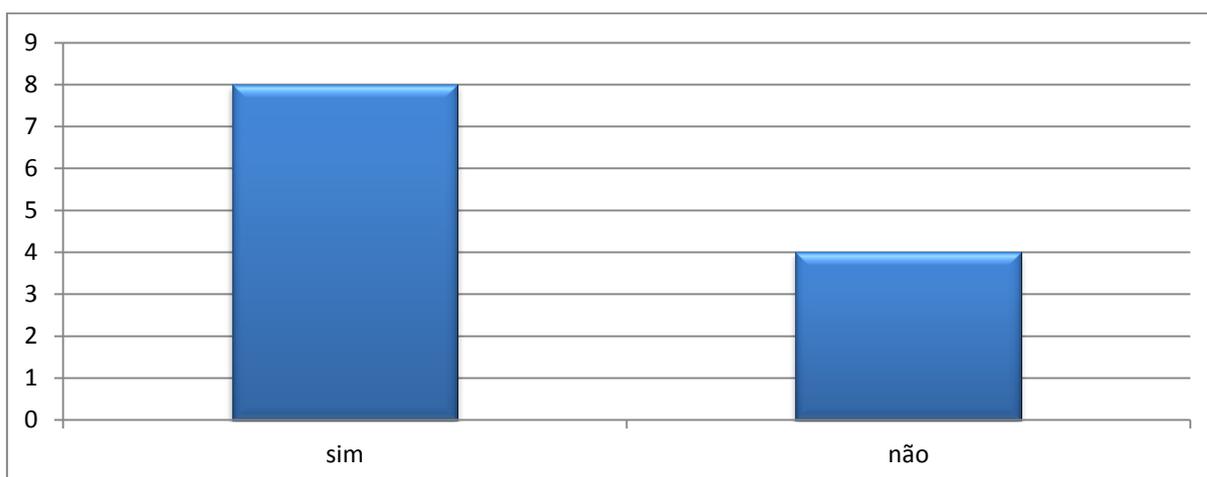
Logo após, foi realizado o levantamento bibliográfico do assunto pertinente à pesquisa, que foi a condição necessária para que a pesquisa de campo se realizasse.

Tal pesquisa ocorreu em um universo de pesquisa de 12 (doze) pessoas, com um questionário com 15 (quinze) perguntas objetivas e 1 (uma) de alternativa.

Os pesquisados, assinaram um termo de consentimento livre esclarecido, autorizando que fossem questionados. Com os dados obtidos, ficou possível a confecção dos gráficos e a discussão dos resultados, que possibilitou a escrita de um artigo científico.

9 RESULTADOS

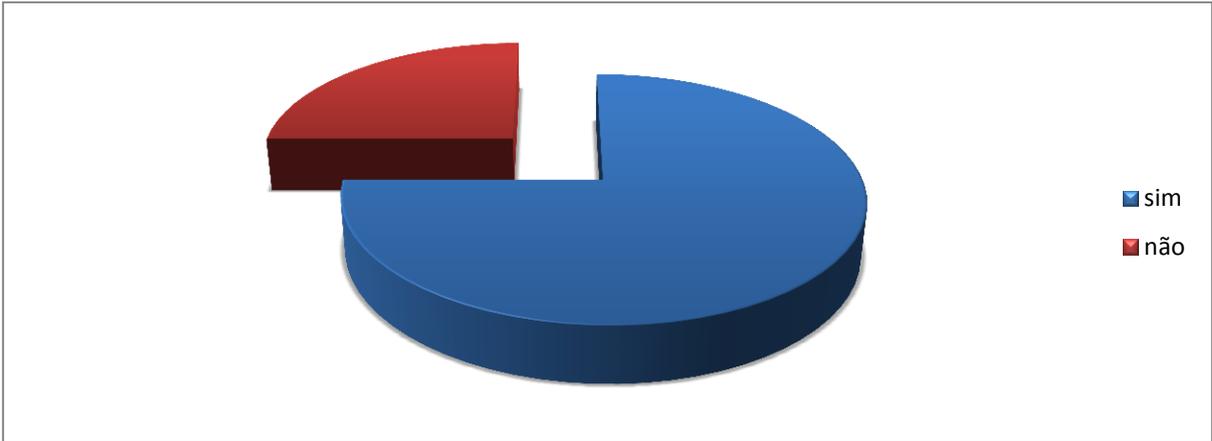
Gráfico 1 - Mantém algum tipo de controle orçamentário da sua vida financeira?



Fonte: dos próprios autores

Dos entrevistados, 66,64% disseram que possuem um controle orçamentário, e 33,36% não tem este mesmo conceito.

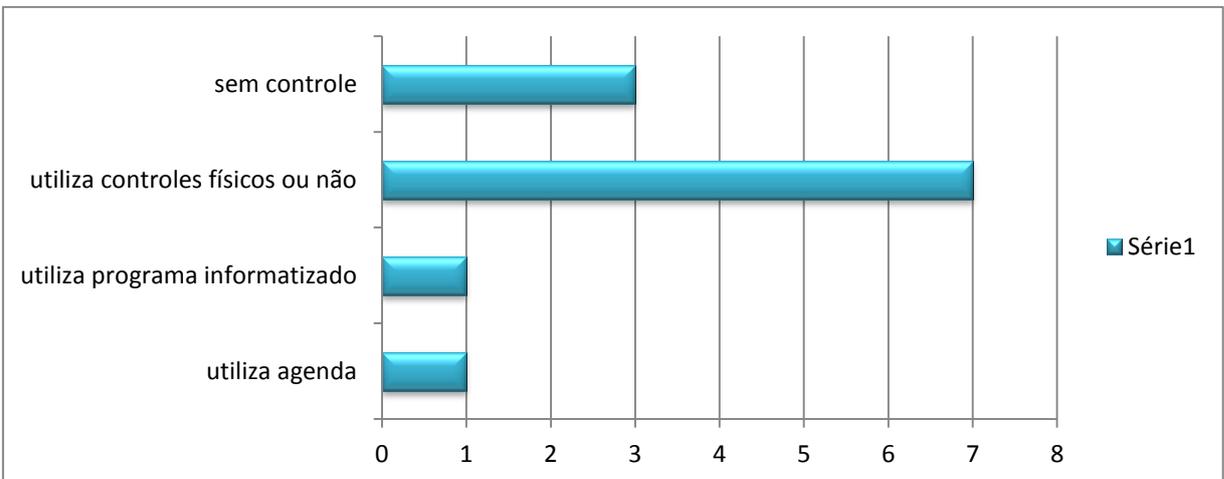
Gráfico 2 - Tenta impor limites para seus gastos?



Fonte: dos próprios autores

Apenas 25% não tentam impor limites com os seus gastos, mas isto prova que com relação ao primeiro item, nem todos foram condizentes com as perguntas.

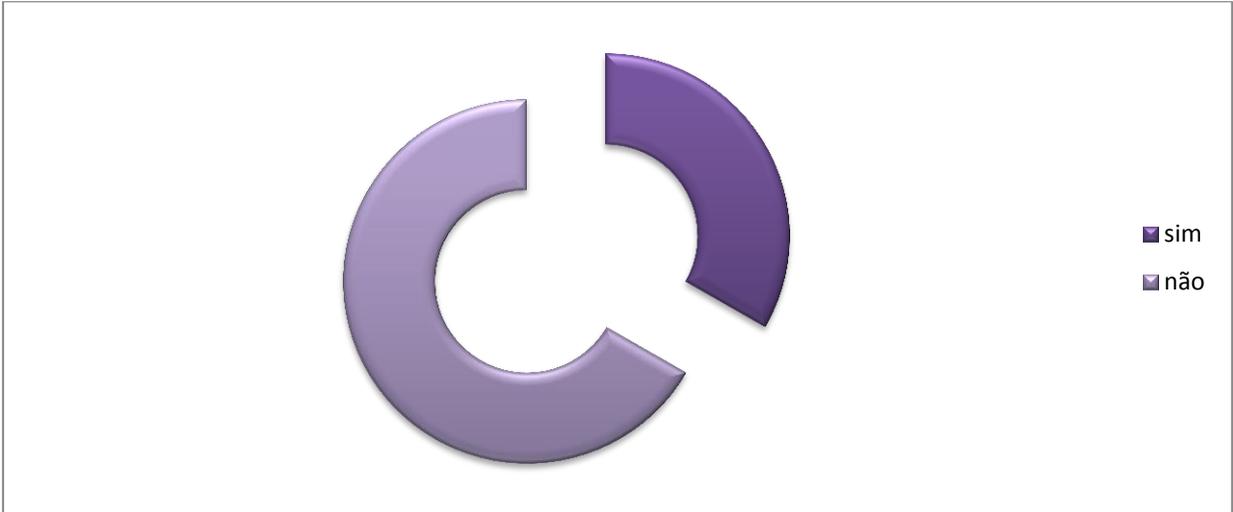
Gráfico 3 - Se sim na questão de número 2, quais recursos você utiliza para tal?



Fonte: dos próprios autores

Foi constatado que 25% dos entrevistados não possuem controle. O número de pessoas que utilizam controles físicos, como anotações e controles mentais, como lembranças do que podem ou não gastar, representam 58,33%. Já para quem utiliza agenda e programas informatizados, o percentual foi de 8,33% para cada um.

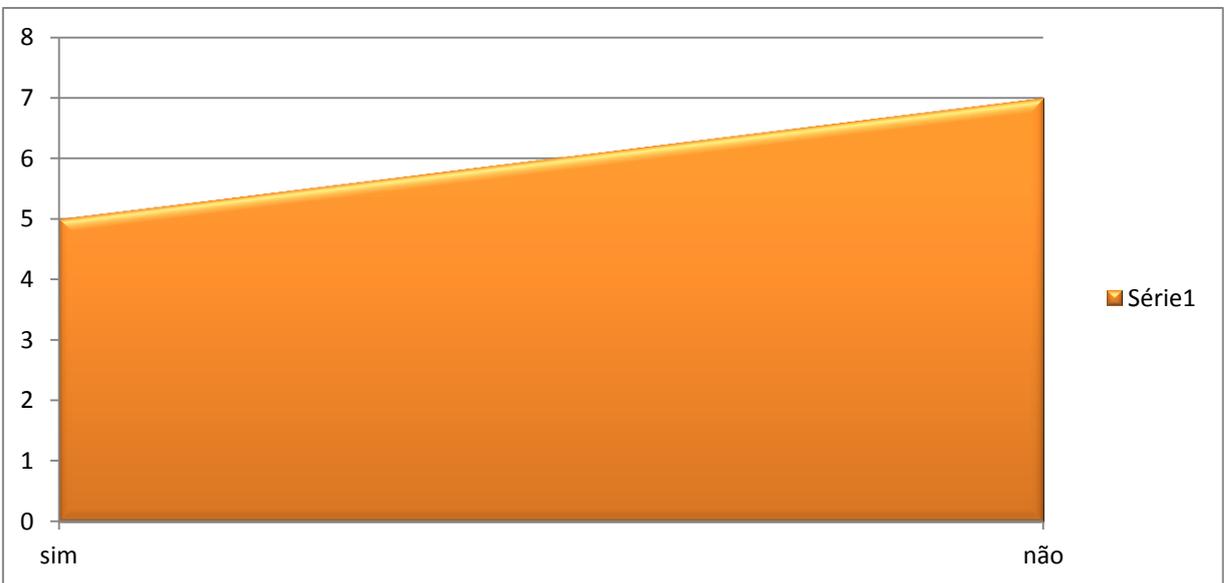
Gráfico 4 - Utiliza alguma planilha para fazer este controle?



Fonte: dos próprios autores

Dos entrevistados, apenas 33,33% utilizam controles como planilhas, sendo que os demais nem possuem controle, ou controlam de outra forma.

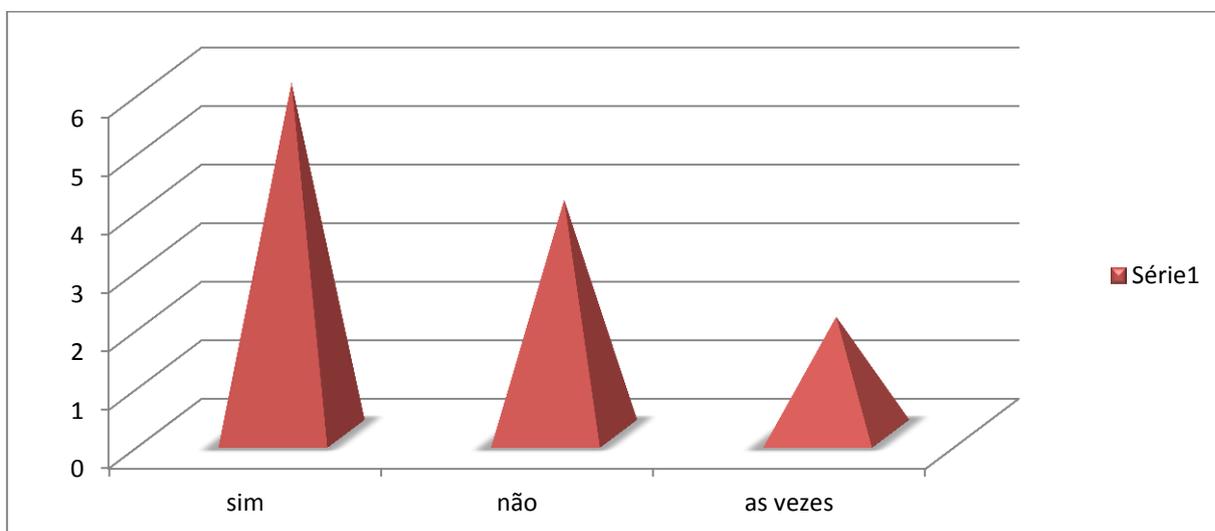
Gráfico 5 - Você conhece a demonstração do fluxo de caixa?



Fonte: dos próprios autores

A demonstração do fluxo de caixa, poderia e muito estar auxiliando as pessoas físicas a controlarem suas contas, no entanto, somente 41,67% já ouviram falar nela.

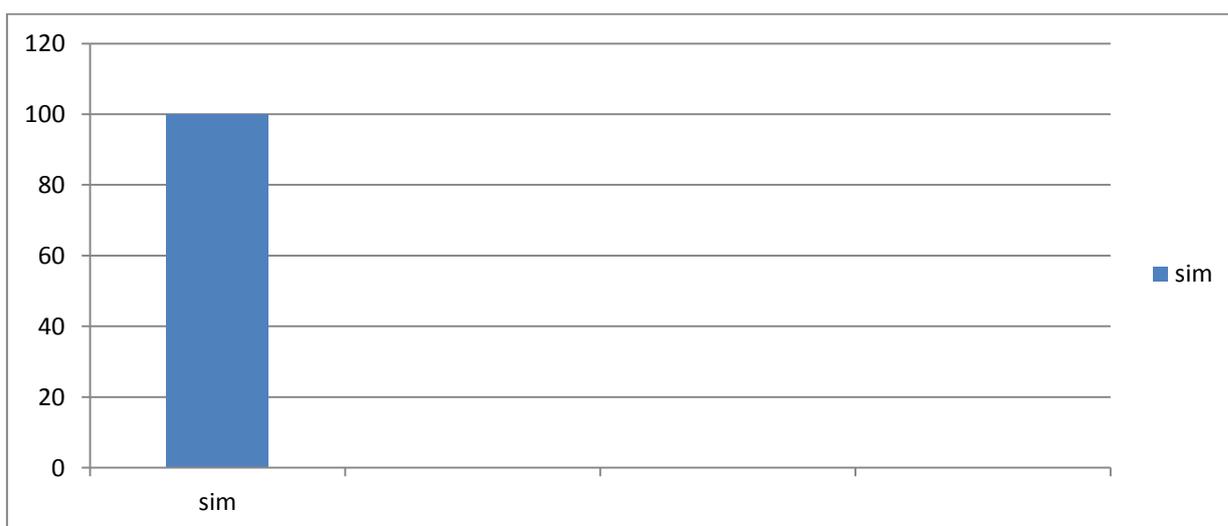
Gráfico 6 - Com sua renda mensal, você consegue suprir todas as suas necessidades dentro do mês?



Fonte: dos próprios autores

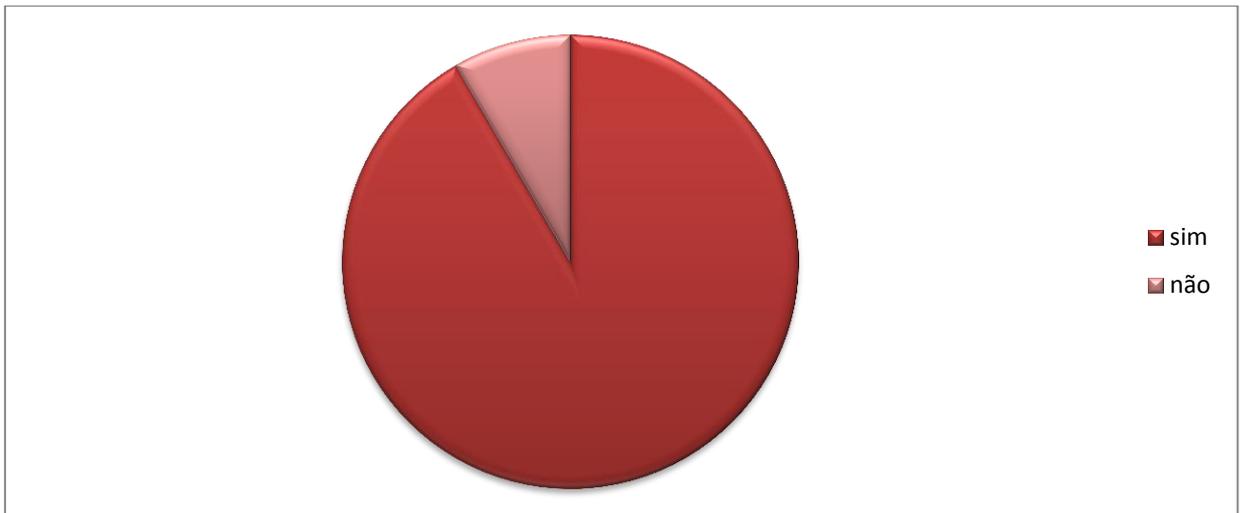
Nesta pergunta, 50% conseguem controlar suas finanças mensalmente, o que 33,33% não conseguem fazer. Apenas 16,67% responderam talvez, representando que as vezes conseguem e outras não.

Gráfico 7 - Acha importante manter o controle da sua vida financeira?



100% dos nossos entrevistados responderam que sim, no entanto, quase ninguém faz este tipo de controle.

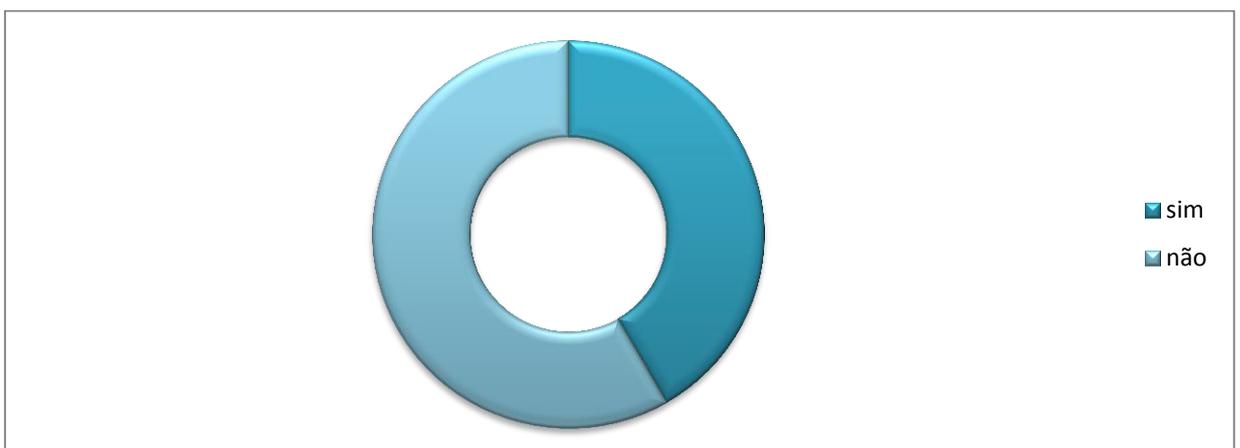
Gráfico 8 - Existe algum membro da sua família que realize algum controle financeiro pessoal?



Fonte: dos próprios autores

Apenas um dos entrevistados, correspondendo a 8,33% não tem ninguém da sua família que faça controles financeiros.

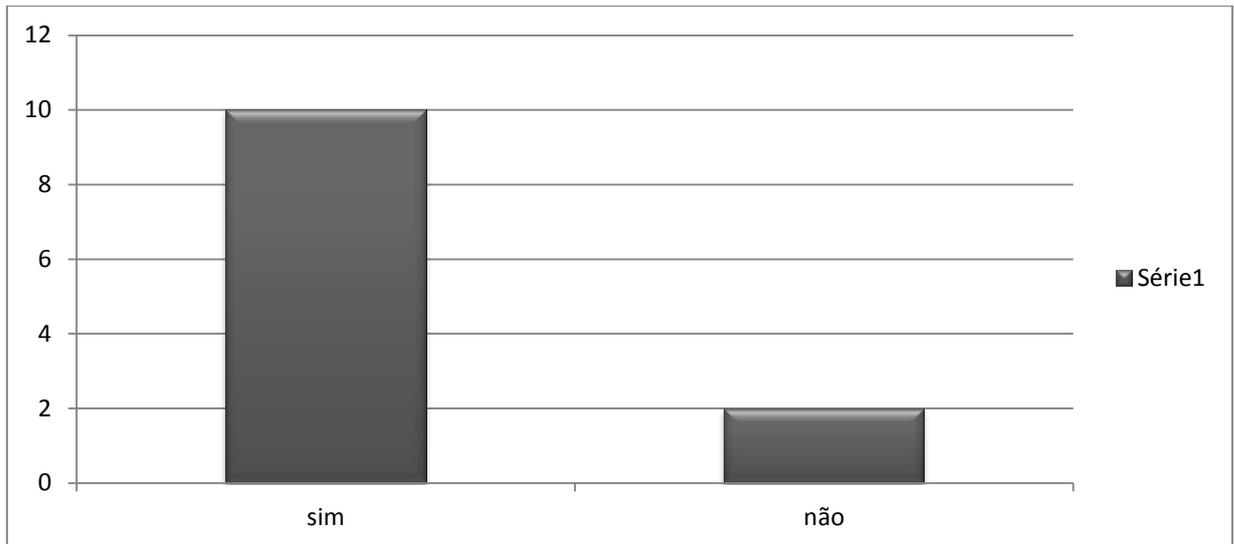
Gráfico 9 - Você possui alguma reserva para algum caso de emergência?



Fonte: dos próprios autores

Nesta questão, 41,67% responderam que possuem reserva para emergências, o que deixa a grande maioria passando dificuldades nestes casos.

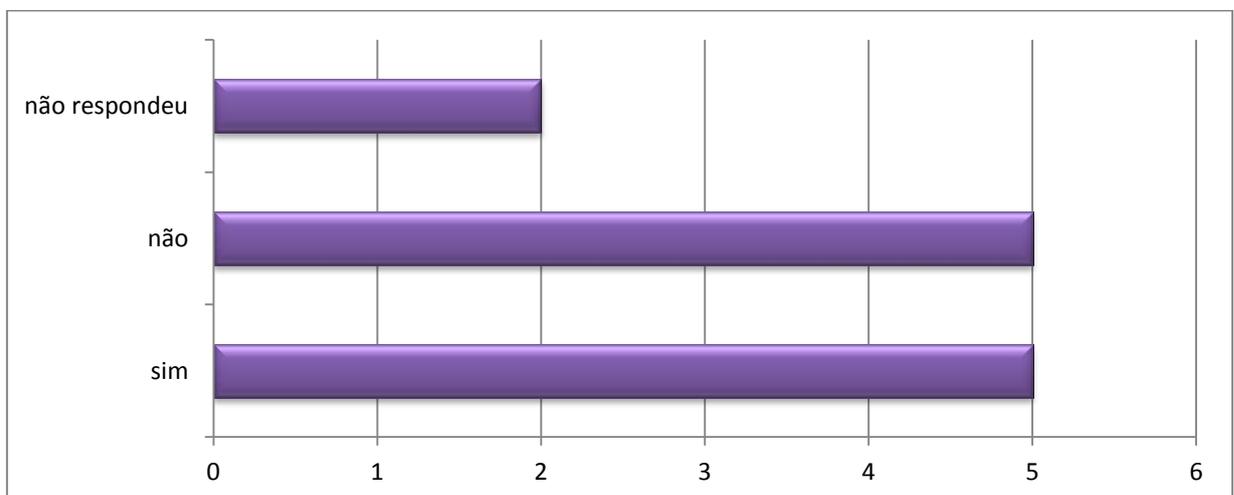
Gráfico 10 - Você se utiliza de outros métodos de compra (internet, catálogo) para pesquisas de preço?



Fonte: dos próprios autores

De acordo com o estudo 83,33% utilizam de catálogos, internet e outros meios para pesquisarem preços, e comprarem mais baratos, contribuindo para a sua vida financeira.

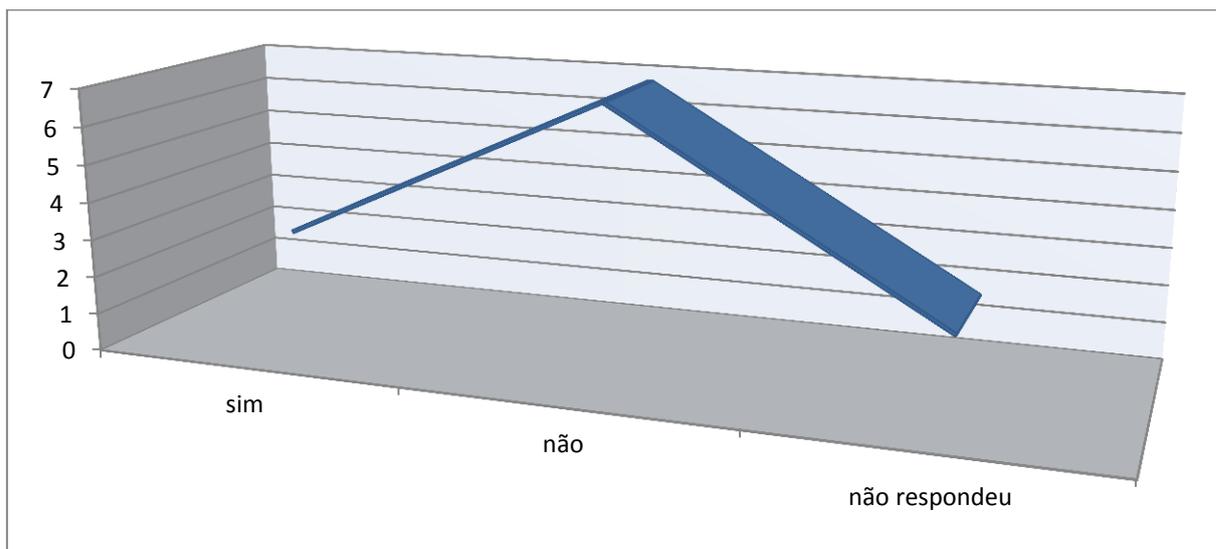
Gráfico 11 - Você conhece o balanço patrimonial?



Fonte: dos próprios autores

O estudo mostrou que 41,67% conhecem e o mesmo percentual desconhece, enquanto apenas 16,66% não responderam a questão.

Gráfico 12 - Você conhece a demonstração do resultado do exercício?



Fonte: dos próprios autores

Para esta demonstração, o percentual de 58,33% não conhece a mesma, diferentemente dos 41,67% que desconhecem o balanço patrimonial, sem saber que há a necessidade da elaboração desta demonstração para a finalização do balanço. Dois entrevistados não responderam esta questão, deixando 25% apenas, como conhecedores deste tipo de demonstrativo.

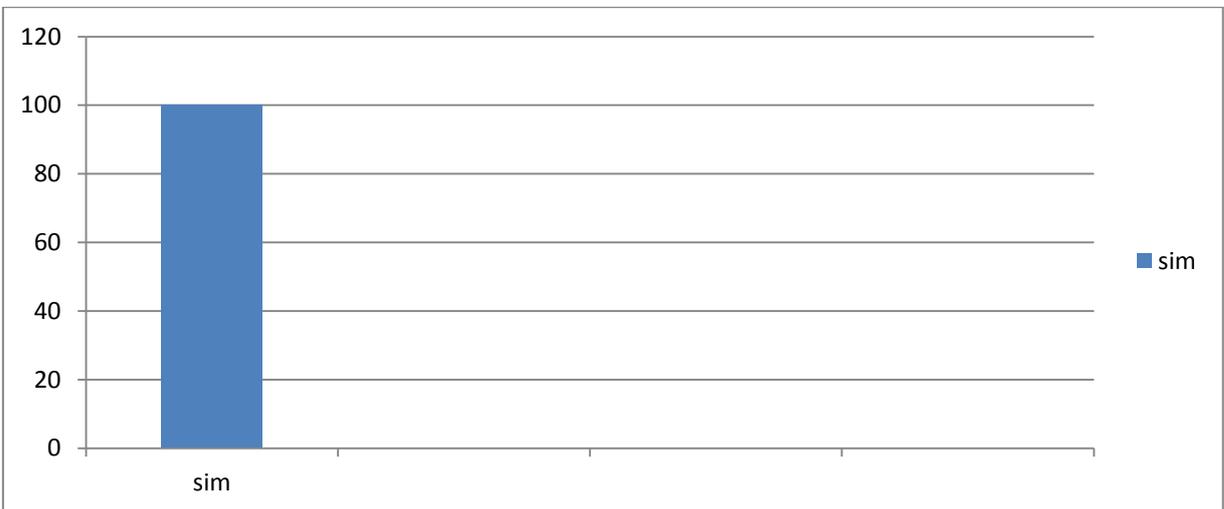
Gráfico 13 - Caso não tenha nenhum tipo de controle, seria fácil implantar algum método para a sua vida pessoal?



Fonte: dos próprios autores

Para esta questão, 75% dos entrevistados acha fácil a implantação de um método para controle financeiro, enquanto 16,67% não acha que teriam a mesma facilidade. Apenas uma pessoa não respondeu a questão.

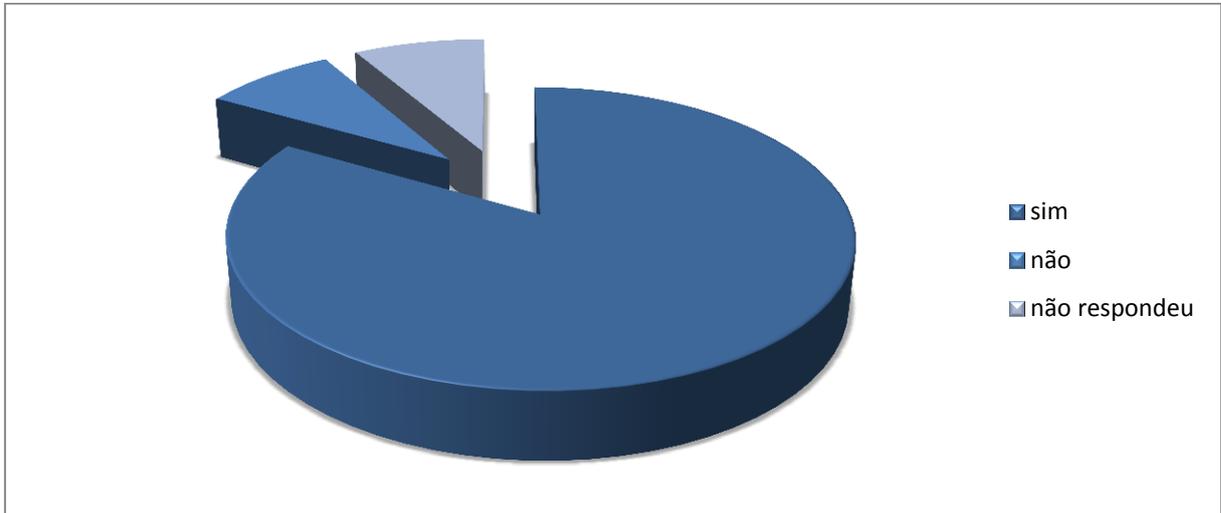
Gráfico 14 - Você acha que a demonstração do fluxo de caixa é importante para as pessoas físicas?



Fonte: dos próprios autores

Nesta questão, 100% dos entrevistados responderam que a DFC seria muito importante para o controle financeiro pessoal.

Gráfico 15 - Você possui algum interesse de estar aplicando alguns métodos de controle financeiro?



Fonte: dos próprios autores

A pesquisa apresentou que 83,33% responderam que sim e apenas um entrevistado respondeu não, representando 8,33%, percentual igual ao do entrevistado que não respondera a questão.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo, pesquisar pessoas físicas no que se diz respeito o seu controle pessoal, a fim de se constatar se conheciam métodos que podiam melhorar a fidelidade desse controle, se mantinham algum controle sobre seus gastos, se era importante manter o mesmo e quais métodos se utilizava. De acordo com a pesquisa pode-se verificar que a maioria mantém um controle da sua vida financeira, uma parte dos entrevistados usa recursos como anotações mentais ou seja lembranças do que se pode ou não gastar e que acham importante manter um controle pessoal, outras no entanto, controlam através de agendas e softwares.

A maioria dos pesquisados não controlam os seus gastos, mais conseguem suprir todas a suas necessidades dentro do mês e que no caso de emergências passam por dificuldades por não possuírem reservas. Em relação aos métodos de controle como a elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do resultado do exercício uma minoria tem conhecimento do assunto, enquanto o restante dos entrevistados desconhece.

Quando foram perguntados sobre se seria fácil aplicar algum método de controle a maioria respondeu positivamente, afirmando ser fácil. De acordo com os resultados levantados estamos certos que as pessoas possuem um interesse em manter um controle pessoal, mas nem todas conseguem aplicá-lo em sua vida. Pode-se chegar a conclusão de que ninguém realmente controla firmemente e nem se lembram ou possuem informações suficientes que para um controle fiel, mostrando-se importantíssimo a implantação da contabilidade na vida pessoal de cada indivíduo, para que assim os mesmos possuam mais disponibilidade de recursos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Eudimar. Apostila de Contabilidade Geral para Concursos. 2002. Disponível em: www.ebah.com.br/content/ABAAAAGJQAD/contabilidade. Acesso em: 14 de julho de 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de Contabilidade. Ed. Atlas. São Paulo, 1995.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral 21 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1985.

_____. Contabilidade Geral 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. Atlas. São Paulo, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. Manual de Contabilidade por Ações. Atlas. São Paulo, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 3 Ed. Atlas. São Paulo, 1996.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 5ª Ed. Atlas. São Paulo, 1998.

_____. Contabilidade Empresarial. 11ª Ed. Atlas. São Paulo, 2005.

QUINTANEIRO, Jorge Manuel, MARTINS, Bruno Ricardo Gomes. Demonstração de Resultados. 2007. Disponível em: http://prof.santana-e-silva.pt/gestao_de_empresas/trabalhos_06_07/word/Demonstra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Resultados.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Estrutura e análise de balanços fácil. 8 ed, São Paulo: Saraiva, 2009.

SIMÃO, Elisângela. Demonstração do Resultado do Exercício. 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/demonstracao-do-resultado-do-exercicio/31134/>. Acesso em: 13 de julho de 2013.

TAVARES, Renata Oliveira. Conceito, objetivos e estrutura da DRE. 2012. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/801/conceito-objetivos-e-estrutura-da-dre/>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

WEISZFLOG, Walter. Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Melhoramentos. São Paulo, 1998.

A REPARAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL AMBIENTAL E SUA EFETIVAÇÃO POR MEIO DA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA

Ilídia Aparecida Silva de Menezes¹⁸

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo debater o dano ambiental extrapatrimonial especialmente o difuso, bem como a jurisprudência sobre o assunto, a partir de um enfoque crítico e propositivo bem como as divergências doutrinárias sobre o assunto. Para isso, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, o método de procedimento monográfico e as pesquisas bibliográfica e explicativa, com base na técnica de análise de conteúdo. O tema apresenta-se de extrema relevância tendo em vista a necessidade de preservação ambiental como meio de garantir uma qualidade de vida para as presentes e próximas gerações, conforme preleciona a Constituição Federal. Os meios judiciais empregados para tutelar o bem ambiental, bem como para reparar o mal causado à coletividade deve ser de conhecimento de todos, já que a proteção do meio ambiente cabe não só ao Poder Público como também a todas as pessoas em geral, nos termos da Carta Magna.

Palavras-chave: Dano moral ambiental. Indenização. Tutela Jurisdicional.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Poder Público e à coletividade, o dever jurídico de tutelar o meio ambiente, conforme se depreende do disposto no artigo 225, *caput*, *in verbis*: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso

¹⁸ Advogada e Professora de Direito Penal e Direito Processual Penal. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal.

comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Assim, é responsabilidade do Poder Público e da coletividade em geral zelar pela manutenção de um meio ambiente saudável, adotando medidas de defesa e preservação do patrimônio ambiental, garantindo às presentes e às futuras gerações uma qualidade de vida digna, sendo este um direito fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988 (direito à vida – art. 5º, caput) bem como, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, (dignidade da pessoa humana - art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988).

Entretanto, de acordo com o estatuído no §1º do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, cabe ao Poder Público um destaque maior neste mister, já que foi-lhe conferida a função de gestor e administrador dos bens ambientais.

Ocorre que a evolução é inevitável. Porém, junto com o desenvolvimento, a ditadura do capitalismo impõe suas regras: crescimento a qualquer custo, grandes empreendimentos imobiliários, indústrias cada vez mais produtivas para suprir o consumo desenfreado, avanços tecnológicos, etc.

O resultado é visível e chocante: poluição das águas de rios e mares, poluição do ar nos grandes centros urbanos, extinção da fauna e flora, enfim, a conseqüente degradação da natureza, causando, na maioria das vezes, danos irreversíveis ao meio ambiente.

O dano ambiental comporta duas espécies: patrimonial e extrapatrimonial. O dano patrimonial existirá quando os bens lesados forem bens materiais, afetando o meio ambiente fisicamente. Assim, a compensação do dano pode ser feita “in natura”, restituindo o “*status quo ante*”. Quando tal não for possível, a indenização deverá ser feita em dinheiro; quando o prejuízo ao indivíduo ou à coletividade for não patrimonial (por ter lesado bens imateriais) haverá dano extrapatrimonial ou moral.

Neste caso, faz-se importante esclarecer:

a) Quais seriam os mecanismos processuais dispostos na legislação vigente para a tutela do dano moral sofrido pelo particular ou pela coletividade em virtude de danos causados ao meio ambiente?

b) Somente o Poder Público é legitimado na defesa de referidos interesses ou o particular também está legitimado, diante do que dispõe o art. 225 da CF?

c) Como a doutrina e a jurisprudência têm se posicionado acerca do dano moral ambiental?

2 A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A questão ambiental, até meados de 1970, não dispunha de mecanismos de proteção específicos, até porque a intenção era a busca pelo desenvolvimento e isso incluía mais indústrias, grandes áreas para plantios e criação de gado, enfim, o crescimento era a ordem, ainda que à custa da degradação ambiental e da perda da qualidade de vida humana.

A legislação pertinente ao meio ambiente limitava-se ao Código de Águas (Decreto n. 24643 de 10 de julho de 1934) e ao Código Florestal (lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965), que timidamente previa sanções em caso de degradação ambiental, porém, sem mecanismos de efetividade e sem dar a devida importância ao meio ambiente, sempre foi desrespeitado, atingindo proporções alarmantes com a devastação de áreas de florestas inteiras, poluição de rios e mudanças visuais que mudaram a vida de várias gerações.

Somente em 1972, com a reunião de Estocolmo, aconteceu a revolução, onde a questão protetiva e punitiva ao ambiente ganhou mais vigor em caráter mundial e também nacional (PEREIRA, 2004).

Em 1981, o legislador brasileiro editou a Lei 6.938/81, instituindo a Política Nacional do Meio Ambiente.

Logo em seguida, em 24 de Julho de 1985 criou-se a Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985 que disciplina a Ação Civil Pública, trazendo esta um aparato jurisdicional para tutelar os danos causados ao meio ambiente.

Mas foi com a Constituição de 1988 que o direito ambiental ganhou contornos de garantia, não só ao meio ambiente, mas também como direito fundamental da pessoa humana, conforme nos ensina o mestre José Afonso da Silva (2003, p. 43):

O ambientalismo passou a ser tema de elevada importância nas Constituições mais recentes. Entra nelas deliberadamente como direito fundamental da pessoa humana, não como simples aspecto da atribuição de órgãos ou de entidades públicas, como ocorria em Constituições mais antigas.

E ainda, salienta o mesmo autor, que a “Constituição de 1988 foi, portanto, a primeira a tratar deliberadamente da questão ambiental. Pode-se dizer que ela é uma Constituição eminentemente ambientalista” (SILVA, 2003, p. 43).

Como se pode observar, criou-se, na Constituição Federal, um novo ramo do direito, também chamado de Direito do Meio Ambiente.

Neste sentido é a orientação de Gustavo Tepedino (1999, p. 294.), para o qual "mais do que um novo ramo do direito, o direito ambiental representa, com efeito, uma ruptura com o instrumental teórico e processual do passado, chegando a alterar até mesmo o papel desempenhado pelos profissionais do direito e, em particular, pelo magistrado".

A importância de se ter normas exclusivas para tutelar o bem ambiental já era uma exigência da sociedade e estudiosos do direito, pois "a degradação ambiental coloca em risco direto a vida e a saúde das pessoas, individual e coletivamente consideradas, bem como a própria perpetuação da espécie humana" (TEIXEIRA, 2000, p. 15).

Nossa Constituição trouxe grandes inovações, sem dúvida, mas a aplicabilidade e efetividade das normas estatuídas tornaram-se grandes problemas, já que não bastam leis, estas devem vir acompanhadas com mecanismos para garantir efetividade das mesmas e também políticas de conscientização voltada para o respeito ao meio ambiente.

Para Milaré (2001, p.232),

Não basta, entretanto, apenas legislar. É fundamental que todas as pessoas e autoridades responsáveis se lancem ao trabalho de tirar essas regras do limbo da teoria para a existência efetiva da vida real, pois, na verdade, o maior dos problemas ambientais brasileiros é o desrespeito generalizado, impunido ou impunível, à legislação vigente. É preciso, numa palavra, ultrapassar-se ineficaz retórica ecológica – tão inócua, quanto aborrecida – por ações concretas em favor do ambiente e da vida. Do contrário, em breve, nova modalidade de poluição – a “poluição regulamentar” – ocupará o centro de nossas atenções.

3 CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL: do individual ao coletivo

Não há que se falar em responsabilidade se não há dano. Logo, o dever de reparar ou indenizar pressupõe um dano efetivo. O dano, que enseja a responsabilidade civil, pode ser material ou moral. O dano moral também é chamado de dano imaterial, ou extrapatrimonial ou ainda não patrimonial.

A expressão que parece ser a mais adequada, segundo a melhor doutrina, é “dano extrapatrimonial”. Segundo José Rubens Morato Leite (2001, p. 418), “o nome dano extrapatrimonial é menos restritivo, pois não vincula a possibilidade de dano à palavra moral, que pode ter várias significações”. Por isso, finaliza o autor, que pode ser considerado dano extrapatrimonial toda a lesão que não tem uma concepção econômica.

Na lição de Carlos Alberto Bittar Filho (1996, p. 03), dano extrapatrimonial pode ser conceituado como:

A injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico ; quer isto dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial.

Essa divisão do dano levando-se em consideração o bem atingido também é ressaltada por Carlos Alberto Bittar, (1993, p. 30-31) segundo o qual:

Permite essa classificação alcançar-se o âmago da composição da teoria do dano, dividindo-se este em material ou moral, consoante se manifeste no aspecto patrimonial (ou pecuniário) da esfera jurídica lesada. Com isso, têm-se em conta as duas facetas básicas da esfera jurídica dos entes personalizados, a material e a moral, compreendida na primeira o acervo dotado de economicidade, na segunda, o conjunto de valores reconhecidos como integrantes das veias afetiva (ou sentimental), intelectual (de percepção e de entendimento) e valorativa (individual e social) da personalidade.

A separação pela patrimonialidade, ou não, do reflexo produzido na esfera atingida põe em evidência, de imediato, a bipartição do contexto valorativo que interessa ao Direito: o da pecuniaridade e o da moralidade. Inserem-se, no primeiro, os valores dotados de expressão pecuniária, ou aferição econômica e, no segundo, os que se exaurem na esfera mais íntima da personalidade, ou seja, na linha dos componentes sentimentais, valorativos, no âmbito da intelectualidade e no da vontade (aptidão de entender e atitude de querer), com as diversas manifestações possíveis. Por outras palavras, em um contexto, figuram bens ou direitos revestidos de caráter econômico; em outro, atributos de cunho moral ou espiritual, que individualizam o ser na sociedade, vale dizer, que definem o ser como entidade dotada de essencialidade e de individualidade próprias.

O dano moral, objeto do presente estudo, pode ser compreendido como uma lesão de ordem psíquica, provocando dor, sofrimento, angústia, constrangimento, apontando no homem algo mais que o corpo físico, por este motivo alguns doutrinadores entendem não ser possível falar-se em responsabilidade civil por danos morais ambientais.

Importante, porém, ressaltar a advertência feita por José Rubens Morato Leite (2001, p. 419):

O dano extrapatrimonial está muito vinculado ao direito da personalidade, mas não restringido, pois esta é conhecida tradicionalmente como atinente à pessoa física e no que concerne ao dano ambiental, abraçando uma caracterização mais abrangente e solidária, tratando-se, ao mesmo tempo, de um direito individual e um direito da coletividade.

De outro lado, também é de se concluir que existe um dano extrapatrimonial coletivo. Em se tratando de dano extrapatrimonial coletivo ambiental, (LEITE, 2001, p. 420) faz observações oportunas que se aplicam ao direito do consumidor, que como interesse difuso, aplica-se à questão ambiental:

Se o indivíduo pode ser ressarcido por lesão a um dano moral, não há óbice para que a coletividade não venha a ser reparada, considerando que, do contrário, estar-se-ia evidenciando um dano sem obrigação de compensação.

Desta forma, não seria justo supor que uma lesão à honra de determinado grupo fique sem reparação, ao passo que, se a honra de cada um dos indivíduos deste grupo for afetada isoladamente, os danos serão passíveis de indenização. Redundaria em contrassenso inadmissível. Constata-se que a necessidade da imposição do dano extrapatrimonial é imperiosa, pois, em muitos casos, será impossível o ressarcimento patrimonial, e a imposição do dano extrapatrimonial ambiental funcionará como alternativa válida da certeza da sanção civil do agente, em face da lesão ao patrimônio ambiental coletivo.

4 METODOLOGIA

Após a escolha do tema, iniciamos a abordagem do levantamento bibliográfico, analisando todos os livros necessários para uma abordagem perfeita, relacionando dicionários, Códigos, e a nossa principal base, a Constituição Federal.

Buscou-se todo meio de pesquisa doutrinária, legislação, jurisprudência, análise de processos, busca na internet sobre fatos novos, códigos vinculados ao tema. Após a pesquisa e levantamento de dados, passamos a discorrer sobre tudo o que foi pesquisado e analisado, buscando sempre a ideia central e vinculando as demais ideias a ela.

Após o resumo e a introdução, começamos o desenvolvimento do texto até chegar à conclusão. Com a análise dos textos, elaboramos uma síntese pessoal sobre o assunto desenvolvido.

5 TUTELA JURISDICIONAL DO DANO MORAL AMBIENTAL

Antonio Herman Benjamin (2004, p. 05), um dos precursores do Direito Ambiental no Brasil, ao ser indagado sobre a efetividade das leis ambientais no Brasil, durante entrevista a um Jornal, assim respondeu: "Essa efetividade ainda é vaga. A lei é boa, mas sua aplicação é ruim. Precisamos criar mecanismos que propiciem uma boa aplicação da lei e o fortalecimento das instituições que tem responsabilidade".

Assiste toda razão ao eminente Professor. Com efeito, a natureza transindividual e difusa dos direitos e interesses de ordem ambiental, dada a sua complexidade, acaba acarretando o desinteresse de seus titulares.

Isso ocorre porque, para a defesa de tais direitos, não há uma satisfação individual àquele que chama para si a responsabilidade de defender tais interesses. Nosso direito processual civil, na sua forma clássica, é de natureza patrimonialista e individualista, daí termos uma tutela conflitante, pois o meio processual não é apta a proporcionar uma resposta de âmbito coletivo. Surge assim, a necessidade de instrumentos processuais adequados para a tutela ambiental coletiva.

Neste sentido, leciona Benjamin (1995, p.103):

Ninguém duvida que disputas ou litígios supra individuais exigem soluções igualmente supra-individuais. O processo civil tradicional, sem qualquer dúvida, por carecer de mecanismos coletivos eficientes, é inadequado para a tutela dos litígios ambientais e de consumo difusos, coletivos e individuais homogêneos. Mesmo os conflitos tipicamente individuais, por uma série de causas (entre as quais podemos incluir a morosidade e onerosidade do sistema judicial, o normalmente pequeno valor econômico do litígio e a desproporção de forças entre a vítima e o violador, conforme melhor veremos adiante), não encontram no processo civil ortodoxo o amparo que merecem.

O Ordenamento Jurídico Brasileiro conta com dois instrumentos processuais a serem acionados para a defesa do meio ambiente: a Ação Popular, instrumento constitucional que pode ser utilizado por qualquer cidadão, e a Ação Civil Pública (Lei n ° 7.347/85), para cuja proposição o cidadão deverá se valer do Ministério Público ou de associação ambientalista, visto que o indivíduo não tem legitimidade para propô-la.

Em relação à ação Civil Pública, Celso Antônio Bandeira de Mello preceitua que:

O artigo 129, III, da Constituição Federal, reportado à competência do Ministério Público para promovê-la, é um instrumento utilizável, cauteramente, para evitar danos ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico ou paisagístico, ou então, para promover a responsabilidade de quem haja causado a lesão a estes mesmos bens. (MELLO, 2002, p. 806)

José Afonso da Silva também sustenta a importância da Ação Civil Pública como o mais importante meio processual de defesa ambiental agasalhada pela Constituição Federal de 1988 quando, em seu artigo 129, inciso III, prevê como uma das funções institucionais do Ministério Público promover a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, sem prejuízo da legitimação de terceiros (SILVA, 1994, p. 320).

Entretanto, o acesso à Justiça na defesa dos interesses coletivos, especialmente relacionado ao meio ambiente, não se restringe a ACP, conforme nos ensina Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2002, p. 281):

A proteção do meio ambiente pode ser efetivada através de vários instrumentos colocados à disposição dos cidadãos e dos legitimados, como, por exemplo, o Mandado de Segurança Coletivo, a Ação Popular prevista na Magna Carta, o Mandado de Injunção e a Ação Civil Pública, sendo, esta última, objeto do estudo traçado nesse trabalho.

Outro instrumento processual de tutela ambiental que deve ser mencionado dada a sua importância prática é a ação popular. Grinover (1977, p. 422) nos lembra com exatidão a importância de referido instrumento processual:

Lembre-se, v.g., a ação popular intentada contra a construção do aeroporto internacional de São Paulo, para proteger as matas de Caucaia; contra o aterro parcial da lagoa Rodrigo de Freitas, para proteger a paisagem; contra o aeroporto de Brasília, por questões estéticas; contra a demolição do Colégio Caetano de Campos, em São Paulo, para preservar seu valor histórico e artístico; contra o plano de esgotos "Sanegran", em São Paulo, para preservar o meio ambiente e a saúde pública; contra a instalação de quiosques e toldos visando a atividades comerciais, em praça pública da estância hidromineral de Águas de Lindóia; contra a construção de prédios de apartamentos em uma praia de Itanhaém, no litoral de São Paulo etc.

A pertinência da ação popular no campo do dano moral coletivo também é reforçada pelo Ilustre e saudoso Professor Meireles (1994, p. 89):

Embora os casos mais frequentes de lesão se refiram ao dano pecuniário, a lesividade a que alude o texto constitucional tanto abrange o patrimônio material quanto o moral, o estético, o espiritual, o histórico. Na verdade, tanto é lesiva ao patrimônio público a alienação de um imóvel por preço vil, realizada por favoritismo, quanto a destruição de um recanto ou de objetos sem valor econômico, mas de alto valor histórico, cultural, ecológico ou artístico para a coletividade local.

A reparação do dano extrapatrimonial tem por objetivo compensar a coletividade por ter sido privada de usufruir do bem ambiental.

Desse modo, a indenização no caso de dano moral objetivo será aplicada na restauração do bem ambiental danificado. Na impossibilidade deste, será empregado de forma a reparar a perda da qualidade de vida da coletividade das presentes e futuras gerações.

O dano moral está previsto na Constituição, no novo Código Civil e na Lei da Ação Civil Pública. Estabelece o art. 186 do Código Civil: *“aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”*.

Da mesma forma, dispõe a Lei 7.347/85: *Art. 1º: “Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente”*.

Essa previsão é corroborada pelo princípio da reparabilidade integral do dano ambiental, consignado no artigo 225, § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 14, §1º, da Lei 6.938/81. Trata-se de responsabilização originada da lesão do bem ambiental como interesse difuso, atingindo valores imateriais da coletividade, tais como perda de qualidade de vida.

4. DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA

A jurisprudência tem-se posicionado de maneira controversa em relação à possibilidade do dano moral ambiental coletivo. Trata-se, na verdade, de um tema novo e complexo. Alguns juristas mais conservadores buscam a fundamentação para não aceitação do dano moral ambiental coletivo, no fato de ser o dano moral de ordem subjetiva dizendo respeito à dor, ao sentimento do indivíduo em relação ao bem lesado e também no fato de se atribuir um valor em pecúnia à dor moral.

Desse modo, ainda presos a concepções oriundas do Antigo Código Civil, o dano moral só poderá ser suscetível de reparação caso seja individual, não admitindo, assim, o dano moral coletivo. Por outro lado, o dano moral ambiental está relacionado a interesses difusos, garantidos na Constituição Federal. Este encontra seu fundamento na dignidade da pessoa humana, bem maior a ser considerado, o que levaria a possibilidade de indenização por danos morais ambientais coletivos.

Assim, vários julgados como a doutrina posicionam-se de maneira diferente acerca do assunto, conforme passamos a demonstrar: a indenização por dano moral é, portanto, a partir da Magna Carta de 1988, um direito fundamental do ser humano.

Porém, aqueles considerados conservadores, ante a posição assumida pelo Código Civil de 1916 e do Código de Processo Civil de 1973, não admitem o Dano Moral Coletivo uma vez, que esses Códigos são voltados para a tutela individual e patrimonial.

Neste sentido, vale ressaltar as considerações feitas sobre o assunto por Rui Stoco, (2004, p.855-856):

Falar em “dano moral ambiental” é desvirtuar o objetivo da Magna Carta e tangenciar os princípios que informam a responsabilidade civil, pois o que se resguarda é o meio ambiente e não o dano causado à pessoa, individual ou coletivamente. Estes, caso sofram prejuízos, por danos pessoais (físicos) ou materiais (em seus bens), terão direito de ação para obter a reparação por direito próprio, mas não podem beneficiar-se do resultado alcançado pelo Ministério Público ou pelas entidades legitimadas a ingressar com ações civis públicas para a proteção ambiental, salvo quando a ação tenha natureza diversa, como a proteção ao consumidor ou qualquer outro interesse difuso ou coletivo que cause dano per se e possa ser individualizado e quantificado posteriormente.

E conclui o ilustre doutrinador (2004, p. 857):

Do que se conclui mostrar-se impróprio, tanto no plano fático como sob o aspecto lógico-jurídico, falar em dano moral ao ambiente, sendo insustentável a tese de que a degradação do meio ambiente por ação do homem conduza, através da mesma ação judicial, à obrigação de reconstituí-lo e, ainda, de compor o dano moral hipoteticamente suportado [...]

Porém, o entendimento supra não é pacífico, aliás, o dano moral ambiental vem construindo uma teoria sólida baseada na Constituição Federal, superando a suposta impossibilidade de compensação pecuniária da dor.

De forma peremptória, observa Sergio Cavalieri Filho (2002, p. 85) que o “dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que violação do direito à dignidade”. Ainda segundo o autor, “os bens que integram a personalidade constituem valores distintos dos bens patrimoniais, cuja agressão resulta no que se convencionou chamar de dano moral”.

José Luiz Júnior, (2005), ao contrário de Rui Stoco, defende a possibilidade de pessoa jurídica ou física ser responsabilizada por dano moral ambiental. Segundo ele:

No que concerne ao dano ambiental, sua caracterização dependerá da valoração dada ao bem jurídico lesado pelo dano e protegido pela ordem jurídica. Destarte, para a definição do dano ambiental, torna-se essencial, preliminarmente, que se caracterize o conceito jurídico de meio ambiente.

Meio ambiente é um bem jurídico, que pertence a todos os cidadãos indistintamente, podendo, desse modo, ser usufruído pela sociedade em geral. Contudo, toda a coletividade tem o dever jurídico de protegê-lo, o qual pode ser exercido pelo Ministério Público, pelas associações, pelo próprio Estado e até mesmo por um cidadão.

O dano ambiental, assim como o dano, tanto pode ser patrimonial como moral. É considerado dano ambiental patrimonial quando há a obrigação de uma reparação a um bem ambiental lesado que pertence a toda a sociedade. O dano moral ambiental, por sua vez, tem ligação com todo prejuízo que não seja econômico, causado à coletividade, em razão da lesão ao meio ambiente. Não se pode olvidar da questão social desencadeada pelo dano ambiental. O dano ao meio ambiente representa lesão a um direito difuso, um bem imaterial, incorpóreo, autônomo, de interesse da coletividade, garantido constitucionalmente para o uso comum do povo e para contribuir com a qualidade de vida das pessoas. Assim, não apenas a agressão à natureza deve ser objeto de reparação, mas também a privação do equilíbrio ecológico, do bem-estar e da qualidade de vida imposta à coletividade.

Como visto, a doutrina tem buscado assumir uma posição mais liberal admitindo o dano moral coletivo, fundamentando-a na dignidade da pessoa humana, princípio constitucionalmente consagrado.

Além do mais, a prova da dor exigida pelos civilistas, “é tão descabida quanto desnecessária *in casu*, além de espelhar uma incompreensão do que sejam direitos fundamentais de terceira geração e da ética inerente à conservação ambiental”. (CAMERINI, 2008).

Realmente, a questão mais controversa e polêmica encontra-se na possibilidade da reparação por danos morais ambientais difusos, como assevera CAMERINI (2008):

Embora seja cada vez mais corriqueira ações civis públicas pelo país, seja de autoria do Ministério Público, do IBAMA, ou de outras entidades e autoridades competentes, pleiteando tal direito. O pedido encontra-se fundamentado no art. 1º da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994).

Com efeito, uma análise, ainda que superficial do Recurso Especial nº 598.281 do Superior Tribunal de Justiça é extremamente elucidativo sobre esse polêmico tema do dano moral coletivo, senão vejamos: **EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E**

INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (grifo nosso)

Conforme se infere da referida ementa, a influência civilista é patente na decisão, já que a reparação por danos morais estaria condicionada à existência de dor, sofrimento psíquico, cujo caráter é individualista, tornando incompatível com o dano coletivo, já que este é de natureza difusa, ou seja, os sujeitos prejudicados são indetermináveis.

É importante salientar que a referida decisão não foi unânime. Até porque, admitindo tal tese, o artigo 1º da Lei nº 7.347/85 não teria razão de ser, uma vez que prevê expressamente a possibilidade de responsabilização por danos morais causados ao meio ambiente, o qual possui natureza difusa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reparação do dano extrapatrimonial tem por objetivo compensar a coletividade por ter sido privada de usufruir do bem ambiental.

Desse modo, a indenização no caso de dano moral objetivo será aplicada na restauração do bem ambiental danificado. Na impossibilidade deste, será empregado de forma a reparar a perda da qualidade de vida da coletividade das presentes e futuras gerações.

O acesso à Justiça para a efetivação do direito de ver-se ressarcido, tanto o indivíduo quanto à coletividade, é matéria de difícil elucidação, tendo em vista os titulares de referidas ações. Entretanto, poderá a tutela jurisdicional se operar mediante Ação Civil Pública e também mediante Ação Popular.

Por fim, a jurisprudência tem-se posicionado de maneira controversa em relação à possibilidade do dano moral ambiental coletivo. Trata-se, na verdade, de um tema novo e complexo. Alguns juristas mais conservadores buscam a fundamentação para não aceitação do dano moral ambiental coletivo no fato de ser o dano moral de ordem subjetiva, uma vez que diz respeito à dor, ao sentimento do indivíduo em relação ao bem lesado e também no fato de se atribuir um valor em pecúnia à dor moral.

Desse modo, ainda presos a concepções oriundas do Antigo Código Civil, conclui-se que o dano moral só poderá ser suscetível de reparação caso seja individual, não admitindo, assim, o dano moral coletivo. Por outro lado, o dano moral ambiental está relacionado a interesses difusos garantidos na Constituição Federal. Esse encontra seu

fundamento na dignidade da pessoa humana, bem maior a ser considerado, o que levaria à possibilidade de indenização por danos morais ambientais coletivos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, A. V. H. **A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico – apontamentos sobre a opressão e a libertação judiciais do meio ambiente e do consumidor.** apud MILARÉ, Edis. (coord.). Ação Civil Pública (Lei 7.347/85 – Reminiscências e Reflexões após dez anos de aplicação). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Pode a coletividade sofrer dano moral?** IOB- Repertório de Jurisprudência: civil, processual, penal e comercial. São Paulo, n.15, ago.1996, p. 03.

CAMERINI, João Carlos Bemerguy. **O dano moral ambiental difuso. Objeções à interpretação civilista adotada em precedente do STJ.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1576, 25 out. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10573>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

DELGADO, José Augusto. **Responsabilidade civil por dano moral ambiental.** Interesse Público - Revista Bimestral de Direito Público. Fórum de Dir. Tributário - RFDT, São Paulo, v. 8, n. 36, p. 13-59, 2006.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Interesses Difusos em Enciclopédia Saraiva do Direito.** São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 45.

JUNIOR, José Luiz. **Responsabilidade civil por danos ambientais.** São Paulo. DireitoNet, 25 de fevereiro de 2005.

Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1934/Responsabilidade-civil-por-danos-ambientais>.

LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patrick de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LEITE, José Rubens Morato. **Inovações em Direito Ambiental**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000, p. 27-40.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, prática e jurisprudência, glossário**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2001. p. 232.

_____. **Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão**. Coordenador: Antônio Herman V. Benjamin. São Paulo: Revista dos tribunais, 1993.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SIDOU, J. M. Othon. **Habeas Corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular – As garantias ativas dos direitos coletivos**. Uberaba: Forense, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2001.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil – com comentários ao Novo Código Civil**. 6. ed. São Paulo:Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **O meio ambiente**. Revista Consulex, ano IV, n.º 46, outubro/2000, p. 15.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

A VIDA DA EMPRESA E A CONTABILIDADE FISCAL

Adison De Jesus Lisboa,¹⁹
Alexandre Araújo Almeida Almeida²⁰
Bruno Borges Medeiros²¹
Cíntia Beviláqua Santos²²
Francislei Aparecida Da Silva²³
Gustavo Duarte Felisbino²⁴
Marilene Alves Lopes²⁵
Oziane Do Amaral Nogueira²⁶
Rosangela Aparecida Duarte Acosta²⁷
Fernando De Souza Costa²⁸
Fernando Takeo Harano²⁹

RESUMO

Este trabalho intitulado: A vida da empresa e a contabilidade fiscal, pautado na necessidade da empresa ter conhecimento da importância da contabilidade fiscal, que cada dia torna-se mais complexa, pois existem constantes mudanças impostas pelo fisco. Além desse aspecto, o estudo objetiva entender como a contabilidade na vida das empresas é fundamental, e a forma como são registrados todos os fatos contábeis. A contabilidade como sendo um grande instrumento para controle, análises e tomadas de decisões, nos mostra como é fundamental o lançamento correto e real de todas as informações fiscais que registram seu faturamento e suas entradas, para permitir a detecção de possíveis problemas financeiros. Existe uma relação que a empresa precisa ter com os escritórios de contabilidade, quanto aos compromissos legais perante o estado, e principalmente para manter a empresa regularizada, com isso ter condições financeiras para progresso no mercado econômico. A pesquisa realizada foi de

¹⁹ Acadêmico do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²⁰ Acadêmico do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²¹ Acadêmico do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²² Acadêmica do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²³ Acadêmica do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²⁴ Acadêmico do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²⁵ Acadêmica do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²⁶ Acadêmica do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²⁷ Acadêmica do 4º Semestre de Ciências Contábeis.

²⁸ Pedagogo e Fisioterapeuta, Especialista em Neuropedagogia aplicada à Educação, Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia da FAMA (Iturama, MG) e Fisioterapia e Educação Física da FUNEC (Santa Fé do Sul, SP).

²⁹ Bacharel em Contabilidade, Especialista em Gestão de Negócios e Controladoria, Contador e Professor da Faculdade Aldete Maria Alves-FAMA e da UNIESP de Ilha Solteira.

carácter quantitativo por meio de questionário. Após análise dos resultados e discussão com as diferentes perspectivas de autores foi possível compreender que a empresa precisa sempre estar atualizada, e contar com profissionais contábeis para um trabalho de comprometimento ao desenvolver os princípios da contabilidade, e controlar todos os registros fiscais da mesma, diante a legislação tributária adequada.

Palavras-chave: Contabilidade Fiscal. Empresas. Controle.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho e a economia estão sempre diante de atualizações. Destaca-se neste meio a área contábil, pois é a contabilidade a responsável por fornecer informações sobre grande parte dos recursos da empresa, sendo necessário o controle, gerenciamento e planejamento. Uma organização que mantém todos os fatos contábeis registrados pode gerar informações estratégicas á seus administradores. Como notório, a contabilidade é indispensável a qualquer empresa seja ela de pequeno ou grande porte.

O presente estudo busca entender a importância da contabilidade fiscal e seus registros, assim como a empresa com a sua responsabilidade e seu comprometimento.

O objetivo geral desse trabalho foi verificar como de fato são demonstrados os decorrentes fatos contábeis e como são registrados pela contabilidade fiscal.

Os objetivos específicos, através de pesquisa bibliográfica para obter embasamento teórico. Traz definições de contabilidade geral, como é importante à contabilidade nas organizações, e conceitos de empresa, para conhecermos como é estabelecida a relação pessoal e econômica. Com o foco em demonstrar como é realizada a contabilidade fiscal e sua importância, assim como o registro de fatos contábeis e todo o controle para fins de ter uma contabilidade correta e demonstrações financeiras fidedignas.

2 CONCEITO DE EMPRESA

De acordo com Chiavenato (2005, p.24) "uma organização é um conjunto de pessoas que atuam juntas em uma criteriosa divisão de trabalho para alcançar um propósito comum".

Outro conceito citado por Chiavenato (2005, p.24) "Organização é uma unidade social conscientemente coordenada, composta de duas ou mais pessoas, que funciona de maneira relativamente contínua, com o intuito de atingir um objetivo comum".

Como lembra Kinlaw (1998), a empresa tem grande importância, pois é influente nas decisões políticas e sociais, nacional e internacional.

Para Crepaldi (1998 p.27), "uma empresa é uma associação de pessoas para a exploração de um negócio que produz e/ou oferece bens e serviços, com vistas, em geral, à obtenção de lucros".

Cassarro (1999, p. 2) coloca que, "uma empresa é uma entidade jurídica que tem como obrigação apresentar lucro, e este deve ser suficiente para permitir sua expansão e o atendimento das necessidades sociais".

Koontz e O'Donnell (1982, p. 333) afirmam "empresas, assim como os homens, não vivem para si sós. São instituições entrelaçadas que o homem julgou conveniente organizar para atender às suas necessidades".

Ao definir empresa Chers (1986, p. 8), considera-se a empresa, antes de tudo, uma organização social, e como tal envolvendo-se, através de valores, essencialmente, humano.

"(...) é uma organização que se propõe a, regularmente, transformar insumos e/ou transacionar bens que considera úteis para a sociedade, sejam eles matérias-primas, produtos semifabricados, bens industriais, bens de consumo ou serviços. Pelo esforço de ser útil, a empresa espera ser remunerada (...). Ademais (...) espera auferir um diferencial entre custos totais e o seu preço de venda, ou seja, um lucro que lhe permita remunerar os riscos dos seus investidores e a reinvestir uma parte destes lucros para poder crescer".

Para, Harrington (1997), as organizações entraram em uma era de grandes desafios e incertezas sem precedentes, pois cada vez mais os empresários estão buscando alternativas, visto que os modelos funcionais e tradicionais não parecem ser eficazes.

3 CONCEITO DE CONTABILIDADE

A contabilidade em seu aspecto geral é a ciência que estuda o patrimônio das empresas, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, abaixo descreve o conceito de diferentes autores.

Ribeiro (1999, p.33) define que “a contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa”.

Bueren (1998, p.30) afirma que:

(...) a contabilidade tem como objetivo uma das principais funções de suprir as informações úteis aos gestores cabe a ela gerar informações que deem o devido suporte ao processo de tomada de decisões em todo seus estágios.

Marion (2007, p.25) define que “a função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão”.

Leone (1996, p.38) explana que “o objetivo da contabilidade é prestar informações sobre o estado passado, atual e futuro deste patrimônio, sobre as mutações sofridas por eles e as causas dessas mutações”.

Iudicibus (2000, p.19) cita a respeito da contabilidade e seu objetivo:

(...)que o estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela a apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

Para Massucatti (2001, p.14), a contabilidade:

(...) enquanto instrumento utilizado para o registro das situações que envolvem as operações realizadas por uma entidade em seus contatos e transações no mercado, sempre foi vista como um instrumento apto a cumprir basicamente, dois objetivos fundamentais: a) Possibilitar através dos registros contábeis, a avaliação e o controle, por parte dos envolvidos no processo decisório, das situações econômicas e financeiras da entidade; b) Municar com informações, a partir dos registros das varias operações contábeis dos resultados anteriormente esperados e dos resultados efetivamente alcançados, as esferas dentro da empresa que respondem pelo planejamento de curto e longo prazo, para redefinir ou não objetivos a serem atingidos.

Hendriksen e Breda (1999, p.92), definem que “juntamente com a evolução da contabilidade, os objetivos da contabilidade também evoluíram. Isso porque as necessidades de informações e as formas de apresentação das estruturas contábeis foram modificadas”.

Segundo Crepaldi (1998, p.89) a informação contábil tem que ser:

(...)- Confiável. Os trabalhos elaborados pela Contabilidade devem inspirar confiança, a tal ponto que o usuário da informação tenha segurança nas informações fornecidas.

- Ágil. Pode-se elaborar um belo trabalho contábil, mas se o mesmo não for apresentado em tempo hábil para ser usufruído, a informação perde o sentido, principalmente em países com economia instável.

- Elucidativa. Cada usuário da informação tem um grau de conhecimento; identificá-lo é primordial para que os trabalhos sejam elucidativos.

- Fonte para tomada de decisões. Nenhuma decisão que envolva negócios é tomada a esmo, pois está em jogo o Patrimônio, que não se constituiu de maneira tranquila; assim, quem controla o Patrimônio tem obrigação de gerar alicerce para decisão.

Marion (2005, p. 01), apresenta o seguinte conceito:

(...) A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

4 CONCEITO DE CONTABILIDADE FISCAL

A contabilidade geral possui várias áreas específicas, e dentro dessa ramificação temos a contabilidade fiscal, cujo objetivo principal é os tributos.

Está presente nas operações contábeis e transações, onde são identificados fatos contábeis registrados na contabilidade geral ou específica de uma gestão.

Controla as informações tributárias da empresa conforme as leis nacionais evitando ao empreendedor possíveis sanções fiscais.

Com objetivo de sanar a descrição desse conceito Fabretti (2001, p. 27) define Contabilidade fiscal “o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma

simultânea e adequada”.

Na legislação brasileira estão estabelecidas as seguintes formas de tributação:

- Simples Nacional;
- Lucro Presumido;
- Lucro Real;
- Lucro Arbitrado.

Cada forma de tributação segue determinadas regras que devem ser observadas e respeitadas pelo empreendedor que se encontra nas mesmas.

Trata-se de uma das áreas mais delicadas da empresa, pois envolve tributação, onde a empresa está sujeita a fiscalização e autos de infração.

Conforme Oliveira et al (2003, p. 33) contabilidade tributaria é conceituada:

(...) como o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais.(...) O registro contábil das provisões relativas aos tributos a recolher, em obediência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, pois como parte integrante do sistema de informações da empresa, a Contabilidade Tributária tem a responsabilidade de informar, correta e oportunamente, o valor das diversas provisões para recolhimento dos tributos, de acordo com o princípio contábil da competência de exercícios (...).

Segundo Fabretti (2001, p. 29): “é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática de conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade e de legislação tributária, de forma simultânea e adequada”.

Portanto, o contador não deve ser encarado como um simples “registrador de fatos”, como infelizmente ainda acontece nos dias de hoje, mas deve ser visto como o profissional responsável pela depuração dos fatos econômicos ocorridos na empresa, bem como pela gerência tributária.

5 CONCEITO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Lucena (2013, p. 1) faz uma breve definição a conceito de escrituração contábil:

A escrituração é uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios, dos fatos administrativos

decorrentes da atividade de uma entidade. Tais fatos contábeis devem ser registrados por seus aspectos qualitativos e quantitativos, com a finalidade de controle do patrimônio, de apuração do resultado do exercício social, bem como de prestação de informação aos usuários das informações contábeis. O registro de um fato contábil é chamado de lançamento contábil; este é efetuado nos livros contábeis próprios. Concluímos então que a escrituração é uma técnica contábil que efetua os registros dos fatos contábeis através dos lançamentos contábeis.

Segundo Ribeiro (2002 p.24):

O objetivo da contabilidade é permitir o estudo e o controle dos fatos decorrentes da gestão do patrimônio das entidades econômicas – administrativas”. Sua finalidade é permitir a obtenção de informações econômicas e financeiras acerca da entidade. As informações de natureza econômica compreendem, principalmente, os fluxos de receitas e de despesas, que geram lucros ou prejuízos, e as variações no patrimônio da entidade.

A escrituração de acordo com Ribeiro (2002, p. 76) “é uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios, de todos os fatos administrativos resultantes da gestão do patrimônio da entidade”.

Franco (2006, p. 57) acrescenta que:

A Escrituração é o elemento histórico que compreende o registro dos fatos, na ordem cronológica, o que dá à contabilidade caráter de verdadeira história do patrimônio. Sob os aspectos econômico e financeiro, entretanto, essa história não apresenta importância objetiva, porquanto a análise e a interpretação dos fatos, nesses aspectos, não são feitas em face dos fatos isoladamente considerados, mas da expressão monetária de seus efeitos no conjunto da riqueza patrimonial.

Ainda segundo Franco (2006, p. 57):

quanto mais completo e transparente forem os registros da Contabilidade, mais eficientes serão os diagnósticos, as conclusões, as causas. Também, se os relatórios forem analisados corretamente, muito mais fáceis será prescreverem-se sintomas, avaliarem-se medidas, receitarem-se medicamentos.

Ribeiro (2002, p. 83) diz que “os métodos de escrituração é a forma de registro dos Atos e Fatos Administrativos”.

Franco (2006, p. 58) frisa que “diversas são as maneiras de escriturar os fatos contábeis, porém todos os métodos de escrituração existentes são as variantes de dois métodos fundamentais: o método das partidas simples e o método das partidas dobradas”.

Quanto Franco (2006, p. 59) indica que o método das partilhas simples consiste no registro de operações específicas envolvendo o controle de um só elemento patrimonial; “é um método deficiente e incompleto, não permitindo o controle total do patrimônio da empresa”.

Ribeiro (2002, p. 83) concorda com Franco e diz:

que esse método consiste no registro de operações específicas envolvendo o controle de um só elemento. Ex: Livro Caixa. Visa apenas o controle do dinheiro, não tem a preocupação de controlar outros elementos patrimoniais. O método das partidas simples é deficiente e incompleto, pois não permite o controle global do patrimônio. As entidades que utilizam apenas esse método de registro só conseguem controles estanques de alguns eventos.

Já as partilhas dobradas são desenvolvidas e citada em outro aspecto segundo Franco (2006, p. 59): “Esse é o método utilizado universalmente nos registros contábeis. Sua utilização permite o controle de todos os elementos patrimoniais, bem como das variações do Patrimônio Líquido através da apuração do resultado econômico”.

Ribeiro (2002, p. 83) afirma que o princípio fundamental do método das partilhas dobradas é o de que “não há devedor sem que haja credor, correspondendo, a cada débito, um crédito de igual valor. Um dos produtos deste método de escrituração é o Balanço Patrimonial”.

6 CONCEITO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ribeiro (1998, p.17) escreve que “a finalidade das demonstrações financeiras é transformar os dados extraídos em informações úteis para a tomada de decisões por parte das pessoas interessadas”.

Ainda aquele autor, “a análise de balanços inicia-se a partir das demonstrações financeiras, nas quais o analista coleta os dados adequando-os para os cálculos de quocientes, índices ou coeficientes, que serão posteriormente interpretados”.

Conforme Ribeiro (1998, p.16), destaca que a análise das demonstrações financeiras:

[...] pode ser conceituada como a arte através da qual são analisadas e interpretadas às principais demonstrações financeiras de uma entidade, exigindo sempre de quem a executa, habilidade e conhecimentos em contabilidade, visa fornecer informações acerca do estado de seu Patrimônio.

Matarazzo (1993, p. 22) afirma que “a Análise de Balanço objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”. As demonstrações Contábeis fornecem uma quantidade de dados relativos à empresa e através da Análise de Balanço é possível transformar estes dados em informações úteis aos usuários.

Matarazzo (1993, p.17) ainda cita que:

“O analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou continuará operando”.

7 METODOLOGIA

O estudo proposto iniciou-se por meio da elaboração do projeto de pesquisa.

Este trabalho foi realizado através de pesquisa de campo quantitativa.

Sobre os instrumentos de coleta de dados Rauen (2002, p. 124) afirma:

[...] Os instrumentos de coleta de dados têm duas funções básicas: demonstrar a presença ou ausência de um fenômeno e capacitar à quantificação e/ou qualificação dos fenômenos presentes. Um instrumento de coleta deve ser capaz de fornecer uma mensuração da realidade.

Os dados foram coletados quantitativamente através de um questionário com doze perguntas abertas, aplicados em seis escritórios de contabilidade no município de Iturama, estado de Minas Gerais.

Segundo Marconi e Lakatos (1986, p. 126), na pesquisa quantitativa “os caracteres são expressos em números, focalizados em termos de quantidade do fator presente em uma situação”.

Com os dados obtidos, foi possível a confecção dos gráficos e a discussão dos resultados, que possibilitou execução do artigo científico.

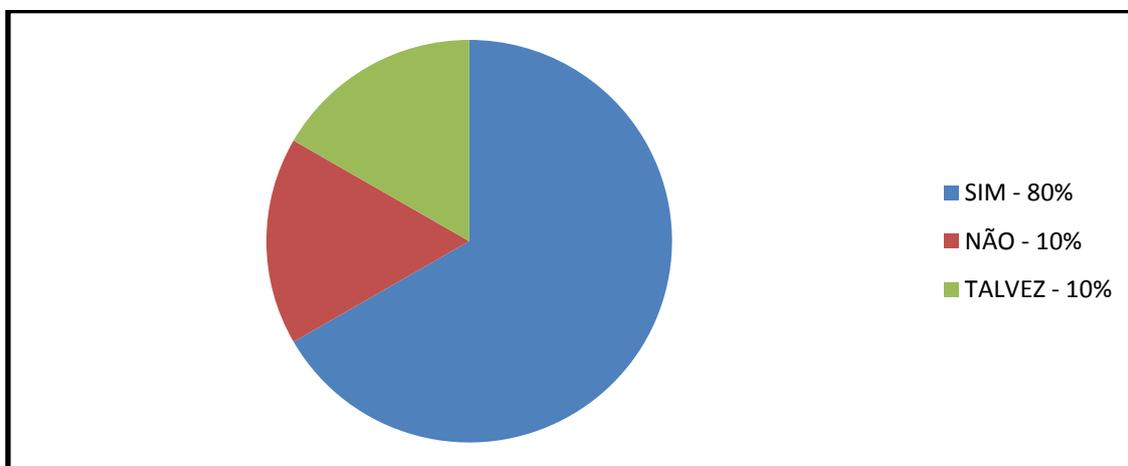
Os materiais utilizados para a elaboração deste trabalho foram:

- Livros
- Internet
- Revistas
- Periódicos
- Jornais.
- Pesquisa de Campo.

8 RESULTADOS DA PESQUISA

Mostram-se nos gráficos abaixo os resultados do questionário aplicado.

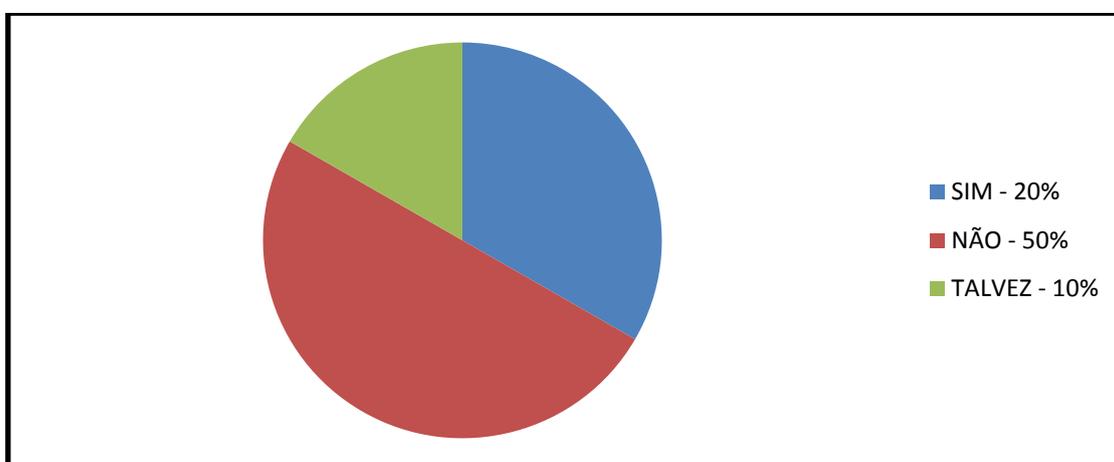
Gráfico 1 - São registrados todos os fatos contábeis que ocorrem na empresa?



Fonte: dos próprios alunos.

Referente à Questão 1, verificamos que 80% dos escritórios de contabilidade que respondem a pesquisa registram os fatos que ocorrem na empresa, mas nota-se que ainda 10% não registram e outros 10% que às vezes registra. A justificativa para os escritórios que não laçam todos os fatos é a falta de documentos, tais como notas fiscais de compra e venda, as despesas, essa falta de documentos se dá pelo fato de não existir o comprometimento das empresas que são obrigadas a entregar esses documentos aos escritórios.

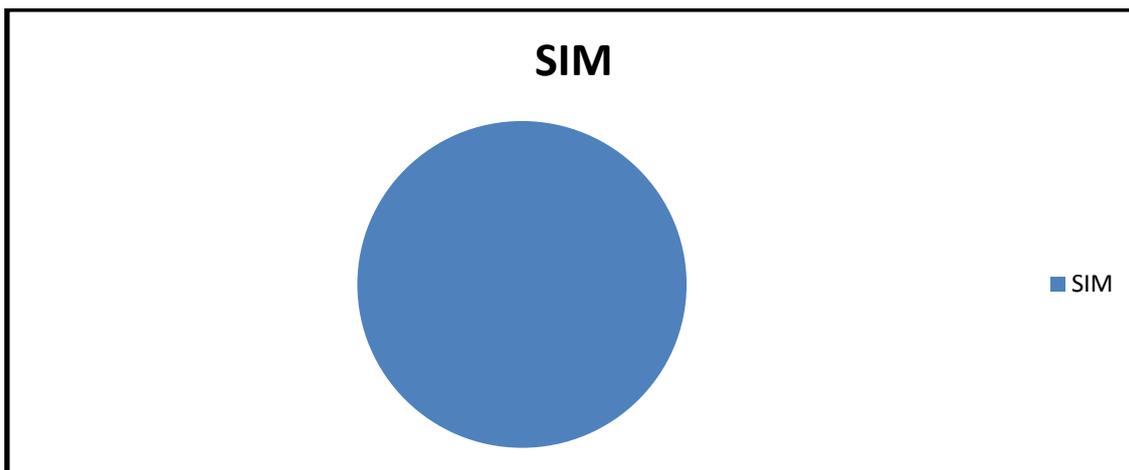
Gráfico 2 - As empresas tem entendimento da importância do registro das informações contábeis?



Fonte: dos próprios alunos.

Quanto a Questão 2, foi constatado que 20% das empresas entendem o comprometimento que deve ter com os escritórios de contabilidade em enviar os documentos, para o registro das informações contábeis. Mas isso ainda não acontece com 50% das empresas, e os outros 10% entender muito pouco.

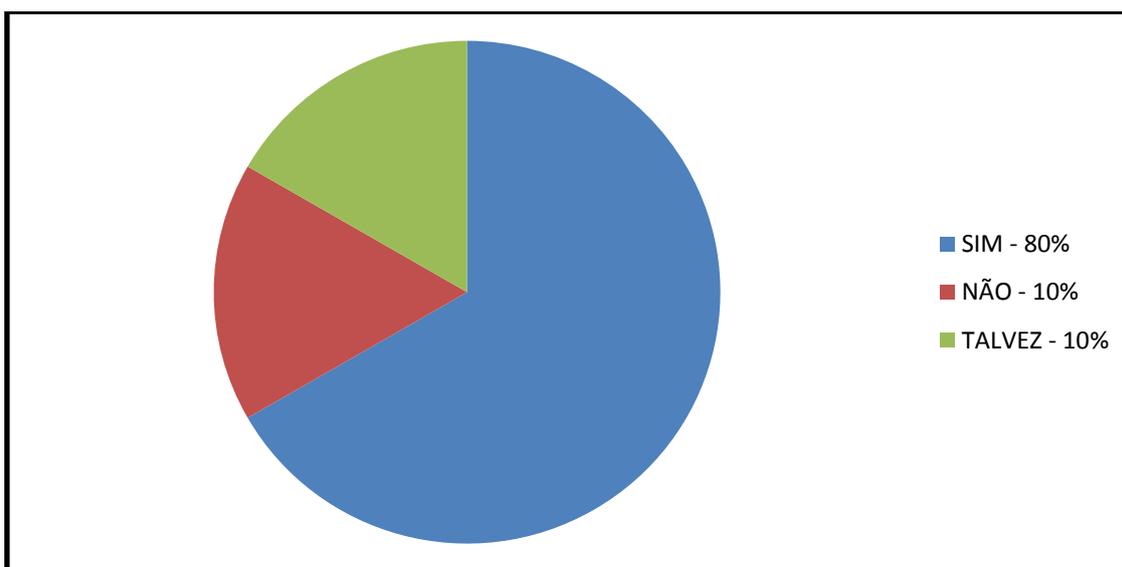
Gráfico 3 - Todas as Notas Fiscais de saída são registradas?



Fonte: dos próprios alunos.

Resposta: 100% dos entrevistados responderam SIM.

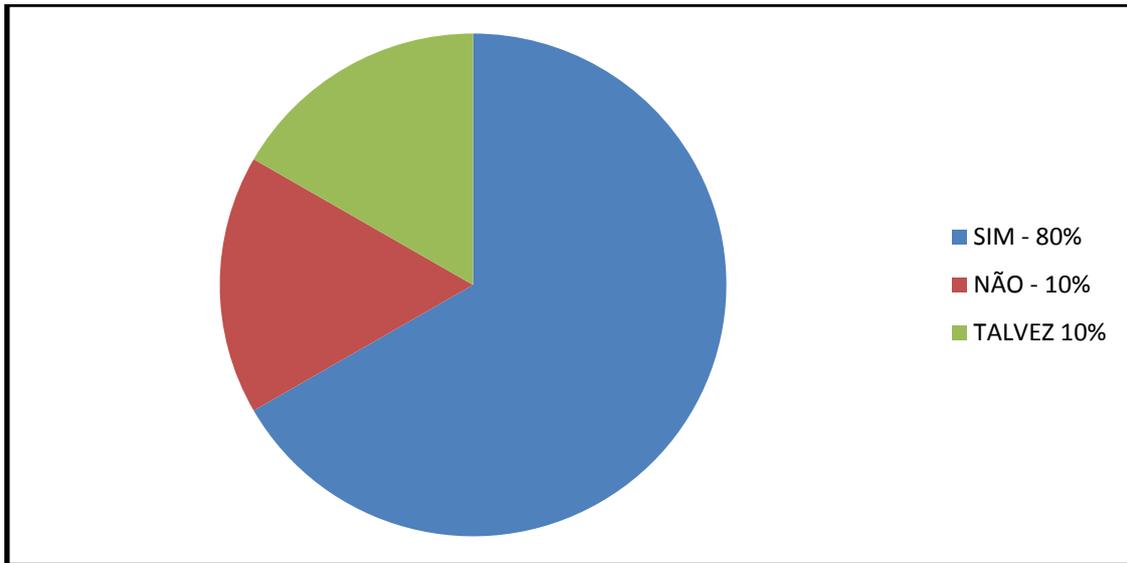
Gráfico 4 - Todas as notas fiscais de entrada são registradas?



Fonte: dos próprios alunos.

Na questão 4, os escritórios de contabilidade responderam de acordo com o registro de todos as notas fiscais de entrada, e 80% disseram que sim, já 10% Não registaram e 10% registra as vezes, isso ocorre pelo fato das empresas não mandar os documentos necessários para tais registros.

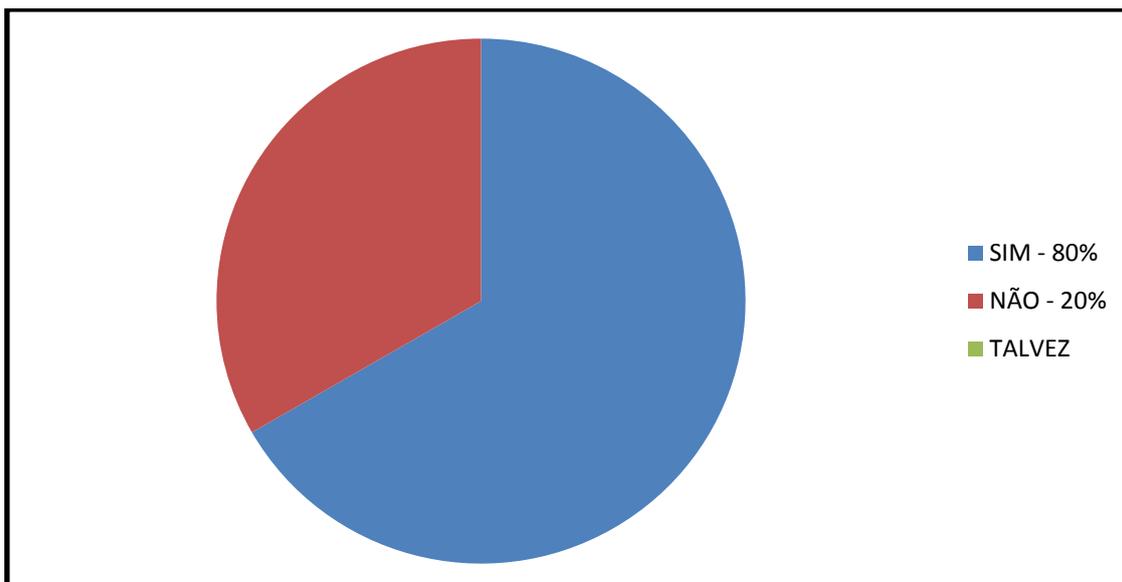
Gráfico 5 - As empresas de pequeno porte têm perspectiva de crescimento econômico diante de todos os obstáculos que a legislação impõe referente e impostos e fiscalização?



Fonte: dos próprios alunos.

No questionário, a questão 5 se deu as seguintes respostas, 80% responderam que sim, que as empresas de pequeno porte têm perspectiva de crescimento independente de como são aplicadas as leis fiscais, ao gerar os impostos a serem pagos, então este obstáculo não impede o crescimento econômico das empresas. Mas para 10% essas empresas não têm perspectiva de crescimento, pois no ponto de vista delas, os obstáculos dificulta o crescimento econômico. Para os outros 10% esse fato impede um pouco, mas não totalmente o desenvolvimento das empresas de pequeno porte.

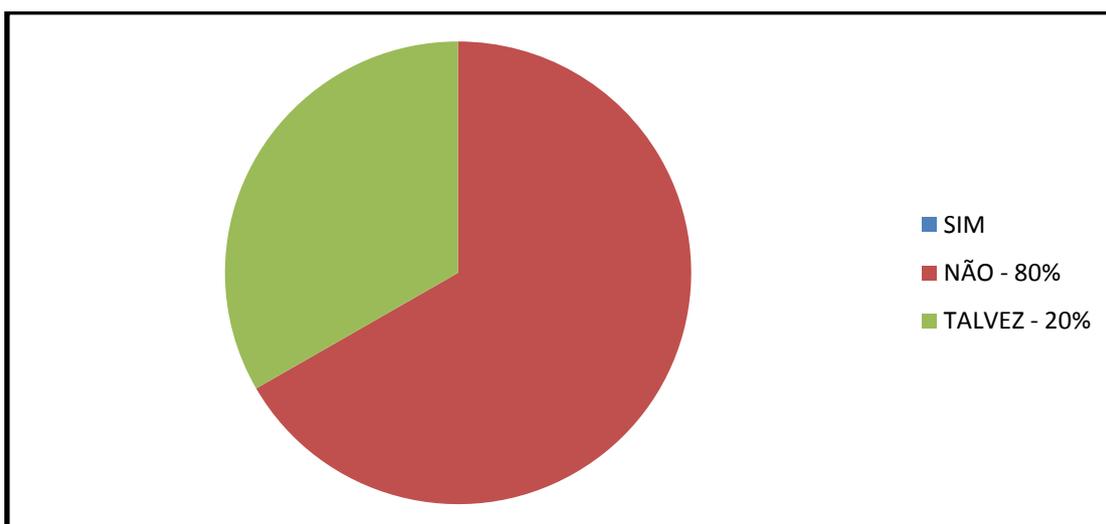
Gráfico 6 - É possível detectar problemas financeiros de seus clientes apenas com as informações que eles fornecem?



Fonte: dos próprios alunos.

Referente a questão 6, a análise feita foi a seguinte, 80% das respostas apontam que sim, que é possível detectar os problemas financeiros através dos dados que os clientes fornecem aos escritórios de contabilidade, mas 20% afirmam que não é possível, pois existe falta de informações referente a real vida financeira da empresa.

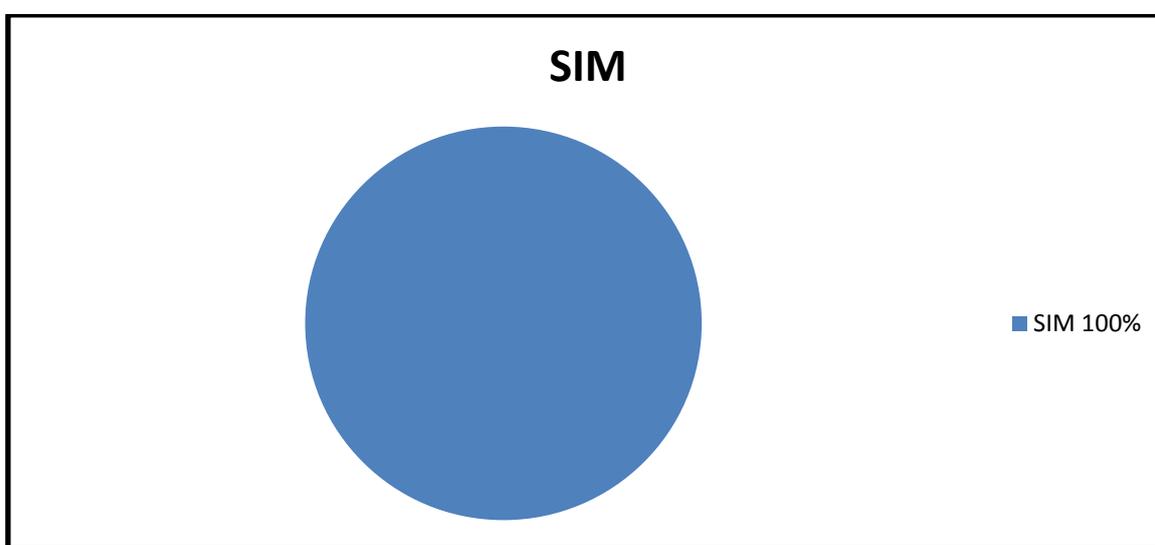
Gráfico 7 - O escritório de contabilidade tem como diminuir a carga tributária de seus clientes?



Fonte: dos próprios alunos.

A questão 7, teve como a maioria da resposta não representando 80%, onde foi afirmado que não existe maneiras de diminuir a carga tributária das empresas, como base na justificativa de que essa carga tributária quem determina é o governo, municipal, estadual e federal. Mas 20% afirmaram que às vezes pode ser possível, mas não destacaram a forma como pode ser feito esse procedimento.

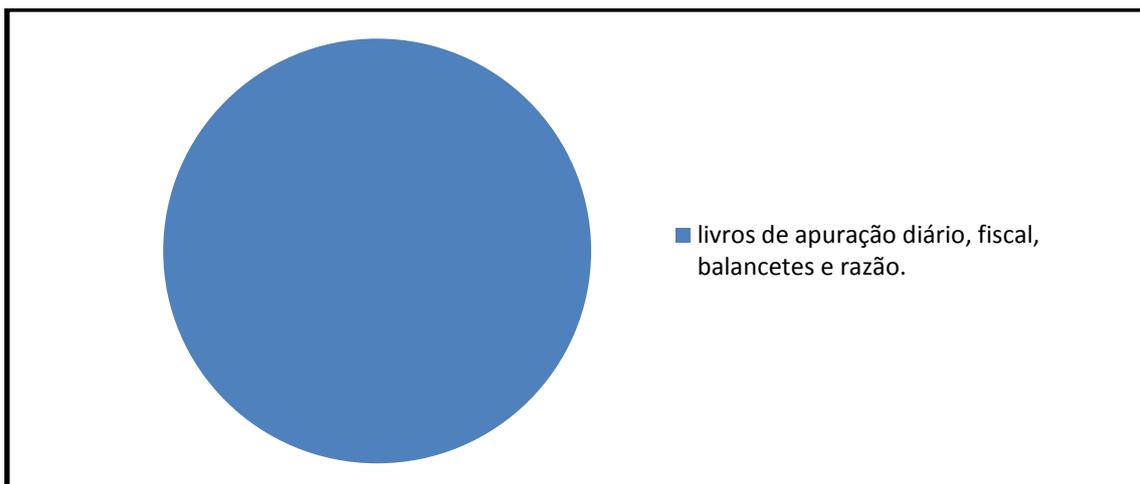
Gráfico 8 - Existem muitas dificuldades para as empresas se adequarem as mudanças impostas pelo fisco?



Fonte: dos próprios alunos.

Resposta: 100% dos entrevistados responderam SIM.

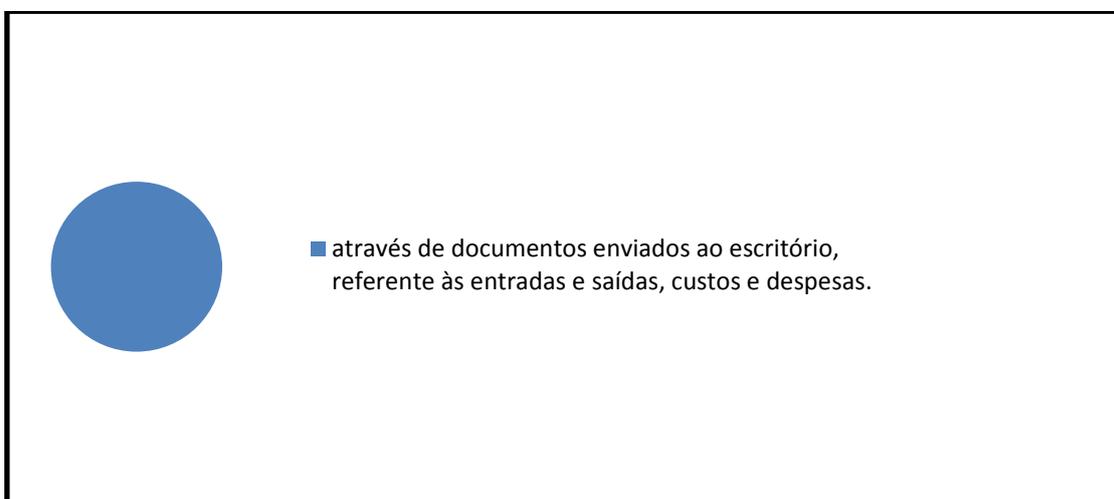
Gráfico 9 - Como é feito o controle dos registros contábeis?



Fonte: dos próprios alunos.

Resposta: 100% dos entrevistados responderam que é feito através dos livros de apuração diário, fiscal, balancetes e razão.

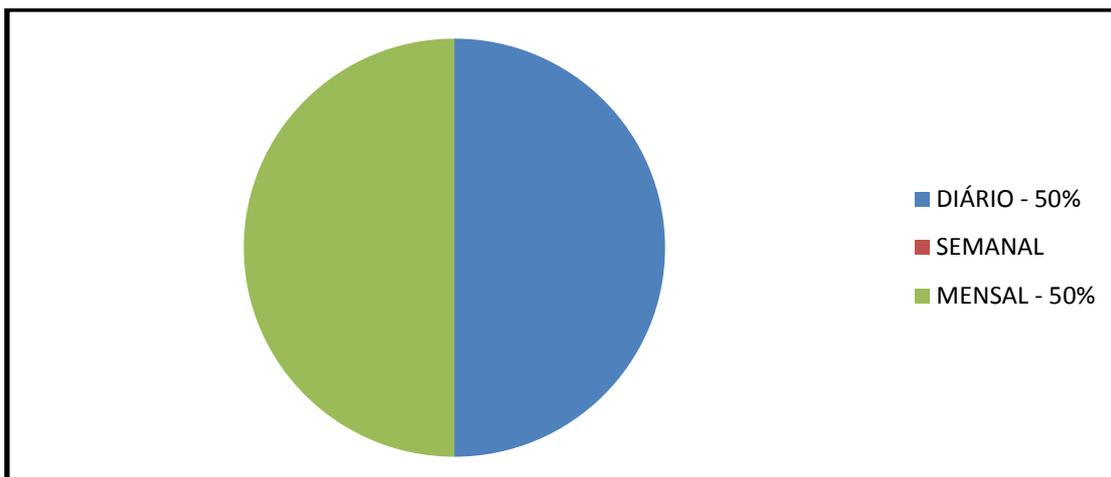
Gráfico 10 - Como são obtidas as informações contábeis de seus clientes?



Fonte: dos próprios alunos.

Resposta: 100% dos entrevistados responderam que são obtidos através de documentos enviados ao escritório, referente às entradas e saídas, custos e despesas.

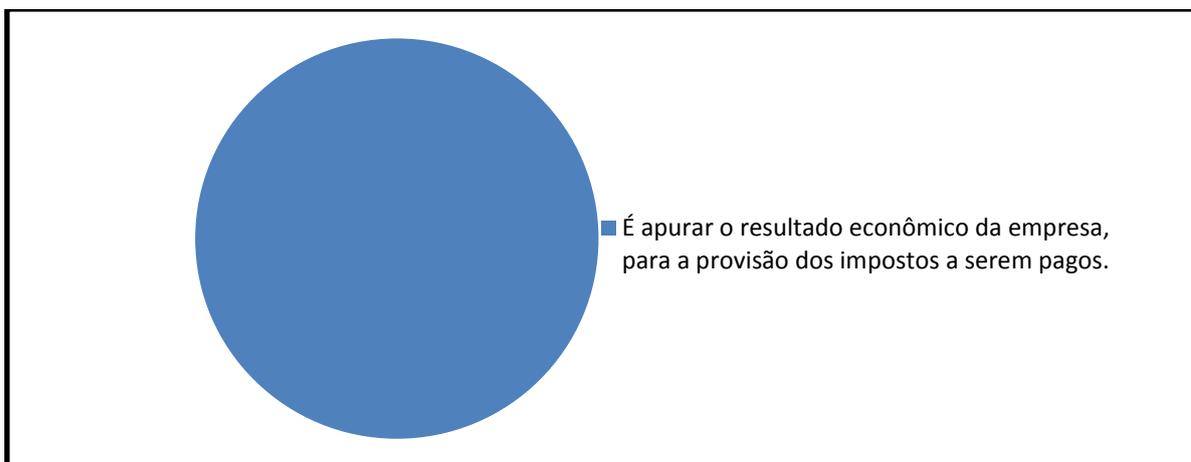
Gráfico 11 - Com qual regularidade são registrados os fatos contábeis?



Fonte: dos próprios alunos.

As respostas obtidas na questão 11 foi 50% dos escritórios de contabilidade registram os fatos contábeis diariamente. E os outros 50% registram mensalmente.

Gráfico 12 - Qual o objetivo da contabilidade fiscal?



Fonte: dos próprios alunos.

Resposta: 100% dos entrevistados responderam que é apurar o resultado econômico da empresa, para a provisão dos impostos a serem pagos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as definições apresentadas ao longo desse estudo é possível concluir que para que a empresa mantenha-se organizada, e controlada, a contabilidade totalmente indispensável. Referente aos lançamentos contábeis é inegável sua importância, diante de todos os fatos explicados no trabalho.

O estudo aplicado foi de grande importância para trazermos a conscientização de que para ter uma empresa é necessário primeiro conhecer os mecanismos contábeis, assim como suas devidas aplicações em cada área específica, como o foco do nosso trabalho foi a relação da contabilidade e a empresa, o que encontramos foi uma grande dificuldade de adaptação das empresas devido as constantes mudanças impostas pelo fisco.

Em suma, sem a contabilidade a vida financeira da empresa estará totalmente comprometida, assim como todos os outros aspectos fiscais atribuídos a rotina contábil exigida através da legislação.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da Informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.
- CASSARRO, Antonio Carlos, Sistema de Informação para Tomada de Decisões, 3º Edição, São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- CHERS, Raimar. O que é Empresa. 1986.
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial, Teoria e Prática. São Paulo:Atlas, 1998.
- FABRETTI, Lúdio Camargo. Contabilidade tributária. 7a. Edição, São Paulo: Atlas, 2001.
- FRANCO, Hilário. A Contabilidade Geral, São Paulo, Atlas, 2006.
- HARRINGTON, H. James. Gerenciamento Total da Melhoria Contínua. São Paulo: Makron Books, 1997.
- HENDRIKSEN, E. BREDÁ, M. F. V. Teoria da contabilidade. Tradução de Antônio EoraltoSanvicente. Cinco ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade Atlas, 2000.
- KINLAW, D. C. Empresa competitiva & ecológica: desempenho sustentado na era ambiental. São Paulo: Makron Books, 1998.
- KOONTZ, Harold e O'DONNELL, CyriL.Princípios de Administração: uma análise das funções administrativas. 2º.vol., 1982.
- LEONE, Jorge S. Guerra. Os vários tipos de demonstração de resultados e a flexibilização da informação. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXV, nº 98. mar/abr., 1996.
- LUCENA, Humberto Fernandes, Curso de Contabilidade Introdutória. Disponível em <<http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/humberto_toq5.pdf>>. Acesso em 07 de Setembro de 2013.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.
- MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2007.

MASSUCATTI, Valdir. Contabilidade um novo perfil profissional para o novo mundo dos negócios. RS: Linhares, 2001.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: abordagem básica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Luís Martins etall. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2003.

RAUEN, F. J.(2002). Roteiros de investigação científica. Tubarão: Editora Unisul.

RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanço Fácil. 6ª. Edição. São Paulo: Saraiva 1998.

_____. Contabilidade comercial Fácil. 14ª ed. Saraiva, 1999.

_____. Contabilidade Geral – Fácil. 11º ed. Saraiva, 2002.

ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA DE ITURAMA – MG

Lucas Martins Freitas³⁰
Paula Regina Gracini de Souza³¹
Érica Cristina Molina dos Santos³²

RESUMO

Trata-se de pesquisa realizada acerca da realidade sobre a adoção. O local escolhido para desenvolvimento da pesquisa foi o município de Iturama, estado de Minas Gerais. A adoção é medida de caráter excepcional para colocação em família substituta, devendo ser aplicada somente quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção da criança ou adolescente em sua família de origem. O presente trabalho tem como objetivo principal verificar a realidade do município de Iturama - MG, com relação à criança e ao adolescente à espera de um processo de adoção e às famílias cadastradas como candidatas ao acolhimento destes menores. Ainda, abordar informações relacionadas à adoção, especificamente com as alterações da Lei nº. 12.010/2009 e contribuir de forma efetiva no processo de colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, para garantia à convivência familiar disciplinada pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente. O tema escolhido tem extrema relevância social e ainda sofreu muitas mudanças ao longo da história da legislação brasileira, vivendo um momento de inovação com a aprovação da lei supracitada. Ainda é tema amplamente discutido e que revela muitas controvérsias no mundo jurídico, especialmente por seus mitos e preconceitos. A metodologia a ser utilizada para a realização da pesquisa será a pesquisa bibliográfica para o aprofundamento teórico do tema, utilizando-se obras literárias jurídicas, doutrinas, legislação e jurisprudência. Para a coleta de dados, foram analisados os livros de registro da Vara da Infância e da Juventude e os processos de adoções da comarca.

Palavras-chave: Adoção. Direito de família. Estatuto da criança e do adolescente.

³⁰ Estudante, Bacharel em Direito, da FAMA de Iturama - MG.

³¹ Estudante, Bacharel em Direito, da FAMA de Iturama - MG.

³² Professora, especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil, docente no curso de Direito da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA de Iturama - MG.

1. INTRODUÇÃO

O tema proposto é de grande relevância na atualidade da sociedade brasileira. Foram muitas as mudanças propostas ao longo da história da legislação brasileira, mas vive-se um momento de inovação com a aprovação da Lei Nacional de Adoção, promulgada em 03 de Agosto de 2009 (BRASIL, Lei nº 12.010/2009).

Apesar disso, ainda é tema bastante discutido e que revela muitas controvérsias no mundo jurídico, especialmente por seus mitos e preconceitos, reflexo talvez de uma cultura que valoriza os “laços de sangue”.

Ainda sobre os preconceitos, nota-se que a própria legislação brasileira, mesmo quando inclui em seu escopo a adoção, procurou sempre privilegiar e valorizar os “laços de sangue”, dando ao fator biológico um status superior em detrimento à família adotante e aos “laços afetivos”.

Assim, a adoção com suas implicações de ordens jurídica, social, cultural e psíquica constitui um universo instigante a ser explorado e tornou-se objeto de nossas reflexões.

Além da Lei Nacional de Adoção (BRASIL, Lei nº 12.010 /2009), no Brasil, a adoção é regulamentada ainda pelo Código Civil (BRASIL, Lei nº. 10.406/2002) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, Lei nº. 8.069/1990).

Todos os referidos documentos legais estabelecem como seus princípios a necessidade básica de que todo ser humano, no início de sua vida, na infância e na juventude necessita e tem direito a uma família para ser criado e educado. A finalidade é priorizar os interesses da criança e do adolescente muito mais que obedecer aos anseios dos requerentes à adoção.

Porém, a efetivação desse princípio esbarra na grande dificuldade que envolve a adoção: conciliar as características das crianças que se encontram em situação de adoção com as características das crianças pretendidas pelos adotantes. Segundo Cassin (2000) e Vargas (1998), geralmente as crianças que podem ser adotadas são maiores de dois anos, do sexo masculino, pardas e negras, e os adotantes, buscam em geral, recém-nascidos do sexo feminino e brancos.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo principal verificar a realidade do município de Iturama - MG, com relação à criança e ao adolescente à espera de um processo de adoção e às famílias cadastradas como candidatas ao acolhimento destes menores.

Visando o objetivo principal da presente pesquisa, pretende-se analisar se o processo de adoção, com todas suas exigências legais, dificulta a efetivação da adoção no município de Iturama - MG. Ainda, verificar-se-á o perfil das famílias cadastradas como candidatas a acolher uma criança ou adolescente e suas exigências durante este processo.

Por fim, abordar informações relacionadas à adoção, especificamente com as alterações da Lei nº. 12.010/2009 e contribuir de forma efetiva no processo de colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, para garantia à convivência familiar disciplinada pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico a respeito da adoção, com todas suas disposições legais e as alterações sofridas ao longo do tempo. Além disso, foram feitas visitas à Assistência Social do Município para traçar a realidade da adoção no município.

Posteriormente, foi feita pesquisa documental utilizando os livros de registros das adoções já efetivadas na Vara da Infância e Juventude, bem como dos pretendentes à adoção.

Para tanto, foi solicitada e concedida autorização do Juiz Titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Iturama - MG, Dr. Ewerton Roncoleta, para análise dos dados pretendidos, com o comprometimento de não identificação dos sujeitos da pesquisa.

4. ADOÇÃO

4.1 Conceito de Adoção

Adoção é:

O ato sinalagmático e solene pelo qual, obedecidos aos requisitos da lei, alguém estabelece com um estranho, um vínculo fictício de paternidade e filiação legítimas, de efeitos limitados e sem total desligamento do adotando de sua família de sangue (CHAVES, 1995, p. 23).

É medida de caráter excepcional para colocação em família substituta, devendo ser aplicada somente quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção da criança ou adolescente em sua família de origem.

Assim, resta clara a finalidade da adoção, qual seja, oferecer um ambiente familiar favorável ao desenvolvimento de uma criança, que, por algum motivo, ficou privada da sua família biológica.

Segundo Santos (2012), a adoção deve ser entendida como um ato jurídico solene em que, em atendimento a determinados requisitos legais, se estabelece um vínculo fictício de filiação, sem que haja, para tanto, qualquer relação jurídica de parentesco ou afinidade entre seus sujeitos, mas que será atribuída à pessoa, geralmente, estranha, a condição de filho.

4.2 Aspectos Históricos

Na antiguidade, a adoção apresentava um significado diferente do que temos atualmente. Em função da grande influência religiosa nas famílias, entendia-se que a igreja só poderia se manter quando passada de geração em geração, ou seja, o pai transmitia a vida ao filho, e, ao mesmo tempo, a sua crença, o seu culto, o direito de manter o lar, de oferecer os costumes fúnebres, de pronunciar a oração. Dessa forma, o homem que não tinha filhos encontrava na adoção a solução para que a família não se extinguisse.

Segundo Granato (2012) adotar filho era, portanto, garantir a continuidade da religião doméstica, a salvação do lar pela continuação das oferendas fúnebres pelo repouso dos antepassados.

Tanto que a adoção somente era permitida às famílias que não tinham filhos e, conseqüentemente, não tinham garantido a continuidade do culto familiar e da própria família. Era medida desesperada para escapar do destino de morrer sem ter quem garantisse a continuidade da família.

A adoção não tinha como objetivo o melhor interesse da criança ou adolescente como ocorre hoje, mas sim, servir aos interesses do adotante, não havendo preocupação com laços afetivos entre adotante e adotado.

As primeiras notícias a respeito do instituto surgiram ainda no Código de Hamurabi, por volta de 1750 a.C., trazendo, por determinação do rei da Babilônia regras acerca da adoção.

Em alguns textos bíblicos também se evidencia a existência da adoção, especialmente pela história de Moisés que, quando salvo das águas do Nilo, foi adotado por Términus, filha do Faraó, sem contar as histórias de Ester, Sara, dentre outros.

Na Idade Média, a adoção caiu em desuso, tanto por contrariar os interesses dos senhores feudais, tanto por influência do Direito Canônico.

Mas a referência do instituto da adoção somente foi visto em 1683, na Dinamarca, e logo depois, em 1756, na Alemanha, em que através de codificações legais se reconheceu a indispensabilidade do contrato escrito, submetido à apreciação do tribunal.

Pela primeira vez reconheceu-se que a adoção deveria apresentar vantagem tanto para o adotante quanto para o adotado.

No Brasil, a adoção surge com a continuidade das Ordenações do Reino, mesmo após a independência, mantendo as características que apresentava no direito português até a instituição do Código Civil Brasileiro, em 1916, que sistematizou o instituto da adoção em dez artigos.

A prática da adoção no país foi construída através da caridade cristã e da possibilidade de trabalhadores baratos, isso porque, a princípio, a adoção esteve relacionada com o fato dos mais ricos prestarem assistência aos mais pobres. Era comum haver no interior da casa das pessoas abastadas filhos de terceiros, chamados “filhos de criação”.

Além disso, a situação do “filho de criação” no interior da família não era formalizada, servindo sua permanência como oportunidade de se possuir mão-de-obra gratuita (PAIVA, 2004) e, ao mesmo tempo, prestar auxílio aos mais necessitados, conforme pregava a Igreja.

Após a primeira sistematização pura da adoção sob os ditames brasileiros, várias leis surgiram para regulamentação do instituto, mas foi a Constituição Federal de 1988 que trouxe a maior inovação, disciplinando em seu §6º do artigo 227 que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

4.3 Preconceito e Mitos

A história da adoção tem um percurso extenso no Brasil e se faz presente desde a época da colonização.

Como visto, a prática da adoção no país foi construída através da caridade cristã e da possibilidade de trabalhadores baratos, percebendo-se, assim, que não havia um interesse genuíno de cuidado pela criança necessitada ou abandonada.

Esse “filho” ocupava um lugar diferenciado, sendo também singular a maneira como era tratado, sempre de forma distinta, comumente inferior aos filhos biológicos.

Essa herança cultural é percebida até os dias de hoje, sendo a adoção impregnada por mitos e preconceitos.

Segundo Weber (2001), a prática ilegal de registrar como filho uma criança nascida de outra pessoa sem passar pelos trâmites legais, ou seja, o registro feito diretamente em cartório, conhecida como adoção *à brasileira*, até os anos 80 do século XX, constituía cerca de 90% das adoções realizadas no país. Dessa forma, procurava-se, dentre outras razões, esconder a adoção, como se essa fosse motivo de vergonha e humilhação.

Hoje em dia, embora a lei proíba tal prática, ainda encontram-se casos de pessoas que realizaram uma adoção *à brasileira* e justificam que o fizeram por não saber que era ilegal e porque na época em que o avô, o pai, ou algum conhecido realizou uma adoção, era assim que se fazia.

Outra situação ainda presente na atualidade, fruto de práticas dos antepassados é o desejo de que a adoção seja um assunto sigiloso e que, muitas vezes, é de conhecimento apenas dos membros da família, não sendo divulgado, nem entre os parentes, muito menos para as pessoas conhecidas, uma espécie de segredo de família. Isso demonstra que, para muitos pais, ainda há um constrangimento em falar para outras pessoas sobre a maneira como o filho chegou à família.

Tal prática contribuiu para consolidar a relação adoção e infertilidade, crença que permanece até os dias atuais, tanto que não se deveria falar sobre o assunto porque ele remetia ao fato de que a criança não fazia parte, biologicamente, da família e, dessa forma, seria inferior aos demais membros da constituição familiar, quanto se impunha evitar os olhares discriminatórios da sociedade.

4.4 Legislação Pertinente à Adoção

Até o surgimento do Código Civil de 1916, no direito brasileiro, a adoção se dava sem interferência judicial, através de escritura pública posteriormente averbada ao Registro Civil. Com o advento da nova lei é que se admitiu a adoção em termos legais. Nesse Código, o filho adotivo não rompia o vínculo com sua família biológica, podendo, inclusive, permanecer com o nome originário, bem como com os direitos e deveres alimentícios face aos pais biológicos. A adoção era revogável e não era vista como um modo comum de constituir família.

Ainda, somente podiam adotar os maiores de cinquenta anos e ao menos dezoito anos mais velhos que o adotado, sem prole legítima ou legitimada, o que dificultava em muito a efetivação da adoção (GRANATO, 2003).

O Código de Menores de 1927, através da Lei nº 17.943-A, pouco contribuiu para o aumento das adoções, pois somente a categoria "menor" foi incluída, tratando-se dos menores abandonados e delinquentes.

A Lei nº 3.133/57, que alterou o Código Civil, tratou o instituto da adoção de forma mais profunda, trazendo modificações importantes e diminuindo os entraves suportados por quem queria adotar. A evolução foi pequena, mas importante, como a redução da idade mínima para adotar de 50 para 30 anos, a diminuição do limite mínimo da diferença de idade entre adotantes e adotados de 18 para 16 anos e, vinculação do adotado à família do adotante, recebendo, assim, o nome do adotante. Contudo, permanecia a vinculação pelo parentesco do adotado com a família biológica e a possibilidade do rompimento da adoção.

A evolução maior ficou por conta da Lei nº 4.665/65, que fez surgir a legitimação adotiva, marco na legislação brasileira, com a qual o adotado adquiriu quase todos os direitos do filho biológico, menos no caso de sucessão se concorresse com o filho legítimo. Os adotantes podiam modificar nome e prenome da criança e para adotar era necessário um período de cinco anos de matrimônio sem filhos ou comprovação de esterilidade mediante laudo médico para o casal ser dispensado desse período (GRANATO, 2003).

Foi através desta lei que a adoção passou a ser vista como um atendimento preventivo à população de crianças excluídas socialmente. Com base no discurso de que a família é o melhor lugar para o desenvolvimento físico e psicológico de uma criança, diversos especialistas buscavam na família candidata à adoção a mais próxima daquela tida como modelo ideal.

O novo Código de Menores de 1979 tinha como finalidade maior a assistência, proteção e vigilância ao "menor" sem família (art.1º). Através desse novo código foram

criadas duas formas de adoção: a Adoção Simples (se fazia necessária a autorização judicial e só poderiam ser adotados os menores em situação irregular) e a Adoção Plena (havia o corte de todos os laços com a família biológica e a emissão de um novo registro de nascimento; porém, só podia ser requerida para crianças menores de sete anos que estivessem em situação irregular ou para aqueles acima dessa idade que já estivessem sob guarda dos adotantes).

Ainda, a lei de 1979 revelou o início da doutrina da proteção integral, garantida atualmente na legislação brasileira, já que, através dele, deixou-se de proteger a figura dos adotantes que não podiam ter filhos, assim como ocorria desde o Direito Antigo, para voltar a sua preocupação aos adotados.

“Em 1988, o artigo 227 da Constituição Federal introduziu no ordenamento jurídico brasileiro a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, além de garantir-lhes todos os direitos e garantias fundamentais à pessoa humana. A criança e o adolescente deixaram de ser patrimônio de seus pais para serem sujeitos de direitos” (LEITE, 2002, p. 242).

Além da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, proclamado em 1990, deu amparo completo não só a criança e ao adolescente, sob o ponto de vista material e espiritual, como também a sua salvaguarda desde o momento da concepção, zelando pela assistência à saúde e bem estar da gestante e da família, natural ou substituta de que fará parte. (CHAVES, 1994, p. 45).

Quanto à adoção, tanto a Constituição Federal quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente abordaram-na como forma de filiação, garantindo os mesmos direitos dos filhos biológicos, não havendo nenhuma sanção ou discriminação a ser aplicada àquele filho que não se origina da procriação dentro do casamento.

O Estatuto da Criança e do adolescente, por sua vez, estabelecendo a convivência familiar como um direito fundamental da criança e do adolescente, preceitua, em seu art. 19, que “toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”.

Como destaca Silva (1995), foi com a promulgação da legislação atual que a assistência à criança e ao adolescente deixou de ser vista no país como uma questão de caridade, higienização, mendicância, assistencialismo ou segurança nacional para ser enfocada como uma questão social.

O Código Civil de 2002 Brasil (Lei nº. 10.406/2002) limita-se a repetir as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente ao tratar da adoção de crianças e adolescentes, trazendo poucas modificações.

Ainda em 2008, foi criado o Cadastro Nacional de Adoção, através da Resolução nº. 54, do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de ordenar a colocação de crianças e adolescentes em família adotante, obedecendo à anterioridade dos interessados e às peculiaridades de cada criança a ser adotada.

Com a criação do Cadastro Nacional os candidatos à adoção não precisam realizar inscrições separadas em cada Comarca onde gostariam de avançar no processo de adoção. Os interessados em adotar podem encontrar um filho em qualquer região do país por meio da consulta ao Cadastro pelos juízes da Infância e da Juventude.

Por fim, o mais recente avanço foi a aprovação da Lei Nacional de Adoção, em 03 de Agosto de 2009 (Brasil, Lei nº 12.010 /2009). Em que pese sua denominação, a nova Lei dispõe não apenas sobre a adoção, mas também procura aperfeiçoar a sistemática prevista no ECA (Brasil, Lei nº 8.069/1990) para garantia do direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes.

4.5 A Nova Lei

A Lei Nacional de Adoção foi incorporada ao texto do ECA sem alterar sua essência, realçando e deixando mais claros aspectos que eram considerados muito vagos, além de sugerir alterações importantes. A intenção é que as mudanças propostas pela nova Lei agilizem a adoção no Brasil com o estabelecimento de prazo para a destituição do poder familiar em caso de violência ou abandono da criança. Com isso, a criança não poderá ficar além de dois anos nos abrigos sem que sua situação com a família biológica tenha sido resolvida.

Pelo sistema atual não havia tempo máximo para a duração do acolhimento institucional. A fixação de um tempo delimitado e a obrigatoriedade de justificar quando o prazo for superado farão com que o direito da criança/adolescente de viver em uma família seja privilegiado em detrimento da permanência em uma instituição.

Assim, os abrigos terão que enviar relatórios semestrais ao Poder Judiciário sobre a situação de cada criança. Além disso, os abrigos também passam a receber crianças e

adolescentes sem a prévia determinação da autoridade competente, com a obrigação de comunicar o fato em até 24 horas para o juiz da Vara da Infância e da Juventude.

Ainda pela nova Lei, a idade mínima para os requerentes à adoção passa a ser de 18 anos, coerente com o Código Civil de 2002, que estabelece essa idade como a maioridade.

Dentre outras inovações, está que as crianças maiores de 12 anos de idade poderão opinar sobre o seu processo de adoção e será necessário seu consentimento, colhido em audiência. O juiz deve colher seus depoimentos e levá-los em consideração no momento da decisão. A inovação está na expressão “colhido em audiência”, o que obriga a realização de um ato específico pelo juiz, com a presença do Ministério Público, para a escuta do adolescente que está em processo de adoção.

A nova Lei também procurou acabar com práticas arbitrárias ainda hoje verificadas, como o afastamento dos grupos de irmãos que são colocados para adoção. A partir da nova Lei, os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família adotante, procurando-se evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais, exceto em casos especiais que serão analisados pela Justiça.

Houve ainda preocupação com as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para a adoção. Essas mães receberão amparo da Justiça para evitar riscos à gravidez e ao abandono de crianças em espaços públicos. Algumas varas da Infância e da Juventude já adotam esta prática, fundamental para evitar que mães deixem essas crianças em locais inadequados, colocando em risco a própria vida e a dos recém-nascidos. Além disso, há um novo dispositivo que obriga o encaminhamento da mãe ao Juizado da Infância e Juventude, situação que ajudará a evitar as aproximações indevidas entre pessoas que querem adotar e as crianças, privilegiando os previamente habilitados pelo Poder Judiciário e já inscritos no Cadastro Nacional de Adoção.

Entre outras mudanças está a definição do conceito de família ampla, com maior empenho na permanência das crianças na família biológica ou com parentes próximos: avós, tios e primos. Mais um dispositivo que reforça o direito da criança de ser criada por sua família biológica. Novamente, é reafirmada a ideia de que a adoção é a última das opções como mecanismo de garantia do direito à convivência familiar.

Quanto à colocação da criança/adolescente em família adotante, essa passagem será precedida de preparação gradativa para a nova situação familiar e acompanhamento posterior, realizados pela equipe multiprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude. Para

adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. O dispositivo reforça o impedimento da adoção por pessoas do mesmo sexo. Todavia, existem decisões judiciais que deferem adoções a pessoas em união homoafetiva.

Também pela nova Lei, para que a família adotante modifique o prenome da criança, faz se necessária a escuta do adotado, observado, ainda, o estágio de desenvolvimento da criança ou adolescente e seu grau de compreensão sobre as implicações da medida, bem como seu consentimento em audiência se tratar de maior de doze anos de idade.

Concernente ao estágio de convivência, o novo regulamento exige a tutela ou a guarda legal, não bastando, portanto, a “simples guarda” da criança para que a autoridade judiciária dispense o estágio de convivência. Além disso, o estágio será acompanhado pela equipe multiprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório minucioso acerca da conveniência para o deferimento da medida.

Ainda, os filhos adotivos passam ter a possibilidade de conhecer informações sobre seus pais biológicos. A permissão vale para depois que o adolescente completar 18 anos. Com essa idade, ele poderá ter acesso completo ao seu processo de adoção. Para os mais novos, a possibilidade também existirá, desde que a criança tenha assegurada orientação jurídica e psicológica. Atualmente, só mediante uma ação judicial, isso é, por meio de um longo e, muitas vezes, penoso caminho, é que a pessoa que foi adotada chega ao conhecimento de sua origem.

A partir de todas as considerações tecidas até o momento, podemos observar que continuam ocorrendo mudanças relacionadas à adoção. Todavia, tais mudanças não se deram de forma isolada do contexto sociocultural, mas, pelo contrário, foi por ele condicionada; a legislação acompanhou as modificações e transformações sociais. No que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, esse é considerado um dos códigos jurídicos mais avançados da atualidade e, de fato, representa uma valiosa reviravolta com relação às políticas públicas em favor das crianças e adolescentes também no campo das adoções.

Contudo, a despeito dos avanços e modificações tão expressivas, ainda hoje, alguns direitos das crianças e dos adolescentes não estão garantidos e determinados preceitos não foram bem assimilados pela sociedade. Podemos dizer que até o momento, o Estatuto não é plenamente cumprido, o que talvez se possa atribuir à divulgação insuficiente, a interpretações incorretas de seu texto, entre outras razões. Desse modo, embora tenham

ocorrido avanços nas concepções que norteiam as políticas e ações voltadas para crianças e adolescentes, entre o texto da lei e a realidade há ainda um abismo a ser transposto. A Lei Nacional de Adoção foi proposta justamente para tentar preencher essas lacunas.

Concordamos com Miranda Júnior (2004) quando afirma que a situação jurídica da criança e do adolescente ainda é ambígua, principalmente no que diz respeito à consideração de sua palavra. O autor cita o art. 28 do ECA - “sempre que possível a criança e adolescente deverá ser previamente ouvida e sua opinião devidamente considerada”. As crianças aparecem ora como sujeitos com o direito de que sua vontade seja ouvida e respeitada pela autoridade judicial, ora como sujeitos que por imaturidade estariam submetidos às influências externas e, por isso, sem direito de serem ouvidos. Desta maneira, a ideia de menoridade, de incapacidade permanece subentendida na maioria das ações dirigidas a crianças e adolescentes.

Também, ao contrário do que está previsto no ECA, as instituições de abrigo, que deveriam ser locais de “passagem”, onde as crianças ficariam apenas provisoriamente e, de preferência, o menor tempo possível, acolhem crianças por longos períodos, quando não por toda sua infância e adolescência. Para Weber (1998, p. 64), as crianças em acolhimento institucional, por estarem afastadas do convívio familiar por um período muito mais longo do que seria o recomendado, ou muitas vezes, por nem mesmo saber o que é convívio familiar, são "protótipos dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e constante e dos prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil."

No Brasil, ainda existe um grande contingente de crianças que são “depositadas” em abrigos. O parágrafo único do art. 101 do ECA é bem claro ao estabelecer que “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família adotante, não implicando privação de liberdade”. Porém, na prática não é isso que acontece muitas vezes.

Porém, a legislação coloca a reintegração à família biológica como o primeiro dos princípios a serem observados. Somente se não for possível reintegrar a criança ou o adolescente ao convívio da família biológica, é que se dará o avanço para a segunda etapa, que é a adoção.

Contudo, não há prazo para que ocorra a destituição do poder familiar, consequentemente, não raro, nos abrigos, a criança permanece durante um longo período aguardando uma definição.

Nesse período de espera, as crianças vivenciam incertezas, dúvidas e o medo de um novo abandono. Podemos também pensar que à medida que a legislação valoriza a reintegração, sem que seja feito um trabalho permanente e efetivo com a família biológica, pode possibilitar que as crianças vivenciem sucessivas rupturas de vínculos afetivos e sejam abandonadas outras vezes pela família de origem, acarretando em vários retornos aos abrigos e a vivência de sentimentos de rejeição, fracasso e frustração. Seria danoso, em termos psicológicos se novamente a situação de abandono, carência e maus-tratos se repetisse.

Conforme já mencionamos, mesmo com as mudanças propostas pela nova Lei Nacional (Brasil, Lei nº 12.010 /2009), a valorização da família biológica em detrimento à família adotiva prevalece; e, à medida que a legislação valoriza a consanguinidade, contribui para fortalecer os mitos, estereótipos e preconceitos em relação à adoção.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Resultados dos Registros das Adoções já Realizadas na Comarca de Iturama - MG.

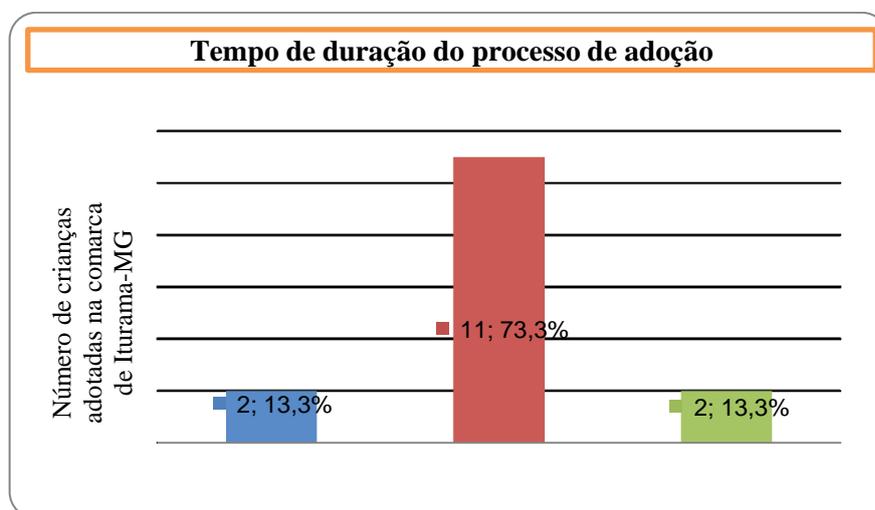


Gráfico 1 – Tempo de duração do processo de adoção, Iturama, 2012.

Notamos que o tempo de duração do processo de adoção é mais longo, o período acima de 2 anos.

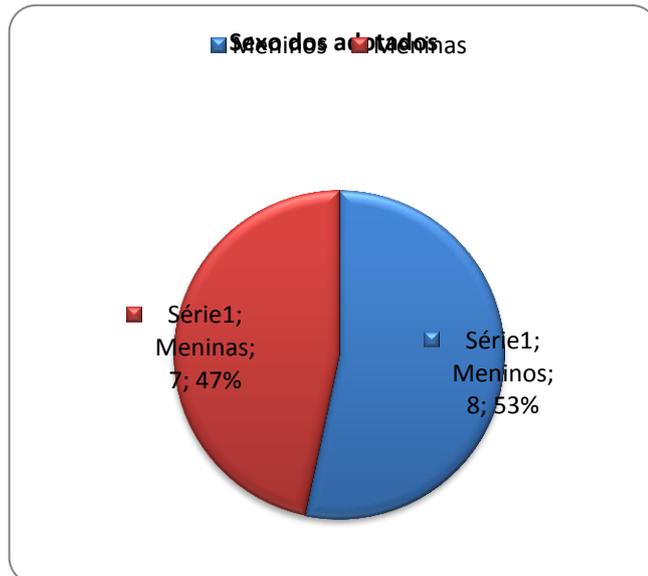


Gráfico 2 – Sexo dos adotados, Iturama, 2012.

O sexo foi um ponto equilibrado, houve pouca diferença.

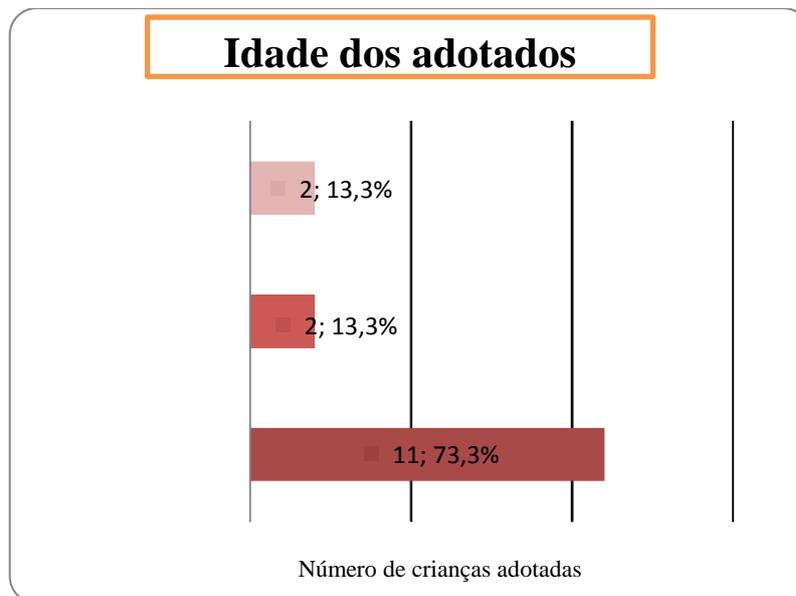


Gráfico 3 – Idade dos adotados, Iturama, 2012.

Observamos que as crianças com idade abaixo de 3 anos têm maior preferência.

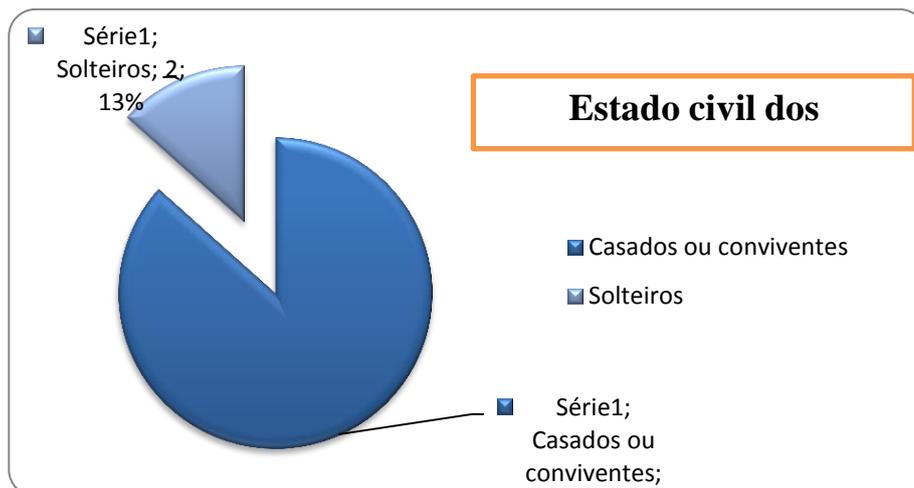


Gráfico 4 – Estado civil dos adotantes, Iturama, 2012.

Nesse caso, observamos que os casados e conviventes são a maioria.

5.2 Resultados dos Registros das Crianças e Adolescentes Disponíveis para Adoção na Comarca de Iturama - MG.

Este item da pesquisa foi prejudicado, tendo em vista não existirem crianças disponíveis para adoção no município de Iturama - MG.

5.3 Resultados dos Registros dos Pretendentes Inscritos no Cadastro Nacional Domiciliados no Município de Iturama - MG.

5.3.1 Características dos pretendentes à adoção

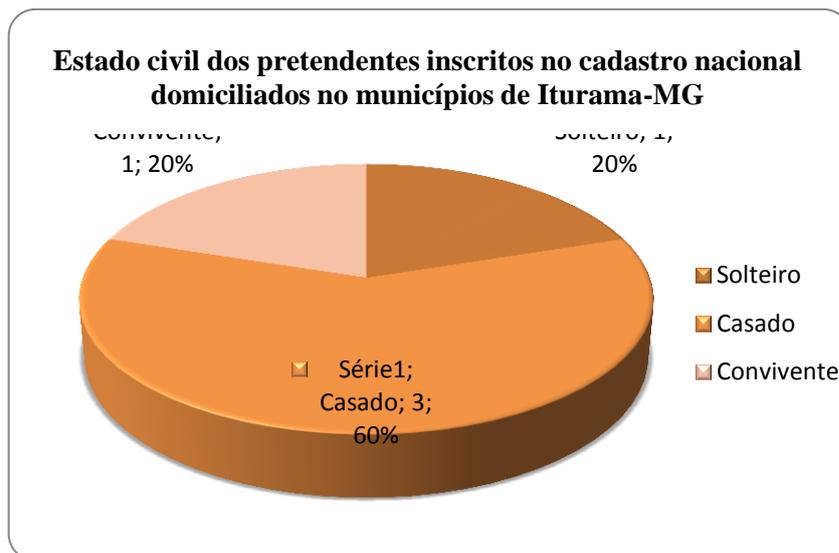


Gráfico 5 – Estado civil dos pretendentes, Iturama, 2012.

Observamos que os pretendentes a adoção são na maioria, casados.

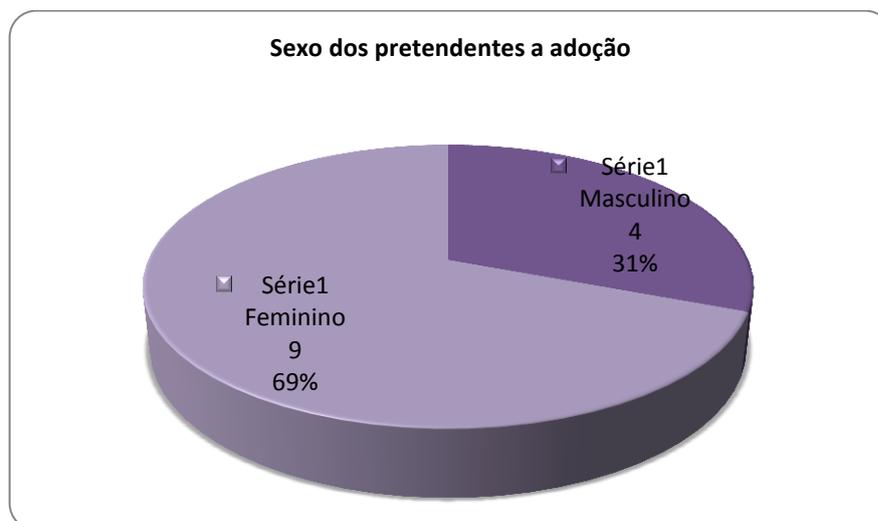


Gráfico 6 – Sexo dos pretendentes, Iturama, 2012.

Na maioria são mulheres, especificamente neste gráfico foram tratados de maneira individual, assim com no estudo social do processo.

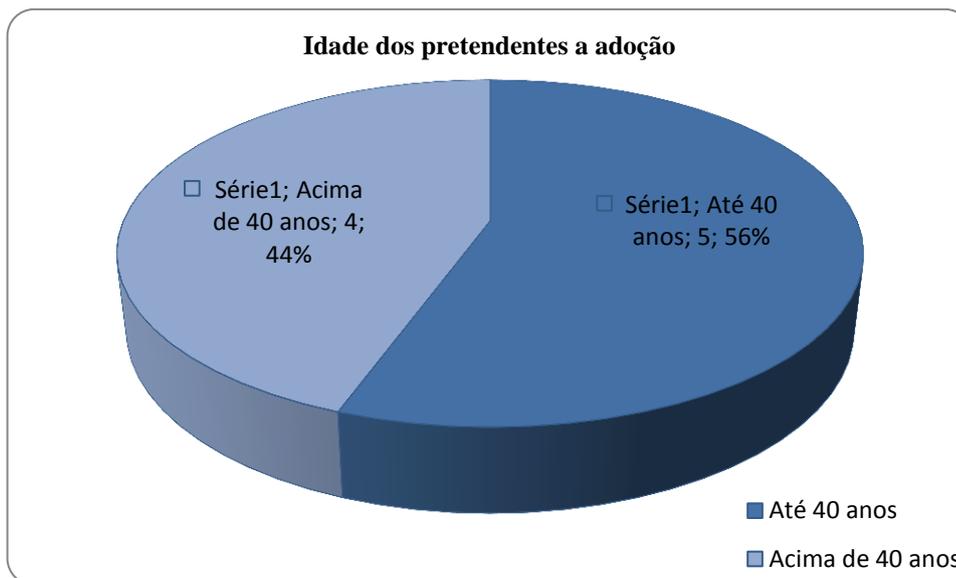


Gráfico 7 – Idade dos pretendentes, Iturama, 2012.

Neste gráfico, notamos que houve um equilíbrio quanto à idade dos pretendentes.

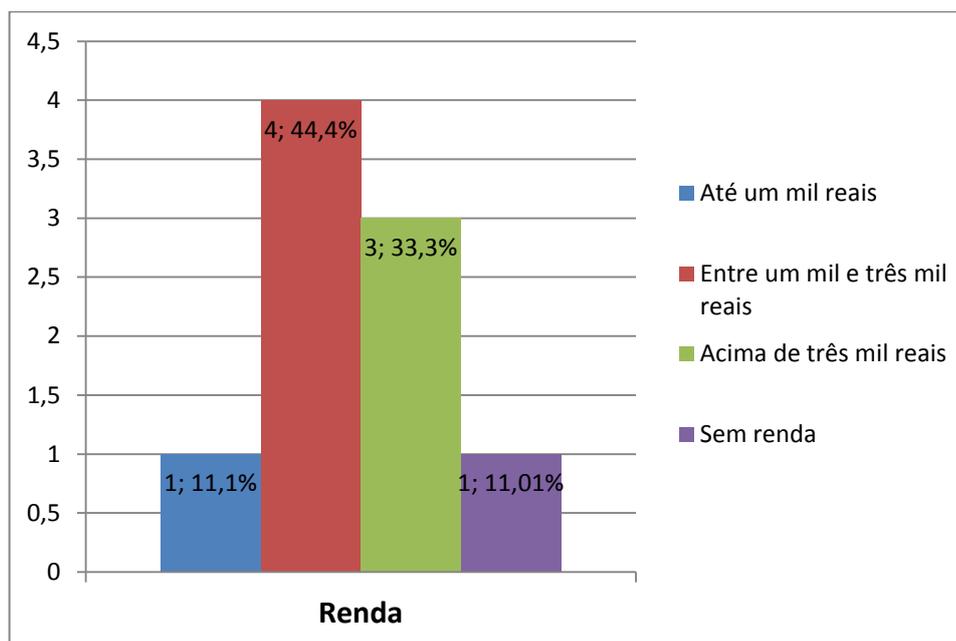


Gráfico 8 – Renda dos pretendentes, Iturama, 2012.

A renda nos pretendentes à adoção teve maior destaque entre mil e três mil reais.

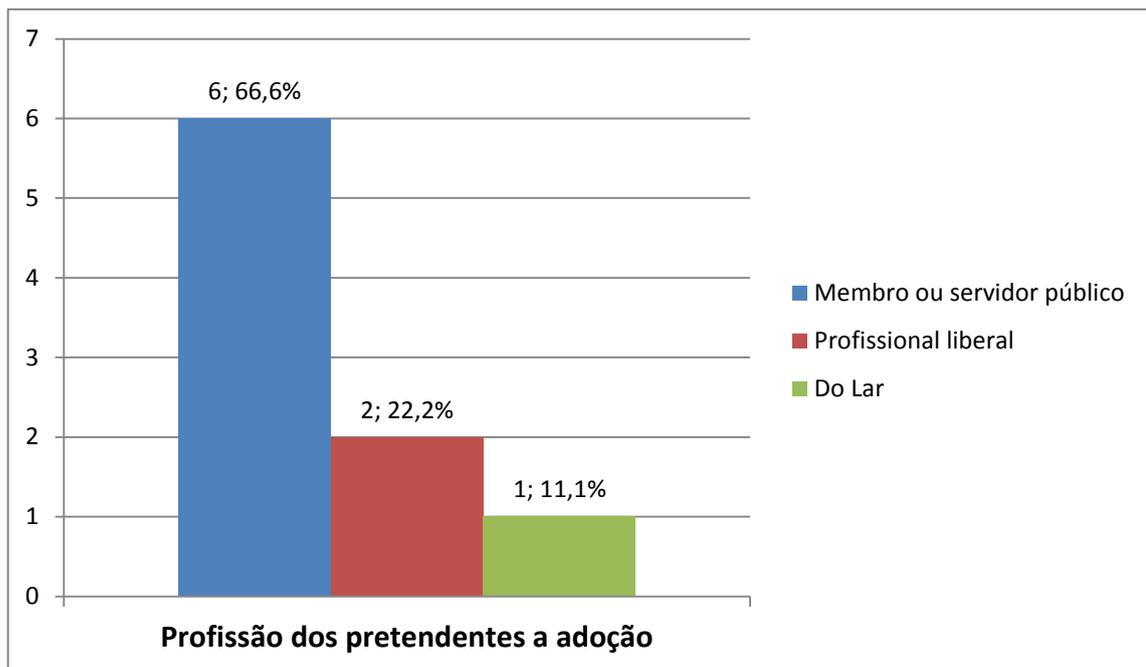


Gráfico 9 – Profissão dos pretendentes, Iturama, 2012.

Os pretendentes, em sua maioria, são membros ou servidores públicos.

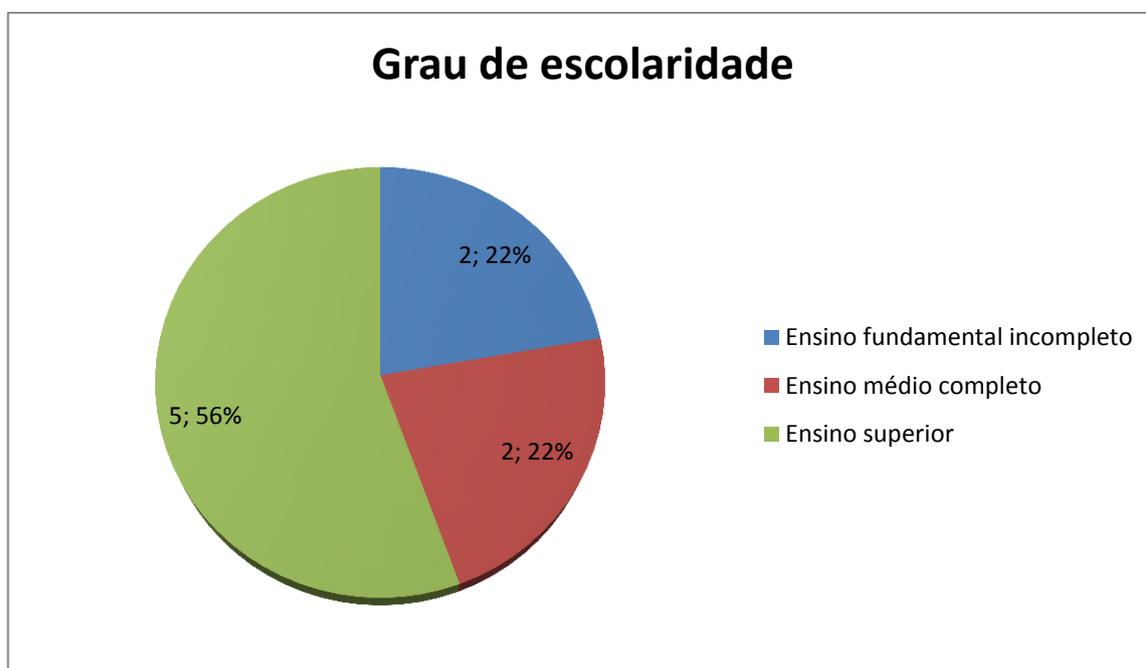


Gráfico 10 – Grau de escolaridade dos pretendentes, Iturama, 2012.

É notório que a maioria dos pretendentes à adoção são pessoas com grau de escolaridade de ensino superior, pessoas com conhecimento e esclarecidas.

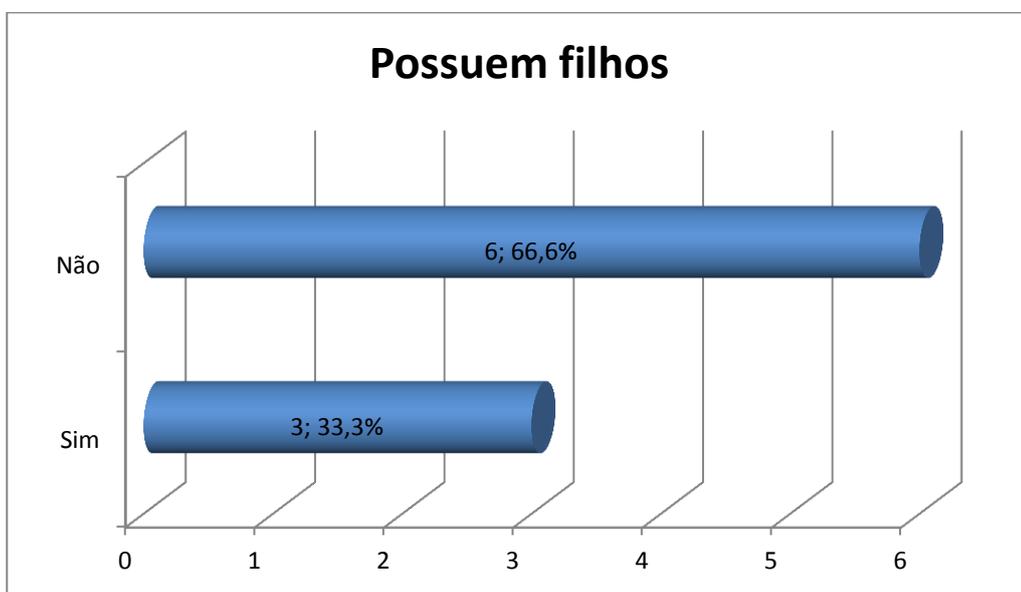


Gráfico 11 – Pretendentes que possuem filhos, Iturama, 2012.

Os que não possuem filhos são os que mais buscam a adoção.

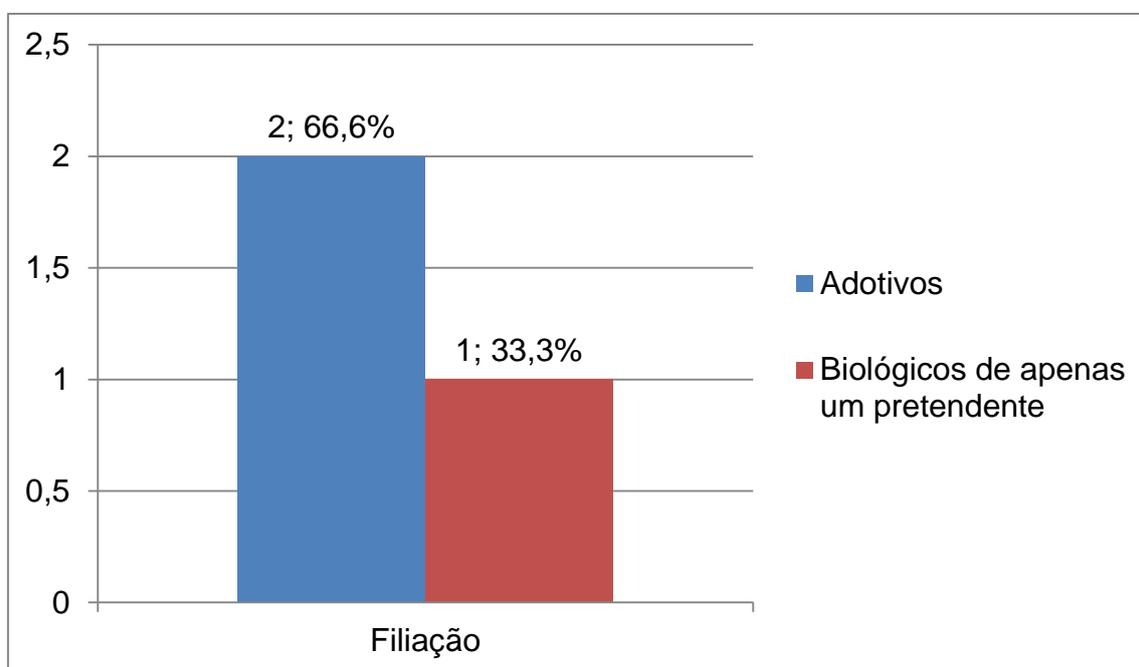


Gráfico 12 – Espécie de filiação, Iturama, 2012.

No item que se refere à propriedade de residências, todos os pretendentes (9) afirmaram serem possuidores de casa própria.

5.3.2 Exigências inseridas no estudo social pelos pretendentes quanto ao adotando

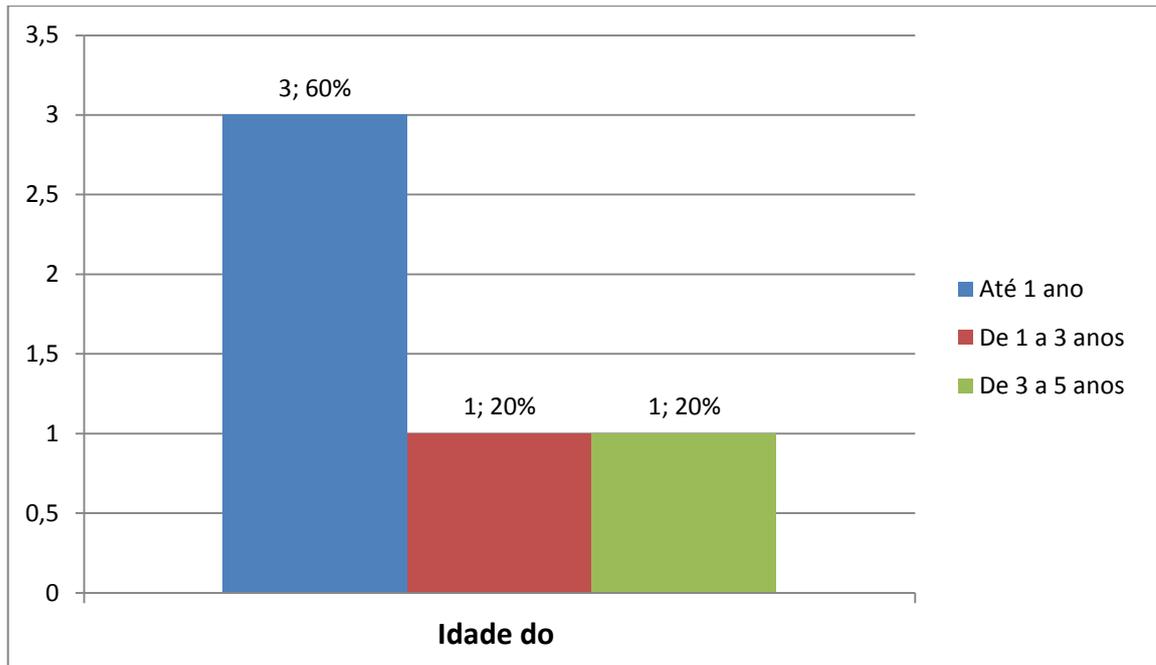


Gráfico 13 – Idade do Adotado, Iturama, 2012.

Observamos que, dentre as exigências, a idade das crianças é o requisito que mais nos chama a atenção: a idade até um ano é a maioria.

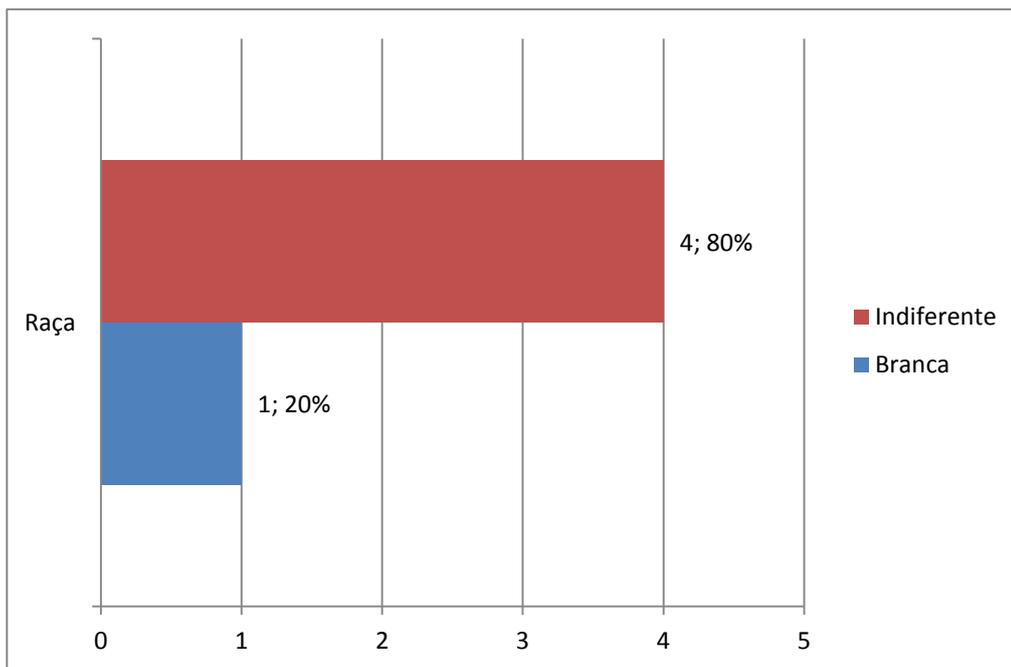


Gráfico 14 – Raça do adotando, Iturama, 2012.

Já no requisito raça, a maioria estabeleceu o requisito como indiferente.

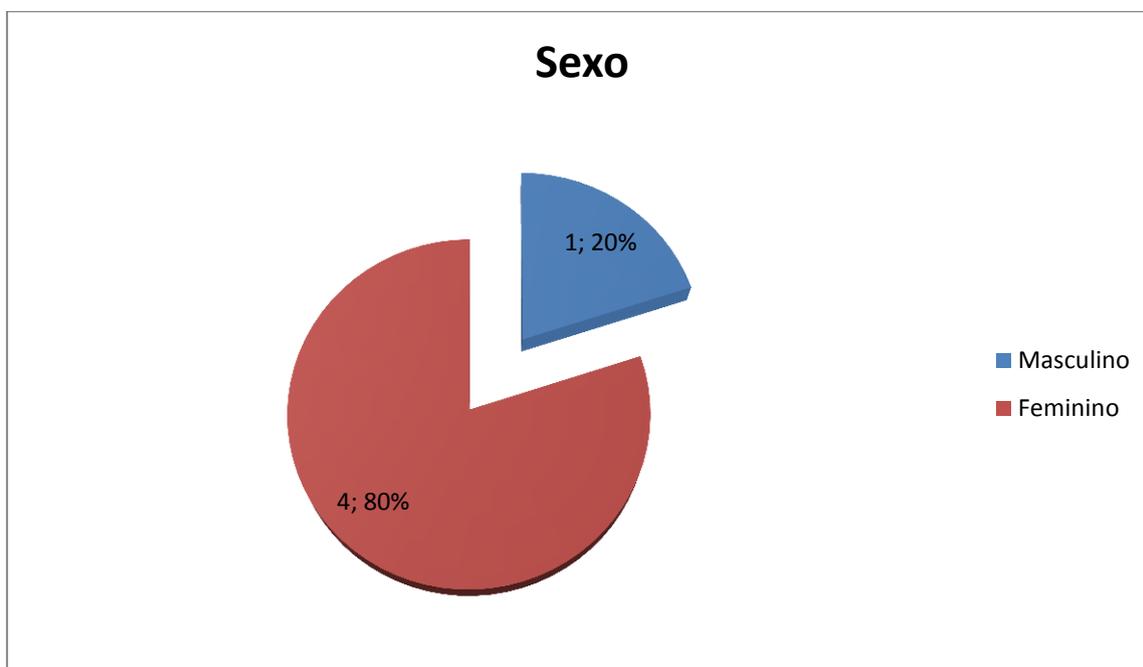


Gráfico 15 – Sexo do adotando, Iturama, 2012.

O requisito sexo feminino foi o de maior destaque.

Em análise aos estudos sociais, em número de cinco, o resultado foi unânime quanto a dois critérios de adotandos, quais sejam, todos os pretendentes manifestaram o interesse em adotar apenas um filho e nenhum deles assinalou a possibilidade de adoção de crianças e adolescentes portadores de doenças ou necessidades especiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão “adoção” ainda assusta algumas pessoas. Muitas ainda se deixam influenciar por tabus e preconceitos criados no decorrer da existência humana, que só trouxeram prejuízos aos envolvidos nos procedimentos de adoção, tanto na qualidade de adotantes quanto no predomínio de determinados receios dos que se encontram na longa fila de espera por uma família, pois muitas crianças foram devolvidas, outras acabaram vítimas de maus tratos e prevalece uma sequência de alegações, dentre elas, a de que a criança é cheia de maus costumes e outras.

É notável, no comportamento das pessoas, isso quando muitas nem escondem o que pensam sobre o assunto ou até declaram de forma explícita o temor que sentem pelo simples fato de ouvirem falar em adotar alguém.

Por outro lado, os que esperam pela adoção, percebem que os dias transcorrem, que outras crianças são escolhidas e que juntamente com outras vão permanecendo na longa expectativa nos abrigos e instituições de menores ou ainda, pelas ruas, sem qualquer perspectiva.

Apesar das menores aparentarem não sentir tanto, porque ainda não possuem a devida compreensão em função da pouca idade, o que não passa despercebido pelos maiores, que notam que a cada dia, o sonho de ganhar uma família vai ficando mais e mais distante.

A adoção cria atalhos que permitem maior interação entre adotantes e adotados, pois não prevê adoção apenas para recém-nascidos ou crianças até dois anos, seus benefícios se estendem a maiores, desde que atendam aos quesitos estabelecidos pela Lei de Adoção, dependendo, ainda, da condição em que se encontram os postulantes, pretensos candidatos a adotar alguém.

Vimos ao longo do trabalho que a adoção visa colocar a criança ou adolescente ou até mesmo o adulto em uma família substituta para que os mesmos tenham condições de se desenvolverem em um ambiente cercado de amor, cuidado e proteção. Essa família pode ser

composta não somente por um casal, mas por pessoas solteiras, divorciadas, viúvas, estrangeiras, bem como pelos tutores ou curadores.

A adoção atribui ao adotado os mesmos direitos de filho natural, inclusive os sucessórios, bem como rompe os laços com a família biológica. Assim, o ato de adotar deverá ser profundamente analisado pelo(s) futuro(s) adotante(s), uma vez que é irrevogável. Não há como se arrepender, pois a responsabilidade assumida é para toda a vida.

Percebe-se que a problemática que mais emperra o procedimento da adoção está nos critérios apresentados pelos pretendentes quanto às características dos adotandos e em Iturama - MG não foi diferente. Nesta comarca também se evidenciou o perfil exigido em todo o país: menores de um ano e meninas. O que surpreendeu foi o item referente à raça, uma vez que, contradizendo a realidade do país, os pretendentes cadastrados em Iturama - MG afirmaram que a raça do adotando é indiferente.

Assim, o perfil traçado pelos pretendentes não se alinha com o perfil da maioria das crianças disponíveis no país (crianças de mais idade, com deficiências físicas e mentais, doentes, irmãos).

De acordo com o que foi acima exposto espera-se que a Nova Lei Nacional de adoção consiga diminuir essa triste realidade. Espera-se que possa fazer com que o abrigo possa cumprir seu real objetivo de ser um lugar de passagem para que as crianças possam se lembrar da infância que tiveram com saudade e não com tristeza. Que a sociedade também se conscientize, principalmente, os governantes e autoridades judiciárias fazendo com que os direitos sejam realmente defendidos e respeitados.

A partir da realização do trabalho, pode-se perceber que realmente há burocracia no procedimento da adoção por parte das autoridades, há descaso por parte do Estado, mas também há muito preconceito em nossa sociedade. Descartar uma criança porque ela não tem a cor, a idade ou a saúde desejada é perder uma oportunidade de mudar a vida de alguém. É desperdiçar a chance, talvez única, de ser muito mais realizado, muito mais completo, muito mais feliz.

REFERÊNCIAS

ADOÇÃO NO BRASIL: urgência e necessidade de uma revisão conceitual e procedimental. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23769/adocao-no-brasil-urgencia-e-necessidade-de-uma-revisao-conceitual-e-procedimental>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

BRASIL. **Código de Menores.** Decreto-Lei nº. 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em 05 mar. 2012.

_____. **Código de Menores.** Lei nº. 6.697 de 10 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em 05 mar. 2012.

_____. **Código Civil.** Lei nº. 3.071 de 01 de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em 05 mar. 2012.

BRASIL. **Código Civil.** Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 5 mar. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Senado Federal, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8069/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 05 mar. 2012.

CHAVES, Antônio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** São Paulo: LTr, 1994.

_____, Antônio. **Adoção.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. et al. Brasil, **Criança, urgente:** o novo direito da criança e do adolescente. São Paulo: Columbus, 1989.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito de família,** 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, João Seabra. **A Adoção: Notas para uma visão global.** In: Abandono e Adoção: Contribuições para uma Cultura da Adoção, 1993.

FELIPE, J. Franklin Alves. **Adoção, Guarda, investigação de paternidade e concubinato.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FERREIRA, Ruy Barbosa Marinho. **Adoção.** Leme: Edijur, 2009.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. **Comentários à nova lei nacional da adoção.** Curitiba: Juruá, 2011.

GRANATO, Eunive Ferreira Rodrigues. **Adoção, Doutrina e Prática.** Curitiba: Juruá, 2012.

PAIVA, L. D. **Adoção: significado e possibilidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAAD, Martha Solange Scherer. **Adoção Civil - Implicações Jurídicas em face da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Jurídica Brasileira, 1999.

SANTOS, Ozéias J. **Adoção, novas regras da adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Syslook, 2012.

SILVA, José Luis Mônaco. **A Família Substituta no Estatuto da Criança e Adolescente.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SZNICK, Valdir. **Adoção.** São Paulo: Universitária de Direito, 1993. p. 8-9.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos.** Curitiba: Editora: Juruá, 2001.

ANEXO A

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

HISTÓRICO DAS ADOÇÕES REALIZADAS EM ITURAMA

1 – Ano de propositura da ação: _____

2 – Ano da sentença de deferimento da adoção: _____

3 – Sexo do adotado:

Masculino

Feminino

4 – Idade do adotado: _____ anos.

5 – Estado civil dos adotantes:

Casados ou conviventes

Solteiro

Masculino

Feminino

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

PERFIL DOS PRETENDENTES APTOS INSCRITOS NO CADASTRO NACIONAL DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE ITURAMA.

Dados do primeiro pretendente :

1 – Estado Civil:

casado: _____ anos

convivente: _____ anos

separado

divorciado

viúvo

solteiro

2 - Sexo:

Masculino

Feminino

3 – Idade: _____

4 – Renda:

Até um mil reais.

Entre um mil reais e três mil reais.

Acima de três mil reais.

5 – Profissão:

- Empregado de empresa do setor privado
- Empregado organismo internacional ou organização não governamental
- Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de empregado
- Membro ou servidor público de administração direta ou indireta
- Aposentado
- Outros

6 – Escolaridade:

- Analfabeto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior.

7 – Possuem filhos?

- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------|
| <input type="checkbox"/> Biológicos | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quantos : _____ |
| <input type="checkbox"/> Adotivos | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quantos : _____ |
| <input type="checkbox"/> Do casal | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quantos : _____ |

8 – Tem casa própria?

- Sim.
- Não.

Dados do segundo pretendente:

1 – Estado Civil:

- casado: _____ anos
- convivente: _____ anos
- separado
- divorciado
- viúvo
- solteiro

2 - Sexo:

- Masculino
- Feminino

3 – Idade: _____

4 – Renda:

- Até um mil reais.
- Entre um mil reais e três mil reais.
- Acima de três mil reais.

5 – Profissão:

- Empregado de empresa do setor privado

- Empregado organismo internacional ou organização não governamental
- Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de empregado
- Membro ou servidor público de administração direta ou indireta
- Aposentado
- Outros

6 – Escolaridade:

- Analfabeto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior.

7 – Possuem filhos?

- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------|
| <input type="checkbox"/> Biológicos | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quantos : _____ |
| <input type="checkbox"/> Adotivos | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quantos : _____ |
| <input type="checkbox"/> Do casal | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quantos : _____ |

8 – Tem casa própria?

- Sim.
- Não.

Perfil da criança/adolescente pretendido:

1 – Requisitos exigidos para os adotados:

- Idade:

- Recém nascidos.
- Até 1 ano.
- De 1 a 3 anos.
- De 3 a 5 anos.
- Acima de 5 anos.
- Indiferente.

- Raça:

- Branca
- Negra
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Indiferente

- Sexo:

- Masculino
- Feminino
- Indiferente

- Quantidade:

- Um.
- Dois.
- Indiferente.

- Problemas de saúde e deficiências:

- Não.
- Indiferente.

- Data de deferimento do cadastro: _____

AGRONEGÓCIO x MEIO AMBIENTE

Danilo Aparecido Costa Freitas³³
Edivânia Silva Miranda³⁴
Iago Simões Gonçalves³⁵
Joenice Machado de Souza³⁶
Maeli Cristina da Silva³⁷
Renato Simões de Oliveira Castro³⁸
Rogério de Vasconcelos Freitas Oliveira³⁹
Fernando de Souza Costa⁴⁰
José Estevão Duran⁴¹

RESUMO

A constante intensificação dos debates e o aumento das preocupações referentes ao crescente aquecimento global, apontam para o agronegócio como sendo uma alternativa eficaz para o enfrentamento da crise energética, falta de alimentos e sustentação da economia, pois possibilita o emprego de novas tecnologias e políticas protecionistas ao meio ambiente, possibilitando mitigar os aspectos e impactos ambientais ocasionados pelas mudanças climáticas. No caso do Brasil, consolidou-se no final dos anos 90, um sistema de produção mais limpo, por meio da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar, a geração de energia limpa (Biomassa), processos menos poluidores e mais controlados com o uso da automação industrial, ganhou força nos últimos tempos, onde outros seguimentos tem aproveitado esses

³³Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - [danilocostafreitas93@hotmail.com](mailto:danielocostafreitas93@hotmail.com)

³⁴Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - edivaniamirandals@gmail.com

³⁵Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - iago.s.goncalves@hotmail.com

³⁶Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - joenicesouza@hotmail.com

³⁷Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - maelicristina2009@hotmail.com

³⁸Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - renato_iturama@hotmail.com

³⁹Discente do 4º semestre de Administração – FAMA - rogerio_vfo@hotmail.com

⁴⁰Docente da FAMA, FUNEC e FIU - agroduran@yahoo.com.br

⁴¹Docente da FAMA, FUNEC e FIPAR - fersocosta@hotmail.com

crescimento como no caso de implementos agrícolas, máquinas pesadas, fabricação de insumos e a tecnologia voltada para o setor. O estudo proposto se utilizou da pesquisa qualitativa-quantitativa.

1 INTRODUÇÃO

O tema de sustentabilidade ganha cada vez mais espaço nos meios econômicos, social e acadêmico, por isso o estudo que foi abordado tem por tema o Agronegócio x Meio Ambiente, sendo um tópico cada vez mais debatido entre os mais variados seguimentos da sociedade. Sendo apresentado pelos discentes do Curso de Bacharelado de Administração da Faculdade Aldete Maria Alves, da cidade de Iturama do estado de Minas Gerais.

O Artigo tem por finalidade saber quais os aspectos e impactos mais significativos causados pelo agronegócio ao meio ambiente local, e a visão dos alunos do curso de administração sobre o assunto abordado.

O objetivo desta pesquisa é a investigação científica, para desenvolvimento da ciência e tecnologia e, ainda, a propagação dos resultados obtidos e, desse modo, possibilitar o entendimento da relação entre egressos do curso de Administração da faculdade FAMA do setor de Agronegócios do Polo de Iturama, bem como apresentar, por meio da investigação, na qual a real situação do Agronegócio x Meio Ambiente. Foram utilizados para o desenvolvimento deste artigo, livros, revistas, periódicos e internet.

A metodologia deste presente trabalho trata-se de uma Pesquisa de Campo, aplicada pelos alunos do Curso de administração do 4º semestre da FAMA.

Foi desenvolvido um projeto de pesquisa que explica por meio do problema os objetivos gerais e específicos, justificativa, dentre outros itens do estudo proposto. Com todo este levantamento, se tornou possível transcrevê-los, de forma dissertativa, para serem discutidos e assim, elaborar as considerações finais da pesquisa que originou o artigo científico.

Conforme Ander - Egg (1978, p.28):

a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir realidades parciais. Significa muito mais do que procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos.

2 SUSTENTABILIDADE

Conforme Marcondes (2010, p.5):

Os conceitos de responsabilidade social e de sustentabilidade têm como fundamento a premissa de que entidades, públicas ou privadas, assim como indivíduos, possuem compromissos com a sociedade. Tais princípios vêm sendo progressivamente consolidados no mercado de capitais. As bolsas assumiram uma atitude de protagonismo desenvolvendo ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa das empresas, de suporte a mercados de desenvolvimento sustentável – como o dos créditos de carbono – e de iniciativas sociais de apoio à educação. Entretanto, o passo mais decisivo nessa tendência mundial é a construção de índices de acompanhamento dos mercados baseados no desempenho das ações comprometidas com a sustentabilidade – ou seja, com o atendimento das necessidades e aspirações do presente sem o comprometimento da capacidade de atender às do futuro.

Conforme indicado por Barbieri (1997) apud Amato (2011, p.233):

A sustentabilidade pode ser definida como a qualidade para uma forma de desenvolvimento voltado a melhorar a qualidade de vida de todos os seres de hoje e de amanhã, nas diferentes dimensões da vida, como significado de manutenção e conservação dos recursos naturais.

Como destacado por Oliveira (2002) apud Claro (2008, p.290):

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocuparem em como tais incrementos são distribuído se como os insumos (recursos naturais) são utilizados para alcance desses incrementos.

Como indicado por Amato (2011, p.2) relata que: Neste sentido o termo sustentabilidade deve ser compreendido como um conceito sistêmico, relacionado com a comunidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana.

Para Elkington (1994) apud Amato (2011, p.138):

De modo geral, o conceito de desenvolvimento sustentável empregado e disseminado pelo mundo aborda explicitamente a necessidade de preservação do meio ambiente. Em seu conceito inicial, a sustentabilidade abrangia exclusivamente a característica ecológica do planeta, focando a preservação dos recursos naturais, fauna e flora. Em seguida, a evolução desse conceito acarretou em uma expansão,

incluindo, juntamente com o meio ambiente os meios sociais e econômicos.

Boff (2012, p.19) “que a sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garanti-lhes os meios de uma vida suficiente e decente.”

Conforme os autores um meio sustentável é muito importante não só para as organizações, mais também para organismos públicos e as comunidades, tendo como foco a utilização adequada dos recursos naturais que são impactantes no meio ambiente e que afetam o clima, a economia, saúde, fauna e flora. Foi atentado não para uma mera observação passiva, mais para um conjunto de ações sustentáveis: Conscientização, tecnologia, políticas ambientais e utilização consciente de recursos naturais.

2.1 Agronegócio

Para Araújo (2007, p.15):

A evolução da socioeconômica, sobretudo com os avanços tecnológicos, mudou totalmente a fisionomia das propriedades rurais, sobretudo nos últimos 50 anos. A população começou a sair do meio rural e dirigir-se para as cidades, passando, nesse período, de 20% para 70% a taxa de pessoas residentes no meio urbano (caso do Brasil). O avanço tecnológico foi intenso, provocando saltos nos : índices de produtividade agropecuária. Com isso, menor número de pessoas cada dia é obrigado a sustentar mais gente.

De acordo com Rufino (1999) apud Araújo (2011, p.16):

Foi analisando esse processo complexo que dois autores (John Davis e Ray Goldberg), professores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos da América, em 1957, lançaram um conceito para entender a nova realidade da agricultura, criando o termo agribusiness, e definindo-o como: " ... o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários 'in natura' ou industrializados" .

Conforme Rufino (1999) apud Araujo (2009, p.16):

[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários in natura ou industrializados.

Para Bunde (2009, p. 4):

Devido à intensificação dos debates e do aumento das preocupações referentes ao aquecimento global, os agro combustíveis foram apresentados como uma alternativa para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, ou seja, como uma alternativa eficaz para o enfrentamento das crises provocadas pelas mudanças climáticas que estão levando ao aquecimento global. Associadas a isso, as discussões envolvendo o “fim do petróleo” levaram alguns países a acelerarem a produção de combustíveis a partir de matéria-prima agrícola.

2.2 Aspectos e impactos e ambientais

Conforme Barbieri (2007, p.172) versa que: “aspectos ambientais é definido como elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente.”

Donaire (2007, p.31):

O problema ambiental latino-americano não se reduz à deterioração dos recursos de ar e água, embora não deixe de ser substantiva. O problema prioritário é a depredação passada e presente dos recursos da região. Esses recursos tem sido sobreutilizados por uma exploração extremamente irracional e geralmente em benefício de grupos poderosos, sob o olhar complacente dos governantes e, em muitos casos, com pouco proveito para impulsionar o desenvolvimento interno.

Para Barbieri (2007, p.209):

Entende-se por Impacto ambiental qualquer mudança no ambiente natural e social decorrente de uma atividade ou empreendimento proposto. Mesmo considerando que mudanças podem ocorrer por causas naturais, as que interessam aqui são as resultantes de ações humanas.

Conforme definido na ISO14001:2004: Impacto ambiental esta definido como qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou parte, dos aspectos ambientais da organização.

3 - METODOLOGIA

Para Lakatos e Marconi (1992, p.105):

A maioria dos especialistas faz, hoje, uma destinação entre método e métodos, por se situarem em níveis claramente distintos, no que se refere a sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, a sua finalidade mais ou menos explicativa, a sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento que situam.

De acordo com Andrade (2009, p.111) relata que : “pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivos encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.”

Conforme Richardson (1989, p. 29):

(...) método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Desta forma, todo trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com as normas que acompanham cada método. As duas estratégias de pesquisa, em termos de aplicabilidade, podem ser chamadas de abordagem qualitativa e abordagem quantitativa, utilizando-se uma classificação bastante ampla.

Para Gil (1996, p.19) diz que: “pode-se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”

Para Lakatos e Marconi (2012, p.109) versa que: “a especificação da metodologia é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, as questões como?, onde?, quanto?.”

A metodologia utilizada foi uma pesquisa quantitativa/qualitativa por amostragem, aplicada no curso de Bacharelado em Administração da FAMA - Faculdade Aldete Maria Alves, na turma do 4º período. A coleta dos dados ocorreu em sala de aula onde 10 discentes responderam o questionamento. Os componentes da amostragem citada tiveram a liberdade de pegar o questionário e levá-lo para casa e, posteriormente, entregá-lo já respondido, ao grupo de discentes do grupo número 3. A pesquisa foi realizada em Setembro de 2013. Foram destinadas a questionamento 6 (Seis) perguntas, sendo três (03) quantitativas e três (03) qualitativas.

As perguntas foram formuladas em consenso, definindo quais aspectos sociais e educacionais, no âmbito acadêmico, para facilitar o entendimento e levar o discente a uma reflexão sobre o tema. Também a sobre o papel do discente em administração e sua contribuição durante o exercício da profissão, ao observar o grau de importância de cada questionamento qualitativo.

4 RESULTADOS

Notou-se no questionamento numero 1, 70% das perguntas respondidas consideravam o desmatamento como um item mais preocupante e que é causado pelo agronegócio, embora o tema seja atual seja varias vezes discutido. Também neste mesmo item 20% consideram a destinação de resíduos gerados um grande problema, visto não serem resíduos comuns e destinados de forma inadequada. 10% dos entrevistados consideram as leis muito brandas para as empresas, necessitando de reformulação

Durante o questionamento número 2, evidenciou-se que 50% aplicaria educação sócio ambiental tanto na comunidade quanto na empresa. 30% o emprego de novas tecnologias identificariam a empresa como sendo sustentável e 20% conscientização geral por parte de todos inclusive a comunidade.

No questionamento número 3, 100% dos entrevistados consideram o problema econômico (Desemprego), como sendo o único problema com a saída do agronegócio da região.

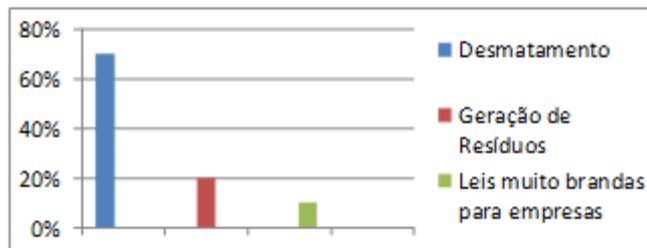
Durante questionamento numero 4, evidenciou-se que 30% consideraram que patrocinar estudos de impactos causados pelo setor seria algo importante. Consideraram que 30% do cumprimento da legislação ambiental, para garantir que não se tenha impacto ambiental 20 % consideraram a proteção de mananciais como sendo importantes. Já 10% acreditam que o emprego de novas tecnologias seria suficiente. 10% considera que ações de reflorestamento são muito importantes para mitigar impactos ambientais causados pelo agronegócio.

O questionamento numero 5, 50% dos entrevistados indicaram que a educação ambiental seria importante. Visitas ao processo 10%. A criação de comités 20%. Voluntariado 10%. Propagandas de ações socioambientais para a comunidade 10%.

No questionamento numero 6, 100% consideram importantes políticas ambientais para definição do rumo cultural da organização. Um dos principais motivos seria: a preservação ambiental dos recursos naturais, que seriam deixados para as gerações futuras.

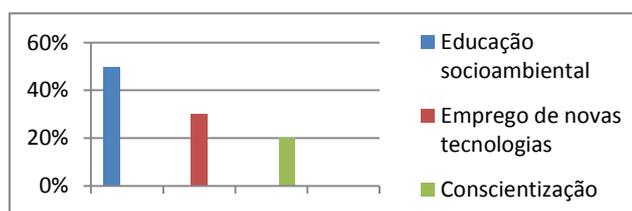
Local da Pesquisa	Quantidade Pesquisada	% Porcentagem
Discentes 4º período ADM	10	100

Gráfico 1 – Quais os impactos ambientais causados pelo agronegócio local, que são preocupantes para você?



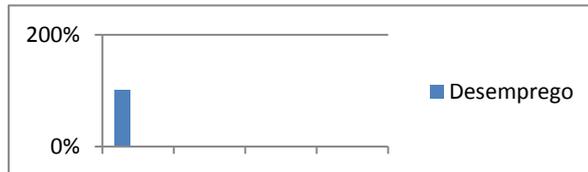
Fonte: dos próprios autores

Gráfico 2 – Como Administrador do setor do agronegócio que ações você tomaria para tornar sua empresa sustentável?



Fonte: dos próprios autores

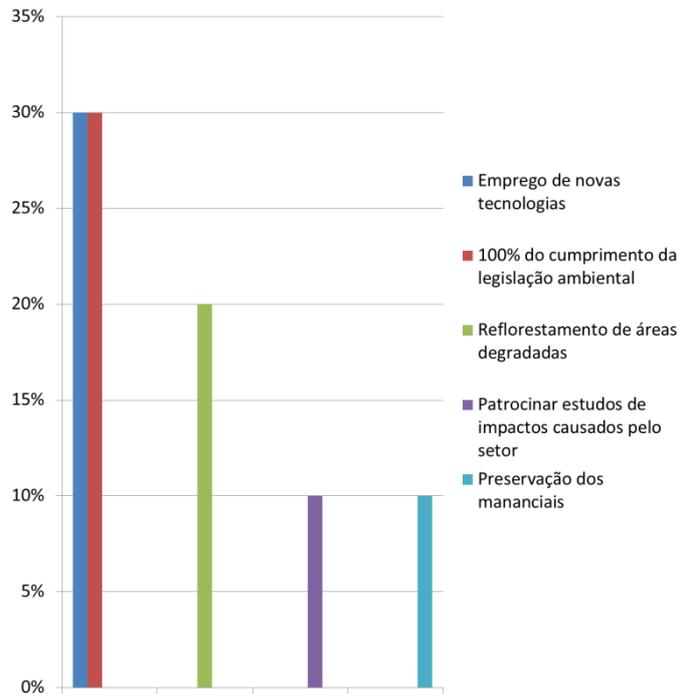
Gráfico 3 – Que impactos negativos seriam gerados caso o agronegócio local deixasse de existir?



Fonte: dos próprios autores

Gráfico 4 – Por meio de que ações a organização pode garantir um negocio sustentável sem impacto local?

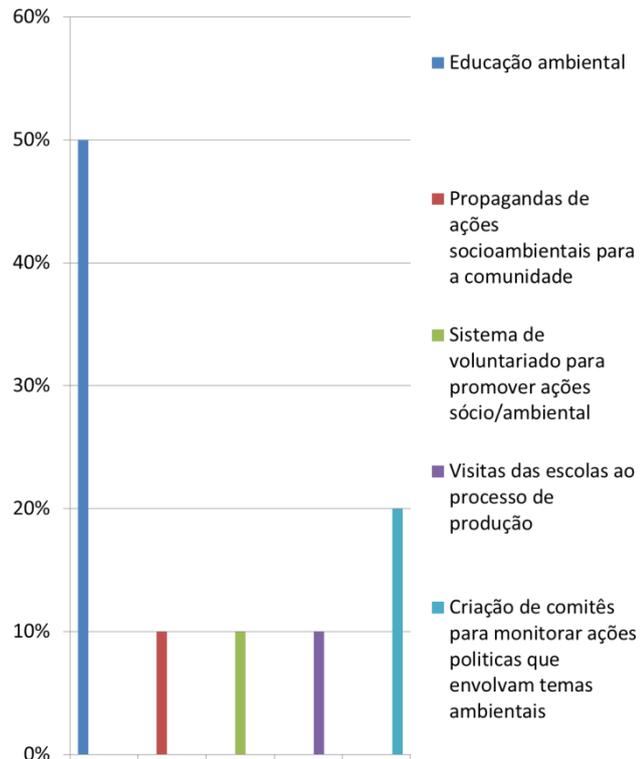
Emprego de novas tecnologias() 100% do cumprimento da legislação ambiental() Reflorestamento de áreas degradadas() Patrocinar estudos de impactos causados pelo setor() Preservação dos mananciais ()



Fonte: dos próprios autores

Gráfico 5 – Sendo Administrador de um grupo do seguimento do agronegócio que ações socioeducativas seriam necessárias para que a comunidade entendesse o papel da organização diante de ações ambientais?

Educação ambiental() Propagandas de ações socioambientais para a comunidade() Sistema de voluntariado para promover ações sócio/ambiental() Visitas das escolas ao processo de produção() Criação de comitês para monitorar ações políticas que envolvam temas ambientais ()

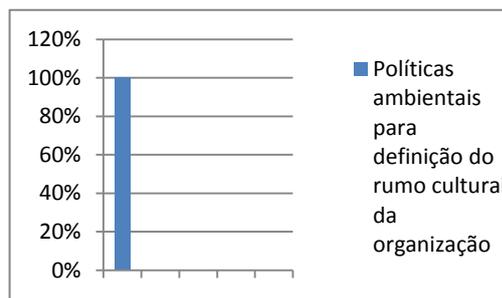


Fonte: dos próprios autores

Gráfico 6 – Como futuro administrador considera que políticas ambientais são importante para definir o rumo cultural de uma organização?

Sim() Não()

Justifique: _____



Fonte: dos próprios autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo atual, a sociedade esta cada vez mais ligada a importância da não degradação do meio ambiente, diante disso o cenário atual obriga as organizações a

atenderem a preservação da natureza, muitas vezes forçadas pelo cumprimento de requisitos legais destinados especificamente ao agronegócio.

O assunto sobre os impactos causado pelo agronegócio local, sempre foi um fato muito abordado por discentes de outros níveis, bem como a comunidade local, através de questionamentos sobre a mudança do clima, o desmatamento e o uso de recursos hídricos. Notou-se que antes as empresas se preocupavam somente em buscar os lucros e baixar seus custos, utilizando certificações com caráter de propaganda. Nos dias atuais ocorrem grandes mudanças, o qual empresas estão mais focadas na opinião da sociedade, pois ela está mais atenta ao comportamento ético das empresas, bem como os aspectos gerados e os impactos que venham a ser causados.

A resposta da pergunta problema foi respondida e a hipótese comprovada, com a realização deste trabalho, podemos afirmar que o conhecimento e os questionamentos são fundamentais para o real desenvolvimento acadêmico, a responsabilidade social, através da educação ambiental e o compromisso ambiental estão inseridos nos conceitos estruturais de entidades educacionais ou por meio da massa que tem auxiliando no desenvolvimento sólido, consciente e responsável. No decorrer deste trabalho, podemos contar com dos discentes do Curso de Bacharelado em Administração da FAMA – Faculdade Aldete Maria Alves, que nos permitiram realizar os questionamentos, e nos disponibilizaram todo o material necessário para a realização do mesmo. esperamos com a realização deste contribuir para futuras pesquisas, já que realizamos um trabalho pioneiro dentro desta instituição. Esperamos que o assunto não deixe de ser explorado, que outros acadêmicos possam atualizá-lo e aprofundá-lo ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 9ª edição, São Paulo, Atlas, 2009.
- ANDRADE, Thales. **Inovação Tecnológica e o Meio Ambiente: A Construção de Novos Enfoques**. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº1, Unicamp, SP, jan./jun. 2004.
- ARAÚJO, Massilon. **Fundamentos de Agronegócios**. 2ª edição, São Paulo, Atlas, 2009.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial – Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2º edição, São Paulo, Saraiva, 2007.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade, O que é – O que não é?**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2012.
- BUNDE, Altair. **Os impactos do agronegócio dos agro combustíveis sobre as famílias camponesas – municipal de Ipiranga de Goiás/Brasil**. UFG, Goiás, Maio, 2009.
- CORRÊA E CORRÊA, Henrique Luis, Carlos Alberto. **Administração de Produção e Operações (Manufatura e Serviços: Uma Abordagem Estratégica)**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. 4 reimpr. São Paulo; Atlas, 2009.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da Produção e Operações**. Cengage Learning. São Paulo: Atlas, 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (Org). **Pesquisa social: métodos e práticas**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- SOUZA, Valdiva Rossato de; RIBEIRO, Maísa de Souza. **Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira**. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, mai/ago 2004.
- VOSS, B. de L, et al.. **Evidenciação dos impactos ambientais dentro da cadeia do agronegócio: estudo sobre transporte de resíduos sólidos urbanos em uma cidade catarinense**. UFC, Santa Catarina, ago/2012.

ASPECTOS GERAIS DA VITIMOLOGIA

Telma Ângela Martins Trindade⁴²
Eliel Ribeiro Carvalho⁴³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da vitimologia no âmbito penal, bem como sua conceituação e apreciação face ao crime e criminoso. O interesse pela apreciação vitimológica nos estudos sobre crimes surgiu diante a visão de que a política criminal não pode se preocupar apenas com o criminoso, mas também com a satisfação e o comportamento da vítima, quando da prática criminosa. Fica evidenciada a necessidade do estudo sobre a vítima do crime, suas características psicológicas, morais e culturais, relações com o criminoso e outras condições que fazem com que a vítima colabore para a realização do crime. Durante séculos, as investigações criminológicas tinha como prioridade o estudo sobre a pessoa do agente criminoso e sobre o crime em si. O desenvolvimento do estudo da criminologia ensejou a ampliação do seu objeto de estudo, isto é, o deslocamento do âmbito de interesse da pessoa do agente e do crime para a vítima e o controle social. Assim, a vítima, que não era avaliada para a explicação científica do fato criminoso, passou a ter papel de grande importância no fato criminoso. A *vitimologia*, por sua vez, fez alavancar o processo de redefinição do papel da vítima ao longo da história.

Palavras-chave: Vitimologia. Direito Penal. Vítimas.

1 INTRODUÇÃO

"O bem que praticares, em algum lugar, é teu advogado em toda parte". (Chico Xavier)

⁴² Egressa do curso de Direito da Faculdade FAMA

⁴³ Professor Faculdade FAMA, Especialista em Direito Penal, Processo Penal e Docência do Ensino Superior, Doutorando em Direito Penal.

Desde os primórdios da história humana, quando o homem se dispôs a viver sob o pacto social, notou-se que alguns não o aceitaram e, rompendo-o, primaram por saciar sua vontade em cometer delitos, tendo assim o início da desigualdade humana.

Desta feita, por muito tempo, a ciência do Direito preocupou-se em estudar apenas as ações criminosas e o homem criminoso, esquecendo-se da outra ponta do triângulo, ou sejaseja, a vítima.

Provindo do latim “*victimae*” que tem significado de homem ou animal imolado, ou ainda, ser humano ou animal sacrificado a uma divindade ou em algum rito sagrado; pessoa ferida, violentada, torturada, assassinada ou executada por outra; ser vivo, mais frequente pessoa, morto ou afetado por acidente, desastre, calamidade, guerra; quem é sujeito à opressão, maus-tratos, arbitrariedades; pessoa que sucumbe a vício ou a um sentimento próprio ou de outrem; quem ou o que sofre algum dano ou prejuízo; sujeito passivo de ilícito penal; pessoa contra quem se comete qualquer crime ou contravenção.

No Brasil, a vítima foi deixada em um segundo plano, a matéria penalista preocupou-se amplamente com o inter criminis e seus desdobramentos, para punir o criminoso e, conseqüentemente, atenuar a ânsia da sociedade em ver punidos com os rigores da lei aqueles que descumpriram o pacto social.

Prelecionando Fernandes sobre a intensidade e a quantidade de culpa do criminoso e de sua vítima, expõe o seguinte acerca do assunto:

O grau de inocência da vítima em cotejo com o grau de culpa do criminoso compõem precisamente os aspectos que têm sido negligenciados e que podem contribuir para o entendimento de numerosas ocorrências deliquenciais. (FERNANDES, 1995, p. 458).

O Código Penal Brasileiro vigente ainda traz em sua exposição de motivos a seguinte descrição acerca do comportamento da vítima:

Fez-se referência expressa ao comportamento da vítima, erigido, muitas vezes, em fator criminógeno, por constituir-se em provocação ou estímulo à conduta criminosa, como, entre outras modalidades, o recato da vítima nos crimes contra os costumes. (BRASIL, 2006, p. 11).

Atesta ainda o *caput* do art. 59 do Código Penal Brasileiro, no Capítulo III, intitulado Da Aplicação da Pena, no item Fixação da pena que:

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime. (BRASIL, 2006, p. 57).

Neste sentido, Farias Júnior entende que:

A vitimologia se destina a estudar a complexa órbita de manifestações e comportamentos das vítimas em relação aos delinquentes e dos delinquentes em relação às suas vítimas, visando à análise, do ponto de vista, biopsicossocial, na gênese do delito. (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 250).

Analisando ainda Piedade Júnior (1993), vê-se que vítima e agressor eram colocados sempre em posições antagônicas, mas que após o estudo da Vitimologia, podem ser considerados parceiros ou colaboradores, sabedores ou não no ato.

Sob este ponto de vista, delinquentes e vítimas estariam atados intimamente em vários aspectos, os quais devem ser descortinados para uma melhor aplicação da pena e, conseqüentemente, uma melhor eficiência da justiça real.

A valoração dos crimes ocorre segundo a sociedade humana, modificando-se de acordo com os anseios desta última, lembrando que hoje em dia a segurança não é vista como item fundamental para a coletividade moderna, que deixa esta a cargo dos governantes, e se esquece de que cada um é responsável por si, não devendo então assumir papel de vítima em determinadas situações, as quais serão vistas no decorrer deste estudo.

Assim, o presente artigo tem como escopo inicial analisar brevemente a ciência da vitimologia e seus aspectos, tema atual e pouco abordado, merecendo atenção para se quebrar o paradigma de que o ofensor é sempre culpado e o ofendido é sempre inocente, e entendendo que a ignorância e o descaso são também razões de existência de tantas vítimas na atualidade jurídica.

Dessa forma, em quase todas as áreas de atuação humana, pode-se verificar a ocorrência de vítimas, como por exemplo: na economia, onde ocorre exploração do homem pelo homem, a coação estatal, a discriminação do trabalho da mulher, o trabalho infantil e outras; no setor político, vislumbrando o domínio de um ou vários partidos, o poder do chefe, o totalitarismo, a exclusão dos cidadãos na tomada de decisões, dentre outros; na ideologia, onde ocorre implantação de critérios oficiais, com proibição do livre pensamento, subordinação dos meios de comunicação, manipulação da opinião pública, etc.; na família onde se verifica a exploração da mulher e dos filhos; na cultura, onde se presencia e, muitas vezes, ocorrem censuras e exclusões de correntes inovadoras e proibição de editar obras em virtude de burocracia.

Assim, a presente pesquisa se faz mister para adquirir conhecimentos básicos necessários para o entendimento acerca da ciência da Vitimologia e seus aspectos, a qual conceitua-se resumidamente como sendo o estudo da vítima, onde primeiramente será analisada a vítima e sua classificação, como surgiu essa ramificação da criminologia, sua evolução histórica, o processo vitimizante e como seu entendimento pode auxiliar numa dosimetria da pena no Direito Penal Brasileiro, fundando tais entendimentos na interpretação de alguns dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que falam sobre a vítima, como o art. 245 da Constituição Federal de 1988, o art. 59, *caput*, art. 61, II, c, *in fine*; art. 65, III, c, do Código Penal e como o Direito só existe em razão do homem, necessário se faz também analisar a vítima, estabelecendo-se o fator genésico que leva o criminoso a cometer o crime e, conseqüentemente, gerar a figura da vítima, que se analisada de forma ampla e genérica e dentro de um contexto social, muitas vezes acaba sendo a população, quando colocada sob a administração de mal intencionados dirigentes.

Não se esquecendo, contudo, as circunstâncias fortuitas ou ocasionais, oriundas de má formação educacional que pode vitimar uma pessoa de maneira significativamente nociva. Onde em algumas ocasiões aquele que comete o crime que fica em evidência, pode muitas vezes, dentro de uma lei de causas e efeitos, ter sido vítima de uma situação que inicialmente poderia ser atribuída a uma falta de estrutura de ensino, gerado por um crime camuflado e blindado de desvio de verbas públicas, raramente punido e cometido por um sistema corrompido, manipulador e excessivamente arbitrário, vez que cometidos por pessoas, que pelo exercício da própria função teriam a obrigação de evitá-los.

Com o presente estudo torna-se relevante a abordagem do assunto em questão para elucidar os meandros que circundam e envolvem todo e qualquer evento criminoso, dentro de uma tênue linha que divide os papéis entre agressor e vítima, justificando-se, assim, o presente artigo e, por conseguinte, demonstrar as eventuais inversões de papéis entre vítimas e criminosos, onde ocorre por vezes reiteradas uma corresponsabilidade, não devendo esta ser totalmente descartada do evento danoso e, assim, entender o aferimento do dolo e da culpa do agente transgressor, para definir sua conseqüente pena e igualmente conhecer as causas que delineiam esta complexa situação.

Sendo compiladas e utilizadas para este estudo informações disponíveis em livros; legislações pertinentes; revistas; textos expostos na internet e monografias.

Concluindo-se, assim, com o presente artigo, que hoje em dia não somente o crime e o criminoso merecem um papel de destaque, e que a vítima é também figura participativa da crescente criminalidade que tem ocorrido, merecendo proteção através da elaboração de leis, que tenham como escopo a minimização dos danos por elas sofridos. Porém, não se esquecendo do pertinente questionamento de qual seria a medida de culpa concorrente das vítimas em um fato ou evento criminoso?

2 CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VITIMOLOGIA

A descrição da palavra Vitimologia, provém de uma junção derivativa da palavra “*victima, ae*” e da radical grego “*logos*”, devendo para tanto ser entendido segundo Piedade Jr. (1993), como o estudo da pessoa que sofre lesão ou dano, assim entendido como vítima, frente ao mundo jurídico, utilizando-se para esta compreensão a Sociologia Jurídica, a Medicina Legal, Biologia, Psiquiatria e a Psicanálise, dentre outras.

Farias Júnior enxerga a Vitimologia inserida no Direito Penal, especificamente como sendo pertencente à Criminologia e tendo como itens primordiais e pesquisa os seguintes itens:

- 1 – O comportamento dos delinquentes em relação as suas vítimas;
- 2 – O comportamento de suas vítimas em relação aos criminosos;
- 3 – Até que ponto a vítima concorreu para a produção do crime;
- 4 – A desdita do homem criminoso. (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 249).

A princípio pensava-se que a Vitimologia seria tema atual, que despontou no mundo do Direito há pouco tempo, porém o que verifica é que muito antes desta época pós-moderna, já havia embrionários desta tão brilhante ciência, a Vitimologia.

Podem-se encontrar vestígios do objeto desta ciência, ou seja, a vítima, desde os primórdios humanos na antiguidade, nos Códigos de Ur-Nammu, nas Leis de Eshunna, Códigos de Hammurabi, Códigos de Manu, nas Legislações Mosaicas, no Talmude, nas Escolas Penais, Direito Canônicos, quando se analisa alguns arcaísmos legais que tratam de dar socorro às vítimas de um dano.

Desta forma, Amaral Neto *apud* Piedade Júnior, correlata que:

Nos tempos primitivos, a responsabilidade era coletiva – continua o conceituado civilista pátrio -, objetiva e penal. Coletiva porque as ofensas pessoais e patrimoniais reparavam-se com a vingança privada contra o ofensor ou seu grupo social. Posteriormente, esse procedimento foi substituído pela entrega à vítima, pelo

ofensor, de certa quantia em dinheiro, a título de pena (*poena*). O Estado passa a intervir nesses conflitos particulares, fixando o valor do prejuízo e obrigando a vítima a aceitar a composição. A responsabilidade era simultaneamente de caráter penal e civil e independente da existência de culpa, donde a sua denominação de objetiva. (1991 apud PIEDADE JÚNIOR, 1993, p. 23)

Com o decorrer do tempo e a modificação de valores da humanidade, principalmente a ocidental, a vítima, segundo Calhau, teve três fases distintas, assim apresentadas:

No início, fase conhecida como *idade de ouro*, a vítima era muito valorizada, valorava-se muito a pacificação dos conflitos e a vítima era muito respeitada. Depois, com a responsabilização do Estado pelo conflito social, houve a chamada *neutralização da vítima*. O Estado, assumindo o monopólio da aplicação da pretensão punitiva, diminuiu a importância da vítima no conflito. Ela sempre era tratada como uma testemunha de segundo escalão, pois aparentemente, ela possuía interesse direto na condenação dos acusados. E por último, da década de 1950 para cá adentramos na fase do *redescobrimento da vítima*, onde sua importância é retomada sob o ângulo mais humano por parte do Estado. (CALHAU, 2008, p. 39).

Nascendo assim, na época moderna, por volta da 2ª Grande Guerra, a Vitimologia tendo como pioneiro Benjamim Mendelsohn, professor emérito da Universidade Hebraica de Jerusalém, quando falou em 1947 sobre o assunto em sua obra *Um Horizonte Novo na Ciência Biopsicossocial*.

Já o entendimento mais atual de García-Pablos de Molina, proporciona um estudo bastante esclarecedor no sentido de apresentar um novo método de interação, que engloba com muita nitidez a posição da vítima dentro do fato criminoso, favorecendo melhores soluções dentro do preocupante aspecto do crime, qual seja:

O atual *redescobrimento* da vítima – tímido, tardio e desorganizado, por certo – expressa a imperiosa necessidade de verificar, à luz da ciência, a função “real” que desempenha a vítima do delito nos diversos momentos do acontecimento criminal (deliberação, decisão, execução, racionalização e auto justificação etc.), revisando superados estereótipos clássicos produto da análise simbólica, formalista e estática da Criminologia tradicional. Este novo enfoque crítico e interacionista traz consigo uma imagem muito mais verossímil e dinâmica da vítima, de seu comportamento e relações com os outros agentes e protagonistas do fato delitivo, da correlação de forças que convergem para o cenário criminal. E, logicamente, sugere atitudes e respostas muito distintas das sociedades e dos poderes públicos em relação ao “problema” criminal. Cabe, pois, esperar uma relevante contribuição da Vitimologia em diversos âmbitos: no criminológico, no político-criminal, no político-social etc.(MOLINA, 1992, p. 48).

3 CLASSIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS

Como cada qual responde conforme seus atos, necessário se faz apresentar uma classificação das vítimas para entendimento de como esta pode, por vezes, ser levada consciente ou inconscientemente à participação do evento delitivo.

Dessa forma, o primeiro a traçar uma classificação foi Mendelsohn, e depois de decorridos anos, vários foram os autores que se preocuparam em também classificar as vítimas, desta feita, segundo Farias Júnior apud Roque de Brito Alves, que exemplifica minuciosa classificação:

VÍTIMAS INOCENTES são as verdadeiras vítimas. Elas não são nem causa nem fator, isto é, não são provocadoras, não tendo culpa alguma na realização do delito. Elas sofrem todas as consequências desumanas, antissociais e injustas.(FARIAS JÚNIOR 1996 apud ROQUE DE BRITO ALVES, 1986, p. 251).

Constata-se, além do mais, a ocorrência de VÍTIMAS POTENCIAIS que assim são entendidas por ser “[...] aqueles que estão sempre expostos e sujeitos a toda espécie de agressão e violência. Como ocorre nos casos dos delitos passionais porque preparam a tragédia e as vítimas de vingança [...]” (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 252).

Encontrando ainda um tipo peculiar de vítima, que pode ser compreendida como vítima pura ou ainda ser:

VÍTIMAS NATAS são aquelas que já nascem para ser vítimas, tudo fazendo consciente ou inconscientemente, para produzir o crime, como se fossem tipos humanos vitimológicos predestinados ou tendentes a se tornarem vítimas, causadoras dos delitos de que elas próprias se tornam vítimas. Assim como não há criminoso nato, não há vítima nata, mas os autores colocam essa categoria de vítima entre aquelas que nasceram para sofrer. Tudo o que fazem acaba resultando em desgraça. Na categoria estão os histéricos, os queixosos, os cenestopatas frustrados, etc. (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 253).

Verifica-se também a intitulação de “vítimas provocadoras são aquelas que induzem, urdem, instigam e provocam o agente a ponto de este não suportar mais e praticar o delito” (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 254).

Salienta em tempo o renomado autor que há uma modalidade de vítima que se subdivide em:

VÍTIMAS FALSAS estas se desdobram em *vítimas simuladoras e vítimas imaginárias*. **Vítimas Simulador** são as que sabem que não foram vítimas de delito algum, mas declaram à autoridade policial que são vítimas deste ou daquele crime, apontando como criminoso o indivíduo X com o intuito de prejudicá-lo, por razões de vingança ou pretendendo obter alguma vantagem material. [...] **Vítima**

Imaginária é aquela que não o é, mas imagina ser em razão de algum distúrbio ou morbosidade psíquica ou mental [...] (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 254)

Bem como se encontra por vezes:

VÍTIMAS INDISCRIMINADAS compreendem todas as pessoas que são passíveis de sofrer todas as espécies de agressões ou atentados na sociedade atual, ainda que por repercussão indireta, como as vítimas de atos terroristas; vítimas de alimentos deteriorados ou contaminados por substâncias químicas nocivas à saúde; vítima de poluição hídrica, sonora, aérea, visual, etc.[...].

VÍTIMAS ALTERNATIVAS são aquelas que, tanto podem ser vítimas, como delinquentes ou se tornam conhecidas como o desfecho do fato, uma vez antes do fato não se sabe quem vai ser a vítima ou quem vai ser o delinquente, como nas hipóteses da rixa, do desafio para a briga ou para o duelo.(FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 255)

Acresce neste íterim ao rol classificativo as vítimas da fraude e da ganância, que “são aquelas pessoas que se deixam levar pela ambição, pela cupidez, pela vaidade ou pela boa-fé e pela fraude em geral. Fraude por parte do autor e ganância por parte da vítima.” (FARIAS JÚNIOR 1996, p. 256)

A saber, existem desta forma dentro da análise de Farias Júnior, as chamadas:

VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO a máquina é bifacetária. Se de uma lado tem levado o homem a extremos de conquistas, seja na terra, nos mares, no espaço aéreo ou astral, proporcionando-lhe progresso, conforto e felicidade, de outro, tem sido a causa de grandes e funestas desgraças com milhões de pessoas mortas, mutiladas, paraplégicas e inutilizadas. (FARIAS JÚNIOR, 1996, p. 258)

Finalmente, o renomado jurista Farias Júnior nos traz em seus estudos:

VÍTIMAS DE MAUS TRATOS nestas estão as pessoas frágeis em razão da idade, em razão do sexo, em razão da saúde e em razão de dependência ou subjugação, que sofrem ou maus tratos praticados por indivíduos inescrupulosos e que se valem de seu potencial físico, ou de sua condição de pai, marido, amante, do fanatismo, autoridade ou poder. (FARIAS JÚNIOR 1996, p. 259)

Por conseguinte, após verificar a variedade e o número exacerbado existente de vítimas, concentra-se em analisar que a vítima por vezes, tida como indefesa, inerte e puritana, depois de estudada aos olhos da ciência da Vitimologia, pode algumas vezes exercer cooperação de peso, de maneira eventual, descuidada ou intencional na vontade do ofensor quando do cometimento do delito criminal.

4 A DUPLA CRIMINOSO-VÍTIMA

O intrínseco mundo que envolve tanto a vítima quanto o criminoso é destacado por vários estudiosos, entre eles o pai da Vitimologia, Mendelson entende que formam uma dupla-penal, que estudados sob o prisma vitimológico tem utilidade quando do cotejamento do dolo e da culpa do ofensor, e, por conseguinte, a percepção de uma fortuita responsabilidade da vítima ou ainda de sua participação mesmo que inconsciente no evento danoso. São confirmações dessa natureza que terão peso quando da definição do delito e conseqüentemente na imposição da punição.

Não obstante o criminoso seja o tema central quando da verificação do delito, eis que é imperioso averiguar também a proporção de culpabilidade da vítima, pois que mesmo sendo involuntária sua ação junto ao crime, a concretização do ato penal,

Assim o elo entre criminoso-vítima tem legitimidade para, de certa forma, melhorar a condição do ofensor através da sua atuação com relação à vítima, principalmente após a ocorrência do evento crime. O que mostra uma importância relativa aos elementos ligados e imanados à personalidade moral, antecedentes e condições íntimas da vítima, que sobremaneira também tem o condão de exercer uma ascendência na verificação do fato típico e antijurídico e conseqüentemente em uma inflicção de medida de coação.

Neste ínterim, Fernandes, destaca deveras a importância que a dupla criminoso e vítima têm no delito e acertadamente preleciona:

É imprescindível o estudo das relações de ordem psíquica ou psicológica que muitas vezes envolvem os autores e aqueles que sofrem as conseqüências do delito. Outrora, somente o delinquente se constituía em absorvente objeto das pesquisas e observações dos criminólogos e juristas. Modernamente, porém, também a vítima passou a merecer justificável cogitação na esfera do Direito Penal e da Criminologia. Assim é que, através de elucidativos e pormenorizados estudos encetados por juristas, psiquiatras, psicólogos e sociólogos, confirmou-se que, em certos casos, igualmente o criminoso pode sofrer os efeitos ou conseqüências do delito, figurando, de alguma maneira, como vítima do fato típico de que foi protagonista. Não raro, o divisor que se firma entre o delinquente e a vítima é o que decorre simplesmente das frias e rígidas enunciações legais! (FERNANDES, 1995, p. 459).

Continua ainda o sábio mestre explanando sobre como é a posição jurídica clássica sobre o assunto em tela:

Ainda hoje, conforme ressalta Paul Cornil, o criminoso e a vítima são encarados diametralmente diferentes um do outro, pensamento que advém das concepções jurídicas clássicas. Em virtude de passiva aceitação de certas posições jurídicas clássicas, são desconhecidas ou ignoradas as recentes constatações procedidas pela

Psicologia e pela Sociologia acerca da personalidade individual no âmbito da dinâmica do delito. Não se pode esquecer o ensinamento da Psicologia Social, esclarecedor que, na interação das condutas individuais, a ação humana é sempre resposta a um estímulo. Pesquisas atuais evidenciam que nem sempre o crime deve se analisado à luz do binômio delinquente-vítima, mas através do complexo da interação “homem-ambiente” como sugere A.B. Miotto. É o que sucede nas hipóteses de legítima defesa, da excusante da coação irresistível e, mesmo, da atenuante da injusta provocação da vítima. (FERNANDES, 1995, p. 459)

Desta forma, dentro da estrutura do delito, o ofendido pode ser de modo completo um ser passivo, ou o contrário, podendo ser ativo e confluir juntamente ao delito, mesmo que de maneira imperceptível, pois há eventos criminosos, que em sua origem não alcançam nem a ação nem a omissão do ofendido.

Correlata ainda Oliveira de Souza (2008, p. 17) que:

É certo que as diversidades ambientais impõem à personalidade preponderante camada de fatores que influem na formação da conduta humana. Todavia não há como se negar que a gênese do estado de periculosidade, seja no criminoso, seja na vítima, apresenta o seu eixo em causas biopsíquicas predisponentes e desencadeantes de ações antissociais, fazendo com que o crime seja um modo de expressão do temperamento ou do caráter da personalidade do infrator. Daí a conclusão de que há pessoas constitucionalmente inadapáveis, mesmo em condições ambientais favoráveis, como há circunstâncias socioambientais que não favorecem ou impedem o afastamento da personalidade às regras de convivência ditadas no conjunto social.

Na personalidade de uma vítima a constatação de determinado índice de perigosidade encontra a sua raiz no núcleo vitimógeno do processo de vitimização. Dentro desses mesmos desejos inconscientes, de ausência de valores ou de certa dose de problemas pessoais que entram em conflito com a convivência familiar e se tornam adversos ao meio social circundante. Raciocínio, na personalidade de um delinquente a constatação se dá no núcleo criminógeno. Em ambos os polos de conduta, podem aparecer quocientescoadjuvantesde desejosinconscientes, deausênciadevaloresoudecertadosedeproblemaspessoaisque entramemconflitocomaconvivênciafamiliaresetornamadversosaomeiosocial circundante.

5 A VÍTIMA NO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Hoje em dia, o zelo está em garantir às vítimas, nas legislações, o acesso à justiça e o procedimento correto na estrutura judiciária, a reparação de danos por parte do réu, tanto quanto o direito de regresso com relação ao Estado e o suporte social ao ofendido.

Assim, a vítima deve além de pleitear reparação civil de dano, também contribuir com o Estado na persecução penal, proporcionando provas e agindo de maneira a viabilizar a condenação do delinquente.

Igualmente, favorecendo a vítima ocorre o abrandamento do princípio da obrigatoriedade da ação penal, com as legislações visando refletir os anseios da vítima, objetivando a reparação dos danos e a resolução do conflito sem a precisão do processo penal condenatório.

Ocorrem, claramente, limites para essa renovação da importância da vítima. Não se deve dar um caráter comercial à justiça criminal, assemelhando-a em ajustes de débitos entre ofendido e ofensor; não se admitindo também, desvalorizar os direitos e garantias individuais do ofensor, para ir de encontro aos anseios da vítima.

Evidencia-se, portanto, a ocorrência de um procedimento de desinstitucionalização, onde é objetivada uma interação de mais destaque da sociedade no sistema judicial, a fim de fiscalizar a evolução da justiça, transformando em algumas ocasiões os métodos formais de agir desnecessários.

Aparecendo a vítima inserida no Código Penal Brasileiro, primeiramente na exposição de motivos do dito diploma, assim o professor Nelson Hungria expôs o seguinte acerca da vítima:

Fez-se referência expressa ao comportamento da vítima, erigido, muitas vezes, em fator criminógeno, por constituir-se em provocação ou estímulo a conduta criminosa, como entre outras modalidades, o pouco recato da vítima nos crimes contra os costumes. (BRASIL, 2010, p. 520)

E após no art. 59, *caput*, do Código Penal Brasileiro, no Capítulo III, intitulado Da Aplicação da Pena, no item Fixação da pena, onde se especifica o seguinte:

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime (...). (BRASIL, 2006, p. 57)

Por conseguinte, cabe ao juiz a dosimetria da pena, fazendo com que haja o tão resguardado princípio fundamental contido na Constituição Federal, ou seja, a individualização da pena, onde o indivíduo que comete o delito pagará pessoalmente com a limitação de sua liberdade, quer seja na cela de uma prisão ou em regime de prisão domiciliar, ou ainda em alguns casos com restrições de alguns direitos, pagamento de penas alternativas e pagamento de multa quando findo o processo penal.

O início dos trâmites no processo penal só acontece quando há uma vítima determinada, pois a ação penal só existe em razão de um fato em tese criminoso, que prescinde do tríduo: acontecimento, agressor e vítima. Sendo que na ação pública incondicionada ou na ação pública dependente de representação ou na ação privada, a vítima pode requerer que esta seja iniciada, como estatui o art. 5º do Código de Processo Penal, “Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado: [...] II – mediante requisição da autoridade judiciária ou Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade de representá-lo.”. Igualmente, a vítima é quem vai até a autoridade policial solicitando que seja dado início ao inquérito.

Assim é o entendimento de Tourinho Filho, que disserta acerca do acima mencionado:

[...] deve o ofendido, ou quem suas vezes fizer, sempre que possível, narrar o fato com todas as suas circunstâncias, a individualização do indiciado, com a indicação do seu prenome, nome, endereço, profissão e outros dados que o ofendido achar necessário para bem identificá-lo. Se possível, deve, também, demonstrar, no requerimento, as razões que eventualmente tenha para afirmar, ou presumir, ser o indiciado o autor da infração, ou os motivos da impossibilidade de fazê-lo. [...] Contudo, dificilmente o ofendido, interessado na investigação, deixará de fornecer à Autoridade Policial aquele mínimo indispensável para o início da investigação. (TOURINHO FILHO, 2010, p.65)

Portanto, a vítima é ouvida no início da audiência de instrução, onde ela presta suas declarações, tendo Tourinho Filho o seguinte entendimento:

É de suma importância a declaração do ofendido; foi ele quem viveu a ação delituosa, e ninguém melhor que o próprio investigado para prestar os necessários esclarecimentos. Às vezes, em face do seu interesse na apuração dos fatos, pode o ofendido dar uma versão distorcida. Evidente que a sua palavra não imperará sobre as demais provas. De uma forma ou de outra, a palavra do ofendido abre ou pode abrir clareiras nas investigações. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 79)

Indubitavelmente que a vítima em tese pode vir a não se comprometer em falar a verdade, assim prelecionando Tourinho Filho:

O ofendido chamado a fazer declarações não presta compromisso nem está obrigado a dizer a verdade. A regra prevista no art. 203, na parte atinente ao compromisso, só é aplicável às testemunhas, e, por outro lado, não pode o ofendido ser sujeito ativo do crime previsto no art. 342 do CP. É de ponderar, entretanto, serem-lhe perfeitamente aplicáveis as regras contidas nos art. 220 e 225 do CPP e, em certos casos, até mesmo a do art. 217. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 620)

Ainda nesse sentido continua o ilustre professor:

Cumprir referir que o STF já entendeu, inclusive, que as perguntas ao ofendido constituem um ato informal e praticado pelo Juiz *ad clarificandum*. Nele, disse o Excelso Pretório, não incide o princípio do contraditório, e por isso as partes não intervêm no seu procedimento. Se o ofendido não é testemunha, tanto que não presta compromisso, não se lhe aplica a regra do art. 212 do CPP. (RTJ, 83/938, 62/352). (TOURINHO FILHO, 2010, p. 620)

Porém, não se pode olvidar, que conforme o teor das declarações pode acontecer de caracterizar em algum momento o crime de denunciação caluniosa prevista no art. 339 do Código Penal Brasileiro, que assim determina:

Art. 339 – Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente:
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa. (BRASIL, 2010, p. 578)

Por conseguinte, ainda estaria, em tese, praticando crime de desobediência quando a autoridade judicial determinar que a vítima ou ofendido se faça presente, porém há o entendimento contrário para o assunto, tanto assim refere-se Tourinho Filho:

A princípio, pareceu-nos que sim. Comentando o art. 330 do CP, observa Hungria: “se pela desobediência de tal ou qual ordem oficial, alguma lei comina determinada penalidade administrativa ou civil, não se deverá reconhecer o crime em exame, salvo se a dita lei ressaltar expressamente a cumulativa aplicação do art. 330” (comentários ao Código Penal, v. IX, p. 417). Assim, uma vez que o CPP impôs a medida administrativa de condução coercitiva ao ofendido que não atende ao chamado judicial, não se lhe impor, também, um processo pelo crime de desobediência. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 621)

A vítima é então tida também com valor probatório, no sentido de ser vista como prova, não necessariamente sendo somente o juiz que tem o direito de fazer conduzir o ofendido, citando desta feita é do entendimento do acima mencionado autor:

Somente o Juiz é que poderá fazer conduzir à sua presença o ofendido desobediente? Por certo que não. O § 1º do art. 201 usa a expressão “autoridade”, que abrange também a Policial. Ademais, determina o art. 6º, VI, do CPP que a autoridade Policial, ao tomar conhecimento da prática de uma infração, deverá ouvir o ofendido, e, se este não lhe atender sem motivo justo, poderá ser conduzido à sua presença não só como sujeito de prova, mas também como objeto de prova. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 621)

Com a evolução da sociedade brasileira, o legislador elaborou lei alteradora, dando novo sentido à vítima dentro do processo legal, conforme se verifica:

a) O ofendido será comunicado dos atos processuais concernentes à entrada e saída do ofensor da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem, e que Tourinho Filho explana da seguinte maneira:

Uma vez que o ofendido vai ser informado sobre a designação de data para de audiência, da sentença e dos respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem, parece óbvio que aquele prazo de quinze dias que lhe era concedido para apelar, nos termos do parágrafo único do art. 598 do CPP, não mais terá razão de ser. Entendida a doutrina que esse prazo recursal era mais alargado pelo fato de o ofendido não ser informado sobre o andamento do processo, mas, quando se habilitasse como assistente da Acusação o prazo seria o mesmo que se concede às partes: cinco dias. Agora, como terá todas as informações, em eventual recurso seu direito se nivela ao das partes. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 626)

b) As comunicações ao ofendido serão feitas no endereço por ele indicado, ainda sendo admitido, por sua opção, o uso de e-mail.

c) Antes do início da audiência e durante sua realização, será reservado espaço separado para o ofendido, a qual Tourinho Filho tem o seguinte ponto de vista:

Hoje, como se preveem a instrução, debates e julgamento numa só audiência, quis o legislador fosse reservado na sala das audiências um espaço para o ofendido. Parece óbvio que o legislador quer que o ofendido tome conhecimento das provas colhidas na audiência. Acontece que, ao que nos consta, não há esse espaço reservado para atender a exigência da lei. Assim, se o ofendido quiser, poderá ficar na própria sala das audiências. Por outro lado, como dificilmente a audiência de instrução e julgamento se findará no mesmo dia, cumpre ao Juiz, sempre que a audiência for suspensa e designada outra data para a sua continuação, comunicar ao ofendido para que ele possa gozar daquele direito. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 626)

d) Se o Juiz entender necessário, poderá encaminhar o ofendido para atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, as expensas do ofensor ou do Estado, e mais uma vez leciona com sabedoria o grande mestre Tourinho Filho:

Quanto às providências apontadas no § 5º, trata-se de medida louvável. Elas foram adotadas, por primeiro, na Nova Zelândia, em 1963, e na Inglaterra, em 1964. Hoje numerosos Estados norte-americanos, Canadá e México adotam. [...]

Vigora entre nós o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas, instituído junto ao Ministério da Justiça, conforme a Lei n. 9.807, de 13-7-1999,

mas, ao que nos consta, as vítimas continuam desamparadas. As meninas continuam sendo estupradas nas cadeias...

É preciso que essa medida posta em lei não tenha o mesmo destino da Lei de Execução Penal: benfeita, admirada, mas... na realidade os condenados levam uma vida desumana e infame. Espera-se que o Estado, seja à sua custa, seja a expensas do réu (quando puder), dê às vítimas de crime não aquele famoso “sinto muito”, “foi uma infelicidade”, e sim lhes proporcione um atendimento digno voltado a recuperá-las.

O legislador já tomou uma providência de amparo às vítimas do crime determinando que na sentença condenatória o Juiz fixe um valor mínimo de reparação pelos danos sofridos (art. 387, IV) sem prejuízo de, no cível, postular integralmente seus direitos. (TOURINHO FILHO, 2010, p. 626/627)

e) o Juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação a dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação, finalizando assim, Tourinho Filho com muita sapiência, doutrinando da seguinte forma:

Quanto ao disposto no § 6º, é de observar que, antes, o ordenamento se preocupava em vedar a publicidade das audiências para preservar a intimidade do réu, principalmente nos crimes contra os costumes, como se consta pelo art. 792, limitando a presença às audiências exclusivamente às partes, porque a própria Constituição, no art. 5º, LX, assim o determina, embora o Código de Processo Penal já fizesse essa previsão. Com a nova lei conferindo às vítimas de certos crimes a não publicidade não só das audiências, mas também dos depoimentos, procura-se evitar sua exposição aos meios de comunicação. [...] (TOURINHO FILHO, 2010, p. 627)

A vítima tem ainda a possibilidade de habilitar-se como assistente do Ministério Público para, desta maneira obter informações acerca das movimentações processuais, não repercutindo assim no dia-a-dia o quanto determinado no art. 245, das Disposições Gerais da Constituição Federal: “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimizadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do delito”, cujo texto teria recebido influências do movimento vitimológico.

Desta forma, o ambiente processual sofreu alteração significativa com o advento da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n. 9.099, de 26/09/1995), colocando em prática uma nova metodologia de justiça criminal, fundamentando-se em um senso unificado, atribuindo à vítima uma participação importante na resolução do caso.

Também podem ser destacadas outras novidades legislativas surgidas no Brasil, que, de acordo com a doutrina, denotam efeitos oriundos da vitimologia:

I. A Lei n. 9.249/95, que criou causa extintiva da punibilidade de determinados delitos, decorrente da reparação do dano antes do recebimento da denúncia;

II. A Lei n. 9.503/97 (alterada pela Lei n. 9.602/98) – Código de Trânsito Brasileiro, que instituiu a multa reparatória;

III. A Lei n. 9.605/98, que prevê a pena de prestação pecuniária e oferece incentivos para a reparação do dano;

IV. A Lei n. 9.714/98, que alterou dispositivos do Código Penal e introduziu a pena de prestação pecuniária;

V. A Lei n. 9.807/99, que trata da proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Finalmente, todas essas interferências ocorridas pelo advento da vitimologia, sejam no Direito Penal ou no Direito Processual Penal Brasileiro, visam apenas a uma melhor solução das contendas judiciais, seja para garantia de que a vítima tenha o seu dano reparado, ou seja, para que o ofensor tenha uma pena justa dentro do que realmente aconteceu no evento danoso e ainda para que sociedade fique pacificada com a devida justiça.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se formar pessoas, a fórmula é apenas e tão somente uma a “educação”. É nela que se formarão cidadãos, não vítimas e criminosos, mas sim pessoas que antes de tudo sabem profundamente a essência do certo e do errado, que saberão que lesar o próximo, muito mais é do que apenas obter uma vantagem, mas é, sim, verdadeiramente fazer mal para si mesmo e pior, fazer com que o próximo sofra também.

Assim, quando se falha com um, falha-se com todos, pois de que adianta por ora terem-se leis duras, que punem, e momentaneamente apenas atenuam um problema? É sabido que cadeia, prisão e penitenciária nunca reverteram pessoas, mas que sim, tornou o problema pior do que já estava, ou seja, servem apenas como depósito de pessoas, que em tese eram para saírem regeneradas, mas que voltam revoltadas, num círculo interminável de vitimização por parte do Estado.

Sendo do entendimento da Psicologia Jurídica, mais especificamente Trindade, que:

Outra forma de auxiliar as vítimas a superar os efeitos nefastos da vitimização é ajudá-las a desenvolver seus próprios mecanismos de (re) adaptação. O conjunto dessas estratégias constitui aquilo a que habitualmente dá-se o nome de resiliência, uma expressão importada do campo da física, que serve para designar a capacidade de um corpo submetido à pressão voltar à sua forma inicial. No sentido da psicologia jurídica, consistiria exatamente na construção de competências psicossociais capazes de auxiliar o indivíduo, após sofrer o evento estressor ou traumático, a retornar às suas condições iniciais, voltando aos níveis de adaptação emocional anterior, com o menor sofrimento e no menor espaço de tempo possível. (TRINDADE, 2004, p. 151).

Assim, muito mais que medidas e legislações protetivas para as vítimas de crimes, os delinquentes também precisam, antes de fatalmente se imiscuírem no mundo do crime, receber do Estado condições verdadeiras e plenas de educação, amparo e assistência com a finalidade de formar pessoas cidadãs, e não deixar à mera obra do acaso que estes sejam pessoas com valores morais definidos e concretos, sem mesmo saberem onde encontrar esse caminho. Até mesmo porque, como ensina Chico Xavier, “Se não é possível voltar atrás e fazer um novo começo, sempre será possível recomeçar e fazer um novo final.”.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Código Penal**: mini / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 12. ed. – São Paulo: Saraiva, 2006. – (Legislação brasileira).

_____. **VadeMecum** / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz Dos Santos Windt E Livia Céspedes. – 9. ed. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010.

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de criminologia**. – 3. ed. Niterói – Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia**. 2ª tir. – Curitiba: Juruá, 1996.

FERNANDES, Newton. **Criminologia integrada**. – São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 1995.

GRECO, Rogério. **Código penal: comentado**. – 4. ed. – Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. – 8. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

PIEIDADE JÚNIOR, Heitor. **Vitimologia, evolução no tempo e no espaço**. – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993.

SMANIO, GianpaoloPoggio. **Introdução ao direito penal: criminologia, princípios e cidadania**. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**, volumes 1 e 2. – 13. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica**. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

CONSULTORIA EMPRESARIAL: LEVANDO CONHECIMENTOS AOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DE ITURAMA - MG

Adriano Lopes de Paula⁴⁴

Noilma Aparecida de Moraes⁴⁵

Marcelo Barbosa da Silva⁴⁶

Maria José F. Ferracini⁴⁷

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo levar conhecimentos aos micros e pequenos empresários de Iturama - MG sobre Consultoria Empresarial. Através dos consultores, será possível proporcionar um diferencial competitivo para os auxiliarem a permanecerem no mercado global, por meio do diagnóstico, identificação, bem como solução de possíveis problemas. Embasando-se nos pressupostos teóricos de Crocco e Guttmann, Feitosa e Pederneiras, Oliveira, Peter Block, desenvolvemos uma pesquisa de campo e bibliográfica com a finalidade de demonstrar os principais aspectos da Consultoria Empresarial e identificação do conhecimento por parte dos micros e pequenos empresários. A consultoria empresarial será capaz de viabilizar a competitividade para as micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Consultoria. MPE'S. Conhecimento.

1INTRODUÇÃO

A Consultoria Empresarial pretende levar conhecimentos aos micros e pequenos empresários da cidade de Iturama - MG, sobre consultoria, uma

⁴⁴ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis

⁴⁵ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis

⁴⁶ Professor Mestrando da FAMA

⁴⁷ Professora e Diretora Financeira da FAMA

ferramenta que através do consultor poderá resolver os problemas existentes nas empresas-clientes, por meio de tecnologias, técnicas, métodos e metodologias.

A concorrência, limitada há um tempo, tornou-se global e as micros e pequenas empresas tiveram que competir não só entre elas, como também com as grandes empresas internas e externas.

No atual mercado, encontramos clientes mais exigentes, um crescimento expressivo dos concorrentes à procura pelo aumento de vantagens competitivas, elevada carga tributária, juros altíssimos, mão-de-obra pouco qualificada, grau de conhecimento baixo e habilidades pouco desenvolvidas, aspectos que levam os micros e pequenos empresários a buscarem novas alternativas como a Consultoria Empresarial.

O empreendedor tende a buscar conhecimentos essenciais para o sucesso de sua empresa, tais como: criatividade, conhecimento de mercado, visão sistêmica, vantagem competitiva, distribuição, venda, fornecedores e o conhecimento dos seus clientes.

Para manterem-se competitivos, micros e pequenos empresários agregam novos conhecimentos, os quais são adquiridos por diferentes caminhos. Indiferente do caminho a ser escolhido, o essencial é encontrar soluções para os problemas. Nesse momento, os conhecimentos de um consultor externo são fundamentais para melhorar as condições de competitividade da empresa.

A consultoria empresarial representa uma das atividades que mais têm evoluído nos últimos anos em todo o mundo e, particularmente no Brasil. É importante essa abordagem conjunta, pois tanto a consultoria, como a empresa-cliente, deve estar no mesmo barco.

Consultoria empresarial é um processo interativo de um agente de mudanças externo à empresa, o qual assume a responsabilidade de auxiliar executivos e profissionais da referida empresa nas tomadas de decisões, não tendo, entretanto, o controle direto da situação. (OLIVEIRA, 2010 p. 4)

Segundo Mattos (2003) apud Feitosa; Pederneiras (2010, p. 73), os consultores:

[...] já são atores permanentes e especiais na grande dramaturgia das organizações. Permanentes, porque se trata de um mercado estabelecido; especiais, porque não são atores formais, porém depositários de uma autoridade mentora (não raro reivindicada pela academia)

A pesquisa tem como objetivo principal levar ao conhecimento dos micros e pequenos empresários da cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, o conhecimento sobre Consultoria Empresarial, de um lado o consultor e, do outro lado, a empresa-cliente, bem como as vantagens que a contratação de consultoria pode lhes proporcionar.

O objetivo é verificar a quantidade de micros e pequenos empresários que têm conhecimento sobre Consultoria Empresarial, bem como aqueles que não possuem conhecimentos e também aqueles que já tiveram a oportunidade de contratar serviços de consultoria.

Levar ao conhecimento dos micros e pequenos empresários de Iturama a informação sobre Consultoria Empresarial, definição do produto da consultoria, tipos de consultorias e os serviços oferecidos pela Consultoria empresarial para empresa-cliente, constituem, pois, nossos objetivos.

De acordo com Crocco; Guttimann (2010, p. 6):

[...] o conhecimento, em função da velocidade das mudanças, tende a se tornar obsoleto, incompleto ou até inadequado. Então, as empresas contratam pessoas ou outras empresas para a realização de atividades que não consideram como essenciais ao seu negócio ou para auxiliarem seus colaboradores a entender melhor suas tarefas e manter ou aumentar seus resultados.

Consultoria empresarial é, assim, a busca contínua de novos conhecimentos, técnicas e metodologias através do consultor para desenvolver estratégias que viabilize a criação de vantagens competitivas para alavancar as micros e pequenas empresas.

2 CONHECIMENTO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

Segundo Crocco e Guttman (2009), quando o termo consultoria é empregado, geralmente tem-se a ideia de que sua utilização é algo recente. No entanto, basta uma breve e mais atenta análise da história da humanidade para se perceber que ele existe desde tempos imemoriais. Há, por exemplo, os druidas, magos que, além de prepararem poções, aconselhavam os chefes das aldeias celtas sobre diversos assuntos e resolviam várias disputas entre os aldeões. Os rabinos,

semelhantemente aos druidas, aconselhavam os fiéis, interpretavam as escrituras, agregando mais conhecimento às pessoas, e também resolviam disputas.

De acordo com Barbosa (2003) apud Feitosa; Pederneiras (2010, p. 4):

[...] a complexidade do mundo contemporâneo e a necessidade crescente de um maior domínio de variados campos do conhecimento na administração de um negócio impulsionaram a busca por consultores. O papel social do consultor, enquanto agente externo à organização relaciona-se à possibilidade de auxiliar os gestores na percepção mais acurada do ambiente interno e das situações atípicas que o afetam. Dessa forma, o cliente atribui ao consultor o domínio de um cabedal de conhecimento a ser compartilhado com os gestores e, posteriormente, incorporado à cultura da organização.

Conforme as informações, entendemos que consultoria empresarial encontra-se inserida na humanidade desde o início dos tempos, ou seja, no passado, no presente e também estará no futuro dando suporte as micros e pequenas empresas através de técnicas, metodologias e conhecimentos. A cada trabalho desenvolvido em consultoria empresarial, o consultor vivencia novas experiências e, cada vez, mais estará agregando valor ao seu projeto.

2.1 Agentes de Mudanças

Para Oliveira (2010) agente de mudanças é o profissional capaz de desenvolver fatores que possibilitem à empresa transacionar, proativa e interativamente, com os diversos âmbitos do ambiente empresarial.

O agente de mudanças também é classificado como agente criativo e inovador organizacional e pode ser interno ou externo à empresa. Agente de mudanças interno é aquele que faz parte da empresa como funcionário efetivo concursado ou contratado sem término de rescisão.

Agente de mudanças externo é aquele que não só está fora do sistema considerado, mas também da empresa. Ele é contratado por um período predeterminado para consolidar um projeto ou auxiliar a empresa na resolução de um problema ou na mudança de uma situação. A interação é contínua no processo decisório e a distinção do consultor interno e externo é clara e objetiva.

2.2 Responsabilidades de Auxiliar as pessoas

O consultor deve atuar como parceiro dos executivos e profissionais da empresa-cliente. Este auxílio deve, salvo raras exceções, estar direcionado a proporcionar metodologias, técnicas e processos que determinem a sustentação para os executivos das empresas tomarem suas decisões com qualidade.

Portanto, não se espera que o consultor conheça o negócio da empresa em sua totalidade, pois isso é uma determinação de seus executivos.

Para Oliveira (2010, p. 5):

[...] se todos quiserem conhecer o negócio da empresa-cliente de forma plena e total, ninguém contribuirá com metodologias, técnicas e processos, que são a principal responsabilidade do consultor, principalmente quando se aborda a administração das empresas. O diferencial do consultor é a maneira como consegue solucionar determinado problema da empresa-cliente, podendo tornar-se uma vantagem competitiva do consultor quando ele tem uma resposta estruturada, inovativa e rápida para o problema da empresa-cliente.

A responsabilidade de auxiliar as pessoas é parte fundamental do consultor, visto que, depois da realização do diagnóstico junto à empresa-cliente, ele apresentará vários caminhos que levará a empresa-cliente a solucionar os problemas existentes.

2.3 Desafios Empresariais

Conforme postulam Crocco e Guttman (2009) os desafios empresariais, atualmente, estão aumentando e se agravando, de diversos ângulos. Perda de controle, pressão por redução de custos – que ficam cada vez mais insuportáveis margens mais comprimidas, competição intensa, alterações de leis e regulamentos.

Conhecimentos necessitam de atualizações e manutenção, as mudanças nos dias atuais são contínuas, a empresa cliente precisa estar atenta para poder criar estratégias para estar um passo à frente do mercado para ser competitiva. O conhecimento, em função da velocidade das mudanças, tende a se tornar obsoleto, ou seja, a necessidade de novos conhecimentos é essencial para as empresas. Então, as empresas contratam pessoas ou outras empresas para a realização de

atividades que não consideram como essenciais ao seu negócio ou para auxiliarem seus colaboradores a entender melhor suas tarefas e manter ou aumentar seus resultados.

Consultoria empresarial vem trazer uma visão mais ampla das técnicas, metodologias e conhecimentos adequados, que o consultor pode estar aplicando e desenvolvendo junto às empresas-clientes, como diferencial competitivo para enfrentar o mercado global como também as mudanças que ocorrem continuamente.

2.4 Evolução e Tendências da Consultoria

[...] inclusive, esta situação reflete-se em recente pesquisa efetuada junto a graduados em universidades europeias e americanas, em que os jovens formados expressaram significativa preferência em trabalhar no mercado de consultoria empresarial, por duas razões principais: a possibilidade de maior rapidez na evolução de conhecimentos adquiridos, bem como a percepção de um crescimento do negócio consultoria em relação a outros negócios, principalmente quando comparados aos seguimentos da indústria e do comércio. (OLIVEIRA, 2010, p. 8)

O segmento de consultoria empresarial está despertando interesses desde os graduandos, graduados e até mesmo aos profissionais conceituados, por ser um segmento que está em ascensão pela necessidade que a empresa-cliente tem em solucionar problemas existentes, fazendo com que elas busquem novos conhecimentos e novas ferramentas para permanecerem competitivas no atual mercado em que se encontra inseridas, uma opção é a consultoria empresarial.

Conforme Feitosa e Pederneiras (2010) a complexidade da economia, dos mercados e da concorrência, aliado ao desenvolvimento da Administração, tem provocado situações incertas, mas, também, aberto novas perspectivas para o desenvolvimento das organizações.

O aumento de incertezas e a exigência constante de maiores competências geram tensões dentro do sistema-cliente que impulsionam a buscar ajuda externa. Essa busca por soluções gerenciais e técnicas para resolver problemas ou dilemas organizacionais favorece o crescimento de um mercado cada vez mais promissor para os consultores organizacionais.

Na realidade, as mudanças acontecem continuamente no mercado, de certa forma, impulsionam as empresas a buscarem novas alternativas que lhes proporcionaram vantagens competitivas, criação de novas estratégias, tecnologias, tecnologias da informação e conhecimentos adequados para permanecerem no atual mercado em que participam. Uma alternativa é a consultoria empresarial que tem condições de oferecer às empresas-clientes um vasto campo de conhecimentos que ajudará a solucionar os problemas existentes, fazendo com que as empresas continuem competitivas.

De acordo com Crocco e Guttmann (2009, p.13):

Como consequência da turbulência ambiental, podem-se notar cominhos claros e prováveis para a Consultoria Empresarial, mas é necessário analisar, antes, quais tendências de negócios formam cenários possíveis e prováveis.

Para Crocco e Guttmann (2010) as principais tendências nos negócios em geral:

- a) Economia – a economia está cada vez mais aberta, favorecendo o setor privado, com a retirada gradual do Estado como empresário, permanecendo apenas como agente regulador. As flutuações geradoras de crises afetarão cada vez menos o Brasil, em razão da continuidade do modelo econômico, independentemente dos modelos político-sociais.
- b) Políticas e Normas Legais – cada vez mais deve haver reformas na legislação no Congresso Nacional, em função da mudança do perfil da sociedade, já que o Congresso, historicamente, é um espelho confiável da população brasileira.
- c) Tecnológicas – o comércio e os negócios eletrônicos entre as empresas, e e-mail e o correio de voz continuarão a crescer exponencialmente, alterando a maneira de realizar negócios no Brasil, bem como em todo o mundo.
- d) Demográficas e Sociais – haverá melhora na atitude em relação ao trabalho em geral, porém ainda bem inferior ao registro no Extremo Oriente, nos Estados Unidos e na Europa, tanto hoje como no futuro. O crescimento no uso de computadores pessoais e de automação deve continuar com o aumento de telecentros de e redução da resistência à introdução de ferramentas de produtividade.

As tendências de consultorias estarão presentes em todas as áreas e serviços de administração financeira, mercadologia, administração da produção, tecnologia da informação, gestão de pessoas, terceirização, inovação, gerenciamento de mudança, melhoria contínua, fusões e aquisições, privatizações, logística etc.

Com o avanço do mercado global, a consultoria empresarial tem condições de estar antecipando os acontecimentos através do desenvolvimento de atividades que permitem a busca de novos conhecimentos, através das múltiplas tendências que o mercado oferece. O consultor estará apto a desenvolver qualquer projeto dependendo da sua área de especialização e atuação.

Para Oliveira (2010) o aumento de consultoria é provocado pela busca de novos conhecimentos e de inovações para enfrentar a globalização da economia, estes conhecimentos estão sendo considerados em sua amplitude maior, ou seja, a tecnologia do conhecimento, e, portanto, estão focados para a consolidação de inovações.

Inovação é a capacidade de perceber, idealizar, estruturar e operacionalizar situações novas. Este processo da administração é necessário para as empresas enfrentarem a globalização da economia. Portanto, as empresas devem estar atualizadas com as modernas metodologias e técnicas administrativas que estão sendo utilizadas no mundo empresarial; e os consultores competentes podem auxiliar neste processo.

De maneira genérica, pode-se considerar que as principais razões da existência da consultoria estão correlacionadas às mudanças – administráveis ou não – que constantemente ocorrem na economia, tais como: globalização; evolução tecnológica; necessidades de construir o futuro; responsabilidades ambientais das pessoas; das empresas e dos governos; e melhoria do conhecimento das pessoas.

De acordo com Rocha (2009) a criatividade é entendida como disciplina, apoiada, orientada e possibilitada por métodos e processos para que chegue a uma ação que gera inovação.

É um bem intangível que surge em mentes receptivas e imaginativas que criam novas perspectivas para as coisas, rejeitam limites, e é estimulada tanto pela

paixão como pela fuga permanente da rotina, por um ambiente propício e pela crença em encontrar uma solução diferente.

A criatividade e inovação são necessárias para micros e pequenas empresas de Iturama - MG, para permanecerem no mercado global: a consultoria empresarial permite eficiência através dos serviços desenvolvidos e eficácia para solucionar os problemas existentes nas empresas.

3 CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

Evidencia-se que o processo de contratação de serviços de consultoria tem, em vários momentos, muita semelhança com o processo de contratação de um executivo da alta administração, principalmente quando se enfoca a consultoria artesanal e a especializada.

Para Block (2004) contrato é simplesmente uma concordância explícita do que o consultor e o cliente esperam um do outro e de como eles vão trabalhar em conjunto.

Normalmente, ele é verbal, mas por vezes, é escrito. Os contratos com consultores externos são mais frequentemente escritos porque se confia menos neles do que em consultores internos, especialmente quando há dinheiro envolvido.

Conforme observamos a interação do consultor e da empresa-cliente é o primeiro momento em que estabelece a confiança entre ambas as partes, ou seja, as informações devem ser claras e objetivas, tanto para o consultor como a empresa-cliente. Ambas as partes são importantes numa contratação dos serviços de consultoria.

3.1 Identificações da Necessidade dos Serviços de Consultoria

De acordo com Crocco e Guttman (2010), ao marcar uma visita prospectiva na tentativa de entender melhor a situação e verificar se há possibilidade efetiva de iniciar o processo de consultoria, o consultor se depara

com uma estrutura da visita, que segue em quatro etapas, a abertura, o questionamento, a demonstração e o compromisso, não como uma sequência rígida, mas muito mais como uma estrutura visível.

Para Block (2004, p. 40):

[...] um contrato é um documento legal, escrito em uma linguagem formal; é uma obrigação por escrito; é rígido e formal. Porque não chama-lo de acordo de trabalho? A palavra contrato é útil por duas razões. Porque não estamos acostumados a pensar nas relações sociais ou de trabalho em termos contratuais, essa palavra chama nossa atenção para a necessidade de definir expectativas específicas dentro de uma relação de consultoria.

É importante a observação e identificação da situação presente, visão da situação futura, que a empresa-cliente vivencia a partir desse conhecimento o consultor terá condições de diagnosticar a situação da empresa-cliente. A visita é justamente para o entendimento de que tipo de serviços a empresa-cliente espera realizar.

3.2 O assunto a ser analisado é a atuação dos executivos e profissionais da empresa-cliente e o correspondente processo decisório

Oliveira (2011, p. 77) afirma que a decisão é uma prerrogativa do executivo da empresa e não dever ser delegada ao consultor.

[...] a análise de alternativas pressupõe a existência de um processo decisório e de uma estruturação de análise de cada uma das alternativas. Mas uma vez é necessário o conhecimento de metodologias e técnicas administrativas, sendo que o consultor empresarial competente pode proporcionar efetivas contribuições para este aspecto.

O consultor não tem poder de decisão, ele apresenta o diagnóstico e as alternativas viáveis para alcançar os resultados esperados, a empresa-cliente tem o poder decisório para executar as ações necessárias.

Para Oliveira (2011) é notório lembrar, também, que a identificação da necessidade dos serviços de consultoria é uma iniciativa e prerrogativa da empresa-cliente e não da consultoria empresarial.

Nunca se deve pedir para empresa de consultoria efetuar este trabalho, pois, se esta não tiver forte base de honestidade profissional, o único resultado que a empresa-cliente pode ter é: “antes a empresa cliente tinha mil problemas; depois do levantamento e identificação de necessidades, ficou com dois mil problemas”.

As empresas apresentam sintomas com frequência nas áreas: econômicas, financeiras, mercadológicas, administrativas e comportamentais transformando em doenças persistentes envolvendo toda a empresa-cliente, o consultor tem conhecimento de metodologias e técnicas administrativas para resolver os problemas da empresa-cliente apresentando resultados satisfatórios.

Através desses resultados os problemas existentes serão solucionados com a eficácia desejada atingindo os objetivos do consultor e da empresa cliente.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 64 micros e pequenos empresários da cidade de Iturama - MG, no segundo semestre de 2012. O universo total de 5% sendo 1.400 micros e pequenos empresários entrevistados. Face às características do estudo, considerou-se a entrevista como sendo melhor instrumento para a coleta de dados, pela facilidade de coleta de dados e porque na entrevista o pesquisador tem a vantagem adicional de observar as reações e expressões dos entrevistados.

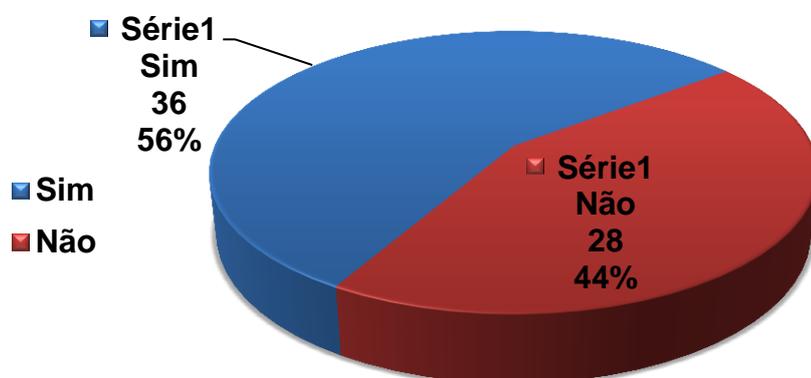
A entrevista de apoio de um questionário estruturado, o qual foi aplicado diretamente junto aos micro e pequenos empresários.

5 RESULTADOS

Este item apresenta um comparativo da análise dos resultados encontrados na pesquisa realizada com os micros e pequenos empresários da cidade de Iturama - MG.

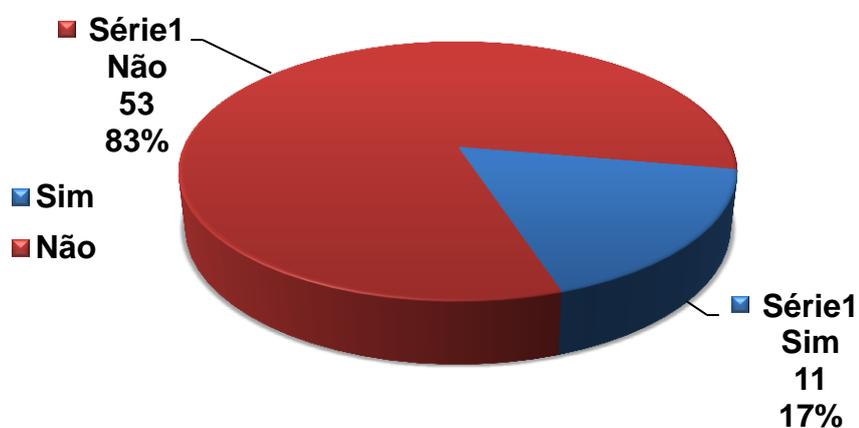
Resultados que comprovam os objetivos proposto por este trabalho, junto aos micros e pequenos empresários de Iturama MG.

Gráfico 01: Os micros empresários têm conhecimento sobre Consultoria Empresarial?



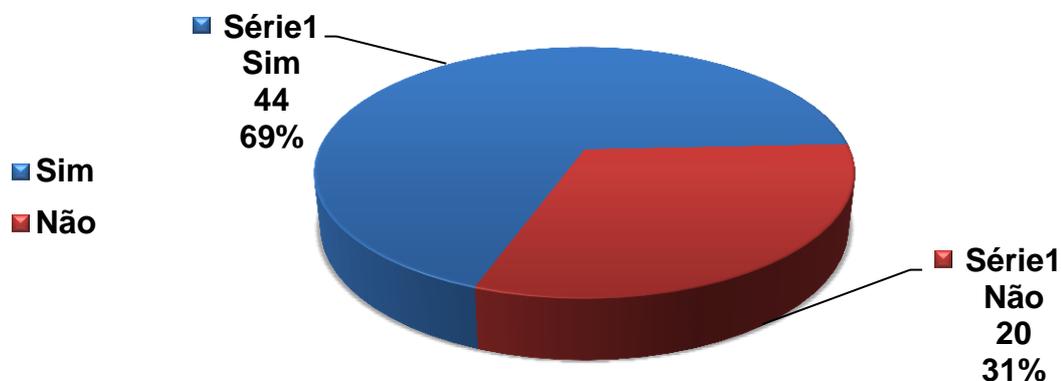
O Gráfico número 01 56% dos micros empresários afirmam ter conhecimento sobre consultoria empresarial e 44% desconhecem a consultoria empresarial.

Gráfico 02: Os micros e pequenos empresários já contrataram serviços de Consultoria Empresarial?



No Gráfico número 02 83% dos micros e pequenos empresários afirmam não terem efetuado a contratação dos serviços de Consultoria Empresarial e 17% já contrataram.

Gráfico 03: Os micros e pequenos empresários têm conhecimento de que os consultores empresariais têm condições de resolver as dificuldades da empresa-cliente, seja ela administrativa financeira ou operacional?



O Gráfico número 03 69% dos micros e pequenos empresários tem conhecimento que os consultores têm condições de resolver as dificuldades da empresa e 31% acreditam que os consultores não têm condições.

Gráfico 04: Qual a resistência que leva as empresas-cliente a não contratar os serviços de consultoria empresarial?

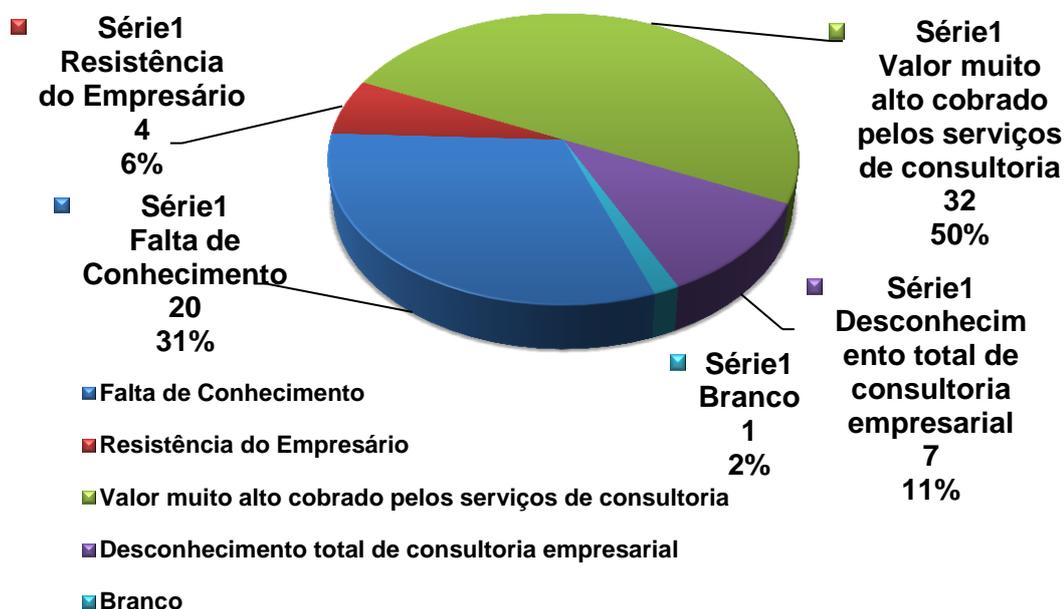


Gráfico número 04, referente à resistência na contratação dos serviços de consultoria 50% dos entrevistados atribuiu ao valor alto cobrado pelos serviços;

31% é por falta de conhecimento; 11% desconhecimento total de consultoria e 6% resistência dos micros e pequenos empresários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da perspectiva com relação à pesquisa permitiu evidenciar alguns aspectos que merecem atenção na finalização desse artigo.

Os resultados permitiram identificar que os micros e pequenos empresários da cidade de Iturama - MG têm pouco conhecimento sobre Consultoria Empresarial, como também revela que um número pequeno já contratou os serviços de consultoria para solucionar os problemas existentes na empresa.

A maioria dos micros e pequenos empresários tem conhecimento de que os consultores empresariais têm condições de resolver as dificuldades da empresa cliente, seja administrativa, financeira ou operacional. A pesquisa também identificou alguns fatores que levam os micros e pequenos empresários à resistência na contratação dos serviços de consultoria como: falta de conhecimento, resistência do empresário, valor muito alto cobrado pelos serviços de consultoria, desconhecimento total por serviços de consultoria.

A pesquisa levou conhecimentos de consultoria empresarial aos micros e pequenos empresários de Iturama- MG, permitindo uma visão teórica dos serviços de consultoria, evidenciando o quanto os consultores podem solucionar suas dificuldades e promover vantagem competitiva às micros e pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

BERTI, Anélio. **Manual de Consultoria: Diagnóstico e Análise Empresarial**. Curitiba: Juruá, 2009.

CROCCO E GUTTMANN, Luciano Crocco, Erick. **Consultoria Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALBERIO E DALBERIO, Maria Célia Borges, Osvaldo. **Metodologia Científica – Desafios e Caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONI E LAKARTOS, Maria de Andrade, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. 4 reimpr. São Paulo; Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças Oliveira. **Manual de Consultoria Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, Lygia Carvalho. **Criatividade e Inovação: Como adaptar-se às mudanças**. Rio de Janeiro: LTC, Rio de Janeiro, 2009.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos de Pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRIME PASSIONAL

André Silva Oliveira⁴⁸
Anésio Alves Leal Filho⁴⁹
Giuliane Costa Franco⁵⁰
Heloisa Prado Oliveira⁵¹
Indyara Thais Andrade Machado⁵²
Juliano Alves Confessor⁵³
Karine Barbosa de Oliveira⁵⁴
Letícia Martins Miranda Cunha⁵⁵
Eliel Ribeiro Carvalho⁵⁶
Fernando de Souza Costa⁵⁷

RESUMO

Este artigo elabora um estudo do crime passional na sociedade, o qual relatou os aspectos sociais que colaboram para prática delitiva. Tem como objetivo, analisar, ainda que de forma superficial, tudo o que envolve os crimes passionais; tentados, consumados, e a frequência de não ingestão de bebida alcoólica. O estudo proposto se dá por meio da pesquisa qualitativa como universo de pesquisa a 3ª Companhia de Polícia Militar Independente. A sustentação recai na tese que os estados emocionais ou passionais não podem ser utilizados

⁴⁸ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁴⁹ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵⁰ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵¹ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵² Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵³ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵⁴ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵⁵ Acadêmicos do 2º semestre de Direito - FAMA

⁵⁶ Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Camilo Castelo Branco (2006); especialização em Direito Penal e Docência do Ensino Superior; Doutorando pela Universidad Del Museo da Argentina; e graduação em Bacharel em Teologia - Seminário Teológico Moriá (2007). Atualmente é assistente administrativo da Prefeitura Municipal de Iturama. Tem experiência na área de Direito.

⁵⁷ Pedagogo e Fisioterapeuta, Especialista em Neuropedagogia aplicada à Educação, Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia da FAMA (Iturama, MG) e Fisioterapia e Educação Física da FUNEC (Santa Fé do Sul, SP).

como componentes para justificar o homicídio, diminuir ou atenuar a pena, senão para explicá-lo. Conclui-se que a partir dos dados fornecidos, o Crime Passional Tentado teve considerável aumento entre os anos de 2011 a 2012, enquanto o Crime Passional Consumado teve uma queda em seus números de incidência. Na totalidade das ocorrências entre os dois anos, apenas cinco casos nos quais não houve o consumo alcoólico pelos passionais. Tais práticas foram motivadas pela tentativa de reatar o relacionamento, ou quando o passional viu seu/sua amado (a) com atual companheiro (a). A partir deste momento os sentimentos de posse encorajados pelo consumo alcoólico motivaram os acontecimentos desses crimes.

Palavras-chave: Crimes Passionais Tentados. Crimes Passionais Consumados. Não consumo alcoólico.

1 INTRODUÇÃO

Presente estudo foi abordado o tema Direito Penal. Desenvolveu-se por meio de pesquisa qualitativa. Este artigo discorre sobre as peculiaridades do crime passional, seus aspectos sociais e legais, o perfil do criminoso passional.

A abordagem do tema foi elaborada na garantia de igualdade de direitos e obrigações entre pessoas de gênero diverso, constatando-se que a maioria dos homicídios passionais são praticados por homens. Crime passional, mais conhecido como os crimes da paixão, ocorre frequentemente na sociedade hodierna, de modo que, esta é patriarcalista; ademais, o criminoso passional, carrega em si a personalidade marcadamente machista, não aceitando a igualdade, tão quanto, uma traição.

Motivos estes, que levam a prática absurda: tirar a vida de alguém contra circunstâncias alheias a sua vontade, mostrando a sociedade que assume a hierarquia da relação, que matou para lavar a “honra”.

No entanto, esta tese já não é mais aceita pelas jurisprudências, que consideram a honra direito personalíssimo, ademais alegar esse absurdo estaria ferindo os direitos de igualdade consagrados no art. 5º da Constituição Federativa do Brasil. As notícias de crimes passionais continuam enchendo as páginas dos jornais sem que a sociedade atente para o problema: não existe crime cometido por amor.

Amor e paixão não podem se confundir, embora os termos sejam, muitas vezes e equivocadamente, usados como sinônimos. Juridicamente, convencionou-se chamar de passionais todos os crimes cometidos em razão de relacionamento sexual ou amoroso. No entanto, a paixão que move a conduta criminosa não deriva do amor, mas de seu extremo oposto – o ódio. Pode ser que, no início da relação, assassino e vítima tivessem tido uma relação afetiva e sexual próxima do amor, mas, no momento em que o homicídio é cometido, nenhum amor restou, embora tenha persistido a paixão, que se traduziria em obsessão doentia e destrutiva.

Por essa razão, o termo “crime passionais” continua sendo adequado para designar essa conduta, embora não deva provocar nenhum tipo de compaixão em relação ao perpetrador. A paixão não pode ser usada para desculpar o assassinato, senão para explicá-lo.

Como motivo de crime, a paixão é vil, torpe, abjeta. O homicídio passionais tem sido classificado como uma forma gravíssima de delito – um crime hediondo.

2 CRIME PASSIONAL: Conceito

Crime passionais está explicitamente ligado a uma paixão violenta, a possessão, a uma homeopatia, que leva o ser humano a prática duvidosa, indubitavelmente a de um homicídio. Neste sentido, o ser humano acredita ser possuidor de seu companheiro (a), tornando-se uma pessoa egoísta e cada vez mais violenta.

Crime passionais está diretamente ligado aos sentimentos de ciúme patológico, de posse da pessoa amada, egoísmo ou egocentrismo, a preocupação com a imagem social, a necessidade de exercer o poder. É praticado em sua maioria por homens pelo fato de uma cultura machista, que houve no passado, mas que parece estar nesses casos, presente ainda hoje.

O Código Penal afirma que a emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal, mas houve casos de absolvição de assassinos passionais, que se tornaram famosos até pelo inusitado da decisão.

2.1 História do Crime Passional

O crime passional sempre existiu, desde o início da humanidade, principalmente com a formação da sociedade, e sempre existirá, pois não está ligado essencialmente a padrões culturais. Trata-se de uma questão subjetiva que envolve uma paixão, em geral, perturbadora.

O homicídio passional esteve presente em todas as épocas da humanidade, motivado por sentimentos inerentes ao ser humano, sendo que cada um tem uma maneira individualizada de administrar uma perda, uma traição, um estado de ódio, o rancor, daí a afirmação de que tal crime sempre existirá, pois, os sentimentos de perda, traição, ódio, rancor, ciúmes, sentimentos esses apontados como motivadores do homicídio passional, sempre fizeram e sempre farão parte da natureza humana; alguns com mais, outros com menos intensidade, mas sempre presentes no ser humano e na sociedade.

Assim é que a história da humanidade está repleta de relatos de crimes passionais, quer sejam eles reais, quer sejam fictícios. Quanto aos reais, a história e os noticiários estão aí para contá-los. Os fictícios têm feito à cabeça de nossos escritores, povoam e enriquecem a nossa literatura, como se verá a seguir.

2.2 Crimes Passionais e o Direito Penal

O crime pode ser definido sob o seu aspecto formal como comportamento previsto em uma norma penal incriminadora (um tipo penal incriminador) sob ameaça de sanção penal. Sob o aspecto material, entende-se como crime todo comportamento humano indesejado que causa uma relevante lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico penalmente tutelado, protegido e por tanto passível de sanção penal.

Esta teoria diz que crime é a junção de Fato Típico, Ilicitude e Culpabilidade, sendo que o dolo e a culpa se encontram no Fato Típico, ou seja, se não há dolo ou culpa, o fato é atípico e, portanto, não há crime. Crime pode ser entendido como ato causador de transgressão ou de uma violação de lei; um desvio em relação à norma social; um acontecimento que causa dano a outrem. Um fato, ação ou omissão, que causa lesão a um bem juridicamente tutelado.

Crime passional é um homicídio. Sabe-se que homicídio é fato tipificado como crime no Código Penal brasileiro no qual se descreve uma conduta que não deve ser praticada; a conduta de matar uma pessoa.

Ocorre que, no caso de homicídio passional, que é o homicídio cometido por paixão, existe uma particularidade, pois há uma vinculação afetiva, sexual ou não, entre as partes e o sentimento forte e dominador conhecido como ‘paixão’.

Existem duas características fundamentais para que seja identificado o homicídio passional, que são: a relação afetiva entre as partes, que pode ser sexual ou não e a forte emoção (entendida como paixão) que vincula os indivíduos envolvidos neste relacionamento.

Para Masson (2012, p.30), “a vingança não caracteriza automaticamente a torpeza. Será ou não torpe, dependendo do motivo que levou o indivíduo a vingar-se de alguém, o qual reclama avaliação no caso concreto”.

Versa acreditar que o amor deriva de um conglomerado de sentimentos, isto é, a noção de propriedade se agrega a de afeição, medo, ansiedade, ciúmes, e a angústia. E não é o principal motivo do crime passional. O trecho abaixo explica bem o que o autor quer mostrar:

O homicídio por amor, ou seja, a paixão amorosa induzindo o agente a eliminar a vida da pessoa amada. Totalmente inadequado o emprego do termo amor ao sentimento que anima o criminoso passional, que não age por motivos elevados, nem é propulsionado pelo amor, mas por sentimentos baixos e selvagens, tais como o ódio, sentimento de posse, o egoísmo desesperado, o espírito de vingança. E esse caráter do crime passional. (CAPEZ, 2006, p.39)

Em virtude dessas considerações, cumpre examinar neste passo que, o emprego da palavra “amor” ao crime passional é extremamente impróprio, de modo que, sendo o amor, algo sublime, especial, afetuoso, é inverso ao sentimento do criminoso passional-paixão- já que este age dominado por sentimentos ardilosos e incontrolláveis, dominado nada mais nada menos que, pela vingança, pela ira avassaladora.

Pelo exposto, vale dizer, o crime passional não é derivado ou motivado por “amor”, pois quem ama cuida, é incapaz de ferir, de machucar o próximo. O amor é saudável, não doente como a paixão. Amar é não interferir, não impossibilitar o outro de seus direitos. È viver o sentimento sempre respeitando a companheira.

2.3 A Legítima Defesa da Honra

A tese de legítima defesa da honra, que levou à absolvição ou à condenação a penas muito pequenas de autores de crimes passionais, já não é mais aceita em nossos tribunais. A honra do homem não é portada pela mulher. Honra, cada um tem a sua. Aquele que age de forma indigna deve arcar pessoalmente com as consequências de seus atos. Sua conduta não contamina o cônjuge [...] A tese de legítima defesa da honra é inconstitucional, em face da igualdade dos direitos entre homens e mulheres

assegurada na Constituição Federal de 1988 – art5º – e não pode mais ser alegada em plenário do júri, sob pena de incitação à discriminação do gênero (ELUF, 2007, p. 199).

No entanto, sempre esteve claro que a legítima defesa da honra foi um artifício. Os advogados sabiam, perfeitamente, que lei nenhuma no Brasil falava nessa modalidade de legítima defesa, mas os jurados, leigos que são, não iriam decidir com base no texto expresso de lei, mas de acordo com seus valores culturais (ELUF, 2007, p.165).

Desta forma, a tese da legítima defesa da honra é hoje considerada inconstitucional se for utilizada de forma que torne a vítima uma espécie de objeto de posse do autor do delito, pois houve a equiparação dos direitos dos homens e das mulheres e a proibição de quaisquer discriminações de gênero.

2.4 Violenta Emoção no Crime Passional

O Código Penal exclui da inimputabilidade a emoção (art. 28, I), mas dispõe, por outro lado, tratar-se de situação atenuante de alguns delitos e causa de diminuição de pena, quando caracterizada por um estado emocional, de ânimo e do sentimento muito excitado, isto é , quando o crime ocorre sob a influência de uma violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima. (art. 65, III, c ; 121, parágrafo 1º). Dispõem os referidos dispositivos:

“**Art. 65:** São circunstâncias que sempre atenuam a pena:III ter o agente: c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima”. (BRASIL 2012, p.530).

Art. 121: Matar alguém: Pena reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos. Parágrafo 1º: Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. Dessa forma, pode-se notar que a posição da lei penal é bem definida. Não é qualquer emoção que atenua ou diminui a pena. Somente a emoção definida como violenta e sob adequada proporcionalidade entre o fato injusto provocador e a ação ilícita desencadeada tem a prioridade atenuante ou de diminuição da pena. A exigência legal restringe-se à capacidade de entendimento do agressor, ao tempo da ação, do caráter ilícito do fato. Interessa, portanto, definir se a violenta emoção seria um fato capaz de determinar que o agente não fosse condutor do seu comportamento, mas submetido ao estado emocional que o domina. (BRASIL, 2012, p.535)

“**Art. 188:** Aquele que sob o domínio de violenta emoção, que as circunstâncias tornem escusável, matar alguém, será punido com prisão por 3 a 6 anos, podendo o juiz convertê-la em detenção ao mesmo tempo, se o artigo 70 for aplicável”. (BRASIL, 2012, p.546).

3 METODOLOGIA

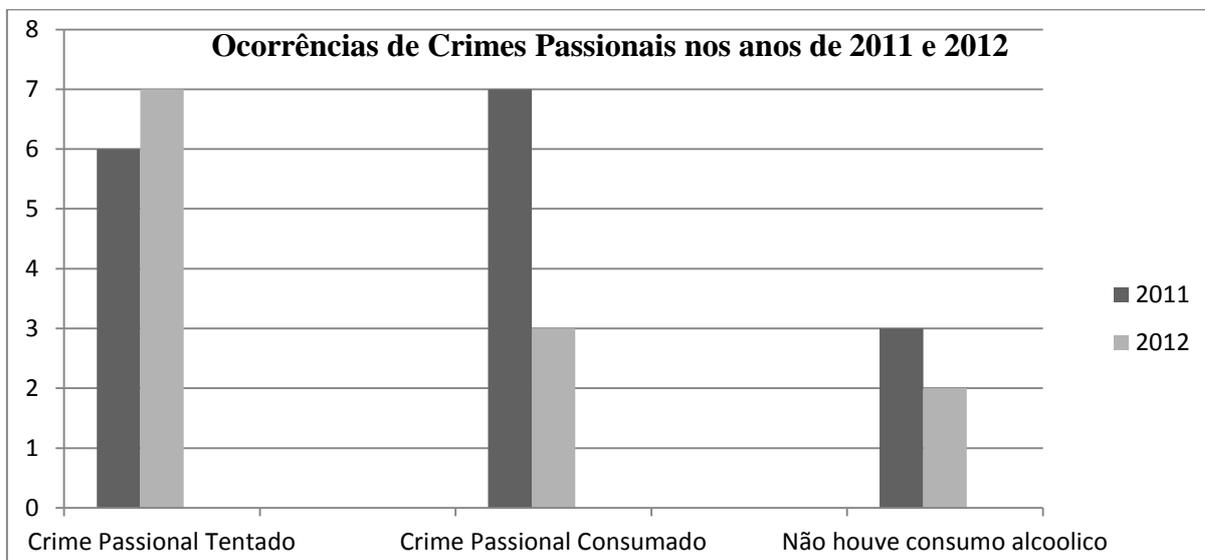
Foi desenvolvido um projeto de pesquisa que explica por meio do problema da pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa, dentre outros itens do estudo proposto. A metodologia deste presente trabalho trata-se de uma Pesquisa de Campo, do tipo qualitativa.

“A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.” (Pinsky, 2009, p. 35).

Foram utilizados como materiais de pesquisa: revistas, periódicos, livros e internet. A pesquisa foi feita por meio da busca de dados na 17ª Delegacia de Polícia Militar de Minas Gerais, situada na cidade de Iturama (MG). Aplicou-se um questionário com três perguntas abertas, que envolveram os principais motivos dos crimes passionais ocorridos entre 2011 a 2012 na cidade de Iturama - MG, sob quais circunstâncias esses crimes são praticados.

Após o esclarecimento dos objetivos do estudo, dos procedimentos necessários à coleta dos dados e do sigilo quanto aos nomes dos internos dos agentes dos crimes. Foi possível obter os resultados e desenvolver o artigo científico.

4 RESULTADOS



Verificam-se, nesta pesquisa, que o passional não tolera o lugar de traído e, consoma o crime para evitar a morte do seu eu. As circunstâncias que leva a praticar este crime ocorrem após uma separação recente, em relação a um amor do passado, a um amor que pode acabar em questão de um relacionamento amoroso de pouco tempo ou, ao descobrir uma traição, quando enciumados, os passionais se tornam violentos e se vingam das mulheres, companheiras.

Os crimes passionais ocorrem com mais frequência com mulheres, pois os homens se sentem superiores a elas. Os reais motivos dos crimes passionais é a impossibilidade do indivíduo de lidar com a situação de traição, real ou imaginária. Ou excesso de álcool que faz com que o indivíduo perca a noção de seus atos no momento do crime.

De acordo com o gráfico, construído a partir de dados fornecidos pela Delegacia Militar 17º de Iturama – MG, o Crime Passional Tentado teve considerável aumento entre os anos de 2011 e 2012, enquanto o Crime Passional Consumado teve uma queda em seus números de incidência.

Nos dois anos apenas cinco desses crimes não houve consumo alcoólico pelos passionais. Em sua generalidade, tais práticas foram motivadas pela tentativa de reatar o relacionamento, ou quando o passional viu seu /sua amado (a) com atual companheiro (a). A partir deste momento os sentimentos de posse encorajados pelo consumo alcoólico motivaram o acontecimento desses crimes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto ocorreu por meio da pesquisa qualitativa com o universo de pesquisa a 17ª Delegacia de Polícia Militar – MG. Os casos reais relatados mostraram como é grande a ocorrência do crime passional em casos de infidelidade, ciúmes e separação, pois levam o homicida à sensação de perda, de desonra, que, em sua mente, só seria amenizada com a morte do cônjuge infiel principalmente no ano de 2011. Observou também que o uso de bebidas alcoólicas são fatores desencadeantes do Crime Passional, principalmente contra mulheres.

Não obstante, analisou a trajetória da mulher, nota-se que este ganhou papel de grande construção e relevância na sociedade contemporânea, porém, ainda é menosprezada e tratada como ser indiferente. Tudo isso se dá, pelo fato de que, a sociedade atual, ainda vive a época do patriarcalismo, onde o homem deve ter domínio integral sobre a mulher. Verdade seja esta, é a realidade social, onde a mulher está inserida frequentemente em casos de homicídios passionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. Crime sob a influência de uma violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima. 15 ed. São Paulo. Saraiva, 2012.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, Vol.2: Parte Especial. 7 ed. São Paulo. Saraiva, 2006.

ELUF, Luiza Nagib. A paixão no banco dos réus: casos passionais céleres: de Pontes de Visgheiro a Pimenta Neves. 2 ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

MASSON, Cleber. Direito Penal-Parte Geral.4.ed. Vol.2 São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

PINSKY, Carla. O Historiador e suas Fontes. 1.ed. São Paulo: Editora Contexto. 2009.

SILVEIRA, Euclides Custódio. Direito Penal-Parte Geral.4.ed. Vol.2 São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

EMPRESA E MEIO AMBIENTE: CRESCIMENTO ECONÔMICO COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Débora da Costa⁵⁸
Hérika Santos Laureano Baleeiro⁵⁹
MitsuruTakiuchi⁶⁰

RESUMO

A questão ambiental vem ganhando importância no cenário mundial há algumas décadas, por conta disso, as empresas estão começando enxergar a necessidade de reduzir os impactos ambientais e, conseqüentemente, preservar os recursos naturais que ainda existem. Este trabalho tem como objetivo descobrir qual é o posicionamento das empresas em relação à preservação do meio ambiente no Distrito Industrial de Iturama. Para chegar aos objetivos propostos, foi feito um levantamento de dados, buscando recolher informações através de questionários que foram entregues, pessoalmente, a cada administrador/proprietário da empresa. A pesquisa constatou que, apesar das empresas serem relativamente novas e coincidir com as décadas de maiores preocupações com o meio ambiente, ainda mantêm uma visão tradicional em relação ao meio ambiente, ou seja, a preocupação com o meio ambiente fica em segundo plano. Os interesses econômicos permanecem, portanto, acima da preocupação com a qualidade de vida e bem estar da população.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Degradação. Sustentabilidade. Empresa socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

O homem habita o Planeta Terra, que pertence ao sistema Solar, o qual, por sua vez, está inserido na Via Láctea. Esse planeta tem a impressionante idade de cerca de 4 bilhões e 600 milhões de anos. Estima-se que a espécie da qual o homem descende, o *Homo sapiens*, tenha surgido há cerca de 150 mil anos. Se fossem colocados os 4,6 bilhões de anos de idade

⁵⁸ Débora da Costa, graduanda em Administração pela Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, e-mail: de_costah@hotmail.com.

⁵⁹ Hérika Santos Laureano Baleeiro, graduanda em Administração pela Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, e-mail: ki_santos@hotmail.com.

⁶⁰ FAMA. Faculdade Aldete Maria Alves. Mestre em desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIARA). Professor da disciplina Administração Financeira e Orçamentária, turma 2012. E-mail: mtakiuchi@hotmail.com.

da Terra dentro de uma hora, a existência do homem teria começado no último minuto. O ser humano é novato sobre a face desse planeta, onde prevalece não exatamente a lei do mais forte, mas sim a lei da maior capacidade de adaptação (MOREIRA, 2005).

Ainda, segundo a autora, a presença do homem na Terra pode contribuir para deteriorar o equilíbrio delicado dos elementos ar, água, terra, flora e fauna. Os principais problemas ambientais decorrentes da presença do homem na terra são:

a) Aumento da população

Nos últimos tempos, a população dobra a cada 80 anos apenas.

b) Países pobres, países ricos

Nos países pobres, praticamente, não há saneamento básico, faltam recursos para investir na prevenção da poluição e de doenças. Por outro lado, os países desenvolvidos, apesar de terem menor crescimento da população, também degradam o meio ambiente, pois possuem indústrias poluidoras, consomem grande parte da energia e dos recursos naturais e geram enormes quantidades de lixo e outros resíduos.

c) A água – Um bem precioso ameaçado

A escassez de água e a contaminação da água doce e dos oceanos.

d) O ar – Efeitos globais

A poluição, o efeito estufa e a redução da camada de ozônio.

e) Florestas e Biodiversidade

Devastação das florestas, extinção de espécies animais e plantas.

f) Energia – Necessidade de fontes alternativas

Fontes não renováveis e poluidoras.

g) Resíduos – Duplo prejuízo

O esgotamento da capacidade dos aterros e a disposição inadequada.

Portanto, o desrespeito com o meio ambiente pode colocar em risco a qualidade de vida do planeta. Assim sendo, a preocupação da preservação com o mesmo, por parte da população, vem aumentando e provocando uma mudança no ambiente de negócios das Empresas.

As Empresas eram vistas apenas como instituições econômicas com responsabilidade de resolver os problemas econômicos fundamentais. Hoje, uma quantidade crescente de atenção, por parte das organizações, tem se voltado para problemas que vão além das

considerações meramente econômicas, envolvendo preocupações de caráter político-social, tais como proteção ao consumidor, controle da poluição, etc (DONAIRE, 2010).

Segundo Longenecker (1981), a empresa deve reconhecer que sua responsabilidade para com a sociedade e para com o público em geral vai muito além de suas responsabilidades com seus clientes.

Para Donaire (2010), a responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade. Essas responsabilidades são de diversas formas, entre as quais se incluem:

- 1) Proteção ambiental;
- 2) Projetos filantrópicos e educacionais;
- 3) Planejamento da comunidade;
- 4) Equidade nas oportunidades de emprego;
- 5) Serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público.

“Entre as diferentes variáveis que afetam o ambiente dos negócios, a preocupação ecológica da sociedade tem ganhado um destaque significativo em face de sua relevância para a qualidade de vida das populações” (DONAIRE, 2010).

Isso porque os recursos naturais são fontes finitas e que a expansão das capacidades produtivas e o acelerado crescimento demográfico mundial estão levando à escassez e à contaminação dos mesmos, constituindo assim, uma ameaça às gerações atuais e futuras.

Além disso, [...] “a legislação ambiental vem se tornando cada vez mais restritiva e consistente, exigindo das organizações uma postura proativa em relação à questão ambiental” (SEIFFERT, 2011, p. 27).

A globalização dos negócios, os padrões de qualidade ambiental descritos na série ISO 14000, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever a intensificação da exigência dos futuros consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida. Diante disso, as Empresas deverão incorporar a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisão, além de manter uma postura responsável de respeito à questão ambiental (DONAIRE, 2010).

O objetivo geral deste trabalho é levantar dados das Empresas do Distrito Industrial da cidade de Iturama - MG, em relação ao posicionamento frente à preservação ambiental.

Os objetivos específicos são:

- Traçar um perfil dos Administradores/Proprietários das Empresas do Distrito Industrial de Iturama - MG, elencando suas características pessoais;
- Levantar o posicionamento das Empresas do Distrito Industrial de Iturama - MG em relação ao crescimento econômico e às questões ambientais;
- Identificar ações das Empresas do Distrito Industrial da cidade de Iturama - MG, que sejam voltadas para as questões ambientais, esclarecendo como acontece a divulgação das mesmas.

2. METODOLOGIA

Para se chegar aos objetivos propostos nesta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a Gestão Ambiental na Empresa, na biblioteca da Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA), biblioteca pública municipal João Garcez de Moraes, Universidade de São Paulo (USP) online, Universidade de Campinas (UNICAMP) online, Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) online e no site www.scielo.br.

O presente trabalho foi realizado no Distrito Industrial da cidade de Iturama -MG, onde foram analisadas as questões ambientais nas Empresas, lembrando que essas são sujeitos da pesquisa e pertencentes ao ramo industrial.

Os dados das Indústrias (endereço, telefone, etc.) foram obtidos na Prefeitura Municipal de Iturama onde, de imediato não obtivemos sucesso, pois precisávamos levar um requerimento. Foi-nos indicada a Associação Comercial de Iturama, mas não obtivemos maiores resultados, pois tinham somente dados dos comércios e indústrias associados à mesma. Posteriormente, levamos o requerimento autorizado pela Faculdade FAMA em papel timbrado, assinado pela diretora. Depois de 13 dias, voltamos até a prefeitura onde nos entregaram a relação de todos os cadastros das empresas de Iturama: prestadora de serviços, comércios e indústrias.

Separamos as empresas industriais num total de 30 empresas, objeto do presente trabalho. Dessas mesmas, 08 não eram realmente do ramo industrial, 05 não quiseram participar da entrevista e 03 encerraram suas atividades comerciais, restando somente 14 empresas participantes da pesquisa.

Foi feito também um levantamento de dados, buscando recolher informações para atingir os objetivos da pesquisa, isso por meio de questionários que foram entregues, pessoalmente a cada administrador/proprietário da Empresa.

Após o levantamento dos dados, serão feitas a tabulação dos dados obtidos e a discussão à luz da revisão da literatura.

3 MEIO AMBIENTE

“Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (CONAMA, 2002, p. 306).

Meio ambiente é tudo o que envolve ou cerca os seres vivos. A palavra ambiente vem do latim e o prefixo ambi dá a ideia de “ao redor de algo” ou “de ambos os lados”. O que envolve os seres vivos e as coisas ou o que está ao seu redor é o Planeta Terra com todos os seus elementos, tantos os naturais, quanto os alterados e construídos pelos seres humanos. Assim, por meio ambiente se entende o ambiente natural e o artificial, isto é, o ambiente físico e biológico original e o que foi alterado, destruído e construído pelos humanos, como as áreas urbanas, industriais e rurais. (BARBIERI, 2007, p. 07)

Odum e Sarmiento (1997) distinguem três tipos de ambientes: (1) o fabricado ou desenvolvido pelos humanos, constituído pelas cidades, parques industriais e corredores de transportes como rodovias, ferrovias e portos; (2) o ambiente domesticado, que envolve áreas agrícolas, florestas plantadas, açudes, lagos artificiais etc.; (3) o ambiente natural, por exemplo, as matas virgens e outras regiões autossustentadas, pois são acionadas apenas pela luz solar e outras forças da natureza, como precipitação, ventos, fluxos de água, etc. E não dependem de qualquer fluxo de energia controlado diretamente pelos humanos, como ocorre nos dois outros ambientes. O ambiente de suporte à vida é, segundo esses autores, aquela parte da Terra que satisfaz às necessidades fisiológicas vitais, provendo alimentos e outras formas de energia, nutrientes minerais, ar e água.

“Entre as formas de subdivisão do meio ambiente está o ecossistema, que se refere às relações de interdependência entre condições físicas, flora, fauna e microrganismos” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 186).

Meio ambiente no sentido de ecossistema é um conjunto de realidades ambientais, considerando a diversidade do lugar e a sua complexidade. O meio ambiente como lugar onde se vive é referente à vida cotidiana: casa, escola, e trabalho. O meio ambiente como biosfera surge para explicar a interdependência das realidades

socioambientais em todo mundo, a Terra é a matriz de toda vida. (REBOUÇAS, 2010, p.1).

“Meio ambiente pode ser definido como o lugar determinado e/ou percebido onde os aspectos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em constante interação, acarretando processos de transformação da natureza e da sociedade” (VARGAS; TAVARES, 2004 apud, PORTERO, 2010, p. 26).

Portanto, de qualquer forma, o termo meio ambiente tem sido utilizado para indicar um espaço (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o espaço sociocultural. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive (BRASIL, 1997, p. 26).

3.1 Histórico do Meio Ambiente

[...]meio ambiente teve como referência teórica inicial o livro de Keith Thomas, O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1889). Este historiador britânico, ao partir da aparente dicotomia sociedade e natureza, elucidou as imbricações entre distintas formas de percepção, como sensibilidades, raciocínios, atitudes e comportamentos dos seres humanos perante os animais, plantas e paisagens da Grã-Bretanha nos tempos modernos. (MARTINEZ, 2002, p.225)

Segundo McCormick (1992) apud Portero (2010) aponta, foi já no século XIX que surgiram as primeiras organizações ambientalistas. Em 1865, surgem manifestações na Grã-Bretanha; em 1883, há registros de movimentos no EUA e na África do Sul, e, em 1909, na Suíça. No século XX, a preocupação ambiental se intensifica. Houve a criação da Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza, assinada por 17 países.

A partir da década de 30 começaram a surgir as primeiras leis de proteção ambiental específicas como, por exemplo, o Código Florestal (Dec. nº. 23.793/34), substituído posteriormente pela atual Lei Federal nº. 4.771/65, o Código das Águas (Dec. nº. 24.643/34), assim como o Código de Caça e o de Mineração. A Lei de Proteção da Fauna (Dec. nº. 24.645/34) estabelece medidas de proteção aos animais, e o Dec. nº. 25/37 organizou a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SILVA, 2010, p. 04).

Conforme demonstra Camargo (2003) apud Portero (2010), em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que viria mais tarde a ter um papel fundamental nas questões relacionadas aos problemas ambientais. Se desde a sua fundação destacavam-se

temas como a paz, os Direitos Humanos e o desenvolvimento equitativo, antes mesmo do final do século XX a proteção ambiental já assumia a quarta posição no universo das principais preocupações das Nações Unidas.

Segundo Silva (2010) na década de 60, foi editada importante legislação sobre temas ambientais, como o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504/64), o novo Código Florestal (Lei nº. 4.771/65), a nova Lei de Proteção da Fauna (Lei nº. 5.197/67), a Política Nacional do Saneamento Básico (Dec. nº. 248/67) e a criação do Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental (Dec. nº. 303/67).

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Problemas do Meio Ambiente ocorreu em Lake Success, Nova York, em 1949. Duas décadas mais tarde, 1968, um grupo de especialistas em ciências se reúne em Paris, na Conferência Internacional sobre Biosfera, marcando um despertar da consciência ecológica. Também foi realizado o Painel de Experts em Desenvolvimento e Meio Ambiente em 1971 na Suíça (apud FERNANDES, 2003).

Jacobi (2003 apud PORTERO, 2010) destaca que foi nos anos 70 que o ambientalismo passa a ter maior expressão na sociedade brasileira. Viola e Leis (1992) colocam que, entre os motivos externos, estão a Conferência de Estocolmo de 1972 e a volta de políticos exilados em 1979.

No entanto, o que veio para colocar as questões ambientais nas agendas internacionais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em junho de 1972 em Estocolmo, Suécia. Representantes de 113 países se reuniram e discutiram a necessidade de se controlar a degradação ambiental. Foram discutidos temas como pobreza, subnutrição, analfabetismo e miséria. O crescimento populacional, o econômico e o consequente desenvolvimento foram vistos entre os problemas que afetam o meio ambiente (ADAM, 1990 apud FERNANDES, 2003, p 11).

Conforme Brasil (1997) em 1972, Estocolmo, estabeleceram-se o “Plano de Ação Mundial” e a “Declaração sobre o Ambiente Humano” (orientação aos governos). Foi nessa conferência que se definiu, pela primeira vez, a importância da ação educativa nas questões ambientais, o que gerou o primeiro “Programa Internacional de Educação Ambiental”, consolidado em 1975 pela Conferência de Belgrado.

De acordo com Brasil (1997) em 1977, na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (na CEI, Geórgia), definiram-se os objetivos da Educação Ambiental e o ensino formal foi indicado como um dos eixos fundamentais para se conseguir atingi-los. Nessa conferência, definiu-se a Educação Ambiental como “uma dimensão dada ao

conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”(BRASIL, 1997, p. 26).

Foi na década de 80 que a legislação ambiental teve maior impulso. O ordenamento jurídico, até então, tinha o objetivo de proteção econômica, e não ambiental. São quatro os marcos legislativos mais importantes: a Lei nº. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; a Lei nº. 7.347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente; a Constituição Federal de 1988, que abriu espaços à participação/atuação da população na preservação e na defesa ambiental, impondo à coletividade o dever de defender o meio ambiente (art. 225, *caput*) e colocando como direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros a proteção ambiental determinada no art. 5º, LXXIII (Ação Popular); finalmente, a Lei nº. 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (SILVA, 2010, p. 05).

“Em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, realizada em Moscou e convocada pela UNESCO, concluiu-se pela necessidade de se introduzir a Educação Ambiental nos sistemas educativos dos países” (BRASIL, 1997 p. 57).

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, em junho/1992, é realizada no Rio de Janeiro a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Dessa Conferência saíram dois documentos: Carta da Terra (Declaração do Rio) e Agenda 21. A Declaração do Rio visa “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento (FERNANDES, 2003, p. 12).

“[...] a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO, 92, entre os dias 03 a 14 de junho, teve a participação de delegações de 175 países” (SONDA, 2005, p. 01).

Como desdobramento deste evento, nos anos seguintes, mais precisamente em 1997, intelectuais, cientistas, filósofos, teólogos, escritores, ativistas das causas ambientais, dos direitos humanos, se envolveram, nos quatro cantos do planeta, dando forma àquele que talvez seja um dos documentos mais amplos e necessários do nosso tempo, que vem a ser a Carta da Terra. Organizada em quatro grandes eixos, assim está resumida: a - Respeitar e cuidar da comunidade de vida; b - Integridade ecológica; c - Justiça social e econômica; d – Democracia, não violência e paz. (SONDA, 2005, p. 01).

“[...] em 2001 atuou o Comitê Preparatório (ComPrep) (Preparatory Committee-PrepCom) para o processo de revisão dos progressos e implementação dos compromissos de dez anos da Agenda 21” (BARROS, 2008, p. 25).

O secretário geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, por iniciativa pessoal, tentou quebrar o gelo criado no período pós-Kyoto ao convocar para 24 de Setembro de 2007, como reunião preliminar da 62ª Assembleia Geral da ONU, a ser realizada em

dezembro em Bali, na Indonésia, os representantes de 170 países na tentativa de buscar uma solução substitutiva daquele protocolo, inclusive com a participação dos EUA que, com a China e a Rússia, foram e são grandes resistentes na eliminação dos HCFGs (hidroclorfluorcarbonos), gases que contribuem tanto para o efeito estufa quanto para a destruição da camada de ozônio, por temerem prejudicar suas economias (BARROS, 2008, p. 27).

“Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro voltou a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta” (CHAGAS, 2012, p. 01).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu na cidade de 13 a 22 de junho, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza (CHAGAS, 2012, p. 01).

Infelizmente resultado da Rio+20 não foi o esperado. Os impasses, principalmente entre os interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, acabaram por frustrar as expectativas para o desenvolvimento sustentável do planeta. O documento final apresenta várias intenções e joga para os próximos anos a definição de medidas práticas para garantir a proteção do meio ambiente. Muitos analistas disseram que a crise econômica mundial, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, prejudicou as negociações e tomadas de decisões práticas. (SILVA, 2012 p.01).

3.2 Degradação Ambiental

A palavra degradar pode ser definida como deteriorar, desgastar. Entende-se, assim, que a degradação ambiental ou do meio ambiente é o processo pelo qual há a degeneração, destruição do habitat natural de uma coletividade (COIMBRA, 2010).

“As principais agressões ao meio ambiente são o desmatamento, a expansão agropecuária, a urbanização e a poluição” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 199).

Tendo em vista os níveis atingidos pela degradação ambiental, é tarefa prioritária a recuperação desses meios danificados, antes que se transformem em processos irreversíveis. Entre esses, cabe destacar: a degradação do solo em virtude de processos de erosão e desertificação; a derrubada da floresta com todas as consequências; a poluição das águas continentais (rios, lagos, lençóis subterrâneos); a poluição do solo como resultado do inadequado manejo dos resíduos e do uso indiscriminado de fertilizantes, pesticidas e herbicidas; outras formas de poluição (atmosférica, marinha, sonora, nuclear etc.) (DONAIRE, 2009, p. 31).

“Degradação ambiental é a degeneração do meio ambiente, onde as alterações biofísicas do meio provocam uma alteração na fauna e flora naturais, existindo a possibilidade de perda de biodiversidade”(FELIZARDO, 2009, p. 03).

“A queimada, técnica antiga de limpeza e preparo da terra para o plantio, é bastante nociva. O fogo consome nutrientes do solo e a fumaça contribui muito para o efeito estufa.” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 200).

A degradação ambiental no mundo todo tem provocado pronunciadas alterações climáticas e a natureza tem respondido com ciclones, tufões, maremotos, secas prolongadas, inundações e outros cataclismos que tem ameaçado e destruído a vida humana, animal e vegetal (ALVARENGA, 2005, p. 17).

3.2.1 Consequências da Degradação Ambiental

“A poluição é a emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos em volume superior à capacidade de absorção do ambiente. Também é causada pelo lançamento de substâncias estranhas à natureza, como os inseticidas” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 201).

A redução da diversidade por fatores humanos é um dos mais graves problemas ambientais. Os desaparecimento de espécies sempre ocorreu na natureza, basta lembrar dos dinossauros que tanto atacam o imaginário humano, mas o alto número de perdas de espécies pelas ações humanas tornou insignificantes todas as perdas naturais (BARBIERI, 2007, p. 49).

“Um dos principais impactos ambientais que ocorrem em um ecossistema natural é a devastação das florestas, notadamente das tropicais, as mais ricas em biodiversidade” (BRASIL ESCOLA, 2012, p. 03).

“O Aquecimento Global, uma das consequências da ação do homem sobre o meio ambiente, é a elevação da temperatura global, provocada pela intensificação do efeito estufa” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 199).

O efeito estufa é, na verdade, um fenômeno natural e permite que parte da radiação do sol seja retida na Terra, evitando o resfriamento excessivo durante a noite. A concentração de gás carbônico na atmosfera, provocada pelas atividades humanas (indústrias e veículos principalmente), é que intensifica o efeito estufa e pode causar desequilíbrios climáticos (MOREIRA, 2005, p. 15).

“O aparecimento de buracos na camada de ozônio (O₃) da estratosfera pode ser considerado processo natural, já que em certas épocas do ano, reações químicas na atmosfera produzem aberturas, que depois se fecham. A atividade humana, porém, acentuou o processo” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 199).

A redução da camada de ozônio causa maior incidência dos raios ultravioleta, o que diminui a capacidade de fotossíntese nos vegetais e afeta as espécies animais. Nos seres humanos compromete a resistência do sistema imunológico e causa câncer de pele e doenças oculares, como a catarata. (BRASIL ESCOLA, 2011, p.05).

“[...] clima urbano, resultante da poluição industrial e da emissão de monóxido de carbono (CO) dos automóveis. Os gases formam nuvens que permanecem perto da superfície, retendo parte da radiação infravermelha responsável pelo aumento da temperatura.” (BRASIL ESCOLA, 2011, p.05)

“A poluição do ar nos centros urbanos e industriais é causada, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis em veículos de transporte, por usinas de geração de termoeletricidade e pela indústria.” (ALMANAQUE ABRIL, 2011, p. 202)

Nas últimas décadas, com a busca por matéria - prima, têm ocorrido expressivos e constantes desmatamentos, ocasionando a redução da vegetação e a capacidade produtiva do solo, e acabando também com as mudanças naturais (ALVARENGA, 2005). O Brasil já devastou uma área equivalente ao território da Argentina, provocando a erosão do solo, o comprometimento dos rios, da flora e da fauna, além de alterações do clima. Ou seja, o processo acelerado da ação do homem vem destruindo tudo o que há na natureza e o homem não está se dando conta de que faz parte desta natureza e, automaticamente, está se auto destruindo. (MOREIRA, 2005)

Nas florestas tropicais reside a maior concentração de biodiversidade do Planeta. O processo de extinção de espécies e desenvolvimento de novas espécies, tanto de animais quanto de plantas, é um fenômeno natural e contínuo. O problema é que este processo vem-se acelerando rapidamente nas últimas décadas devido à ação do homem (MOREIRA, 2005, p. 16).

4. SUSTENTABILIDADE E EMPRESA

Nos últimos trinta anos, o tema desenvolvimento sustentável ganhou importância pelo mundo, fazendo com que aumentasse, entre as empresas, a necessidade de se reduzir a poluição ambiental, os desperdícios bem como a consciência de se diminuir o índice de pobreza mundial. (BARONI, 1992)

A formalização do conceito de desenvolvimento sustentável se deu através de um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos, denominado “Nosso Futuro Comum”, criado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. (DIAS, 2009).

O conceito normativo básico de desenvolvimento, segundo Dias (2009), emergiu na Conferência de Estocolmo de 1972 e foi designado à época como “*abordagem do ecodesenvolvimento*” e, posteriormente, renomeado com a denominação atual.

4.1 Sustentabilidade

Sustentabilidade é uma filosofia presente na economia global e que deve ser efetivada para permitir a satisfação das necessidades atuais sem o comprometimento da capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

Desenvolvimento sustentável é uma busca simultânea de eficiência econômica, justiça social e harmonia ecológica, sendo mais que um conceito, sendo um processo de mudanças, onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ambiental e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das futuras gerações (ALMEIDA, 2002, p. 259).

O desenvolvimento sustentável procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas que contêm dois conceitos-chave. O primeiro vem de necessidades, que são particularmente aquelas essenciais à sobrevivência dos pobres devendo ser prioridade na agenda de todos os países. O segundo conceito se refere ao estágio atingido pela tecnologia e pela organização social que impõe limitações ao meio ambiente, e que impedem, conseqüentemente, de atender às necessidades presentes e futuras (DIAS, 2009).

Ainda segundo o autor, alguns autores veem o desenvolvimento sustentável como meio de crescimento econômico usando os recursos de maneira racional e utilizando tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Já outros autores o veem como projeto social, que tem como finalidade melhorar a qualidade de vida, diminuindo a pobreza e considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos naturais.

Existem três eixos fundamentais do conceito de sustentabilidade: crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

Na visão tradicional da empresa como instituição econômica, a responsabilidade consubstancia-se na busca pela maximização dos lucros e na minimização dos custos e pouco (DONAIRE, 2009).

Do ponto de vista econômico, a sustentabilidade prevê que as empresas devem ser economicamente viáveis. Que seu papel na sociedade deve ser cumprido levando em consideração o aspecto de rentabilidade, ou seja, dar retorno ao investimento realizado pelo capital privado (DIAS, 2009).

A mudança no ambiente dos negócios, do ponto de vista social e político, é o resultado de seu impacto na administração das empresas que têm mudado a forma pela qual os administradores gerem seus negócios e provocado uma modificação no sentido de redefinir qual é o verdadeiro papel que a sociedade espera que administradores desempenhem na gerência das organizações (DONAIRE, 2009).

No aspecto social, a empresa deve satisfazer aos requisitos de proporcionar as melhores condições de trabalho a seus empregados, procurando contemplar a diversidade cultural existente na sociedade em que atua além de propiciar oportunidade aos deficientes de modo geral (DIAS, 2009).

As empresas do mercado atual precisam integrar fundações responsáveis pela proteção ambiental, onde visa melhoria da qualidade ambiental pelo planejamento, controle e fiscalização das atividades que afetam o meio ambiente aplicando as normas necessárias para se obter o resultado esperado.

4.3 Empresa Socioambiental

O comércio e a indústria, inclusive as empresas transnacionais, desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de um país. Um regime de políticas estáveis possibilita e estimula o comércio e a indústria a funcionar de forma responsável e eficiente e a implementar políticas de longo prazo. A prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, é principalmente o resultado das atividades do comércio e da indústria. As empresas comerciais, grandes e pequenas, formais e informais, proporcionam oportunidades importantes de intercâmbio, emprego e subsistência (AGENDA 21, 2001, p. 01).

O setor produtivo mundial é o maior consumidor de recursos naturais e também o maior responsável pela poluição. Sendo detentor de grande parte da riqueza gerada, é o que possui o maior volume de recursos e tecnologia. Por isso, a tendência é que as organizações absorvam a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável das comunidades na qual estão inseridas, passando a internalizar e a considerar como parte integral dos custos produtivos, o tratamento efetivo dos seus resíduos e a preocupação com a sustentabilidade de seus produtos ao longo de todo o ciclo de vida dos mesmos. Mas, para atingir esta situação desejável, terá que planejar e desenvolver novas tecnologias, além de inovar seus processos (CORAL, 2002, p.15).

O desenvolvimento científico e tecnológico deve refletir em termos ambientais uma capacidade de lidar com tais problemas sugerindo a internalização dessa variável no processo de inovação, incluindo a eficiência e qualidade ambiental no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços (BIN, 2004). O desenvolvimento precisa propiciar uma

relação positiva entre os seres humanos e o meio ambiente em função da organização do sistema produtivo e das necessidades socioeconômicas (NASCIMENTO, 2004).

De acordo com COUNCIL OF LOGISTICS MANAGEMENT (1993), existem três principais atitudes empresariais de comprometimento ao meio ambiente: atitude relativa, atitude proativa e atitude de busca de valor.

Atitude relativa: cumprimento da legislação e adequação às pressões externas da sociedade; não incluem os seus impactos ambientais em suas reflexões estratégicas; não possuem gestão ambiental e nenhum comprometimento da hierarquia superior; buscam soluções de curto prazo e redução de custos.

Atitude proativa: apresentam a vantagem de se antecipar às novas regulamentações e legislações; apresentam razoável comprometimento da hierarquia superior; estabelecem sistemas de gestão ambiental; desenvolvem vantagem competitiva pelo cumprimento mais eficiente das leis e de modificações em seus produtos, serviços e processos, tornando-os menos agressivos ao meio ambiente.

Atitude de busca de valor: revelam grande comprometimento com o meio ambiente, integrando-o a sua reflexão estratégica com diferencial competitivo; utilizam análise de ciclo de vida do produto tendo em vista os impactos causados ao meio ambiente; projetam produtos para serem facilmente desmontados ou reciclados e criam rede de comprometimento com o meio ambiente em suas redes de suprimento e de distribuição; todos os níveis hierárquicos são comprometidos com o sistema de gestão ambiental; obtêm retornos em reduções de custos operacionais, novas oportunidades de lucros, ganho de competitividade e reforço da imagem corporativa.

Tendo em vista todas essas atitudes, é possível identificar em cada empresa qual a atitude que ela apresenta em relação ao meio ambiente, podendo se adequar à atitude correta compatibilizando os objetivos ambientais com os demais objetivos da organização.

Implantar sustentabilidade nas empresas hoje é uma questão mais de atitude do que de domínio técnico, mas mesmo que elas não sigam esse caminho na construção de um mundo melhor, que ao menos adote a sustentabilidade pensando na prosperidade do seu empreendimento mesmo. Porém existem aquelas empresas que optam por seguir o caminho social viabilizando o consumo em classes sociais lançando produtos que atendam as mesmas (VOLPINI, 2006).

As empresas sustentáveis são as que usam recursos naturais de modo sustentável, satisfazendo suas necessidades atuais. Mantendo um equilíbrio para com o meio ambiente procurando tecnologias que possam ser reutilizadas. Saibam gerar renda suficiente para se sustentarem, contribuindo para solucionar os problemas sociais. (CROSBIE; KNIGHT, 1995).

As abordagens socioambientais reconhecem o valor intrínseco da natureza, alegam que ela deve ser usada para atender às necessidades humanas presentes e futuras e, por isso, buscam sistemas de produção e consumo sustentáveis, entendidos como aqueles que procuram atender às necessidades humanas respeitando as limitações do meio ambiente (BARBIERI, 2007, p. 29).

As preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças que interagem reciprocamente: o governo, a sociedade e o mercado. Se não houvesse essas pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental (BARBIERI, 2007). As ONGs e os investidores também cobram processos e produtos limpos (EPELBAUM, 2004). Visto que para as empresas sobreviverem no mercado de trabalho atual, é preciso competitividade que depende diretamente da produtividade e da qualidade da empresa (FERNANDES, 2003).

A empresa que procura ser sustentável deve atuar respeitando o que a lei exige, integrando seu planejamento estratégico com questões mais abrangentes da sustentabilidade, não deixando de lado a parte financeira (ROMANO, 2010). Vemos a seguir alguns métodos que as empresas devem adotar para serem socioambientais.

Devem influenciar mudanças nos consumidores, exigindo maior responsabilidade socioambiental das empresas; produzir mudanças em cima dos erros cometidos no passado, sabendo que seus produtos para serem ecologicamente corretos, necessitam ter qualidade no mínimo igual ao de seus concorrentes; precisam entender as questões ambientais como oportunidades de negócios considerando este ponto em suas estratégias empresariais; transforme os desafios em oportunidades, objetivando administrar as expectativas dos seus stakeholders, utilizar o meio ambiente como fator de distinção competitiva e integrar metas empresariais e metas ambientais; inserir um Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA).

Mais alguns métodos segundo Donaire (2009):

- a) Fazer a instalação de equipamentos de controle de poluição nas saídas, como chaminés e redes de esgotos, mantendo a estrutura produtiva existente.

[...] na função ligada à atividade de produção por ficar claro que deve haver uma compatibilização entre produção e resíduos e que não pode dissociar a atividade produtiva de seus respectivos efluentes, seja para implementar modificações nos processos, seja para alterar os produtos ou os insumos produtivos. (DONAIRE, 2009, p.69).

- b) A empresa deve focar na área de Segurança Industrial, pois a segurança dentro da fábrica deve envolver, inclusive, a questão ambiental.

A manutenção, que em instalações industriais de grandes riscos é um pré-requisito fundamental para evitar a ocorrência de acidentes ambientais catastrófico, e também importante fator na melhoria do desempenho ambiental da empresa, pois ela contribui para reduzir a poluição do ar e das águas, reduzir o consumo de energia, a produção de resíduos e a geração de substâncias tóxicas. (DONAIRE, 2009, p.94).

Por fim, as empresas que querem aumentar a produtividade e o sucesso empresarial precisam buscar ações que resultem em benefícios para a comunidade. Confeccionando cada vez produtos ecológicos que atendam a demanda da sociedade e também às pressões para preservação do meio ambiente.

Pode-se dizer que um dos maiores desafios para as empresas é a mensuração adequada da sustentabilidade empresarial, pois precisam apresentar uma aderência às expectativas organizacionais mais específicas, considerando os aspectos legais, mercadológicos e socioambientais (ROMANO, 2010).

5 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema de Gestão ambiental hoje é essencial para a estratégia organizacional da empresa, inclusive para aquelas que querem comercializar seus produtos em um mercado internacional. (SEIFFERT, 2011). É regido pela ISO 14001 cujo objetivo é “prover às organizações os elementos de um Sistema de Gerenciamento Ambiental eficaz, passível de integração com os demais objetivos da organização” (DONAIRE, 2009, p. 117).

Pode ser entendido como parte da gestão empresarial que cuida de todos os aspectos ambientais da empresa a níveis pré-estabelecidos, ou ainda como elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente. (EPELBAUM, 2004).

Atualmente as empresas de pequeno e médio possuem a crença de que o custo para implantação desse sistema é muito caro e o retorno pode ser negativo. Pelo contrário, pode

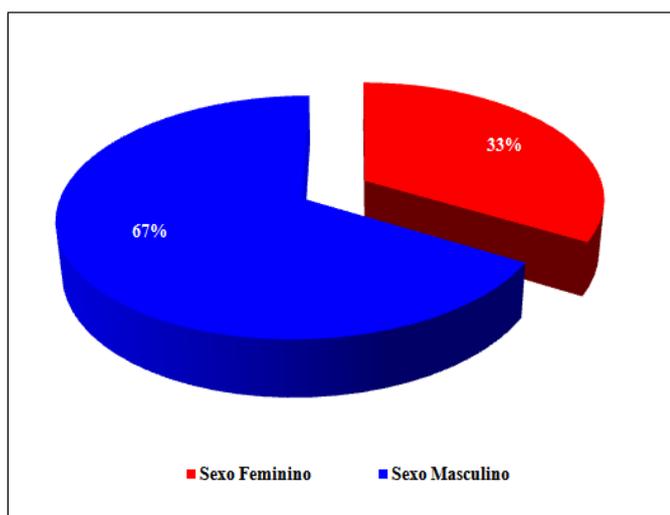
trazer inúmeras vantagens nas diversas áreas onde é implantado, como nos processos de fabricação, na diminuição de resíduos, e conseqüentemente, minimizando os impactos ambientais (SEIFFERT, 2011).

Dessa forma, promoverá a competitividade e sucesso empresarial, pois a empresa que atende a todos os requisitos estabelecidos pelas leis da preservação ambiental, seja por opção ou pressões externas da sociedade, sobressai-se em relação às outras, ganhando destaque em sua imagem e efetividade no mercado (EPELBAUM, 2004).

6. RESULTADOS

A maioria dos proprietários ou responsáveis pelas indústrias de Iturama pertencem ao sexo masculino (67%).

Gráfico 1 – Sexo dos Proprietários ou Responsáveis pelas Empresas.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012

O quadro 1 mostra que a maioria dos entrevistados está entre a faixa etária de 36 a 53 anos.

Quadro 1 – Idade dos Entrevistados.

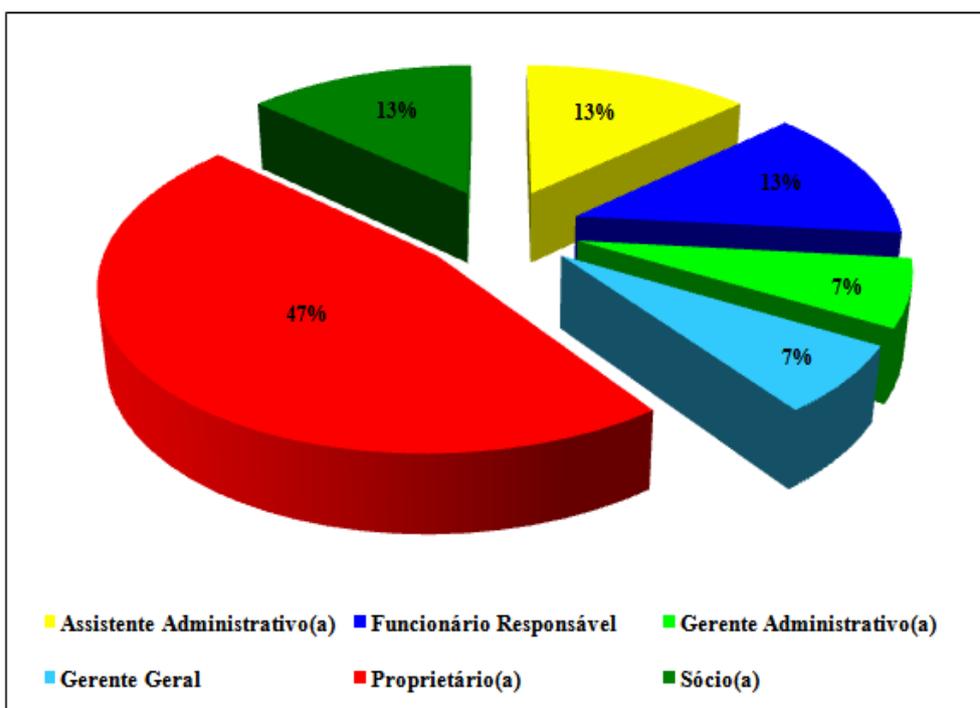
Idade dos Entrevistados Homens		Idade das Entrevistadas Mulheres	
Quantidade	Anos	Quantidade	Anos
1	19	1	24
1	27	1	25
1	32	1	32

1	36	1	36
3	49	1	51
2	53		
1	70		

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

O gráfico 2 mostra que a maioria dos entrevistados são proprietários das Empresas (47%).

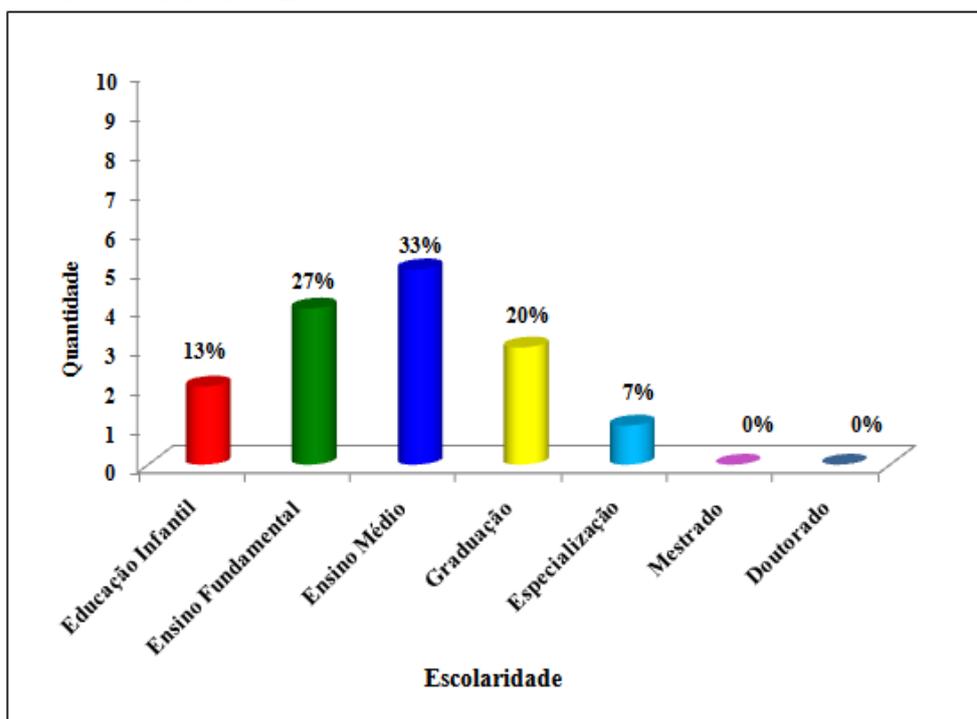
Gráfico 2 – Função dentro da Empresa.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

O gráfico 3 mostra que (33%) dos proprietários/responsáveis pela direção das empresas possuem apenas o Ensino Médio.

Gráfico 3 – Nível de Escolaridade.



Fonte: Pesquisa de Campo Julho de 2012.

O quadro 2 mostra que apenas quatro dos entrevistados possuem Curso de Graduação e apenas um dos entrevistados continua os estudos fazendo outra graduação.

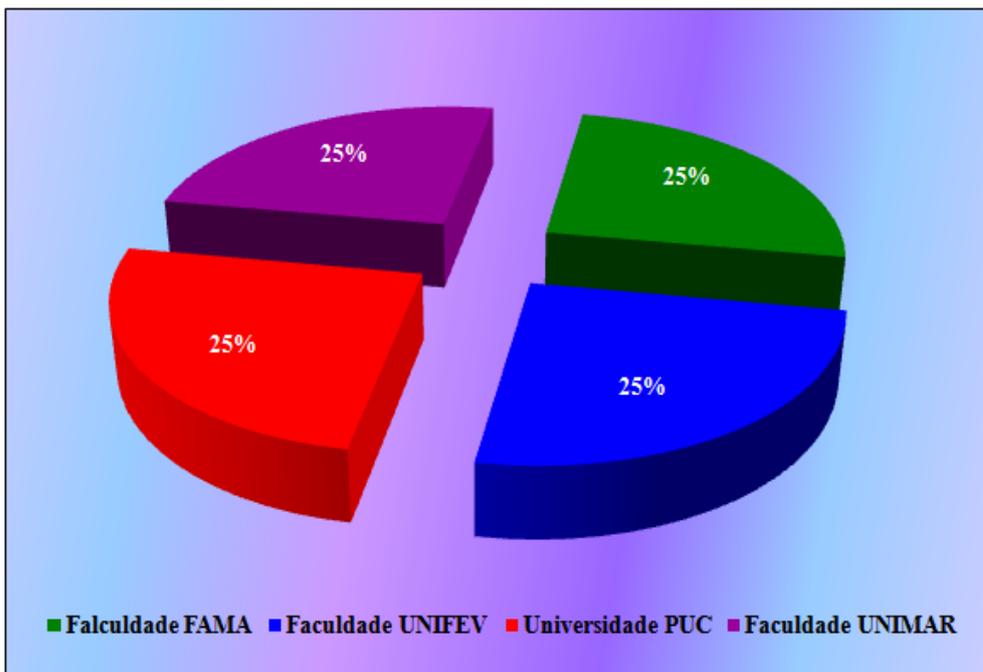
Quadro 2 – Graduação ou Pós.

Período de término Graduação ou Pós	Intervalo de tempo (anos)
1	0-2
2	2-4
1	4-6

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

No gráfico 4, nota-se que apenas um entrevistado fez a sua graduação no município.

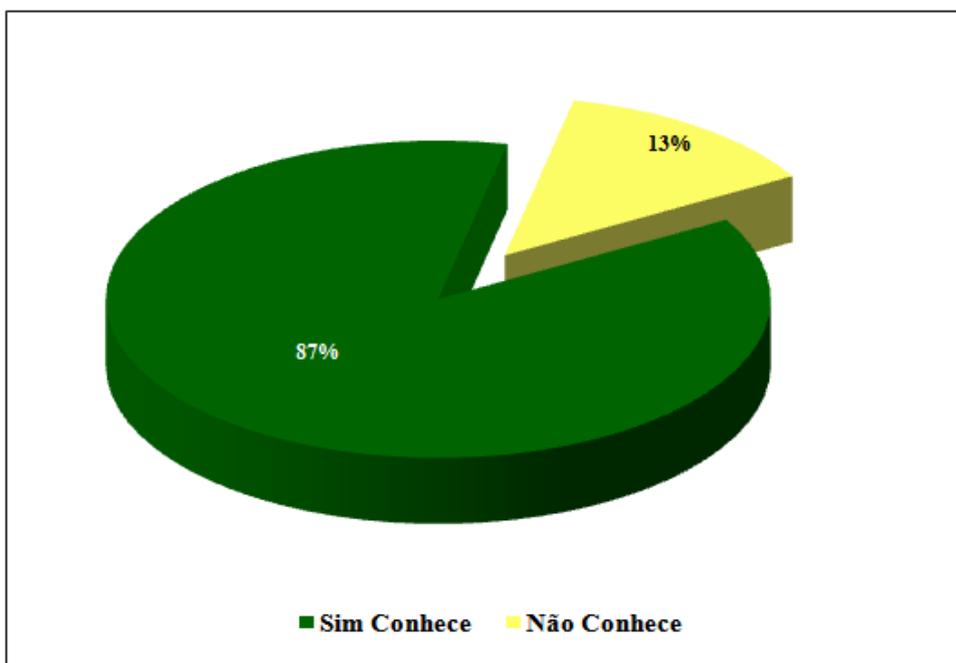
Gráfico 4 – Faculdade de Formação.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

No gráfico 7, percebe-se que a grande maioria dos responsáveis pelas Empresas conhece o que é Impacto Ambiental (87%), mas acreditam que suas empresas não causam nenhum.

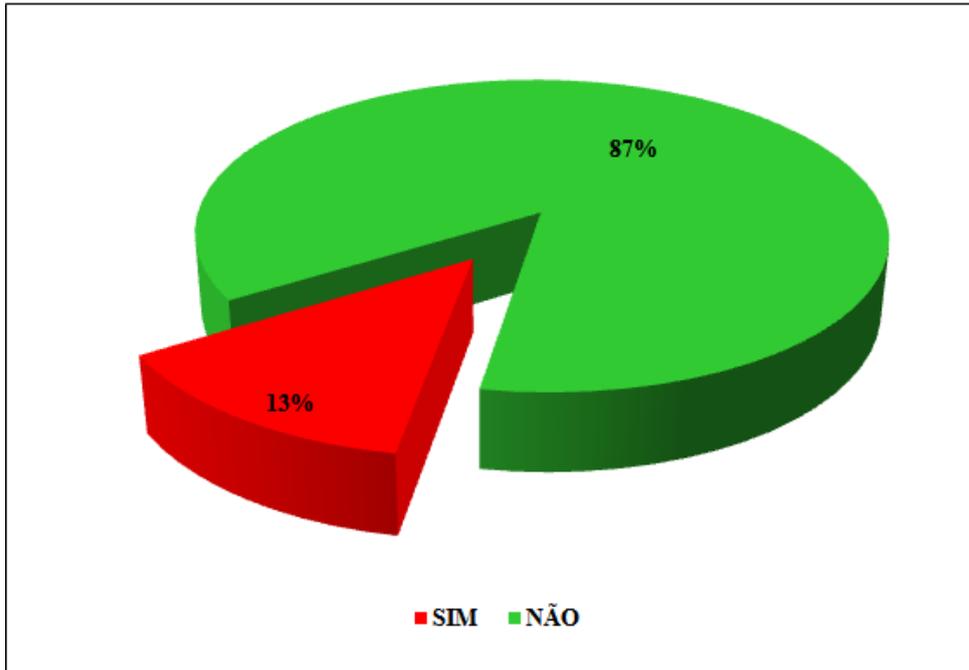
Gráfico 7 – A Empresa tem conhecimento do significado do que vem a ser Impacto Ambiental.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

No gráfico 8, fica evidente que apenas duas empresas responderam que causam Impacto Ambiental. Em uma das empresas é feita recomposição (faz o plantio de novas árvores), a outra empresa não tem nenhum método de prevenção (13%).

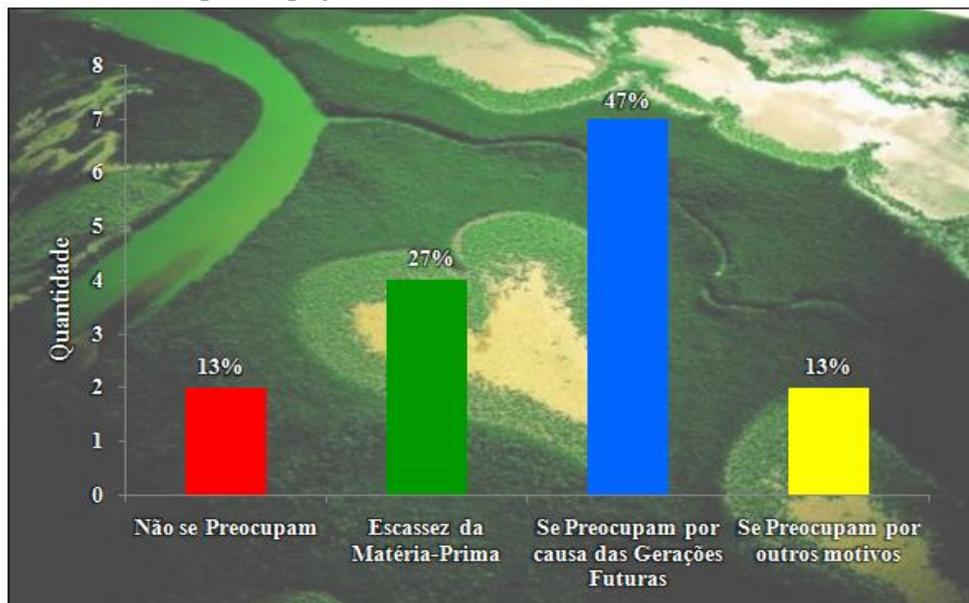
Gráfico 8 – A Empresa causa algum tipo de impacto ambiental.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

No gráfico 9, vê-se que a ideia de Sustentabilidade se faz presente em apenas 47% das empresas. As empresas se preocupam com o meio ambiente devido às gerações futuras.

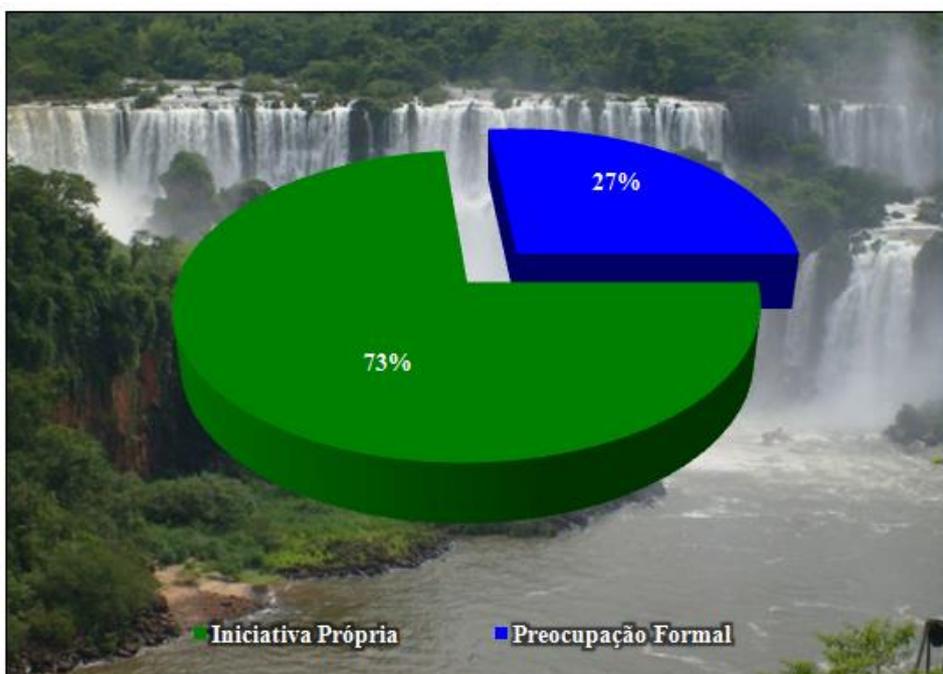
Gráfico 9 – A preocupação com o meio ambiente.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

O gráfico 10 revela que a maioria dos entrevistados explicou que suas Empresas não precisam cumprir exigências para manter funcionamento, então o que fazem em relação à proteção ambiental é por iniciativa própria, pois a prefeitura não exige nada para manter seus comércios abertos.

Gráfico 10 – As ações voltadas à Sustentabilidade na Empresa: trata-se de uma Preocupação Formal ou Iniciativa Própria.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2012.

Verificamos que a maioria dos entrevistados conhece o que é Sustentabilidade, porém, isso está ficando apenas no campo das ideias, não se traduzindo, assim, em ações concretas em prol do meio ambiente.

Tabela 3– Sustentabilidade e Sistema de Gerenciamento Ambiental

Sustentabilidade e Sistema de Gerenciamento Ambiental	SIM	NÃO
A Empresa Conhece o que é Sustentabilidade	14	1
A Empresa conhece outras Empresas que tem programas voltados a Sustentabilidade	7	8

A Empresa possui ação(ões) voltada(s) à Sustentabilidade	5	10
A Empresa pensa em implantar alguma ação voltada à Sustentabilidade	5	10
A Empresa tem conhecimento do Sistema de Gerenciamento Ambiental	6	9
A Empresa tem conhecimento dos benefícios da implantação do Sistema de Gestão Ambiental	5	10

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental atualmente é assunto predominante nos meios de comunicação, uma vez que o mundo se volta para a qualidade de vida, para a preocupação com meio ambiente e, também, como e com que qualidade ambiental será deixada o planeta que vivemos. Por conta disso, a pesquisa foi direcionada para detectar o posicionamento das empresas do município de Iturama em relação ao meio ambiente.

Constatou-se que o perfil dos administradores das empresas no município tem a predominância de mulheres proprietárias de empresas e na gerência das mesmas. A idade varia de 19 até 70 anos e que a minoria possui graduação no ensino superior. Diante de tal perfil, a pesquisa não viu nenhum relacionamento das três variáveis analisada: sexo, idade e formação acadêmica com o posicionamento em relação ao meio ambiente.

A relação entre o perfil dos administradores e o meio ambiente nos leva a pensar que seria de grande importância um trabalho ou ações voltadas para despertar o interesse de proprietários e gerentes das Empresas do município de Iturama voltadas ao meio ambiente.

A idade das empresas, na sua maioria, está concentrada numa faixa de 12 a 30 anos, englobando, justamente os anos 80/90, quando se inicia a falar com mais frequência em meio ambiente. A pesquisa constatou que, apesar das empresas serem relativamente novas e coincidir com as décadas de maiores preocupações com o meio ambiente, ainda permanecem com uma visão tradicional em relação ao meio ambiente, ou seja, a preocupação com o meio ambiente fica para segundo plano, permanecendo, assim, os interesses econômicos acima dos interesses com a qualidade de vida e o bem-estar da população.

As empresas participantes da pesquisa são de pequeno porte. Infelizmente, não pudemos contar com a participação das duas maiores indústrias da cidade de Iturama - MG, pois as mesmas se recusaram a passar informações sobre o meio ambiente e suas ações. Constatou-se, que nessas empresas, existe a preocupação com o meio ambiente, porém, as ações são mínimas. Talvez, para um crescimento de ações voltadas ao meio ambiente, por parte das empresas do município, necessitaríamos dedicar esforços para a conscientização dos proprietários/gerentes.

Constatou-se que uma das empresas possui ações voltadas ao meio ambiente. Seria de grande valia um estudo dessas ações, para que isso sirva de exemplo para outras empresas do município. Um estudo de caso dessa empresa, pois, faz-se necessário para que essas ações sejam transferidas para as demais empresas do Município.

Portanto, as empresas do município sabem da importância de uma boa relação com o meio ambiente, sabem e ouviram falar da sustentabilidade, porém, isso fica no campo das boas intenções apenas. Cabe, portanto, à sociedade, órgãos públicos e ONGs cobrarem das empresas a sua parte da responsabilidade com o meio ambiente, uma vez que a sociedade concede a elas a liberdade de existir, constituindo um contrato social. Dessa forma, as empresas devem retribuir essa confiança cumprindo com êxito sua função social.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL, ed. 37. Edição 2011. São Paulo: Abril, 2011.

ALMEIDA, J.R et al. **Gestão ambiental planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro: Thex Editora. 2002. 259p.

ALVARENGA, Paulo. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. São Paulo, Lemos e Cruz, 2005.

ARAÚJO, Caco. **Conceitos Importantes: Meio Ambiente, Sustentabilidade, Ecoturismo, Educação Ambiental e Educomunicação**. 2009. Disponível em: <<http://tvecologica.wordpress.com/2009/05/28/conceitos-importantes-meio-ambiente-sustentabilidade-ecoturismo-educacao-ambiental-e-educomunicacao/>> Acesso em: 22 Jun. 2012, 15:32:16.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. Atual e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2008.

BIN, A. **Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativas da pesquisa pública**. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Política Científica e Tecnológica) – Universidade – Instituto de Geociências, Campinas, 2004.

BRASIL. Meio Ambiente e Saúde. **Ministério da Educação e do Desporto**, Brasília, p. 26, 1997.

BRASIL ESCOLA, Monografias. **Degradação Ambiental**. 2012. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/geografia/degradacao-ambiental.htm> Acesso em: 25 Jun. 2012, 10:16:42.

CALLENBACH, E; CAPRA F., GOLDMAN L; LUTZ, R; MARBURG, S. **Gerenciamento Ecológico: Guia do Instituto Elmwood de auditoria ecológica e negócios sustentáveis**, São Paulo: Cultrix/ Amaná, 2001.

CHAGAS, Ângela. **Rio+20**. 2012. Disponível em: <<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/rio20/noticias/0,,OI5854265-EI20323,00-Rio+chega+ao+fim+recheada+de+elogios+e+criticas.html>> Acesso em: 26 de Jun. 2012, 21:26:42.

CLM- COUNCIL OF LOGISTICS MANAGEMENT. **Reuse and recycling reverse logistics opportunities**, Illinois: CLM, 1993.

Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). *Agenda 21*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2001.p. 481.

COIMBRA, Rafael. A poluição como principal causa da degradação ambiental. 2010. Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/ecologia/a-degradacao-do-meio-ambiente>> Acesso em: 25de Jun. 11:48:27.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

EPELBAUM, M. **A influência da gestão ambiental na competitividade e no sucesso empresarial**. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade de São Paulo – Escola Politécnica, São Paulo, 2004.

FRANÇA, N.P. **Sistema Integrado de Gestão-qualidade, meio ambiente, segurança e saúde**: recomendações para implementação em empresas construtoras de edifícios. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Engenharia, Campinas, 2009.

FERNANDES, M. M. C. **Implantação de Sistema Integrado de Gestão: Qualidade e Meio Ambiente**, Estudo de Caso: Ultrafértil. Dissertação do Mestrado (Pós-Graduação em Geociências – Área de Administração e Política de Recursos Minerais) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências, São Paulo, 2003.

FELIZARDO, Alexandra. **Degradação Ambiental**. 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/psicb/d/13586584-Degradacao-Ambiental>> Acesso em: 25 Jun. 2012, 09:27:55.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História e Meio Ambiente**: Considerações sobre a Formação continuada em Pesquisa, Ensino e Aprendizagem. 2002. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2002/historiaemeioambiente.pdf>> Acesso em: 24 Jun. 2012, 14:53:09.

MOREIRA, M. S. **Pequeno Manual de Treinamento em Sistema de Gestão Ambiental**: Meio ambiente, a empresa e a responsabilidade de cada um. Nova lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2005.

NASCIMENTO, Paulo Sérgio de Rezende. **Subsídio à Gestão Ambiental Hidroviária**: o empreendimento hídrico Santa Maria da Serra. 2004. Tese de Doutorado (Curso de Pós-

Graduação em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas-Campus, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

ODUM, E. P. SARMIENTO, F. **Ecologia:** El puente entre ciência y sociedad. México: McGraw-Hill Interamericana, 1997. P. 9-15.

PORTERO, Rosemeire Aparecida Rogatti. **Avaliação do Conhecimento do Tema:** Transversal Meio Ambiente e das Práticas de Educação Ambiental de professores do Ensino Fundamental de uma Escola Pública em Santa Ernestina – SP. Dissertação do Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara –UNIARA, São Paulo, 2010.

REBOUÇAS, Fernando. **Conceito de Meio Ambiente.** 2010. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/conceito-de-meio-ambiente/>> Acesso em: 23 Jun. 2012, 16:01:34.

ROMANO, A.L. **Um estudo sobre a sustentabilidade corporativa:** Análise de ferramentas e verificação da aplicação numa empresa produtora do setor de material de escritório. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2010.

SEIFFERT, M. E. B. **Sistema de Gestão Ambiental (SGA-ISO 14001):** melhoria contínua e produção mais limpa na prática e experiência de 24 empresas brasileiras. São Paulo: Atlas. 2011.

SILVA, Thomas de Carvalho. **O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988.** 2010. Disponível em: <http://www.oab.org.br/oabeditora/revista/revista_08/anexos/o_meio_ambiente_na_constituicao_federal.pdf> Acesso em: 24 Jun. 2012, 17:46:25.

SILVA, Christian Luiz da. **O que é Rio + 20.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/rio20.htm>>. Acesso em: 31 out. 2012, 14:16:54.

SONDA, Valdemir José. **História e Meio Ambiente:** Questões para um debate atual e urgente. 2005. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/observatorio/texto_historia_meio_ambiente.asp> Acesso em: 24 Jun. 2012, 18:22:31.

TÍLIO NETO, Petrônio de. **Ecopolítica das Mudanças Climáticas:** O IPCC e o Ecologismo dos Pobres. Tese de Doutorado (Curso de Pós-Graduação em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VOLPINI, R. **O Ponto Doce da Sustentabilidade 2006.** Revista Ideia Social. Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br>>. Acesso em: 27 jun. 2012, 11:31:01

GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PROCESSO DE AUDITORIA MUNICIPAL

Carina Fiorilli Santana⁶¹
Diogo Henrique Segura⁶²
Fabiano Martin Tiozzi⁶³

RESUMO

O Estado brasileiro é politicamente estruturado pelas normas contidas em sua Constituição Federal, documento elaborada com fundamento nos princípios e ideais que nossa sociedade considera essenciais à convivência do povo e à realização individual. O Tribunal de Contas é um órgão público com orçamento próprio, independente e autônomo, que não mantém relação de subordinação com nenhum dos Poderes para que assim tenha garantida sua liberdade de decidir. Sua missão é exercer controle externo sobre a Administração Pública no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e nos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas (CF, art.70). Julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário. Tal competência administrativo-judicante, entre outras, está prevista no art. 71 da Constituição brasileira. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo apresentar como o Tribunal de Contas, em específico o do Estado de São Paulo, desenvolve seu trabalho *in loco* de forma a fiscalizar as ações dos administradores públicos municipais, evidenciando os principais motivos que acusam recusa de contas públicas. Por ser um assunto extremamente prático, a metodologia da pesquisa pautou-se em levantamentos de documentos próprios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que aponta leis específicas que orientam sua atuação preventiva.

⁶¹ Graduada em Administração e Turismo - FUNEC, pós graduada em Gestão Empresarial - FUNEC, Chefe da Seção de Tesouraria - FUNEC

⁶² Graduado em Administração - FUNEC, Diretor Administrativo - Prefeitura Municipal de Três Fronteiras.

⁶³ Contador público. Coordenador do curso de Ciências Contábeis da FAMA - Iturama/MG e professor da FUNEC - Santa Fé do Sul/SP

Importante ressaltar que o conteúdo deste material não explora na totalidade o assunto devido sua tamanha amplitude. São ressaltados apenas os aspectos que mais chamam a atenção desta egrégia casa de fiscalização de contas públicas.

Palavras-chave: Tribunal de Contas. Reprova de Contas Públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil o desequilíbrio fiscal, ou gasto superior às receitas, predominou na administração pública até recentemente, no final da década de 90, trazendo consequências negativas para a economia. Essa realidade no âmbito das finanças públicas levou a uma situação tal que acabou por reduzir o atendimento de necessidades essenciais da população como saúde, educação, saneamento etc., com efeitos indesejáveis sobre os mais pobres que, de certa forma, são os que mais sofrem os efeitos da falta de investimentos governamentais.

Nas últimas décadas, a administração pública vem passando por reformas baseadas em mudanças na legislação, que exigem cada vez mais profissionalismo no gerenciamento dos recursos. Com o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - LC nº 101/2000) que consiste em um instrumento para ajudar os governantes a administrar os recursos públicos, tais exigências cresceram ainda mais, demandando dos gestores públicos obrigações fiscais mais rígidas, como o equilíbrio das contas públicas, maior transparência dos recursos públicos e sua aplicação da melhor forma possível.

Os sistemas de controle público, definidos constitucionalmente como Interno e Externo, são responsáveis pela avaliação da Gestão dos gestores públicos e pela fiscalização dos programas de governo constantes do orçamento fiscal e da seguridade social. Nesse sentido, devem prestar contas todos aqueles que utilizam, arrecadam, gerenciam, guardam ou administram bens, valores e dinheiros públicos inclusive as entidades privadas que recebem recursos. Daí a necessidade do bom gerenciamento das finanças públicas.

Segundo Baleeiro (2004), Finanças Públicas é a disciplina que, pela investigação dos fatos, procura explicar os fenômenos ligados à obtenção e dispêndio do dinheiro necessário ao funcionamento dos serviços a cargo do Estado, ou outras pessoas de direito público, assim como os efeitos resultantes dessa atividade governamental.

Na atual conjuntura, o administrador público precisa ser eficiente, ou seja, deve ser aquele que planeja o orçamento pautado pela obediência à objetividade e à imparcialidade. Igualmente, é aquele que produz o efeito desejado da execução orçamentária, que dá bom resultado, exercendo suas atividades sob o manto da igualdade de todos perante a lei, desempenhando suas ações pautadas nos princípios estabelecidos no art. 37 da Carta Magna Brasileira: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, desempenhando, assim, o efetivo controle das finanças governamentais.

Este estudo visa apresentar especificamente como é desenvolvido o trabalho de um Tribunal de Contas enquanto instituição que detecta limitações, falhas e irregularidades na gestão pública municipal durante suas atividades, objetivando demonstrar ainda como este visa combater e prevenir ilegalidades, falhas não intencionais, corrupção, descaso, desperdício e o uso impessoal da máquina governamental por parte dos gestores públicos municipais.

Para tal, a pesquisa pautou-se exclusivamente em documentos oficiais que fundamentam a atuação dos Tribunais de Contas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101/2000) e a Lei de Orçamentos (Lei 4.320/64), além de um manual elaborado especificamente pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dentre outras ferramentas legais.

2 FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA: o processo de auditoria *in-loco* realizada pelo TCE/SP

Por se tratar de assunto específico e que não possui material didático relativo, as informações foram tiradas do Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de fevereiro de 2012, que aborda o Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos. Tal material encontra-se disponível no sítio do TCE/SP.

Este corte de Contas fiscaliza a movimentação do dinheiro público no Governo do Estado e em 644 municípios paulistas, já excluído o da Capital, que dispõe de Tribunal próprio.

Nesse contexto, inspeciona-se “*in loco*”, todo ano, mais de 3.400 entidades governamentais, entre Secretarias Estaduais, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, autarquias,

fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos e fundos de previdência de servidores públicos.

2.1 Os principais motivos que indicam a recusa das contas do prefeito

2.1.1 Não aplicação dos mínimos constitucionais da Educação (despesa total e remuneração do magistério)

Por força constitucional, todo ano deve o Município aplicar 25% na educação infantil e no ensino fundamental (art. 212 da CF).

O não atendimento aos mínimos da Educação tem sido o principal motivo para a negação da conta do Prefeito.

Para tanto, realiza o Tribunal impugnações sobre a despesa apresentada pela Prefeitura. Em boa parte dos casos, essas glosas alcançam o que segue:

- Restos a pagar não quitados até 31 de janeiro do ano seguinte;
- Salário-educação; ganho líquido do FUNDEB; subvenções federais e estaduais para a Educação;
- Rendimentos das contas bancárias da Educação;
- Despesas com pessoal em desvio de função;
- Despesas com alimentação infantil e uniforme escolar;
- Despesas com precatórios judiciais;
- Insumos e equipamentos utilizados na merenda escolar;
- Despesas com pessoal da merenda escolar terceirizada;
- Construção e manutenção de bibliotecas, museus e ginásios esportivos;
- Transporte e bolsas de estudo para alunos do ensino médio e superior; custos proporcionais da Secretaria da Educação com essas duas etapas de aprendizado;
- Aquisições globais de bens e serviços, que também servem a vários outros setores da Administração (ex.: combustíveis, material de escritório ou de limpeza, peças de reposição da frota);
- Despesas empenhadas em dotações estranhas às da Educação;

- Quota da Educação no parcelamento de dívida com encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP) quando, no ano de competência, a respectiva despesa foi também empenhada e apropriada no mínimo constitucional;
- Aquisição de veículos escolares sem as condições exigidas no Código Brasileiro de Trânsito;
- Vale-refeição, cesta-básica, vale-transporte nos 60% do FUNDEB destinados aos profissionais do magistério;
- Despesas com inativos oriundos da Educação, bancadas por receitas específicas do regime próprio de previdência – RPPS (contribuições, compensações do INSS, entre outras).

2.1.2 Não aplicação integral do Fundo da Educação Básica, o FUNDEB.

Por força constitucional, todo ano deve o Município aplicar 60% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (art. 60, XII do ADCT).

A partir da operação, em janeiro de 2007, do FUNDEB, precaução especial há de se ter com a sobra financeira do extinto FUNDEF e seu uso exclusivo no ensino fundamental.

2.1.3 Não aplicação do mínimo constitucional na Saúde

Por força constitucional, todo ano deve o Município aplicar, em ações e serviços da Saúde, 15% da receita de impostos, próprios e transferidos.

Foi isso o determinado na Emenda nº 29, de 2000, que se ressentia de lei complementar tipificando, de forma clara, o que vem a ser gasto com saúde, bem como as normas de controle e fiscalização desse modelo de financiamento.

Antes da Lei Complementar nº 141, de 2012, o Tribunal fazia certas glosas sobre a despesa contabilizada pelos Municípios, as quais, por serem compatíveis com a nova disciplina, devem ser mantidas. São elas:

- Subvenções federais e estaduais; repasses SUS (PAB, PSF); rendimento financeiro das disponibilidades da Saúde; multas da vigilância sanitária;
- Despesas com pessoal em desvio de função;
- Planos fechados de Saúde para servidores;

- Aquisições globais de bens e serviços, que também servem a vários outros setores da Administração (ex.: material de escritório, limpeza, combustíveis, reparos em viaturas);
- Despesas empenhadas em dotações estranhas às da Saúde;
- Quota da Saúde no parcelamento de dívida com encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP) quando, no ano de competência, a respectiva despesa foi também empenhada e apropriada no mínimo constitucional;
- Limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo); alimentação e nutrição.

2.1.4 Déficit orçamentário e aumento da dívida flutuante

Em cada ano civil (exercício financeiro), o resultado entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas é, sem dúvida, o mais importante na avaliação financeira das esferas locais de governo. Põe-se aqui o resultado da execução orçamentária.

Mediante o resultado orçamentário, se vê a oscilação da dívida que, de longe, mais pesa nas finanças municipais: a de curto prazo, também conhecida por déficit financeiro (diferença negativa) entre haveres de caixa (ativo financeiro) e débitos de curta exigibilidade (passivo financeiro).

Com efeito, o superávit orçamentário gera sobra financeira que reduz aquele endividamento de curto prazo. Em sentido contrário, o déficit orçamentário aumenta, mais ainda, tal passivo, integrado, no mais das vezes, por restos a pagar sem cobertura de caixa.

Ante o fato de a LRF induzir superávits para reduzir a dívida pública, o Tribunal recusa déficits orçamentários, mesmo os de baixa monta; isso, desde que carregue ainda a Fazenda significativo estoque de restos a pagar sem cobertura monetária.

Assim sendo, o Tribunal não mais se orienta pela margem de tolerância de 10%.

Reforça esse juízo negativo o fato de o Prefeito, ao longo do exercício, ter sido alertado sobre o déficit que se avizinhava e, nem assim, cortar a despesa não obrigatória (art. 9º da LRF).

Todavia, um déficit orçamentário pode ser absolutamente lícito, desde que amparado no superávit financeiro do exercício anterior. É bem a isso o que se refere o art. 43, § 1o, I, da Lei n.º 4.320, de 1964.

Desse amparo monetário, há de se excluir as disponibilidades dos regimes próprios de previdência; tal excedente está absolutamente vinculado; não pode, em hipótese alguma, bancar qualquer outra despesa do Município (Lei n.º 9.717, de 1998 e art. 43, § 1º da LRF).

2.1.5 Falta de repasse previdenciário

Quer destinada ao órgão municipal que administra o regime próprio de previdência, quer dirigida ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, a falta de repasse das quotas patronais e funcionais aumenta, consideravelmente, a dívida municipal; implica várias e muitas sanções aos Municípios e, no caso do não recolhimento da parcela dos segurados, tipifica crime de apropriação indébita (Lei n.º 9.983, de 2000).

Sabido e consabido que boa parte da dívida consolidada municipal tem a ver com confissão de dívidas patronais, sobretudo as de caráter previdenciário. Por tais motivos, eis mais uma razão para o parecer desfavorável: o não recolhimento previdenciário.

Parcelamentos posteriores dessa lacuna, em regra, não solvem o desacerto, conquanto, no ano de competência, a omissão restou patente, fazendo aumentar a dívida municipal, o que, no futuro, compromete o financiamento de programas governamentais.

Além disso, a ausência de recolhimento faz com que o Município não obtenha o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, ficando impedido de receber transferências voluntárias da União (convênios) e empréstimos de instituições federais; nem a compensação financeira entre os regimes de previdência (Lei n.º 9.796, de maio de 1999).

Não é demais lembrar que a dívida previdenciária deve estar claramente evidenciada no passivo patrimonial da Administração; sem isso, comparece outra falha relevante: a distorção dos resultados contábeis e a não atenção a princípio hoje basilar: o da transparência fiscal.

2.1.6 Superação do limite da despesa de pessoal

Sob a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município, como um todo, não pode gastar mais de 60% da receita com pessoal (art. 19, III), o que abarca os seguintes objetos de gasto:

- Vencimentos e vantagens fixas;
- Obrigações patronais (recolhimentos previdenciários, FGTS, PASEP);

- Outras despesas variáveis (horas extras, substituições, entre outras);
- Aposentadorias;
- Pensões;
- Contratações por tempo determinado;
- Salário-família dos servidores estatutários;
- Contratos de terceirização de mão de obra;
- Sentenças judiciais referentes a demandas trabalhistas;
- Indenizações e restituições de índole trabalhista.

Mencionado diploma repartiu os 60% entre os Poderes estatais; no Município, 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, calculados sobre o denominador comum da LRF: a receita corrente líquida (art. 20, III).

Aquele percentual do Executivo também comporta as entidades da Administração indireta, ou seja, não há limites específicos para autarquias, fundações ou estatais dependentes.

Em caso de excessos por parte dos entes descentralizados, pode o alcaide propor, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, barreiras específicas para eles.

A despesa de pessoal é apurada de quatro em quatro meses: em abril, agosto e dezembro, mostrando-se os percentuais no relatório de gestão fiscal (art. 22 da LRF).

Ultrapassado o específico limite, cada Poder estatal dispõe de 8 (oito) meses para o ajuste, seja pelo aumento da receita ou pela redução da despesa laboral segundo os procedimentos enunciados na Constituição (corte de 20% dos cargos em comissão; exoneração de servidores não estáveis, entre outras medidas dispostas no § 3º do art. 169).

Nesse diapasão, afigura-se mais um motivo de parecer desfavorável: a não recondução, em 2 (dois) quadrimestres, da despesa de pessoal.

Essa elasticidade, de 8 (oito) meses, não vale em ano de eleição; aqui, as sanções legais aplicam-se de imediato, o que também justifica a recusa da conta por parte do Tribunal.

2.1.7 Não cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Assim dispõe tal dispositivo:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa

que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Vai daí que, no derradeiro ano de mandato, deve o Prefeito quitar despesas empenhadas e liquidadas entre maio e dezembro ou, ao menos, reservar dinheiro para que assim o faça o sucessor.

Descumprir tal norma remete o gestor ao art. 359-C do Código Penal. Vai daí que recusa o Tribunal conta que, naqueles 8 (oito) últimos meses, revele crescimento da despesa líquida a pagar (débitos de curto prazo menos disponibilidades de caixa).

Dito de outro modo, tal aumento revela que nos dois últimos quadrimestres do mandato, fez-se despesa sem lastro de caixa, transferindo-se mais dívida ao próximo mandatário.

2.1.8 Aumento da despesa de pessoal nos últimos 180 dias do mandato (art. 21, parágrafo único da LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal também apresenta outra restrição de fim de mandato:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Entre 5 de julho e 31 de dezembro do último ano de gestão, não pode o Prefeito editar ato que aumente a despesa de pessoal. Nesse rumo, a Lei n.º 10.028, de 2000, responsabiliza o gestor que comete o desvio (art. 359-G do Código Penal), contexto que justifica o parecer desfavorável da Casa de Contas.

Dessa vedação escapam aumentos derivados de atos editados antes de 5 de julho. Eis alguns exemplos:

- A concessão de vantagens pessoais advindas dos estatutos de servidores (anuênios, quinquênios, sexta-parte);
- O abono concedido aos profissionais da educação básica para que se atenda à Emenda Constitucional nº 53, 2007 (60% do FUNDEB para aquele profissional);
- A revisão geral anual (art. 37, X da CF), derivada de lei local anterior a 5 de julho;
- Contratação de pessoal para o atendimento de convênios antes assinados;
- Cumprimento de decisões judiciais.

Ao demais, há de se enfatizar que, sob a LRF, a despesa de pessoal é sempre um número percentual, obtido do confronto de 12 meses desse gasto com 12 meses de receita corrente líquida. Então, incrementar tal dispêndio é o mesmo que elevar sua taxa face à verificada no mês que precede os 180 dias da norma: o de junho.

2.1.9 Os subsídios dos agentes políticos do poder executivo – Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários

Mediante lei de iniciativa da Câmara Municipal, será fixado o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais (CF, art. 29, V). Tal se dá em parcela única, sem o acréscimo de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem (CF, art. 39, § 4º).

A remuneração do prefeito não pode superar a do Ministro do Supremo Tribunal Federal (artigo 37, XI, CF).

De seu lado, o subsídio do alcaide limita o salário de todos os servidores municipais e o subsídio dos demais agentes políticos (Vice-Prefeito, Secretários, Presidente da Câmara e Vereadores).

À vista do subsídio em parcela única (art. 39, § 4º, CF), o Vice-Prefeito não pode acumular remuneração pelo desempenho de outra função pública; por exemplo, a de Secretário Municipal.

Quanto à revisão geral anual, os agentes políticos não podem se beneficiar, só a eles, de tal correção monetária. Sob a Carta Magna (art. 37, X), essa revisão há de ser ampla, geral, beneficiando, ao mesmo tempo, servidores e agentes políticos. Tal atualização, deve apenas

cobrir a perda inflacionária dos 12 (doze) últimos meses, segundo oscilação do índice determinado na lei autorizativa.

2.1.10 Cargos em comissão

Tem o Tribunal recomendado que a criação de postos em comissão restrinja-se, única e tão somente às atribuições inscritas na Constituição Federal, ou seja, direção, chefia e assessoramento (art. 37, V), sendo que, mesmo nestes casos possíveis, aqui se propõe moderação na instituição de tais vagas, em consonância sempre com o interesse público.

2.1.11 A transparência fiscal

A Lei Complementar nº. 101, de 2000, escora-se em duas pilasstras: o planejamento orçamentário e a transparência no uso do dinheiro público.

Nesse diapasão, o Tribunal tem feito recomendações como as que seguem:

(1) Falta de publicação dos relatórios de acompanhamento fiscal: o resumido de execução orçamentária e o de gestão fiscal. Aliás, tal omissão acarreta multa ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara de Vereadores.

(2) Falta de divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços do exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas e os sobreditos relatórios de acompanhamento fiscal (art. 48, caput, LRF).

(3) Falta de disponibilização, durante todo o exercício, das contas do exercício anterior (art. 49, LRF).

(4) Não realização de audiências públicas para debater os 3 (três) planos orçamentários (PPA, LDO e LOA), bem assim as metas fiscais (art. 48 e art. 9º, § 4º, ambos da LRF).

Depois, a publicidade dos atos financeiros ganha forte estímulo com a edição, em maio de 2009, da primeira modificação na LRF: a Lei Complementar nº 131, conhecida como Lei da Transparência Fiscal.

Tal diploma quer que a sociedade, por meio eletrônico (internet), conheça, em tempo real, o nível e a espécie da receita arrecadada, além da utilidade que está sendo adquirida (bem ou serviço), desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor,

número do processo administrativo e, se for o caso, tipo de licitação realizada (convite, pregão, tomada de preços, concorrência).

2.1.12 Licitações e contratos

De modo geral, tem verificado o Tribunal os seguintes desacertos na formalização de licitações e contratos administrativos:

- Editais com cláusulas restritivas que afastam concorrentes, entre as quais o excesso de exigências documentais; o excesso de detalhes na descrição do objeto; as comprovações de propriedade; a fixação de distância para usina de asfalto; a exigência de certificações de qualidade;

- Objeto da licitação mal definido;

- Expedição de convites sempre para os mesmos proponentes;

- Convites preenchidos por empresas inexistentes;

- Elevado nível de dispensas e inexigibilidades, a indicar desvio do constitucional princípio da licitação;

- Subavaliação da proposta de preços, para, em momento seguinte, lograr-se aditamentos contratuais;

- Contratação direta por emergência não caracterizada;

- Deficiente pesquisa de preços;

- Fracionamento licitatório;

- E, no tocante à criação, expansão e aprimoramento da ação governamental, a falta das cautelas citadas pelo art. 16 da LRF.

Há de se atentar também que contratos de maior vulto devem ser remetidos para análise mais detalhada do Tribunal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes do surgimento da LRF, os gestores não possuíam normas claras, agiam sem preocupação com as dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras. Com a lei, os gestores utilizam as informações contábeis para cumprir as normas da referida lei,

principalmente para verificar a situação financeira da instituição, de modo que apliquem os recursos públicos de forma eficiente no desenvolvimento dos programas sociais.

Dessa forma, o orçamento público surgiu como instrumento administrativo. Constituiu-se num modo da sociedade impor uma limitação aos gastos públicos, evitando os sucessivos e crescentes aumentos de tributos. Por isso, é natural que o orçamento esteja ligado ao controle sobre a ação administrativa e a definição da responsabilidade fiscal.

O controle interno é o principal instrumento da auditoria interna, juntamente com a contabilidade contribuem diretamente para a realização de um bom trabalho de auditoria interna. E, dessa forma, se torna uma das ferramentas de apoio ao controle externo, onde busca amenizar os erros e problemas que podem vir a ocorrer.

Assim, a LRF vem mudando a ótica das finanças públicas do Brasil. Fundada nos pilares da transparência, planejamento, controle e responsabilização, a LRF impôs grandes mudanças na Administração Pública, nos níveis federal, estadual e municipal.

De acordo com a LRF, dentre algumas das exigências que o gestor público deve seguir estão: não gastar mais do que arrecada, não realizar investimento que não conste do plano plurianual, não deixar de arrecadar tributos de sua competência, não conceder benefício tributário sem a devida compensação, não gastar mais com pessoal nos últimos seis meses de seu mandato, não fazer antecipação de receita no último ano, não realizar despesa nos últimos dois quadrimestres de seu mandato sem disponibilidade de caixa e não incluir novas obras no orçamento sem resguardar recursos para as obras em andamento.

Os novos modelos de planejamento, orçamento e aplicação de receitas norteados pela LRF, em conjunto com as atuais exigências dos Tribunais de Contas, demonstram um novo comportamento dos gestores públicos.

A responsabilidade na gestão fiscal não deve ser entendida como meta de combate ao desequilíbrio entre receita e despesa. Os Tribunais de Contas têm proporcionado muito mais do que um controle técnico dos gastos públicos.

As competências atribuídas pela LRF aos Tribunais de Contas os tornaram verdadeiros guardiões das contas públicas. A ênfase no trabalho preventivo e concomitante fortaleceu sobremaneira a instituição de controle externo.

A melhor forma de tutela do patrimônio público é a preventiva e não a repressiva. Essa forma de tutela tem sido muito bem exercida pelos Tribunais de Contas. É fundamental que estes possam utilizar os melhores recursos disponíveis para promover a investigação e o

estudo sobre a gestão fiscal e, com isso, formular recomendações adequadas ao governo. E consequentemente, terá mais condições de prover as necessidades dos cidadãos.

Por ser um assunto amplo e extenso, este estudo buscou evidenciar parcialmente como é desenvolvida na prática a atuação do Tribunal de Contas, especificamente o do Estado de São Paulo. Ressalta-se que os pontos apontados na pesquisa como fatores de reprova de contas municipais são apenas parciais. Novos estudos são necessários para apresentar novas particularidades deste objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

BALEEIRO, A. **Uma introdução à ciência das finanças**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 jan. 2012.

_____. **Emenda constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art37>. Acesso o em: 11 jan. 2012.

_____. **Emenda constitucional n. 29, de 13 de Setembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm#art35iii>. Acesso em> 11 jan. 2012.

_____. Tribunal de contas do estado de São Paulo. **O tribunal e a gestão financeira dos prefeitos**. Fevereiro 2012. Disponível em: <<http://www4.tce.sp.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. Tribunal de contas do estado de São Paulo. **Programa de gestão governamental**.

_____. Tribunal de contas do município de São Paulo. Disponível em: <<http://www.tcm.sp.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. Tribunal de contas do estado de São Paulo. **Manual básico sobre repasses públicos ao terceiro setor**. 2007.

_____. Ministério da Fazenda. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. 4. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação, 2011.

_____. **Manual técnico de orçamento (MTO-02)** Brasília: Imprensa Nacional, 2000.

_____ Universidade Federal de Santa Catarina. **Oficinas de gestão:** novo perfil do administrador público. Disponível em: <http://www.oficinasad.ufsc.br/wp/?page_id=448>. Acesso em: 17 out. 2012.

GESTÃO DO LIXO ELETRÔNICO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Iracema Senise Caproni⁶⁴

RESUMO

Muitos são os problemas gerados pelo descarte inadequado de equipamentos eletrônicos, entre eles, a poluição de rios, do meio ambiente como um todo e danos que esses componentes podem trazer à saúde da população. A produção de eletrônicos, sobretudo de computadores e seus periféricos, lança novos desafios à gestão do descarte, para que esse processo ocorra de modo planejado e permita não apenas uma melhor reutilização e reciclagem de peças e equipamentos, como também um fim adequado. Mediante esse contexto, este trabalho tem por objetivo discorrer a respeito da implantação de um polo de recebimento de lixo eletrônico, por meio de uma parceria entre a UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - *Campus* de Frutal, a Prefeitura Municipal e a Fundação UNESCO Hidroex – Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa aplicada em água – Frutal - MG, visando o desenvolvimento sustentável regional. Para atingir o objetivo proposto, foram aplicados diversos procedimentos metodológicos adequados às diferentes fases de implantação do referido polo, tais como: revisão bibliográfica, pesquisa de campo, visita técnica e a implantação do polo. Os resultados preliminares apontam que um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade vem a ser o grande volume de descarte de equipamentos de informática no meio ambiente. A associação entre a teoria e prática mostra que a implantação do Polo irá promover a coleta, a triagem e a seleção dos componentes de informática, tanto para o envio aos recicladores cadastrados nos órgãos competentes, quanto para o reaproveitamento em prol da sociedade. A reutilização, por exemplo, pode servir de base à informática sustentável, que por sua vez, reduzirá a poluição decorrente do chamado “e-lixo”, ou seja, lixo eletrônico.

Palavras-chave: Recebimento de lixo eletrônico; Meio ambiente; Informática Sustentável.

⁶⁴Mestre em Geografia, Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), *Campus* de Frutal, MG- iracemajamal@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem presenciando diversas e profundas transformações, mas pouco se tem feito em relação ao lixo gerado pelo avanço da tecnologia. O lixo eletrônico é um dos tipos de lixo que mais cresce, devido, principalmente, à viabilidade econômica e social dos aparelhos eletrônicos. Embora haja um elevado índice na produção de aparelhos eletrônicos, sobretudo daqueles vinculados às tecnologias de informação, pouco se tem feito em termos de uma gestão mais voltada para os resíduos decorrentes desse crescimento.

Uma das primeiras iniciativas governamentais voltadas para a questão em apreço foi a Resolução CONAME 257 (Conselho Nacional do Meio Ambiente) que estabeleceu limites para o uso de substâncias tóxicas em pilhas e baterias, responsabilizando os fabricantes a desenvolverem sistemas para a coleta e encaminhamento para reciclagem (TORRES, 2008, p. 2)

Outra medida importante foi a adoção, após 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, da Lei Federal 12.305 que foi finalmente sancionada em agosto de 2010, dando origem à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A nova legislação traz várias inovações ao instituir, por exemplo, o conceito da logística reversa e dos acordos setoriais. Outro aspecto relevante introduzido por essa Lei foi a organização das informações sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, bem como a figura dos Planos de Resíduos como um instrumento de planejamento para o setor. Porém, a grande contribuição da Lei foi a intenção de mudar hábitos relacionados à produção e ao consumo definidos pelo Decreto Federal 7.404, de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei.

Art. 5º Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada será implementada de forma individualizada e encadeada.

Art. 6º Os consumidores são obrigados, sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou quando instituídos sistemas de logística reversa na forma do art. 15, a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e a disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução. (BRASIL, 2010, p. 2).

A referida legislação traz, ainda, várias inovações ao instituir, por exemplo, o conceito de logística reversa que é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em seu ciclo, em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente adequada.

A logística reversa de produtos eletrônicos visa à:

recuperação dos mesmos, buscando evitar o descarte desses materiais em aterros comuns ou, até mesmo, em lixões informais. Essa recuperação pode ocorrer das seguintes maneiras: reuso, reprocessamento, aproveitamento de partes e componentes, reciclagem e, por fim, o descarte adequado. (MIGUEZ, 2010, p. 90)

O autor ainda acrescenta alguns benefícios ambientais e financeiros:

[...] Essas empresas podem procurar estes operadores pensando fundamentalmente em três fatores principais: a preservação do meio ambiente, a proteção à sua marca, evitando que seus produtos que estejam defeituosos sejam vendidos por outras empresas sem serem corretamente consertados, e a busca pelo lucro, pois dependendo do tipo de material que seja disponibilizado ao operador logístico, caso o produto contenha muito metal precioso, o operador logístico repassa parte do lucro à empresa contratante. (MIGUEZ, 2010, p. 92)

Segundo dados relatados pela Agência da ONU (Organizações das Nações Unidas), o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Brasil é país que tem a maior produção *per capita* de lixo eletrônico provenientes de computadores dentre 11 países emergentes e em desenvolvimento, contabilizando 0,5 kg de e-lixo *per capita* por ano, e deixando o país em piores condições que o Quênia, Uganda, Senegal, Peru, Índia, China, África do Sul, Marrocos, Colômbia e o México (ECODEBATE, 2011).

O índice elevado de produção de lixo eletrônico, bem como a carência de gestão dos resíduos e o descarte inadequado de equipamentos eletrônicos, gera graves prejuízos ao meio ambiente e também ocasiona problemas de saúde à população, uma vez que há uma considerável quantidade de metais pesados nesses resíduos. Não se pode deixar de citar, ainda, o desperdício enorme de materiais nobres contidos em placas e componentes que são simplesmente jogados fora, mesmo considerando-se que alguns não são renováveis a curto e médio prazo pela natureza (RODRIGUES, 2007,).

Entende-se por lixo eletrônico os componentes sólidos de eletroeletrônicos, os quais estão classificados da seguinte forma: eletrodomésticos, eletrônicos e

informática/comunicação. Consta-se, portanto uma ampla variedade de produtos enquadrados na categoria de lixo eletrônico como, por exemplo, lâmpadas fluorescentes, CDs, disquetes, games eletrônicos, telefones, aparelhos celulares, CPUs, monitores, teclados, mouses, placas, scanners, etc.(D´ARRUIZ; CATANEO, 2009)

O contato direto desses componentes tanto com os seres humanos, como com o ambiente pode gerar consequências graves, pois esses equipamentos têm diversas substâncias e elementos químicos nocivos à saúde, principalmente por conterem metais pesados. Quando jogados em lixo comum, esses componentes são colocados em aterros sanitários e os componentes químicos atingem o solo e os lençóis freáticos e, podem promover danos à saúde e ao meio ambiente, pois podem contaminar o ar (através da queima destes produtos).

Um dos componentes químicos mais comuns é o arsênico, presente em aparelhos celulares, que pode provocar de doenças de pele, câncer de pulmão, etc. Outro componente de computadores e celulares é o berílio, elemento químico também cancerígeno. O cádmio, utilizado na confecção de monitores, baterias de laptops e computadores, pode provocar envenenamento e causar danos aos ossos, rins e pulmões. O maior vilão destes componentes é o chumbo, capaz de provocar danos ao sistema nervoso central, bem como problemas sanguíneos. O PVC, usado na confecção de CPUs, monitores, impressoras, etc., quando incinerado libera,na atmosfera, gases tóxicos.

Visando à melhor gestão dos resíduos decorrentes da produção de componentes eletrônicos, bem como amenizar os impactos à saúde e ao meio ambiente gerados pelo “lixo eletrônico”, tem-se desenvolvido alguns projetos, principalmente por Instituições de Ensino Superior, como, por exemplo, o CEDIR (Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática), criado pela Universidade de São Paulo, em dezembro de 2009. O CEDIR realiza a coleta do de “lixo eletrônico”, sobretudo aquele da área de informática, em seguida efetua a separaçãodos resíduos, de acordo com a sua categoria, ou seja, monitores, placas, cabos, periféricos, etc.

Tomando por base a iniciativa da Universidade de São Paulo, bem como a constataçãodo descarte de uma grande quantidade de “lixo eletrônico” junto às margens do Ribeirão Frutal, foi delineado um projeto de extensão, cujo objetivo foi implantar, no município de Frutal, um polo de triagem e reciclagem de componentes eletrônicos, numa tentativa de minimizar os impactos ambientais provocados pelo descarte incorreto destes produtos e também criar um espaço de reaproveitamento e montagem de novas máquinas para

serem utilizadas em outro projeto de extensão, em andamento no *campus* de Frutal, focado na inclusão digital.

2.METODOLOGIA

A implantação do Polo de Reciclagem da UEMG – *campus* de Frutal em parceria com a Prefeitura Municipal e Fundação UNESCO Hidroex - Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – Frutal - MG reúne atividades de pesquisa e extensão, objetivando a adequação do conhecimento teórico com a prática. Para uma melhor exequibilidade do trabalho, foi realizada uma divisão do projeto em etapas.

A primeira etapa constitui-se dos estudos sobre as melhores práticas empregadas em diversos segmentos como Universidades e Indústrias de eletrônicos, Recicladores, ONGs e Instituições Governamentais a respeito da reciclagem de produtos eletrônicos; meio ambiente; aspectos institucionais e legais (legislação ambiental, leis, decretos, portarias que tratam do assunto em questão).

Por intermédio da revisão da literatura, até o presente momento, foi possível verificar a importância do tema em apreço, bem como a escassez de obras específicas sobre o assunto. As retomadas teóricas forneceram o norte para a estruturação do projeto e servirão de embasamento à implementação de ações geradoras de soluções para um melhor aproveitamento do e-lixo.

Uma prévia leitura das fontes de pesquisa bibliográfica revelou que, em âmbito estadual, há órgãos governamentais, cujos arquivos podem constituir uma fonte importante para levantamento de dados, como, por exemplo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD que através do SISEMA planeja, executa, controla e avalia ações setoriais a cargo do Estado relativas à proteção e à defesa do meio ambiente, à gestão dos recursos hídricos em Minas Gerais e à articulação das políticas de gestão dos recursos ambientais para o desenvolvimento sustentável.

O SISEMA, composto pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, Instituto Estadual de Florestas – IEF e Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, ao lado do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM; Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAMS; Conselho Estadual de Recursos Hídricos -CERH; Comitês de Bacias Hidrográficas – CGFAI; Polícia Ambiental e NGAs –

Núcleos de Gestão Ambiental das secretarias estaduais que integram o COPAM. Os órgãos elencados acima podem contribuir no levantamento de dados tanto regionais como estaduais no que tange a ações já implantadas no sentido de preservar o ambiente da poluição por e-lixo.

A segunda parte da pesquisa foi desenvolvida por meio de um trabalho de campo, composta por uma visita técnica ao Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática – CEDIR, criado pela Universidade de São Paulo, em dezembro de 2009, realizada em 13 de outubro de 2010, bem como por um levantamento do descarte de componentes eletrônicos junto às margens do Ribeirão Frutal, em que foi possível se constatar com mais evidência a proporção do problema de descarte em locais inadequados.

Com implantação do referido Polo, pesquisa e extensão se entrecruzam, porque oportunizará a criação de um espaço aos alunos do curso de Sistemas de Informação, os quais poderão colocar na prática conceitos adquirida durante as aulas. O aproveitamento de hardwares permitirá a criação de novos espaços aos interessados em estudos e pesquisas que dependam do auxílio de computadores e conhecimentos a respeito de programas e seu devido funcionamento.

3. ECOTRÔNICOS: gestão do conhecimento vs. gestão de resíduos eletrônicos

“Não seremos limitados pela informação que temos. Seremos limitados por nossa habilidade de processar esta informação.” (Peter Drucker)

Como apregoa Drucker, é necessário processar informações, ou seja, fazer a gestão de conhecimentos adquiridos. Nesse sentido, o ecotrônicos abre um canal de comunicação direta entre a Universidade, o poder público e a sociedade, permitindo que os conhecimentos decorrentes de pesquisas realizadas no *campus*, não fiquem restritos aos muros da academia.

Se por um lado a pesquisas revelam que Sustentabilidade vem a ser a palavra-chave do século XXI, por outro há a preocupação de empresas, corporações e governos de combate ao desperdício que procuram implementar políticas de preservação e conservação dos recursos naturais renováveis do planeta.

Um dos focos da preocupação recai sobre os resíduos descartados no meio ambiente. Ao terem acesso a informações sobre os fatores nocivos que essa prática acarreta, os consumidores passaram a pressionar as empresas exigindo o gerenciamento do ciclo de vida de seus produtos, a fim de evitar o descarte de substâncias tóxicas no meio ambiente. Por esse motivo, e para aumentar a competitividade, as empresas começam a compreender que podem obter ganhos financeiros juntamente com os benefícios ambientais advindos da logística reversa.

A logística reversa se caracteriza pelo “retorno de produtos defeituosos ou obsoletos do ponto de consumo até o ponto de origem, que pode ser o fabricante original do bem ou outra empresa que reuse ou reprocessa o bem” (MIGUEZ, 2010, p. 90).

São diferentes fatores que motivam as empresas a buscarem uma gestão em conexão com os preceitos da logística reversa, tal como se constata na citação a seguir:

Diversos fatores motivam as empresas a adotarem os procedimentos da logística reversa, tais como conscientização dos consumidores, pressão do governo, questão legal, responsabilidade ambiental e geração de lucro. Em quase todos os casos, a visão de lucro se faz presente (MIGUEZ, 2010, p.90).

O Polo de reciclagem não visa obter lucros, mas promover um espaço no qual o descarte, menos agressivo ao meio ambiente, possa ser efetuado. Nesse sentido, a implantação do Polo de reciclagem, promove o entrecruzar de conhecimentos gerados na Universidade, uma vez que para a sua efetiva implantação foi necessário voltar o olhar para conceitos decorrentes da administração, da gestão pública, de conceitos advindos da área de sistemas de informação, direito, comunicação social, etc.

Vale ressaltar que a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), procura organizar a forma como o país trata o lixo, incentivando a reciclagem e a sustentabilidade. Ela esclarece que as empresas deverão realizar o recolhimento, a reciclagem e a destinação ambientalmente correta de determinados resíduos sólidos após o consumo, como no caso de agrotóxicos; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes; lâmpadas fluorescentes e produtos eletroeletrônicos. As empresas poderão comprar produtos ou embalagens usados, atuar em parceria com cooperativas de catadores e criar postos de coleta.

Indo ao encontro destas questões, surgiu a ideia de se criar um polo de captação, triagem e reciclagem de componentes eletrônicos, com ênfase naqueles provenientes da área

de informática. O Polo de Reciclagem da UEMG – *campus* de Frutal recebeu o nome de Ecotônicos, porque foi feita a junção de duas palavras: Eco de Ecologia (interações entre seres vivos com o meio ambiente) e trônicos de Eletrônicos (tecnologia, computadores, informações, etc.).

Além do entrecruzar de conhecimentos de diferentes áreas, o pleno funcionamento do Polo exigiu a realização de parcerias, fato que demonstra novamente a importância de gerir o conhecimento de forma adequada às exigências de cada situação em particular. No decorrer dos trâmites de efetivação das ações, cada um dos parceiros disponibilizou elementos essenciais à execução do projeto, em consonância com a sua área de atuação.

Sendo assim, a Prefeitura Municipal cedeu o espaço físico arcando com todas as despesas de manutenção, disponibilizou seu espaço de mídia para divulgação do projeto, ficando responsável também pela confecção das mídias, tais como banners e faixas a serem colocadas em pontos estratégicos de coleta dos resíduos e também pelas despesas resultantes do envio dos materiais para recicladores cadastrados. A Prefeitura assumiu, ainda, a responsabilidade de movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica.

À Fundação UNESCO Hidroex - Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – Frutal/MG - coube custear a contratação de um técnico da área de informática para trabalhar no projeto; transportar os materiais recebidos em diferentes pontos de coleta espalhados pela cidade, conforme prévio agendamento de data; disponibilizar veículo e motorista; providenciar as ferramentas necessárias para o funcionamento do projeto e disponibilizar a hospedagem do *site* de divulgação.

A Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG *campus* de Frutal ficou responsável pela elaboração e coordenação geral do projeto; acompanhar estagiários do curso de Sistemas de Informação; elaborar e alimentar o *site* com dados atualizados sobre o Projeto; desenvolver material publicitário como logomarca, folders, banners, manuais – atividade que será feita pelos alunos estagiários da agência do curso de Comunicação Social.

Nota-se, pois, que as parcerias foram fundamentais para somar esforços para sensibilizar e conscientizar a população local, pois sem a colaboração da sociedade será difícil obter êxito na busca pela sustentabilidade ambiental.

Não é de hoje que o conhecimento desempenha papel fundamental na história. Sua aquisição e aplicação sempre representaram estímulo para as conquistas de inúmeras civilizações. No entanto, apenas "saber muito" sobre alguma coisa não proporciona, por si só,

maior poder de competição para uma organização, mas sim, exatamente quando aliado a sua gestão que ele faz diferença como na implantação do referido projeto.

Mediante o exposto, cabe ressaltar que o foco principal das ações desenvolvidas até o presente momento, foi a malha urbana de Frutal - MG, pois o impacto da urbanização, acarretado pelo crescimento acelerado e desordenado de recursos tecnológicos, revela-se como um dos indicadores de elevação do índice de degradação dos recursos naturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia representada pelos aparelhos eletrônicos, notadamente o computador e o telefone celular, mudaram a vida e os costumes do homem em curto espaço de tempo. Porém, o cenário mundial atual demonstra que o lixo, de um modo geral, tem se tornado problema e como a produção de eletrônicos, em particular a de computadores, encontra-se em franca atividade, o descarte planejado e bem executado servirá de base para a informática sustentável, por evitar problemas de poluição gerados pelo e-lixo.

Por se tratar de um mercado em franca expansão, por apresentar baixos custos de produção com consequentes preços cada vez mais acessíveis às pessoas e ainda pelo fato dos aparelhos se tornarem obsoletos em curto espaço de tempo, devido ao constante desenvolvimento tecnológico, uma grande quantidade de lixo eletrônico é produzida anualmente.

Dentre os principais questionamentos da comunidade, pode-se perceber a grande preocupação quanto à manutenção da qualidade ambiental, a sua autossustentabilidade bem como à responsabilidade da administração local na sua execução, mantendo a participação popular.

A UEMG, ao estar em sintonia com os interesses da sociedade que a cerca e através de projetos desse porte, transforma-se em uma ativa parceira do poder público e da Fundação UnescoHidroex – Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa aplicada em água – Frutal - MG na busca de um desenvolvimento regional sustentável com melhoria da qualidade de vida da população, além de ocupar a posição de um centro regional de pesquisas sociais.

Constata-se que o descarte correto e/ou a recuperação de equipamentos eletrônicos contribui para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, pois a centralização da coleta do lixo eletrônico, a criação de um modelo de gestão ambiental de resíduos eletrônicos, os projetos de incentivo à inclusão digital e a divulgação dessas práticas à comunidade vem a ser um subsídio para as políticas de planejamento, por meio das quais é possível redirecionar os investimentos públicos municipais e, conseqüentemente, reconfigurar o espaço e as condições de vida das populações envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Disponível em <<http://www.abinee.org.br>> Acesso em 12 de março de 2009.

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. **Panorama Econômico e Desempenho Setorial.** 2008.

ABREU, L. B., PALHARES, M. C. **O destino do Lixo.** s.d. 6p.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em:<<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municípios>> Acesso em 13 de março de 2009.

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem. Disponível em http://www.cempre.org.br/serv_eletroeletronicos.php. Acesso em 19 de março de 2009.

CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem. Evolução da Coleta Seletiva e Reciclagem no Brasil. Audiência Senado Federal. 2007.

CETIC - Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <<http://www.cetic.br/>> Acesso em 30 de março de 2009.

CORNILS, P.; COUTO, C. **Para onde vai o lixo.** Revista AREDE. Edição nº 49. Junho 2009. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/edicao-atual>> Acesso em setembro de 2010.

D'ARRUIZ, E. H.; CATANEO, P. F.. **E-LIXO – Como diminuir as consequências causadas pelo lixo eletrônico, em busca de uma informática sustentável.** ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ISSN 21-76-8498, Vol. 5, No 5 (2009). Acesso em: março de 2011.

ECODEBATE. Disponível em: < [http://www.ecodebate.com.br/2010/03/25/estudo-mostra-brasil-no-topo-do-ranking-de-producao-per-capita-de-lixo-eletronico-vindo-de-computadores/.](http://www.ecodebate.com.br/2010/03/25/estudo-mostra-brasil-no-topo-do-ranking-de-producao-per-capita-de-lixo-eletronico-vindo-de-computadores/)> Acesso em: abril 2011.

ESTATÍSTICA & DESCARTE DE LIXO ELETRÔNICO. Disponível em: <<http://www-usr.inf.ufsm.br/~vielmo/elc1020/t1/apresentacao001.pdf>>. Acesso abril 2011.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Programa Minas Sem Lixões.** s.d.

FERREIRA, J. M. B.; FERREIRA, A. C. **A Sociedade da Informação e o Desafio da Sucata Eletrônica.** Revista de Ciências Exatas e Tecnologia. Vol. III, nº 3, P. 157-170, 2008.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Tecnologia de Informação.** 19ª Pesquisa Anual. 2008. Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/cia/pesquisa>> Acesso em 20 de março de 2009.

FRANCO, R. G. F.. **Protocolo de Referência para Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Domésticos para o Município de Belo Horizonte**. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Engenharia, Programa de Pós Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG. Belo Horizonte. 2008. 162p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte e Betim entre os 20 maiores PIBs do Brasil**. <Disponível em http://www.fjp.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=560&Itemid=125> Acesso em 09 de março de 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PIB Minas Gerais - 4º Trimestre de 2006**. Informativo - CEI. Belo Horizonte. 2007.

GOVERNO ELETRÔNICO. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/belo-horizonte-ganha-centro-derecondicionamento-de-computadores>> Acesso em 23 de março de 2009.

GOVERNO FEDERAL. <Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pais>> Acesso em 09 de março de 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em março de 2009.

INSTITUTO LIXO E CIDADANIA. Disponível em <http://www.lixoecidadaniapr.org.br/index.php>. Acesso em 18 de março de 2009.

LIXO ELETRÔNICO. Disponível em: <http://www.helpinformatica.info/ler_noticia.php?codigo_noticia=31>. Acesso em abril 2011.

MIGUEZ, E. C. **Logística reversa como solução para o problema do lixo eletrônico: benefícios ambientais e financeiros**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

MOREIRA, D. **Quais as soluções possíveis para o problema do lixo eletrônico**. Disponível em http://idgnow.uol.com.br/computacao_pessoal/2007/04/26/idgnoticia. 2007. Acesso em março 2011.

PLANETA SUSTENTÁVEL. Disponível em http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/conteudo_396142.shtml. Acesso em 18 de fevereiro de 2009.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97. Acesso em 23 de março de 2009.

PROFESSOR PAULINHO. Disponível em http://www.professorpaulinho.com.br/Dicas/Mapas/Brasil/minas_gerais.jpg. Acesso em 24 de março de 2009.

REGENERO. Disponível em: <<http://www.regenero.com.br/site/meio-ambiente.html>>. Acesso em: abril 2011.

RODRIGUES, A. C. **Impactos Sócio-ambientais dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos: Estudo da Cadeia Pós-consumo no Brasil.** Santa Bárbara do Oeste. Dissertação de Mestrado Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da UNIMEP, 2007.

TORRES, M. A. **Lixo Eletrônico: O lado sujo da tecnologia.** Anexo XII – nº 73-Abril de 2008. Disponível em www.sciencenet.com.br/sciencepress/73/artigo2_73ahtm. Acesso em: março de 2011.

LOGÍSTICA E ESTRATÉGIA NA CADEIA PRODUTIVA DO AMENDOIM

José Estevão Duran⁶⁵
Fernando de Souza Costa⁶⁶
Antonio Carlos Aparecido Filho⁶⁷
Evandro da Silva Azevedo Júnior⁶⁸
Flavio Pereira Resende⁶⁹
Juliane de Castro⁷⁰
Leonardo Rodrigues da Maia⁷¹
Natalia F. Zanola⁷²

RESUMO

Presente estudo relacionado à Logística e estratégia na cadeia produtiva do amendoim é assunto notório na atualidade. As grandes oportunidades de conquista e manutenção de mercados encontram-se na relação cliente-fornecedor (ou cliente-empresa) e não do processo produtivo em si. Com isso ocorre a grande valorização do serviço prestado ao cliente e, como consequência, a logística destaca-se como fator de competitividade entre as empresas. Cadeias Produtivas, ou o mesmo que *supply chain*, podem ser definidas como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor. O presente trabalho objetivou avaliar a logística e estratégia adotada por uma empresa do setor agroindustrial da cadeia produtiva do amendoim localizada na região noroeste do estado de São Paulo. Presente estudo se desenvolveu por meio de um estudo de caso, de uma empresa localizada no noroeste paulista. A cadeia produtiva do amendoim está localizada principalmente no estado de São Paulo e conta com uma estrutura logística complexa e eficiente quando falamos no mercado interno. Os custos logísticos aumentam ao passar dos anos devido, principalmente, ao aumento dos custos de fretes, que inflacionaram muito nos últimos anos. Amendoim Brasileiro tem uma boa aceitação no mercado exterior o que favorece sua exportação, acarretando em um aumento gradativo das exportações para os próximos anos, que tornou necessária uma melhor infraestrutura portuária visto que o amendoim é um alimento perecível.

⁶⁵ Docente da FAMA, FUNEC e FIPAR

⁶⁶ Docente da FAMA, FUNEC e FIU

⁶⁷ Acadêmico do 4 semestre do Curso de Administração - FAMA - antonio_caf@hotmail.com

⁶⁸ Acadêmico do 4 semestre do Curso de Administração - FAMA - evandrod3411@gmail.com

⁶⁹ Acadêmico do 4 semestre do Curso de Administração - FAMA - flaviopr18@yahoo.com.br

⁷⁰ Acadêmico do 4 semestre do Curso de Administração - FAMA - juliane_999@hotmail.com

⁷¹ Acadêmico do 4 semestre do Curso de Administração - FAMA - maia.rodriques@hotmail.com

⁷² Acadêmico do 4 semestre do Curso de Administração - FAMA - natalia.zanola@usinacoruripe.com.br

Palavras-chave: Logística. Estratégia. Amendoim.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se na, atualmente a Era do Conhecimento, onde a velocidade com que as informações fluem obriga as empresas que querem ser competitivas incorporarem mudanças como um processo contínuo. Nesse panorama, a globalização, o aumento da competitividade e o avanço da tecnologia de informação se tornam requisitos, condicionantes e condicionadores essenciais para o sucesso de qualquer organização.

Portanto, integrar estrategicamente a logística dentro dessa realidade se tornou atividade fundamental no intuito de reduzir custos e disponibilizar o produto ao cliente no momento certo, onde quer que ele esteja, permitindo sua satisfação e, por conseqüência, agregando valor ao produto ou serviço adquirido.

Pimenta (1998) chama a atenção para os desafios da gestão dos custos na logística. Um deles é conseguir gerenciar a relação entre custo e nível de serviço (*trade-off*). O maior obstáculo é que cada vez mais os clientes estão exigindo melhores níveis de serviço; mas, ao mesmo tempo, não estão dispostos a pagar mais por isso. Assim, imputa-se à logística a tarefa de agregar valor ao produto por meio do serviço por ela oferecido. Entre estas exigências por serviço, o autor destaca: redução do prazo de entrega; maior disponibilidade de produtos; entrega com hora determinada; maior cumprimento dos prazos de entrega; maior facilidade de colocação do pedido.

Na atualidade as grandes oportunidades de conquista e manutenção de mercados encontram-se na relação cliente-fornecedor (ou cliente-empresa) e não do processo produtivo em si. Com isso ocorre a grande valorização do serviço prestado ao cliente e, como conseqüência, a logística destaca-se como fator de competitividade entre as empresas.

Logística é processo de planejar, implementar e controlar de maneira eficiente o fluxo e a armazenagem de produtos, bem como os serviços de informação associados, cobrindo desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos do consumidor. (NOVAES, 1989, p.15)

O campo de atuação da logística tem ampliado-se bastante, devido às mudanças no mercado que têm intensificado a pressão competitiva, dentre as quais podemos citar:

- As empresas estão explorando fontes mais baratas de trabalho e material, para assim conseguir penetrar na demanda de novos mercados. Todavia aproveitar estas oportunidades levam à maior complexidade da cadeia logística (mais participantes na cadeia, maior fluxo de informações e materiais, etc.).

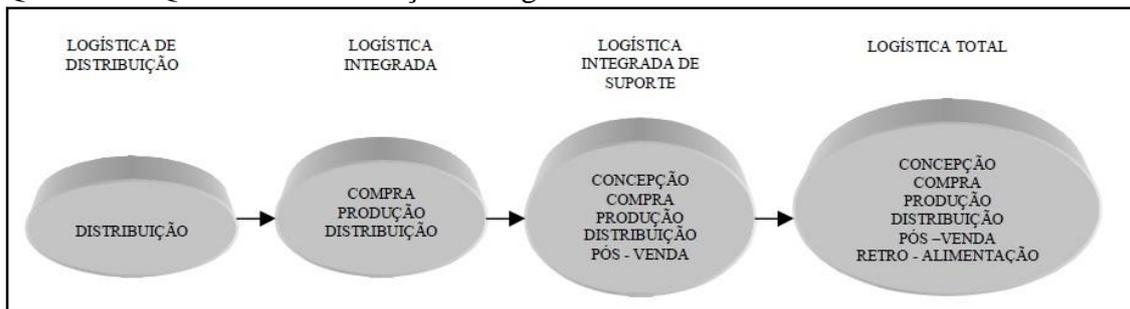
- Com o nível de informação dos consumidores aumentando, e ao mesmo tempo estes sendo contemplados com um maior número de alternativas de oferta de um determinado produto, cresce a demanda por produtos que tenham qualidade superior e ao mesmo tempo preço baixo (competitivo).

- A necessidade de estar de acordo com as mudanças de preferência do consumidor, conduz a inovar rapidamente para manter-se a frente dos consumidores.

- Tempos reduzidos de “lead-time” para reabastecimento levam as empresas a terem menores estoques no sistema e aumentar a flexibilidade reduzindo custos.

Em frente a este quadro de intensa competição, a logística aumenta seu espectro de ação, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Quadro de distribuição da logística do amendoim



Fonte: NOVAES, Antônio G. Sistemas Logísticos: transporte, armazenagem e distribuição física de produtos. São Paulo. Ed. Edgar Blücher Ltda. 1989.

A agroindústria brasileira é um setor que vem, já há algum tempo, se superando, gerando divisas e empregos. O país conta com uma enorme extensão territorial, mas a ferramenta que propicia essa obtenção de resultados é, essencialmente, o conhecimento.

Segundo Alves (1997), o setor agroindustrial brasileiro vem passando por inúmeras transformações no processo de integração ao mercado. Observa-se crescente preocupação com a qualidade, busca de expansão da linha de produtos com maior valor agregado, adequação das formas organizacionais às necessidades do mercado

As mudanças sociais, econômicas e de mercado das últimas décadas em nível mundial fizeram estabelecer o agronegócio globalizado. Cenário este, em que as relações fornecedores

clientes estão fortemente pautadas em requerimentos de padrões de qualidade física, sanitária, nutricional de matérias primas agro-alimentares e derivados.

Deste modo, empreendedores do agronegócio são obrigados ao contínuo aprimoramento de práticas que objetivam: (I) analisar e otimizar os fluxos operacionais, (II) eliminar as atividades que não agregam valor, (III) reduzir custos, (IV) reduzir os prazos de entrega, (V) melhorar o fluxo de informação entre os componentes da cadeia produtiva, e (VI) ofertar produtos de qualidade.

Atualmente para implementação e gestão de cadeias produtivas, bem como de sistemas logísticos, têm sido empregadas técnicas, tais como: (1) PDCA (Plan, Do, Check, and Action) - visa organizar e propor seqüência de operações para otimizar processos produtivos; (2) JIT (Just in Time), MRP (Materials Resource Planning) e ERP (Enterprise Resource Planning) – objetivam planejar os processos de produção levando em conta a demanda e a quantidade de matéria prima necessária; (3) PDM (Product Data Managment): implica no uso de recursos contábeis e de informática para monitorar em tempo real a movimentação de matérias primas e produtos acabados; e (4) SCM (Supply Chain Managment) – tem por meta planejar, gerenciar, implementar e otimizar: (I) a movimentação de matérias primas e produtos acabados, (II) o emprego de recursos tecnológicos, financeiros, mão-de-obra e de outras espécies, e (III) o intercambio de informações desde a base dos processos produtivos até o mercado consumidor, isto nos dois sentidos.

Cadeia Produtiva, ou o mesmo que supply chain, pode ser definida como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor.

Conforme a metodologia proposta pela EMBRAPA, às cadeias produtivas do agronegócio são caracterizadas por possuírem cinco segmentos que envolvem os seguintes atores:

a) Fornecedores de Insumos: referem às empresas que têm por finalidade ofertar produtos tais como: sementes, calcário, adubos, herbicidas, fungicidas, máquinas, implementos agrícolas e tecnologias.

b) Agricultores: são os agentes cuja função é proceder ao uso da terra para produção de commodities tipo: madeira, cereais e oleaginosas. Estas produções são realizadas em sistemas produtivos tipo fazendas, sítios ou granjas.

c) Processadores: são agroindustriais que podem pré-beneficiar, beneficiar, ou transformar os produtos in-natura. Exemplos: (a) pré-beneficiamento - são as plantas encarregadas da limpeza, secagem e armazém de grãos; (b) beneficiamento - são as plantas que padronizam e empacotam produtos como: arroz, amendoim, feijão e milho de pipoca; (c) transformação - são plantas que processam uma determinada matéria prima e a transforma em produto acabado, tipo: óleo de soja, cereal matinal, polvilho, farinhas, álcool e açúcar.

d) Comerciantes: Os atacadistas são os grandes distribuidores que possuem por função abastecer redes de supermercados, postos de vendas e mercados no exterior. Enquanto os varejistas constituem os pontos cuja função é comercializar os produtos junto aos consumidores finais.

e) Mercado consumidor: é o ponto final da comercialização constituído por grupos de consumidores. Este mercado pode ser doméstico, se localizado no país, ou externo quando em outras nações.

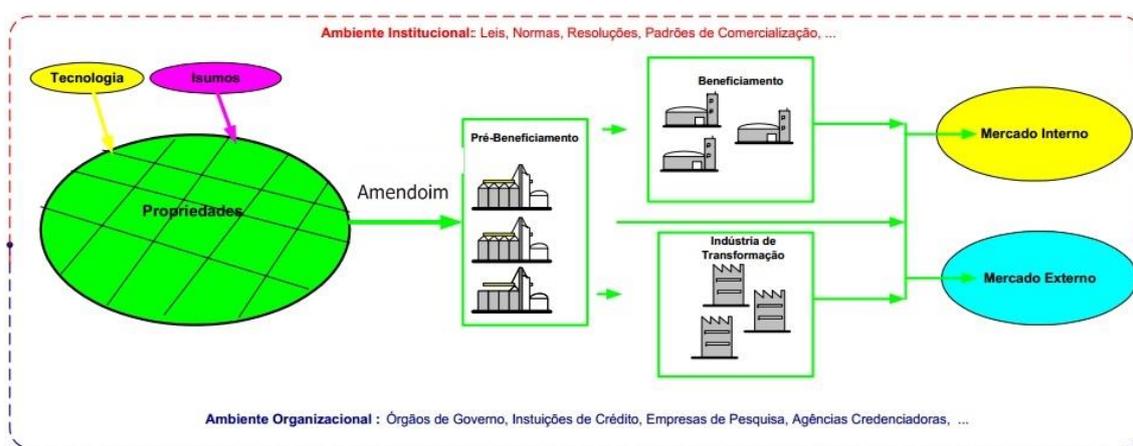


Figura 3 - Representação de uma cadeia produtiva com integração horizontal

O Brasil 11^a produtor mundial de amendoim, com área plantada de 101,4 mil hectares e produção de aproximadamente 296,7 mil toneladas, (CONAB, 2012). A região sudeste se destaca na produção dessa oleaginosa, sendo responsável por 76% do total produzido na safra de 2011/12. O estado de São Paulo é o maior produtor, com produção estimada pela CONAB em 252 mil toneladas, 38% maior que a safra anterior (2010/11). (CONAB, 2012).

Segundo o instituto de economia agrícola (IEA), nos últimos cinco anos, a produtividade paulista cresceu à taxa anual de 3,7%, enquanto a área plantada teve redução de 2% ao ano.

A cultura do amendoim no país vem se recuperando após forte queda na área plantada a partir de meados da década de 80, devido à forte concorrência de outras oleaginosas, em especial a soja, que acabou tomando o espaço ocupado pelo amendoim no âmbito da indústria esmagadora na década de 60 e 70.

Nos últimos anos, a área plantada não está crescendo na mesma proporção que a produção, isto se deve ao aumento de produtividade, entre outros, por meio do cultivo de novas variedades. Segundo o levantamento feito pelo IEA/CATI citado por Martins e

Perez (2006), nos últimos cinco anos a área destinada ao plantio de amendoim em São Paulo vem sendo reduzida (cerca de 5% ao ano), principalmente devido ao declínio da safra da seca. Mas a produção tem crescido 1,6% ao ano, resultado do incremento anual da produtividade (3,7%).

O consumo de amendoim no Brasil é sazonal, tendo seu pico nos meses de junho e julho, quando o clima é ameno e ocorrem as tradicionais festas juninas e julinas. Segundo a CONAB o consumo interno gira em torno de 90 mil toneladas/ano, o que equivale a aproximadamente 0,80 kg per capita. (CONAB, 2008).

O setor como um todo gera 42 mil empregos, dos quais 19% são na indústria, 24% na lavoura e 57% são indiretos. Em torno de 152 empresas produzem 92 mil toneladas de produtos finais, que representam um mercado da ordem de R\$ 840 milhões.

Dessas empresas, 64% ficam em São Paulo, 24% no Paraná e as demais distribuídas pelo Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, estados do Sul e do Nordeste. Vale ressaltar ainda a existência de pequenas indústrias chamadas de “fundo de quintal” que também fazem o processamento, industrialização e distribuição do amendoim na forma de balas, doces e confeitos.

O presente trabalho objetivou avaliar a logística e estratégia adotada por uma empresa do setor agroindustrial da cadeia produtiva do amendoim localizada na região noroeste do estado de São Paulo.

2 METODOLOGIA

A estrutura metodológica desta pesquisa foi dividida em duas etapas: levantamento de dados e um estudo baseado em entrevistas. Primeiramente, foram consultadas referências bibliográficas relevantes sobre a cadeia produtiva do amendoim no Brasil, no estado de São

Paulo e nos demais estados brasileiros, buscando identificar suas características, sua importância sócio-econômica e principais tendências.

Posteriormente, foi realizado um estudo, por meio de uma pesquisa de campo abrangendo alguns agentes-chaves da cadeia agroindustrial do amendoim na região noroeste do estado de São Paulo. O tipo de amostragem foi intencional, não-probabilística. Nessa etapa foram elaborados questionários com perguntas abertas, visando coleta de dados primários.

Foram entrevistados produtores rurais e uma agroindústria de beneficiamento (secagem e armazenamento e processamento). As entrevistas foram realizadas, in loco, no período de setembro de 2013.

3 RESULTADOS

O trabalho logístico da empresa iniciou antes mesmo do plantio do amendoim, quando são realizados contratos de compra e venda futura garantindo dessa forma o estoque futuro de matéria prima da empresa para que esta mantenha o seu funcionamento pleno ao longo do ano.

No contrato de compra e venda futuro são definidas as quantidades de matéria prima que o agricultor irá entregar para a empresa, as quantidades de sementes que serão entregues pela empresa ao agricultor e o total de adiantamento que a empresa fornecera ao agricultor como forma de custeio da atividade agrícola, visto que o custeio bancário da cultura do amendoim ainda é muito burocrático pelos bancos. É definido um preço mínimo por saca de amendoim para garantir ao agricultor o retorno mínimo necessário para pagamento dos principais custos de produção.

As sementes são transportadas por via rodoviária por empresa terceirizada, as entregas iniciam-se no mês de outubro e vão até meados de novembro, quando se encerra a produção e entrega de sementes.

O controle de qualidade das sementes é feito pela empresa produtora através de técnicos treinados, não havendo controle por órgãos do governo ou de entidades fiscalizadoras. Ainda não existe empresa especializada na produção de sementes que mantenha campos de sementes que passam por controle adequado de qualidade e sanidade, tornando a produção de sementes na cultura do amendoim uma das principais fontes de erro e perdas na produção.

Os defensivos necessários para o desenvolvimento da cultura são vendidos por empresas especializadas no ramo de venda de produtos fitossanitários, a entrega é feita por meio rodoviário e o transporte é próprio da empresa, as entregas são realizadas durante todo o ciclo da cultura de acordo com a necessidade que o agricultor apresenta.

Após 130 dias da semeadura o amendoim está pronto para a colheita, nesta etapa são contratadas empresas transportadoras para prestarem o serviço de frete da lavoura até a unidade de recebimento de grãos da empresa, o transporte é realizado por meio de rodovias e o custo deste transporte é por conta do agricultor.

Na colheita são utilizados caminhões que transportam baguaçu de cana das usinas na safra e amendoim na entressafra o que possibilita uma melhor utilização dos caminhões da transportadora e uma redução no custo do transporte visto que de outra forma estes caminhões estariam parados, são utilizados na região noroeste do estado de São Paulo caminhões particulares que fazem o transporte de laranja para as esmagadoras, estes caminhões na época da colheita do amendoim também estariam parados o que favorece os custos dos fretes.

A empresa possui total estrutura de recebimento, pesagem das cargas, descarregamento, pré-limpeza e armazenagem do amendoim possibilitando uma rápida descarga e rápido retorno do caminhão para a lavoura.

As estruturas de última geração dos sistemas de pré-limpeza, secagem e armazenamento possibilitam a manutenção da qualidade do amendoim, garantindo excelência em qualidade para os consumidores finais.

Na unidade de recebimento de grãos e realizada as operações de recebimento, pré-limpeza e secagem, já o descascamento e processamento do amendoim é realizado em outra unidade próxima à unidade de recebimento para baratear os custos de transporte.

O amendoim após limpo e seco é transportado por caminhões particulares da empresa até a unidade de descascamento onde este passa por processo de descascamento, beneficiamento e classificação, sendo destinado o produto de características diferenciadas aos mercados externos e o restante é vendido internamente para fabricas de doces e confeitos.

O amendoim descascado que irá ser exportado passa por um processo de blanchamento que consiste em submeter o amendoim com película a um aumento de temperatura, o que provoca a expansão do grão. Em seguida, é submetido à diminuição de temperatura com ar frio, levando à contração. A película se solta do endosperma (grão) e, na etapa seguinte, é retirada por abrasão (lixamento). Todas as etapas são realizadas sem contato manual.

O transporte interno é em sua totalidade realizada por rodovias e por empresas transportadoras que levam o amendoim descascado para vários estados brasileiros, contudo o principal estado consumidor e produtor de derivados a base de amendoim é o estado de São Paulo.

Entre os países importadores de amendoim descascado estão: Holanda, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Peru e África do Sul.

A empresa conta também com uma unidade esmagadora de amendoim que produz óleo bruto de amendoim que é exportado para diferentes países, entre eles: Itália, Espanha, Cingapura e China.

Para exportação o amendoim é condicionado em embalagens que visam garantir a sua qualidade até o consumidor final, no caso do amendoim descascado este é acondicionado em big-bags de 1.000,00Kg, vale resaltar que são big-bags especialmente projetados para o transporte de amendoim descascado o produto é transportado até o porto de Santos por transportadoras terceirizadas que utilizam carretas com capacidade de 25.000 toneladas e bi-trens com capacidade de 40.000 toneladas. À distância percorrida da empresa até o porto de Santos é de aproximadamente 500 km contando com uma infra-estrutura rodoviária privilegiada. As estradas constituídas por rodovias estaduais (sendo a maioria privatizada por concessionárias) encontram-se em boas condições, o que favorece o percurso rodoviário.

Após a chegada das carretas ou bi-trens no porto a empresa depara com o caos da infraestrutura e da burocracia dos sindicatos. Em relação à infra-estrutura portuária houve uma melhoria, ficando o grande gargalo por conta dos sindicatos, que possuem uma grande influência nas operações de descarga nos portos. Foi constatado com muita frequência que mesmo contratando empresas terceirizadas que oferecem uma maior agilidade na descarga, existe a presença forte dos sindicatos interferindo nas operações, ocorrendo o atraso da descarga.

Os *Big Bags* são conduzidos para dentro de *containers*, o tempo de descarga dos caminhões para os *containers* e o carregamento do navio é de 4 horas para carretas e 6 horas e meia para bi-trens. O navio utilizado para o transporte é porta-container e, caso não haja navio atracado no porto, a carga ficará armazenada em armazéns da própria transportadora. O tempo de espera por outro navio costuma ser de 2 dias.

O navio porta-contaneirs que transporta o amendoim, transporta também qualquer tipo de carga alimentícia e segue destino ao Porto de Rotterdam. A viagem demora de 7 a 10 dias.

Toda a negociação é realizada em FOB - *Free on Board*, mas já existe uma grande tendência que nos próximos 3 anos toda a negociação seja realizada em CIF - *Cost, Insurance and Freight* ou CFR - *Cost and Freight*, sendo ainda indefinida a questão do seguro da carga, atualmente o continente europeu não trabalha com seguros de cargas, o que deixa incertezas com relação à tomada de decisão da Cooperativa a respeito das futuras negociações.

4 DISCUSSÃO

A concentração das empresas processadoras de amendoim no estado de São Paulo prejudica a expansão desta cultura para outros estados brasileiros, visto que ao longo do ciclo da lavoura existem por varias vezes troca de mercadorias entre as unidades industriais e os produtores, seja de semente, insumos ou mesmo do produto na hora da colheita, desta forma os custos de fretes tornam a atividade inviável quando muito longe das unidades de recebimento de amendoim.

No que diz respeito aos transportes, o mercado de frete rodoviário no Brasil, e em particular o de cargas agrícolas, não sofre nenhum tipo de controle pelo governo, significando que os preços são formados com base na livre negociação entre a oferta e a procura pelo serviço de transporte (CAIXETA-FILHO, 2001).

Correa Jr. et al. (2001) destacam algumas variáveis que exercem influência sobre o estabelecimento do frete, que são: distância percorrida; custos operacionais; possibilidade de obtenção de carga de retorno; agilidade dos processos de carga e descarga; sazonalidade da demanda por transporte; especificidade de carga transportada e do veículo utilizado; perdas e avarias; vias utilizadas; volume e valor do pedágio; rigor da fiscalização; prazo de entrega; alguns aspectos geográficos.

Outro fator que prejudica a cadeia produtiva do amendoim de expandir-se pelo país é a questão da exportação ser um pouco mais complicada que as commodities como soja e milho que podem ser transportados por longas distancias a granel nos porões dos navios, o amendoim necessitando ser armazenado em *containers* requerem uma atenção redobrada na hora da exportação e isto encarece ainda mais o custo de exportação do amendoim.

Todo o transporte interno do amendoim e seus derivados são realizados através do sistema modal rodoviário que é caracterizado pela: maior flexibilidade na escolha de rotas em razão da densidade das malhas viárias existentes, maior flexibilidade de horários devido a não existência de esquemas rígidos de controle de tráfego, possibilidade de efetuar o transporte

deste o ponto de partida ao de chegada sem necessidade de transbordo, possibilidade de integrar a sistemas intermodal e multimodal, contudo apresenta a desvantagem de ter um alto custo de manutenção dos veículos e dos eixos de transporte que acaba por onerar ainda mais a cadeia produtiva do amendoim.

A realização dos contratos de venda futura do amendoim garantem uma estabilidade para o produtor rural tornando possível que este se programe com antecedência quanto aos transportes que serão realizados tanto de compra quanto de venda do produto final.

A empresa também realiza contratos com as transportadoras para que não ocorra risco de a mercadoria ficar retida na indústria sem escoamento.

São realizados contratos com os países importadores que estabelecem os padrões de qualidade do amendoim e se por algum motivo o produto não atingir os padrões determinados pela importadora a carga é recusado e todo o custo logístico de retorno deste material para o Brasil corre por conta da empresa exportadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia produtiva do amendoim está localizada principalmente no estado de São Paulo e conta com uma estrutura logística complexa e eficiente quando falamos no mercado interno. Os custos logísticos vêm aumentando ao passar dos anos devido principalmente ao aumento dos custos de fretes, que aumentaram muito nos últimos anos.

O amendoim Brasileiro tem uma boa aceitação no mercado exterior o que favorece sua exportação, acarretando em um aumento gradativo das exportações para os próximos anos, tornando necessária uma melhor infraestrutura portuária visto que o amendoim é um alimento perecível que não pode ficar muito tempo em trânsito.

Os mercados externos são altamente exigentes em qualidade o que torna a cadeia produtiva do amendoim mais exigente em controle sanitário e de qualidade, exigindo atualmente o processo de rastreabilidade dos produtos desde o plantio até o consumidor final.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. R. P. A. Logística agroindustrial. In: BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. v. 1, cap. 4

CAIXETA-FILHO, J. V. et al.. Movimentação rodoviária de produtos agrícolas selecionados. In: CAIXETA-FILHO, J. V.; GAMEIRO, A. H. (Orgs.) **Transporte e logística em sistemas agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 4

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de safra brasileira: grãos, oitavo levantamento, maio 2012 / Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília : Conab, 2012. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_05_10_08_49_52_boletim_mai_2012.pdf> Acesso em 05/09/2013.

_____. junho/2008 / Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2008. Disponível em <http://www.promoalgo.com.br/eficiente/repositorio/Publicacoes/782.pdf>> Acesso em 05/09/2013.

CORREA JÚNIOR, G. et al. Oferta de transportes: fatores determinantes do valor do frete e o caso das centrais de carga. In: CAIXETA FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. (Orgs.) **Gestão logística do transporte de cargas**. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 4.

MARTINS, R; PEREZ, L. H. Amendoim: Inovação Tecnológica e Substituição de Importações. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 36, n. 12, Dezembro, 2006.

NOVAES, Antônio G. *Sistemas Logísticos: transporte, armazenagem e distribuição física de produtos*. São Paulo. Ed. Edgar Blücher Ltda. 1989.

PIMENTA, S. M. Participação e qualificação: uma nova sincronia de gestão. *Trabalho e educação*, Belo Horizonte, n.4, ago.

MARKETING PUBLICITÁRIO

Jose Estevão Duran⁷³
Fernando de Souza Costa⁷⁴
Amanda Silva Ferreira⁷⁵
Ariny Rafaela Silva Junqueira⁷⁶
Edilaine Silva Franco⁷⁷
Gessyelli Medeiros Santos⁷⁸
Lainne Silva Barbosa⁷⁹
Orlando Florentino Menezes Netto⁸⁰
Willian Alves Batista⁸¹
Winy Gabriella Coelho Barbosa⁸²

RESUMO

Estudo proposto relacionado à Marketing Publicitário que tem por objetivo identificar e estudar as estratégias de marketing publicitário apresentado pelo setor supermercadista do município de Iturama em Minas Gerais, bem como conhecer seu contexto, que identificam os fundamentos do marketing publicitário para a conquista e fidelização dos clientes. Também conhecer o perfil do cliente deste seguimento e a sua satisfação quanto à disposição dos produtos oferecidos nas campanhas publicitárias. No estudo foi possível identificar o que levam os clientes a procurarem por esses supermercados, nos quais a maioria afirma que o preço é o fator de maior relevância, por outro lado questionaram quanto a uma maior variedade de produtos e preços mais acessíveis. A pesquisa também apresentou algumas dicas dos gerentes que afirmaram que precisariam disponibilizar em suas lojas praça de alimentação para melhor atender os seus clientes e também programas de recompensas que possibilitaria

⁷³ Mestre em Agronegócio pela UFMS, Especialização em Gestão de Agronegócio pela FEF, Graduação em Administração com Ênfase em Marketing nas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul, Professor concursado na FUNEC, Professor de Ensino Superior da FAMA de Iturama, no curso de Administração e Ciência Contábeis,

⁷⁴ Pedagogo e Fisioterapeuta. Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia da FAMA de Iturama e FUNEC de Santa Fé do Sul.

⁷⁵ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁷⁶ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁷⁷ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁷⁸ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁷⁹ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁸⁰ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁸¹ Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

⁸² Acadêmico do 4 ano do Curso de Administração - FAMA

ainda mais a identificação do cliente com o supermercado. O presente estudo se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo quantitativa que relacionou os fundamentos do comportamento do consumidor e as estratégias usadas pelos supermercados para merecerem a preferência dos mesmos. Outro ponto apresentado pela pesquisa são os investimentos gastos pelo setor supermercadista de Iturama com publicidade e também o potencial dos clientes que frequentam esses supermercados. A pesquisa possibilitou aos supermercados interessados em criarem formas que possibilite melhorar seu atendimento e conseqüentemente alavancar seu quadro de clientes.

Palavras-chave: Publicidade. Fidelização. Satisfação. Preferência

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo abordou o tema Marketing intitulado como Efeito das Estratégias de Marketing Publicitário utilizados pelo setor supermercadista de Iturama.

O estudo proposto foi desenvolvido a fim de identificar os efeitos das estratégias de marketing publicitário apresentado pelo setor supermercadista da cidade de Iturama em Minas Gerais, bem como conhecer seu contexto identificando os fundamentos do marketing publicitário para a conquista e fidelização de clientes. E também foi conhecido o perfil do cliente deste seguimento e a sua satisfação quanto à disposição dos produtos oferecidos nas campanhas publicitárias. Verificou-se também a influência da proximidade dos pontos de venda com o domicilio desses clientes.

O objetivo geral desse artigo científico foi uma contribuição ímpar para a comunidade de Iturama na sua escolha e identificação da melhor e mais correta loja no seguimento supermercadista que apresenta uma publicidade correta e honesta na hora de divulgarem seus produtos em campanhas publicitárias.

Foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho livros, revistas, periódicos, questionário, calculadora HP, veículo e internet.

Para a elaboração desse estudo foi necessário um levantamento bibliográfico que fundamenta o Marketing, principalmente a parte que se trata do contexto Marketing Publicitário.

Foi realizada uma pesquisa de campo no seguimento quantitativo em 4lojas do setor de supermercados de maior porte no município de Iturama. Através deste estudo foi possível comprovar a identificação do cliente com o supermercado de sua preferência.

2 MARKETING PUBLICITÁRIO

Considerando que o marketing visa principalmente a venda de produtos, e serviços, alguns autores dizem que ele vai mais alem de uma simples divulgação de produtos.

Fazer marketing significa satisfazer as necessidades e os desejos dos clientes. O dever de qualquer negócio é fornecer valor ao cliente mediante lucro. Em uma economia extremamente competitiva, com compradores cada vez mais racionais diante de uma abundância de opções, uma empresa só pode vencer ajudando o processo de entrega de valor e selecionando, proporcionando e comunicando um valor superior. (KOTLER, KELLER, 2006, p.34)

“O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Para defini-lo de uma maneira simples, podemos dizer que ele ‘supre necessidades lucrativas”. (KOTLER, KELLER, 2006, p.04)

Por esse motivo hoje é fundamental saber utilizar bem as ferramentas de marketing, pois só assim é que poderemos buscar cada vez mais clientes e fideliza-los.

“A função do marketing, mais do qualquer outro negocio, é lidar com os clientes. Entender, criar, comunicar e proporcionar ao cliente valor e satisfação que constituem a essência do pensamente e da pratica do marketing moderno”. (KOTLER, ARMSTRONG, 2004, p.03)

Criar formas e metas para se manter no mercado é ponto importante para qualquer empresa hoje. Pesquisas, um bom projeto elaborado e uma publicidade bem feita vão contribuir muito para garantir uma gama maior de clientes fidelizados na empresa.

Esforços de marketing eficazes são aqueles que possibilitam às empresas alcançar seus objetivos definidos por meio de planejamento estratégico, sendo atividades que levam ao desenvolvimento de uma missão organizacional clara, bem como objetivos e de estratégias que possibilitam o alcance desses objetivos. (CHURCHILL JUNIOR, PETER, 2003, p.86)

É fundamental que períodos de tempo realísticos sejam estimados para cada atividade, bem como seja determinada qual a sequência de atividades que compõem o caminho crítico para que o cronograma de pesquisa como um todo não seja comprometido por atrasos nesta fase. (MATTAR, 2001, p.169)

3 VAREJO

Para o estudioso Churchill “os bens de consumo são distribuídos pelos varejistas, intermediários que servem de elo entre os produtores e os consumidores e tornam mais eficientes as trocas entre ambos. Os varejistas também podem adicionar valor às trocas por torná-las agradáveis”. (CHURCHILL JUNIOR, PETER, 2003, p.416)

3.1 Decisões de promoção

As principais formas de promoção utilizadas pelos supermercados são os anúncios semanais inseridos nos jornais e os cartazes expostos na fachada do próprio estabelecimento ambos as formas concentradas no preço dos artigos. Essa estratégia reforça a visão de que as pessoas devem tomar decisões de compra com base no preço, visão essa que não forma necessariamente lealdade à loja.

“À medida que os supermercados ampliam sua compreensão de como propiciar valor, passam a utilizar outras formas de promoção, entre as quais anúncios no rádio e na televisão com o objetivo de posicionar as lojas”. (CHURCHILL JUNIOR, PETER 2003, p.429)

3.2 Comunicação de marketing

Por meio da comunicação de marketing as organizações buscam informar seu público-alvo e influenciar suas atitudes e comportamento de compra. A comunicação de marketing eficaz pode aumentar as vendas ou ajudar a realizar outros objetivos, como tornar as pessoas cientes sobre a organização e seus produtos, formar imagens positivas, identificar clientes potenciais, formar relações de canal e reter clientes.

Propaganda é qualquer anúncio ou mensagem persuasiva colocada nos meios de comunicação de massa em tempo e espaço pagos ou doados por um indivíduo, companhia ou organização identificados. Venda pessoal, por sua vez, é a venda por interação pessoal com os clientes, ao passo que promoção de vendas pode ser definida como campanhas de comercialização dentro ou fora da mídia que circulam durante um período predeterminado e limitado ao nível do consumidor ou

intermediário, para estimular a experiência com um produto, aumentar sua demanda ou melhorar sua disponibilidade. Publicidade é a comunicação vista como não paga de informações sobre a organização ou produto, geralmente através de alguma forma de mídia. Atualmente, muitas organizações combinam esses fatores em comunicação integrada de marketing, que articulam os elementos do composto de comunicação de modo a fornecer clareza, consistência com o composto total do marketing e maior impacto. (CHURCHILL JUNIOR, PETER 2003, p.467)

4 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

Desenvolver novos produtos é tarefa arriscada porque a mortalidade de novas idéias é elevada. O mercado é ávido por novidades, mas crítico quando o desempenho não corresponde às expectativas criadas. Nem sempre uma boa idéia transforma-se num produto de sucesso.

Para minimizar a subjetividade de um lançamento é preciso comprometer a organização como um todo com o projeto. O envolvimento da alta direção é essencial, assim como desenvolvimento de produtos, produção, compras, marketing e vendas dentro da organização, e fornecedores e clientes do lado de fora da empresa. (COBRA, 2003, p.192)

5 METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo científico Marketing de Publicitário apresentado pelo setor supermercadista de Iturama foram utilizados vários materiais necessários como livros, revistas, periódicos, questionários, calculadora HP, veículo e internet. Esses materiais foram utilizados tanto na pesquisa teórica quanto na pesquisa de campo.

O estudo proposto enquadra no quesito pesquisa de campo quantitativa ou pesquisa de levantamento. Por meio do levantamento de informações direta com as pessoas pode-se conhecer as informações necessárias para a elaboração do artigo.

Gil (1996) já dizia em sua obra como Elaborar Projetos de Pesquisa, que as pesquisas desse tipo caracterizam pela interrogativa direta as pessoas entrevistadas, cujo comportamento pretende-se conhecer.

“Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”. (GIL, 1996, p.56)

Neste tipo de pesquisa não são pesquisados todas as pessoas estudadas, de acordo com Gil (1996) seleciona-se, mediante procedimento estatístico, uma amostra significativa de todo o universo que é tomado como objeto de estudo.

Para a elaboração desse estudo, foi necessário um levantamento bibliográfico que fundamenta o Marketing, principalmente a parte em estudo que é o Marketing Publicitário.

Foi realizada uma pesquisa em 4 lojas do setor de supermercados de maior porte no município, as quais disponibilizam de varias formas de divulgação de seus produtos. Para a realização deste estudo foi apresentado um questionário contendo 8 perguntas fechadas com 4 alternativas cada, com exceção das perguntas 1 e 2 que dispõem de mais de uma alternativa, as demais perguntas contem somente uma alternativa a ser marcada e mais 2 perguntas abertas para o conhecimento de casa entrevistado. Através deste questionário foi possível identificar do empresário as formas e os meios de comunicação utilizados por cada empresário na hora de realizar suas campanhas publicitárias.

Também foi feito uma pesquisa com os clientes que compram nessas empresas, a fim de saber deles se a publicidade oferecida pelo setor supermercadista de Iturama tem influenciado na preferência e também na escolha de produtos, tanto quanto a proximidade em relação a suas residências. Para a realização deste estudo com os clientes foi apresentado um questionário contendo 10 perguntas fechadas com 3 ou mais alternativas cada, sendo que apenas uma poderia ser escolhida e mais 2 perguntas abertas de livre resposta. A pesquisa foi realizada em pontos diferenciados da cidade de Iturama do dia 04 a 05 de setembro de 2013. Com os dados apurados e coletados, os mesmos foram tabulados e apresentados em um artigo científico.

6 ANÁLISE DE DADOS

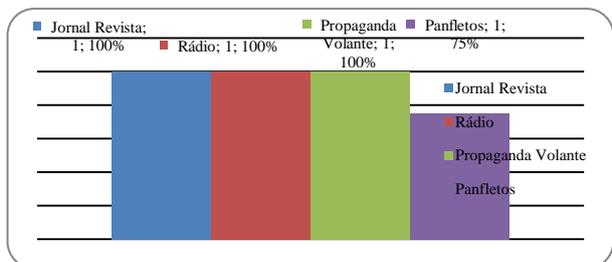
A análise de conteúdo deste trabalho identificou a preferência da população de Iturama quanto ao supermercado que oferece a melhor publicidade e também aquele que realiza as melhores campanhas publicitárias. Também ouvimos os gerentes de 4 dos maiores supermercado do município sabendo deles quais os veículos de comunicação mais utilizados, a periodicidade, o percentual gasto e a duração de suas campanhas publicitárias.

Para a realização desta pesquisa, foram entrevistadas 50 pessoas de forma aleatórias em pontos estratégicos da cidade e também ouvimos os gerentes de cada supermercado

entrevistado. A pesquisa teve a duração de dois dias sendo eles dias 4 e 5 de setembro de 2013.

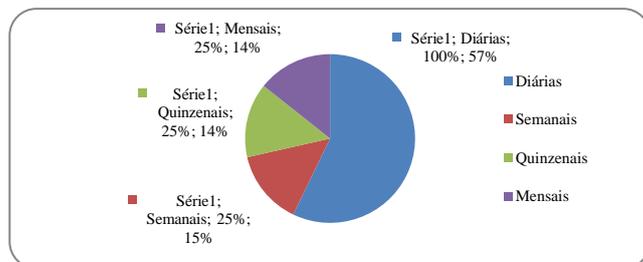
No primeiro gráfico foi apresentando os veículos de comunicação mais utilizados pelo setor supermercadista de Iturama. Dos 4 supermercados visitados 3 deles utilizam a publicidade em jornal, revista, rádio, propaganda volante e panfletos. Somente um deles é que não se realiza a panfletagem nas ruas da cidade para a divulgação de seus produtos. O gráfico 2 apresenta a periodicidade de suas campanhas publicitárias, os dados demonstram que todos realizam suas publicidades diariamente. No gráfico 3 foi apresentado o percentual do faturamento gasto com publicidade, a maioria apresentou um gasto de 1% a 3% de seu faturamento, somente um deles não disponibilizou esse dado.

Gráfico 1 - Veículos de Comunicação mais utilizados



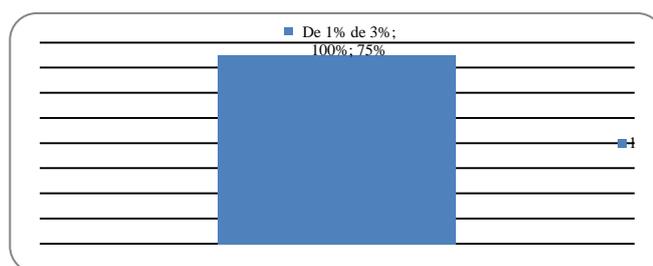
Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 2 - Periodicidade das Campanhas Publicitárias



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 3 – Percentual do Faturamento gasto em Publicidade

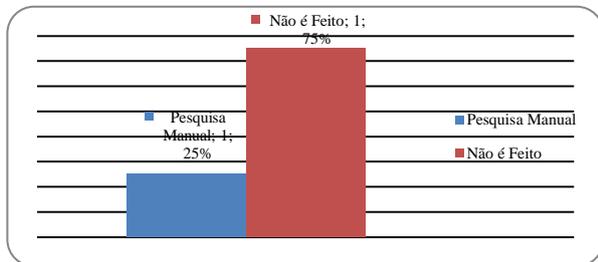


Fonte: Dos próprios autores

O gráfico 4 mostra a avaliação dos supermercados quanto ao feedback realizado junto com os clientes para saber se as suas campanhas publicitárias estão sendo bem executadas, a pesquisa nos mostrou que somente um dos supermercados realiza tal pesquisa, nos demais nada é feito. No gráfico 5 pode se ter uma idéia da duração das campanhas publicitárias dos supermercados, o gráfico 6 aponta se durante as campanhas publicitárias os

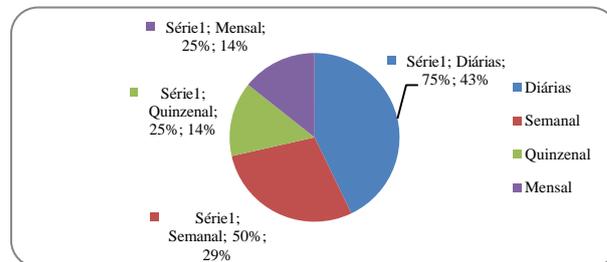
supermercados colocam placas, faixas do conteúdo das promoções na parte externa da loja, de acordo com a maioria são realizados.

Gráfico 4 – Realização de Feedback para Avaliação das Campanhas Publicitárias



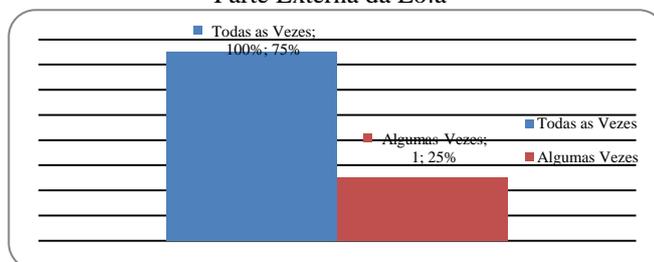
Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 5 – Tempo de Realização das Promoções



Fonte: Dos próprios autores

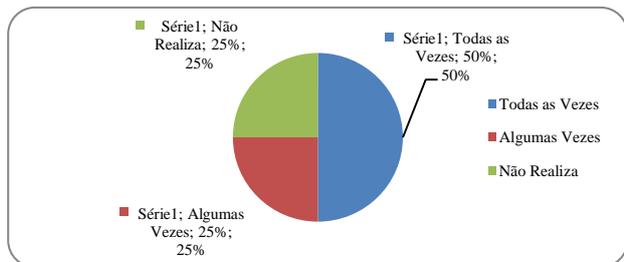
Gráfico 6 – Colocação de Placas e Faixas das Promoções na Parte Externa da Loja



Fonte: Dos próprios autores

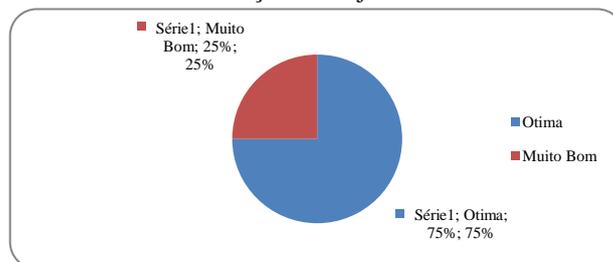
Os gráficos 7 e 8 abordaram outros pontos de destaque em nossa pesquisa, no gráfico 7 foi perguntado se o supermercado realiza promoções relâmpago, 2 deles disseram que sim, o terceiro disse que algumas vezes e o quarto não realiza, no gráfico 8 foi perguntado se a localidade da loja foi determinado como ponto estratégico para as vendas, dos 4 supermercados visitados 3 disseram que o seu ponto estratégico influencia em suas vendas, e 1 deles disse que o seu ponto é muito bom.

Gráfico 7 – Realização de Promoções Relâmpago



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 8 – Localização da Loja



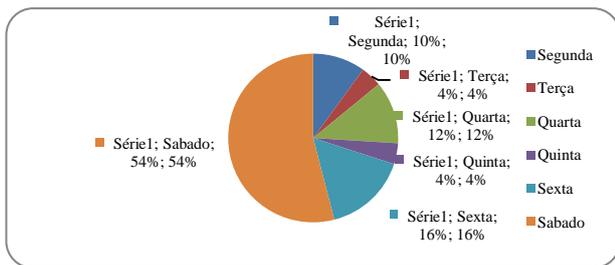
Fonte: Dos próprios autores

As duas últimas perguntas deste questionário foram realizadas de foram livre aos

Na outra pergunta foi abordado o que poderia ser oferecido de novo ao cliente, dois dos gerentes entrevistados disseram que a deveriam providenciar um espaço em seus supermercados para a instalação de uma lanchonete, o outro falou em manter sua equipe em foco de trabalho e o quarto disse que deveria existir um programa de recompensa para o cliente. Quanto mais o cliente comprar mais ele ganharia descontos na loja.

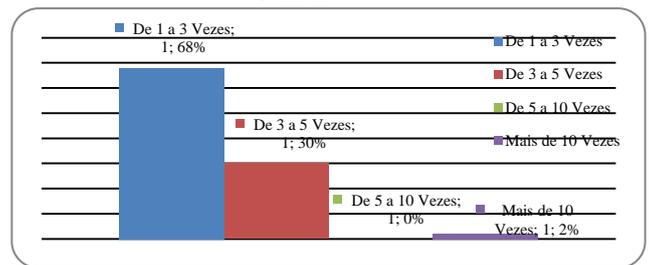
Nossa pesquisa também ouviu os clientes destes supermercados, no gráfico 9 foi perguntado qual ao dia de preferência para a realização de suas compras, a maioria identificou que o sábado é o melhor dia, no gráfico 10 foi perguntado quantas vezes você vai ao supermercado, 68% deles disseram que vão de 1 a 3 vezes por semana, no gráfico 11 foi perguntado qual o supermercado de maior preferência, o supermercado Da Casa foi o escolhida pela população de Iturama, seguido também pelos supermercados JB, Triângulo e Ideal.

Gráfico 9 – Qual Dia da Semana Você faz



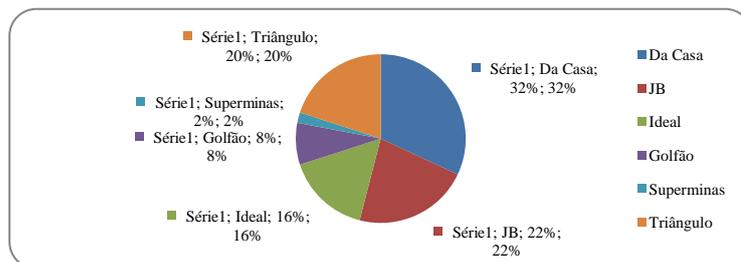
Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 10 – Quantas Vezes Você vai ao Supermercado na Semana



Fonte: Dos próprios autores

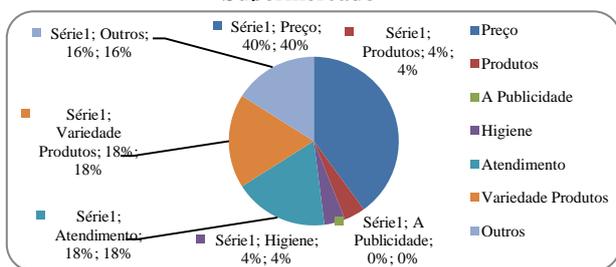
Gráfico 11 – Qual Supermercado Você faz suas Compras



Fonte: Dos próprios autores

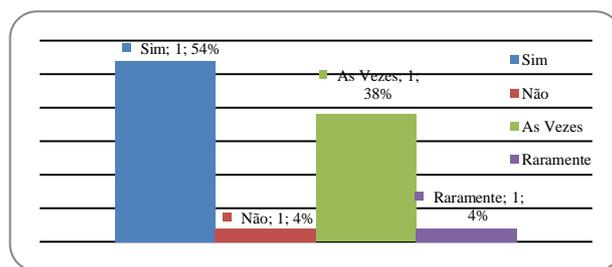
No gráfico 12 foi perguntado aos clientes dos supermercados o que leva eles a escolher esse supermercado, 40% dos entrevistados disseram que o maior fator é o preço. No gráfico 13 foi perguntado se a publicidade oferecida pelos supermercados tem atendido as suas expectativas, 54% deles concordam que sim. No gráfico 14 foi abordado quanto aos produtos expostos, se eles são bem distribuídos nas seções, 76% afirmam que sim.

Gráfico 12 – O que levou Você a escolher este Supermercado



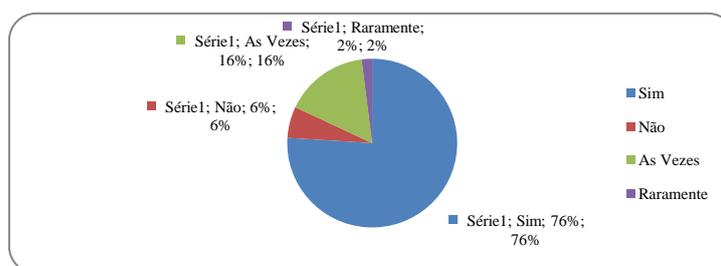
Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 13 – A Publicidade Oferecida atende



Fonte: Dos próprios autores

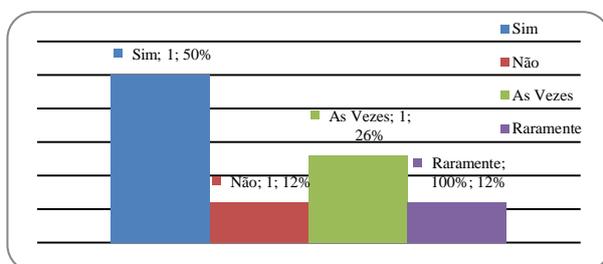
Gráfico 14 – Os Produtos são bem distribuídos nas Seções



Fonte: Dos próprios autores

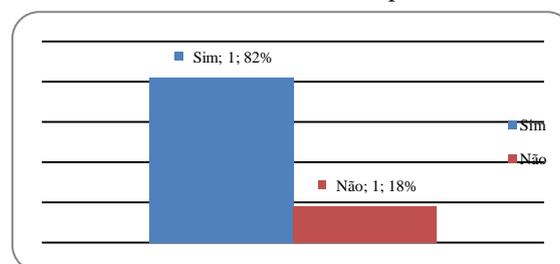
Outro assunto abordado foi a em relação aos produtos oferecidos nas campanhas publicitárias, 50% afirmam que são bem divulgados e selecionados. No gráfico 16 foi perguntado aos clientes quanto a localidade dos supermercados, mais de 80% concordam que a localidade dos supermercados são excelentes.

Gráfico 15 – Divulgação dos Produtos nas



Fonte: Dos próprios autores

Gráfico 16 – Localidade do Supermercado



Os gráficos 17 e 18 mostram o perfil econômico da população de Iturama e também a idade dos clientes desses supermercados. Mais de 70% desses clientes ganham em torno de 1 a 2 salários por mês. Quanto a idade nossa pesquisa pode comprovar que existe um equilíbrio entre os clientes, 30% deles possuem idade entre 15 e 24 anos, outros 26% possuem idade entre 24 e 34 anos.

Gráfico 17 – Média Salarial dos Clientes dos

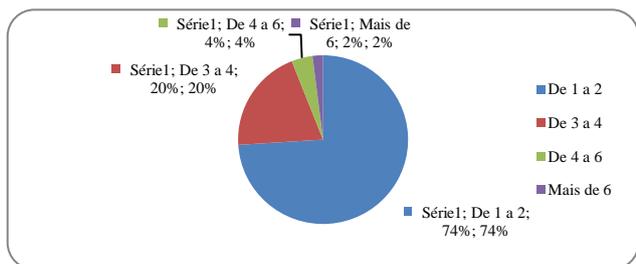
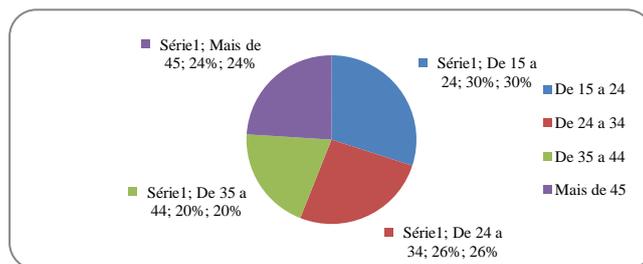


Gráfico 18 – Idade dos Clientes



Fonte: Dos próprios autores

Mais duas perguntas abertas foram feitas aos clientes desses supermercados, na primeira abordamos o que o cliente não gosta neste supermercado, a maioria disse que é o atendimento seguido do preço dos produtos. E um fator interessante que nos chamou a atenção foi quanto a localidade dos supermercados, enquanto alguns clientes disseram que estão satisfeitos com a localidade e proximidade dos supermercados outros dizem precisariam de mais lojas em bairros mais distantes do centro da cidade. Outro fator que deveria melhorar segundo os clientes é quanto a entrega, deveriam ser mais rápida, e uma variedade maior de produtos nas seções e também maior espaço entre elas.

Na outra pergunta abordada foi questionado o que os clientes gostaria que o supermercado disponibilizasse a mais para eles, a maioria disse que deveria existir uma maior variedade de produtos e promoções com preços mais acessíveis as classes mais baixas. Também disseram que o atendimento nos supermercados deveria melhorar quanto uma maior comodidade para o cliente que reside em outros bairros onde não tem supermercado, disponibilizando a eles um veículo que pudesse buscá-los para as compras, também pediram melhorias nas entregas em domicílio e no estacionamento das lojas e um local para deixarem as crianças enquanto estão realizando suas compras.

Com a apresentação dos gráficos foi conhecido a publicidade realizada pelos supermercados e também qual deles a população apontou como melhor para a realização de suas compras e se realmente a publicidade tem influencia os clientes na hora de comprar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se nossa pesquisa que abordou o Marketing Publicitário apresentado pelo setor supermercadista de Iturama. A pesquisa foi realizada nos dias 4 e 5 de setembro, na pesquisa foram ouvidos 50 clientes dos supermercados de maior porte em Iturama, além dos gerentes destes supermercados, nossa pesquisa abordou vários temas, os quais foram possíveis conhecer qual o supermercado de maior preferência dos clientes e também se a publicidade que eles realizam tem agradao esses clientes. Conhecemos através do estudo os investimentos dos supermercados em publicidades, os mesmos disponibilizam de 1% a 3% de seu faturamento, também conhecemos o potencial dos clientes desses supermercados que apresentaram uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos.

Conhece-se também o que leva esses clientes a procurem o melhor supermercado para a realização de suas compras, a maioria afirmam que o preço é o fator de maior relevância, a publicidade agrada, mais ainda esta longe de ser considerado um fator de interesse pela população. Outro fator apresentado pelos clientes é quanto a uma maior variedade de produtos e preços mais acessíveis, mesmo sendo o carro chefe para a fidelização de clientes, os supermercados devem melhorar os preços de seus produtos segundos a maioria dos entrevistados quanto perguntados sobre alguma mudança que deveria ocorrer.

O estudo também apresentou algumas dicas dos gerentes que afirmaram que precisariam disponibilizar em suas lojas praça de alimentação para atender melhor seus clientes e programas de recompensas o quais vai proporcionar ao cliente ganhos de descontos em suas compras, em quanto mais comprarem mais descontos ganhariam.

Esse trabalho se tornou relevante, pois mostrou se realmente a publicidade oferecida pelo setor supermercadista de Iturama tem agradao os clientes e também garantindo a sua fidelização, mostrou que sim, porem o que leva esse cliente a procura do supermercado de sua preferência ainda esta sendo o preço. O artigo científico apontou que é preciso mais estudos do setor supermercadista de Iturama para proporcionar uma campanha publicitária de maior impacto que posteriormente passe a garantir a fidelização desses clientes através dos produtos

ofertados. Para finalizar, com essa pesquisa possibilita aos supermercados interessados criarem formas de melhorar seu atendimento e conseqüentemente garantir a satisfação plena de seus clientes.

REFERÊNCIAS

CHURCHILL JUNIOR, G. A.; PETER, J. P; **Marketing: criando valor para os clientes;** 2.ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

COBRA, M. **A Administração de marketing no Brasil;** Brasil, 2003.

GIL, Carlos Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3ª.ed., São Paulo: Editora Atlas, 1996

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 9.ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2004

KOTLER, P.; KELLER, K.L. **Administração de marketing.** 12.ed., São Paulo: Pearson, 2006

_____. **Princípios de marketing.** São Paulo: 2007

LAS CASAS, Alexandre Luzzi – **Administração de Marketing - Conceitos, Planejamento e Aplicações À Realidade Brasileira.** São Paulo: Atlas, 2006

LEVY, M.; WEITZ B.A. - **Administração de varejo.** São Paulo: Atlas, 2000.

MATTAR, Fauze N. – **Pesquisa de Marketing Edição Compacta.** São Paulo: Atlas, 2001.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia.** São Paulo: Atlas, 2000.

O GESTOR E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Emerson Magro⁸³
Ivone Tambelli Schmidt⁸⁴

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a instituição escolar de uma forma pouco explorada por nós, educadores, que estamos sempre engolidos pelo turbilhão de trabalho a que estamos submetidos no nosso dia -a- dia. O enfoque aqui é analisar a escola como instituição educativa influenciada pelo espaço escolar como uma vertente a ser analisada no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que são interligados e merecem nossa reflexão. No entanto, a questão do uso do espaço escolar e sua configuração em lugar e território, vão além das questões epistemológicas, pois pretendemos analisar a gestão do espaço, transformando-o e dando forma a lugares de convivência social, lugar de aprendizagem. Fazer o bom uso destes ambientes, destes lugares dentro da escola só vem beneficiar o ensino. A gestão Escolar hoje é encarada como ponto chave nas mudanças pelo qual a escola tem passado, principalmente, a inclusão de todos como direito público e subjetivo. O Gestor, ao ingressar na escola, recebe a escola como ela está, com sua arquitetura e seus espaços já prontos. O que o Gestor escolar poderá fazer para tornar este espaço de forma a otimizar o ensino, melhorar a aprendizagem de seus alunos? Com entrevistas a gestores, professores e alunos conseguimos algumas pistas que nos darão oportunidade de refletir sobre a Educação, a escola e sua função social no contexto atual.

Palavras-chave: Espaço. Organização. Gestão Escolar.

⁸³ Aluno Regular do mestrado em Educação. Licenciatura Plena em Geografia pela UNESP- Universidade Estadual Paulista, concluído em 1995. Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNOESTE- Universidade do Oeste Paulista em 1999. Especialização em Linguagem Cartográfica pela UNOESTE em 1996. Atuação profissional como supervisor de ensino na D. Ensino-Região Mirante do Paranapanema-SP. Emerson.magro@zipmail.com.br

⁸⁴ Professora Doutora do Mestrado em Educação da UNOESTE- Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente.

1INTRODUÇÃO

Esse artigo constitui-se em uma prévia da dissertação a ser apresentada à Reitoria da Unoeste, para obtenção do título de mestre no presente ano de 2011.

A análise da escola na perspectiva espacial e temporal tem sido, a nosso ver, pouco estudada, pesquisada e difundida no país. A literatura é escassa, não havendo tantos autores versando sobre o tema e produções acadêmicas são restritas também nos vários meios tecnológicos, compêndios e periódicos em geral. Pelo menos essa foi uma dificuldade encontrada por nós.

A escola como conhecemos hoje é um espaço para o ensino, data da Idade Média, mas não desconsideramos que o ensino venha da antiguidade clássica, tendo seu início com os grandes filósofos que são referência nas aulas de filosofia da Educação, também conhecidos por nós como “tríade grega”: Sócrates, Platão e Aristóteles, dentre outros.

O fato é que o espaço escolar nos fascina. Em cada um de nós, seja criança, adolescente, jovem ou adulto, a simples palavra escola nos remete a tempos passados, boas recordações, brincadeiras, as salas de aulas, os corredores, as árvores, a quadra, o pátio, as escadarias, a diretoria, a secretaria, os banheiros, o cheiro da merenda pode ainda ser sentido na nossa memória olfativa e até mesmo o cheiro da lição impressa no papel sulfite mimeografado ou até o cheiro do livro novo, o gosto do bombom de chocolate feito de “leite em pó” na época da páscoa ainda pode ser sentido na memória gustativa ou, na memória auditiva, o grito da diretora, o *psiu* da professora, o apito do professor de Educação Física, o cheiro dos livros da biblioteca.

A escola era o lugar onde todos nos encontrávamos, onde fazíamos amizades, conhecíamos os professores, onde coisas muito boas aconteciam ou coisas ruins também. Em cada pessoa que passou pelos bancos escolares há na memória os signos, significados subjetivos e a importância é única para cada ser humano.

Essa visão da escola é romântica, procuramos o lado bom de tudo o que ocorreu conosco na escola. Muitos estudaram com a “Caminho suave”, por exemplo, grande cartilha da professora Branca Alves de Lima, mas nem sempre os caminhos foram suaves para milhares de crianças. Castigos, situações frustrantes, punição, humilhações também ocorreram nas nossas instituições, marcadas pelo tempo, pelo contexto de uma época que passou, e

quantas foram as mudanças que ocorreram em nossas escolas, nos espaços, nos tempos escolares dentro desse espaço.

Atualmente, o desafio é tornar a escola de todos e a legislação garante isso. Vários renomados autores afirmam que a escola é para todos, que a escola é da comunidade, e sentimos que aos poucos tem se encaminhado para este foco, para esta direção. A escola precisa rever sua função social, acolher, incluir, transmitir o conhecimento sistematizado, educar, formar, ensinar. Para que isso ocorra, é preciso que a quantidade atingida em termos de alunos matriculados venha se traduzir também na questão da qualidade do ensino ministrado por nossas instituições.

Uma escola de qualidade deve ser organizada para isso, não somente no sentido de organização física apenas, mas para uma organização para torná-la lugar onde todos possam usufruir do que ela pode e deve oferecer. Faz-se necessário, portanto, torná-la um lugar humanizado.

Deixando um pouco a questão do tempo escolar, vamos nos prender ao papel do gestor, principalmente ao diretor de escola, que é o “maestro da orquestra”, o gestor mor na organização do espaço escolar, com vistas à melhoria do desempenho do aluno na escola.

É inegável que um espaço organizado, bonito, higiênico, alegre, ventilado vai despertar no aluno o que já falamos acima: o sentimento de pertencimento, de sentir-se bem, de ser valorizado e a visão de que a escola é um bem público que ele pode usufruir.

Já que o acesso e permanência do aluno já estão garantidos em lei, que esse permaneça gostando de estar ali, nesse espaço de educação e formação.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado uma revisão da literatura sobre o assunto preliminarmente nas bibliotecas virtuais e da própria Universidade do Oeste Paulista, no entanto, percebemos uma escassez acerca da discussão a que nos propomos na dissertação e neste artigo, porém alguns autores foram fundamentais para direcionar nosso trabalho.

Falar sobre o espaço escolar é desafiante e, ao mesmo tempo, fascinante da nossa parte.

Buscou relacionar o Gestor escolar, mais especificamente o diretor escolar, como responsável pelo espaço escolar, de forma a organizá-lo da melhor maneira possível para melhorar a aprendizagem dos alunos, seus clientes.

Buscou em entrevistas e questionários com gestores, mas também com alunos e professores a concepção que os mesmos possuem de organização do espaço. Para os gestores o foco foi maior, pesquisamos o que eles concebem como importante na organização interna do espaço escolar. O que uma escola precisa para ser agradável ao aluno? Será que a beleza da escola influencia o trabalho e a eficácia do ensino? Existe alguma diferença entre a opinião dos gestores? Quais são os exemplos do cotidiano escolar de nossas escolas que podemos analisar e confrontar objetivando uma análise e uma reflexão mais precisa?

Objetivam-se continuar a pesquisa no mestrado e este artigo tem o objetivo de apresentar a intenção do estudo já com algumas considerações parciais.

DESENVOLVIMENTO

Começam, então a analisar de antemão o espaço. O que é espaço? Esta definição não é muito fácil de ser apresentada, pois varia muito ao longo da história da humanidade e é, sobretudo, uma questão epistemológica e também do desenvolvimento das ciências e a reorganização social do homem. Se pensarmos assim, há sempre um componente circunstancial envolvido, como a falta de conhecimento de um determinado aspecto, causada pela insuficiência de meios disponíveis e/ou pelas barreiras culturais estabelecidas. Com isso, analisaremos este conceito que já se teve dele, como evoluiu e como se tem hoje para transpô-lo didaticamente para o tema que estamos a desenvolver neste trabalho.

O conceito de espaço vem evoluindo com a história. Na Grécia, Platão o considerou como um “*conceito híbrido*”, que significava ultraje e isso incomodava. Demócrito o definiu como “*o espaço é o não ser*”. Mais tarde, Bérgrson o via como “*conjunto de pontos em que podemos transitar*.” Worringer e Zenão diziam que “*o espaço não é nada além de vibração*”, ou seja, se o espaço é alguma coisa, o que pode existir nele?

Isaac Newton fez um primeiro avanço estabelecendo “*o espaço matemático que não deve ser confundido com o espaço da nossa experiência cotidiana*”. Albert Einstein, com sua teoria da relatividade, associou a ideia de espaço à ideia de tempo, de modo que um não mais pode ser pensado sem o outro.

Pela nossa afinidade com a ciência geográfica, resolvemos utilizar-nos de um conceito de espaço do importante geógrafo que muito contribuiu para este importante conceito. Trata-se de Milton Santos, que concebe o espaço como:

O espaço é uma reunião dialética de fixos e fluxos, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais e também formado por um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 1998, p. 110)

Continua ainda, sobre o conceito de espaço:

O espaço é formado por um conjunto indissociável e contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, são considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. (SANTOS, 1998, p.111).

Dessa forma, consideramos que o espaço escolar também é constituído de fixos e de fluxos. De outra maneira, podemos conceber o espaço escolar como o espaço físico e de forma dialética. Quando a obra é inaugurada e entregue ao usufruto da população, esta obra nada mais é do que um espaço que se destina à função escolar, apresenta uma característica territorial também e onde se darão relações sociais, também contraditórias onde como o autor acima cita, por sistemas de objetos e sistemas de ações que vão se interagir naquele espaço. Entra aí a questão dos fixos e dos fluxos. Fixo já está ali, o fluxo muda no tempo, se transforma de acordo com a cultura.

Tendo o espaço constituído com todos os seus objetos, não podemos nos esquecer de que o mesmo foi arquitetado, pensado e planejado para fins escolares, ou seja, por onde haverá interação entre pessoas. Aí então, este espaço escolar será transformado em “*lugar*”, ou um conjunto de lugares por onde se darão relações complexas entre as pessoas que ali convivem.

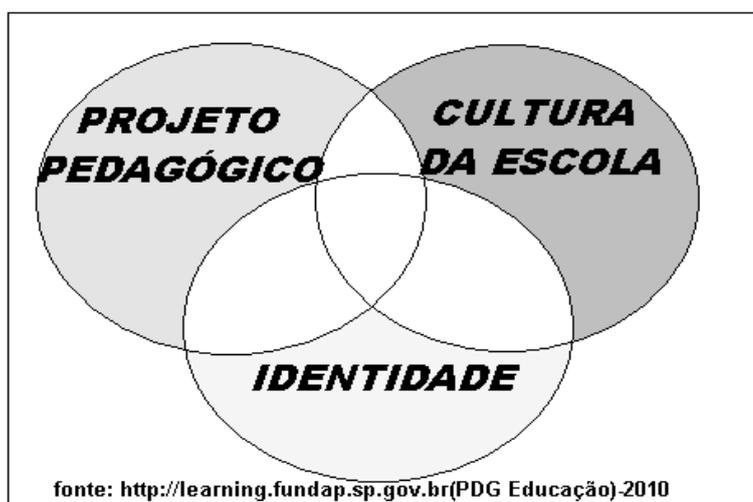
Se forem mais a fundo nesta questão, veremos que este lugar, por comportar várias funções, vários atores ali com diversos papéis, também pode ser um *lugar* em que há territórios a serem disputados, a diretoria é da equipe de direção; o pátio é lugar de recreação dos alunos; a secretaria não é lugar de aluno; a cozinha é território onde ficam as cozinheiras e as serventes; a sala dos professores pertence a eles e assim por diante, mas não caberá este estudo aqui, ficando o nosso objetivo maior o estudo do lugar como espaço de aprendizagem.

“O espaço escolar em primeiro lugar é educativo. O próprio prédio escolar educa” (FRAGO, 1998, p 34). Entende-se que a arquitetura escolar, nesse sentido precisa ser levada em consideração como um fator do currículo também. A construção escolar como currículo oculto, que geralmente não é levado em consideração. Todos nós concordamos que estar na escola deve ser prazeroso e que a escola tem que ser vista como algo prazeroso para estar

nela. Nesse sentido, as construções escolares variam com o tempo, variam de acordo com cada contexto histórico-social. Lembremo-nos, por exemplo, dos antigos grupos escolares em cidades importantes no início do século XX, cujos espaços eram construídos com o objetivo de centralizar, cuidar, vigiar, separar, e conseqüentemente excluir. Construções maravilhosas e imponentes.

Ainda com relação ao espaço se transformar em lugar de aprendizagem, consideremos a seguinte citação de Frago: “*O espaço se projeta ou se imagina, o lugar se constrói*”.

Figura 1 - Relação projeto pedagógico, cultura da escola e identidade



Desse modo, é preciso, então, que cada escola prepare esse lugar para aprendizagem, através de uma organização que perpassa pelo que chamamos “cultura da escola”, ou seja, a identidade da escola, da comunidade onde ela está inserida. No meio educacional damos importância e ganha importância cada vez maior o “Projeto Político Pedagógico” ou “Proposta Pedagógica da Escola”. Este documento de natureza flexível e fruto de uma construção coletiva deve ser sempre repensando, refletido e discutido por quem atua na escola. Ele será construído coletivamente se nesta escola houver uma Gestão Democrática, que já está garantido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB-1996) e também na Constituição Federal de 1988.

No novo paradigma de Educação, não podemos admitir a cidadania excluída daqueles que a ela têm direito (Rodríguez-2003). Por isso que, dentro da Gestão democrática, devemos permitir o acesso a ela, aos bens dela, para que seus usuários se apropriem deste espaço que pelo menos na legislação é de “todos”.

Começando a falar do aproveitamento dos espaços escolares na aprendizagem dos alunos, não há como pensar nisso sem um modelo de gestão escolar que dê conta desta tarefa. É preciso dinamizar o papel do diretor como articulador, organizador do espaço escolar para torná-lo um lugar de aprendizagem. Trabalhamos com o conceito de gestão escolar de vários autores, porém Eloiza Luck compartilha desta definição:

A gestão escolar consiste no processo de mobilização e orientação do talento e esforço coletivos presentes na escola, em associação com a organização de recursos e processos para que esta instituição desempenhe de forma efetiva seu papel social e realize seus objetivos educacionais de formação dos seus alunos e promoção de aprendizagens significativas. (CODHAP, 2003, p. 2).

O conceito de gestão está intimamente ligado ao conceito de liderança, está intrínseco, não há como separá-los, e a mesma autora concebe liderança como: “um conjunto de ações, atitudes e comportamentos assumidos por uma pessoa, para influenciar o desempenho de alguém, visando realizar objetivos organizacionais.” (LUCK, 2009, p. 95)

Entende-se que a participação do gestor é fundamental em todas as áreas: administrativa, financeira e principalmente pedagógica. O diretor é, sem dúvida, a "autoridade máxima na escola e o responsável último por ela" (Paro 1995, p. 89). Assim ele deve ter a noção de organização de um espaço, de gestão democrática para alcançar a qualidade de ensino. Organizar o espaço físico para a humanização deste espaço, e cuidando para que todos os “lugares” contribuam para a aprendizagem. Isso é possível. Não é utopia.

Na literatura, buscamos algo interessante. Não é preocupação tão atual a questão de buscar o bem estar do aluno na escola. Analisemos um pequeno trecho de um livro muito lido na infância escolar e que, por décadas, foi reformulado, possui varias edições e está presentes nas estantes de nossas bibliotecas escolares:

E a velha casa, de mais de meio século, ressuscitou maravilhosamente, como os palácios surgem nos contos de fada. Os salões, amplos e claros, abriam-se de um lado e de outro do vasto corredor, com filas de carteiras escolares, vasos de plantas, aqui e ali, e jarras de flores sobre as mesas. As paredes, por si sós, faziam as delícias da pequenada. De alto a baixo uma infinidade de quadros, bandeiras, mapas, fotografias, figuras recortadas de revistas, retratos de grandes homens, coleções de insetos, vistas de cidades, cantos e cantinhos do Brasil e do mundo. E tudo aquilo me encantava de tal maneira que eu, às vezes, deixava de brincar todo o tempo do recreio, para ficar revendo paisagem por paisagem, mapa por mapa, figurinha por figurinha. (VIRIATO, Correia, 1938,p.83)

Com esse pequeno trecho, queremos ilustrar uma situação em que o aluno se encanta com a escola. Este personagem saiu de uma escola rural num vilarejo, onde havia um professor tradicional, carrasco que castigava os alunos. Aliado a isto, a velha escola isolada ou agrupada era feia, horrenda causando nos alunos, arrepio e medo. As aulas eram um momento de terror. A família de Cazuza muda-se então para uma vila, onde ele se encanta com uma escola totalmente diferente daquela que ele conhecia.

Este livro, **Cazuza**, escrito por Viriato Corrêa, foi escrito numa época em que a educação era um instrumento de consolidação de um regime autoritário e controle social iniciado na Era Vargas. O Brasil passava por uma fase de transição do Império para a República. O reflexo deste momento histórico nas escolas não era dos melhores: a instituição era uma prisão. Os alunos eram obrigados a ouvir o que professor falava e deviam ficar quietos; Qualquer comportamento que não o agradasse, era motivo para castigo como, por exemplo, a palmatória – conhecida como “bolo” em algumas regiões. Diante dessa realidade, o autor Viriato Corrêa não apenas escreveu um romance, mas também criticou o autoritarismo e denunciou práticas violentas que ocorrem na sala de aula onde o professor era o senhor do poder enquanto os alunos eram escravos que apenas “cumpriam” ordens num ambiente carcerário.

Essa obra rompe com esse regime de servidão e colabora para a construção do Estado Novo, do cidadão novo. Sua leitura é indispensável para a formação das crianças, pois traz questões que envolvem as virtudes, a moral, a valorização da família e o papel da escola como um agente de formação e não de repressão.

4 RESULTADOS PARCIAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que querem é trabalhar com o tema do lugar ou os lugares do espaço escolar na melhoria do ensino, tendo o gestor como o articulador desta organização. É nosso entendimento que uma escola bonita, bem planejada, organizada, limpa, se torna eficaz, ao passo que outra escola, que não apresenta essas características, não terá sucesso com seus alunos, não os motivará nem mesmo as pessoas que trabalham nela.

Tal afirmação pode parecer determinista, onde o ambiente influi nas ações humanas, mas, se pensarmos que organização é importante em qualquer instituição ou setor da sociedade, compreende-se o que analisamos aqui.

A escola, no entanto, não é gerida apenas pelo diretor, a direção escolar deve ser democrática, compartilhada com todos, onde os atores se devem envolver de forma qualitativa, opinar quanto ao projeto pedagógico desta escola com vistas a sua melhoria.

Nesse sentido, analisa-se, dentro de escolas públicas, local de nosso trabalho, bons resultados no ensino e na satisfação dos alunos e professores, como exemplificamos a seguir:

Falando nos possíveis lugares que a escola contém ou deveria conter, pensamos num primeiro momento no pátio. É no **pátio** que os alunos se encontram, onde se dá relações entre as pessoas, entre alunos e alunos, alunos e funcionários, alunos direção, alunos e professores. O pátio é local intensamente importante dentro da escola. Ali podem ocorrer apresentações de natureza diversas, seja recreativas ou pedagógicas. Ali neste local se dá palestras para alunos, pais e a comunidade.

O Gestor concebe o pátio como sendo importante dentro da escola? É bem possível que muitos diretores não tenham tempo de pensar na questão da organização espacial para as relações que se dão no pátio, mas sem dúvida, vemos escolas com pátio organizado, com vasos e plantas tornando o ambiente mais bonito e aconchegante, onde o recreio se torne um prazer para o aluno e para os demais usuários da escola. Nos padrões de construção escolares, certamente, o pátio está presente.

Ainda dentro do pátio, dependendo das construções escolares e do padrão arquitetônico adotado, este contém o espaço do **mural**. Até o mural pode ser educativo dentro de uma escola, servir à aprendizagem do aluno, seja este do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Enriquecer o mural, com notícias que agradem aos alunos, recortes de jornais das páginas esportivas agrada aos meninos e muitas meninas. Uma seção organizada com receitas, cosméticos e beleza agrada às meninas. Uma sessão de piadas certamente agrada a todos.

Em uma determinada escola, considerada como espacialmente organizada pela gestão, até o **jardim** da escola tornou-se educativo. Deparar-se com uma bela espécie de “pau-brasil” plantada é uma imensa alegria. Ali naquela instituição, certamente nas aulas de história de diversas séries, se abordará o tema da questão da colonização do Brasil, assim como o nascimento do nome Brasil.

Muitos alunos nem ao menos viram um pau-brasil, por falta de oportunidade. Consideramos que o jardim também poderá ser um espaço educativo desta forma. Basta que

se use da criatividade. Experiências vividas e sentidas duram para sempre. Estudar o paulista no livro didático é uma coisa, ver e tocar é outra completamente diferente.

A **Biblioteca** ou sala de leitura é um lugar cada vez mais valorizado nas escolas, principalmente no tocante à questão da leitura. Nos meios acadêmicos, é muito comum a discussão em torno da falta de incentivo à leitura. Este é um espaço a ser considerado pelo gestor escolar como fundamental numa escola. O local deve ser ventilado, agradável, higiênico, estar visualmente bonito e atraente. Mas geralmente, em muitas escolas, este espaço ainda não está organizado ou simplesmente não existe. Os alunos não têm acesso a este espaço tão importante, nem para nele ficar, para fazer pesquisas, nem tampouco para proceder à retirada de livros para leitura.

Não estamos considerando aqui que a escola não conta no quadro de apoio com o serviço de bibliotecário, mas não é comum em escolas vermos professores na condição de readaptados assumindo a biblioteca, mesmo sem treinamento necessário e sem o devido preparo.

O que ocorre também é que ao aluno, muitas vezes, não é dado o direito de usufruir deste espaço, a biblioteca, e o gestor deve oportunizar, envidar esforços para que seja efetivamente usado, por todos, pelo mais favorecido e pelo menos favorecido.

Outro espaço escolar que uma escola precisa ter é a **sala laboratório de ensino de ciências (Química, Física e Biologia)**. É importante para que os professores contextualizem o conteúdo visto e estudado em sala de aula. As aulas se tornam mais prazerosas quando se pode manipular equipamentos e observar de perto os fenômenos naturais acontecendo.

Em escolas que possuem este espaço e o mesmo não é utilizado, frequentemente se vê alunos curiosos olhando pelo buraco da fechadura, ou se pendurando na janela, para ver o que há lá dentro: esqueleto que dão medo, modelos anatômicos que despertam curiosidade, um ou outro aparelho esquisito que não se sabe pra que serve, vontade ver algo nos microscópios guardados no armário. Quem nunca teve curiosidade de ver os gametas masculinos nas aulas de ciências?

Existem correntes de pesquisadores que consideram o laboratório como algo dispensável na escola, sendo o meio ambiente o laboratório a ser explorado com os alunos. Outros, no entanto, valorizam este espaço como essencial e há quem diga que o trabalho com experimentações em laboratórios incentivou vários alunos a seguir profissão ligada à área das ciências biológicas e exatas.

O Gestor precisa atentar para isso, o uso de todos os seus recursos. Inserir no projeto pedagógico da escola o uso dos ambientes escolares para motivar a aprendizagem. De nada adianta uma sala fechada com vários equipamentos sem uso. Muitas vezes, sob a desculpa de que são antigos, estão quebrados ou os produtos químicos vencidos. A vontade e a visão pedagógica do gestor podem ser o diferencial de uma escola.

A partir da 2ª metade da década de 1990, do século XX, entra em cena um novo espaço na escola, do qual acompanhamos com mais exatidão na rede estadual de São Paulo. No cotidiano, escolar coisas estranhas começavam a intrigar os professores ministrando suas aulas quase sempre tradicionais. Começavam a chegar canos, fiação, caixas misteriosas contendo sabe-se lá o que. Assustou muitos educadores saber que seria instalada na escola uma **sala ambiente de informática (SAI)**, que de certa forma desestabilizou a tranquilidade de muitos ali na escola.

Cursos começaram a ser oferecidos a docentes que mal sabiam ligar o computador, foram criados núcleos nas diretorias de ensino para apoio técnico e pedagógico e hoje, mais de 10 anos após a informatização das escolas, o uso efetivo em prol do ensino é uma utopia na maioria das escolas pela recusa em usar, pela mudança de paradigma que ainda não ocorreu em nossos mestres, que têm de certa forma um arsenal de softwares a sua disposição, mas que ainda não conseguem passar um simples e-mail. Aliado a isso, existem diretores ainda tão centralizadores que guardam os equipamentos a sete chaves...pasmem!

Resultado disso é que o aluno é privado do uso desta tecnologia na escola, tendo que recorrer às *lan houses* criadas especialmente para isso, já que ainda é artigo tecnológico de luxo para grande parte da população.

Em vista a nossa dissertação de mestrado, pesquisamos três escolas de três municípios da Diretoria de Ensino de Mirante do Paranapanema, sendo: E.E. João Pinheiro Correia, no município de Rosana, que atende o ciclo I do Ensino Fundamental. E.E Dr. Moacyr Teixeira, no município de Estrela do Norte, que atende ciclo II do Ensino Fundamental e o Ensino Médio e também a E.E Arthur Ribeiro, no município de Teodoro Sampaio, que atende o ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

De acordo com os questionários apresentados a gestores, professores e alunos, podemos divulgar os seguintes resultados parciais:

A E.E.João Pinheiro Correia, em Rosana possui uma gestora, diretora efetiva há 07 anos, professora aposentada que retornou no cargo de suporte pedagógico. Foi capacitada em

cursos como Progestão, PDG Educação, Redefor e TIC. Esta gestora dedica-se inteiramente ao pedagógico da escola, sem eximir-se das suas obrigações administrativas. Sua vice-diretora e coordenadora seguem a linha da organização, falam a mesma língua em termos de objetivos educacionais e concepções pedagógicas.

Essa escola obteve a média 4,5 no Idesp de 2010, a maior nota das escolas da Diretoria de Ensino comparada às melhores escolas de outras regiões também. A escola é limpa e organizada, espaçosa, possui todos os ambientes necessários para usar tecnologia educacional pelos professores, possui sala de leitura ou biblioteca ampla, ventilada e decorada, assim também as salas de aula são limpas, organizadas e ventiladas. A grande maioria dos pais aprova a escola, pelo que constatamos pelos relatórios da avaliação institucional com participação dos pais.

O gestor escolar é o maestro da orquestra e neste caso específico da E.E. João Pinheiro Correia, a diretora é uma unanimidade entre os professores e os funcionários. A equipe de supervisão da Diretoria de Ensino e oficina pedagógica também confirmam a capacidade liderança da diretora da escola.

Ao contrário do que percebemos na referida escola, temos na própria Diretoria de Ensino, escolas que oferecem o mesmo nível de ensino e que estão em fase crítica, de baixo idesp, ano após ano. Não citaremos nome da escola, porém neste estudo, encontramos uma grande rotatividade de gestores ao longo do tempo em que a unidade escolar foi acompanhada. Diretores designados por tempo determinado, falta de comprometimento com a comunidade em que se encontra inserida a escola, ausência de competência de liderança junto à equipe escolar, prédio em más condições, ventiladores pendurados nas salas de aula retorcidos e com fiação solta, lousas rachadas, cor da escola cinza com branco encardida, ausência de uma área de lazer para o recreio, refeitório quente com telhas de brasilit e equipe nada coesa conduzindo a escola.

Devemos salientar que a escola pode ser melhorada com os recursos destinados no início do ano, denominado “trato na escola” e os reparos rotineiros podem ser feitos também com as verbas trimestrais repassadas pela SEE por meio de conta adiantamento. Falta-se, portanto, gestão.

É preciso perceber que a gestão pedagógica é a mais importante no trabalho do gestor e, infelizmente, vemos que está relegada a segundo plano.

Podemos chegar a uma conclusão parcial de que o gestor faz a diferença em uma escola. O gestor deve ultrapassar a concepção de administração escolar e incorporar o termo gestão escolar atendendo às dimensões da gestão democrática já prevista na legislação, mas ainda não incorporada na prática das escolas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda: *O Espaço Escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo*- Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

BUFFA, Ester: **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971**: São Carlos: Brasília: EdUFSCcar, INEP, 2002.

FRANÇA, Lílian Cristina Monteiro, *Caos- Espaço- Educação*- São Paulo: Editora Annablume, 1994 (Selo Universidade Educação-21)

LUCK, Heloíza: *Liderança em Gestão Escolar*, 3. ed.- Petrópolis- RJ Vozes, 2009 Cadernos de Gestão

PARO, Vitor Henrique: *Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino*, São Paulo: Ática 2007.

SAVIANE, Dermeval. **Escola e Democracia**. 1ª Edição. São Paulo. Cortez. 1983. VIRIATO, Correia, **Cazuza** – 1938- Companhia Editora Nacional.

VIÑAO, Frago & ESCOLANO, Augustin: **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA APLICAÇÕES WEB EM 3D (PDSWEB3D)

Eder Diego de Oliveira⁸⁵
Luiz Fernando da Silva⁸⁶
Kellen Cristine de Almeida⁸⁷
Marcelo Bolfe⁸⁸

RESUMO

Nos últimos anos, a utilização das imagens em três dimensões tem crescido de forma notável, tornando-se populares no meio do entretenimento. Na web, não é diferente, pelo fato da utilização desta tecnologia facilitar visualmente empreendimentos que utilizam imagens de objetos, com o objetivo de interagir com o usuário. Este trabalho apresentará um modelo de processo de construção de software para aplicações *WEB* em 3D. A aplicação visa facilitar e orientar o desenvolvimento neste ambiente. Para demonstrar o fluxo de vida do processo foi utilizado o *workflow*, já para a representação do ciclo de vida de cada atividade foi utilizada a ferramenta *Microsoft Visio*. Foram pesquisados vários autores e processos de desenvolvimento de software disponíveis no mercado. Este processo contribui para facilitar a criação de software com a utilização de objetos em três dimensões (3D), visto que não há nenhum processo no mercado com essas características.

Palavras-Chave: Imagens 3D. *Web*. Cenários. Cenas.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, pode-se dizer que “a menina dos olhos” do entretenimento são as imagens em três dimensões (3D) e que o futuro dos softwares na web pode ser assim também, pois, hoje não é preciso mais sair de casa para consultar o saldo da conta bancária, já que todos os bancos têm o seu sistema na web e em tempo real; ou para comprar algum produto, pois o que mais tem na web hoje são as lojas virtuais, os chamados *ecommers*. Isso acontece por meio da interação entre as páginas da web e o cliente, e deve ser, a cada dia, mais intuitiva, sempre buscando algo novo para chamar a atenção do usuário. Em razão disso, há a necessidade de

⁸⁵ Mestrando em Ciências da Computação – Universidade Estadual de Londrina

⁸⁶ Discente no Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – UTFPR

⁸⁷ Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista

⁸⁸ Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista

criar um processo de desenvolvimento de software voltado para a web com objetos em (3D), um processo que permita a manipulação de objetos 3D (Manipulador de Cenas), que promova para o usuário um conjunto de Cenas⁸⁹ nas quais o mesmo é capaz de simular a disposição de vários objetos 3D, criando Cenários⁹⁰ que demonstram virtualmente estas características dando um aspecto de como será esse ambiente no mundo real.

Essas cenas são modeladas a partir da especificação solicitada por cada empreendimento, como, por exemplo, para a construção de sítios de empresas da área da construção civil, onde a imagem de como ficará a construção é muito importante. Logo, suas imagens poderão ser vistas de muitos ângulos dando, assim, um aspecto real de como ficará essa construção no futuro. Poderá ser utilizado nas lojas de móveis para projetar o ambiente de instalação desejado, dando maior realismo e clareza depois de concretizado. Para cada empreendimento são definidas as dimensões de cada cena, assim como suas características de iluminação e de rotação.

Os objetos modelados em 3D serão construídos por um designer com a utilização de uma ferramenta externa e, por meio de um Gerenciador de Conteúdos, serão incorporados à aplicação.

A aplicação possuirá dois componentes:

- a) Gerenciador de Conteúdos: ferramenta gerencial que consiste em uma aplicação WEB, acessível apenas por meio de intranet, cujas funcionalidades são: controle de acesso ao Gerenciador de Conteúdos; gerenciar⁹¹ as informações dos usuários que realizarão acesso ao Manipulador de Cenas e gerenciar⁹² as informações dos objetos que serão manipulados no Manipulador de Cenas.
- b) Manipulador de Cenas: ferramenta operacional que possibilitará ao usuário a manipulação de objetos modelados em 3D, por meio da criação de Cenários, baseados em Cenas pré-definidas. Suas funcionalidades são: design de cada Cena da aplicação a partir das dimensões necessárias para a sua representação, sua iluminação e possibilidades de rotação; controle de acesso ao Manipulador de Cenas; cadastro de informações básicas do usuário; acesso à lista de Cenas e/ou

⁸⁹ Cenas: são os ambientes existentes na aplicação, sobre os quais o usuário realizará a inserção e manipulação de objetos 3D.

⁹⁰ Cenários: são os ambientes finalizados, baseados em cenas, que contém a disposição dos objetos 3D, e que pretende demonstrar as características reais do ambiente simulado.

⁹¹ Gerenciar: cadastrar, validar dados, alterar, consultar, alterar status, imprimir relatório, consultar logs.

⁹² Gerenciar: cadastrar, consultar, gerenciar armazenamento de imagens, alterar informações de disponibilidade do objeto, vincular objeto à cena, imprimir relatório, consultar logs.

Cenários salvos e edição (inserção de objetos 3D e/ou exclusão de objetos 3D em um Cenário, manipulação e gravação);

Existem várias características relacionadas ao desenvolvimento da aplicação, a saber:

- **Há grande imprevisibilidade na construção das Cenas nas quais os objetos serão manipulados.** Cada conjunto de Cenas é dependente da área para a qual a aplicação será construída. Um conjunto de Cenas para uma loja de móveis possuirá características específicas do seu modelo de negócio, que não serão as mesmas modeladas para um canteiro de obras, por exemplo.
- **O sistema possui muita interação com o usuário.** Deverão existir mecanismos que orientem a construção da interface de comunicação com o usuário para que a mesma seja extremamente intuitiva, de fácil manipulação e compreensão.
- **A especificação e a modelagem das Cenas devem contar com a participação de um designer.** A inclusão de um designer, como membro da equipe de desenvolvimento, com o domínio do assunto, é necessária para suprir problemas.

No mercado, existem vários processos de desenvolvimento, tais como o *WebML*, *Scrum* e *UP*, mas nenhum desses processos é específico para software com imagem 3D.

2 METODOLOGIA

2.1 – *WebML*

A *WebML* é uma linguagem de modelagem visual que possibilita a representação de aspectos hipertextuais de um sistema web. Esse modelo define projetos de aplicações web com grande quantidade de dados o qual é muito utilizado em projetos completos e pode ser composto de uma notação gráfica formal como o *WebRatio*. Esse processo é definido por três padrões de entidades para a representação de controle de acesso em um sistema, sendo eles: usuários, grupos e módulos. Cada uma destas entidades terá acesso a um ou mais módulos de um sistema.

Seu desenvolvimento é interativo e composto por cinco modelos: o modelo de estrutura, que trata da organização dos dados; o de derivação, que defini os dados redundantes; o de composição, que define as páginas e o conjunto de subpáginas; o de navegação, que define os links entre as páginas e o de apresentação, que posiciona a unidade na página e define a sua aparência.

Esse processo procura modelar *web site* considerando o tipo de usuário que irá utilizar o sistema.

2.2 – SCRUM

O *Scrum* é uma metodologia ágil para gerenciamento e planejamento de projetos de software. Os projetos são divididos em ciclos (tipicamente mensais) *Sprints*. As metodologias de desenvolvimento de software são iterativas, ou seja, o trabalho é dividido em iterações pensadas para serem curtas e com um espaço de tempo definido e que foque na entrega de código funcional. Isso quer dizer que equipes *scrum* não têm tempo para teorias. Equipes *scrum* aceitam cometer erros ao longo do projeto, mas também compreendem que o melhor modo de identificar erros é mergulhar fundo, sem pensar em software no nível teórico, mas na construção do software.

As funcionalidades a serem implantadas no *scrum* são mantidas em listas conhecidas como *productbacklog*. Segundo (KNIBERG, 2007), o *productbacklog* é o coração do *scrum* e nele são basicamente listados os requisitos, histórias, coisas que o cliente deseja, descritas utilizando a terminologia do cliente.

No *scrum*, uma *Sprint* é uma atividade selecionada por meio de reuniões de planejamento com a equipe, para que possa ser realizada em certo tempo. A cada dia de uma *Sprint*, a equipe faz uma breve reunião, para disseminar o conhecimento adquirido sobre o que foi feito no dia anterior a fim de identificar os erros e priorizar o que será realizado durante aquela *Sprint*.

2.3 – UP

O *Unified Process* (UP) surgiu como um processo popular para desenvolvimento de software. Esse processo considera fatores organizacionais do domínio do ciclo de vida do projeto, visando à construção de sistemas orientados a objetos o *Rational Unified Process* (RUP) e um refinamento do processo UP. O UP combina as melhores práticas, comumente aceitas, com o ciclo de vida iterativo e desenvolvimento guiado por risco, em uma descrição de processo coesa e bem documentado (LARMAN, 2005). O UP utiliza a evolução do sistema de software como principal característica. Seu ciclo de vida é iterativo, ou seja, baseia-se em refinamentos e desenvolvimento sucessivos a fim de chegar a um sistema apropriado. Cada

iteração do UP incrementa um pouco mais do produto em construção. Os dados de cada iteração são baseados na experiência da equipe, que é obtida através das iterações anteriores e no *feedback* do cliente.

Cada iteração do processo UP pode ser entendida como um miniprojeto com um tempo de duração fixa, sendo que cada iteração inclui suas próprias atividades, tais como: análise de requisitos (a qual inclui escrever casos de uso), implementação e testes. Cada uma dessas iterações resulta em um sistema executável, mas incompleto.

2.4 – 3D

As imagens 3D, na verdade, são imagens em duas dimensões elaboradas de forma a proporcionar a ilusão de que os objetos têm um efeito de 3D. Esse fenômeno é chamado de estereoscopia, uma imagem bidimensional que apresenta a altura e a largura do objeto. Já essa mesma imagem em 3D mostra também a profundidade do objeto. Isso acontece pelo fato de que a projeção de duas imagens, da mesma cena, apresenta pontos de observação com uma ligeira diferença. O cérebro automaticamente funde essas duas imagens em uma única imagem. Neste momento, se obtêm as informações da distância, profundidade e tamanho dos objetos.

Para que esse fenômeno aconteça, as duas imagens têm que ser captadas de uma forma especial, pois a mesma imagem tem que ser captada de dois pontos distintos. Logo, a captação destas imagens tem que acontecer ao mesmo tempo. Para que a imagem fique correta e real, é utilizado um software específico para reduzir a oscilação da imagem.

A descrição de cenas 3D é naturalmente mais difícil de elaborar do que as figuras bidimensionais. Segundo a autora (Paula Filho, 2011), a escolha do método mais adequado para representação de objetos tridimensionais depende muito da aplicação que se faz. Disso, resulta a existência de vários métodos de representação, no lugar de um conjunto limitado de primitivas gráficas. Cenas complexas podem requerer a combinação de vários tipos de representação.

3 - PDSWeb3D

O **PDSWeb3D** é um processo de desenvolvimento de software que visa orientar a construção de aplicativos WEB com objeto em três dimensões (3D). Trata-se de um processo iterativo (tem várias iterações ao mesmo tempo), este processo é incremental, pois gera novas

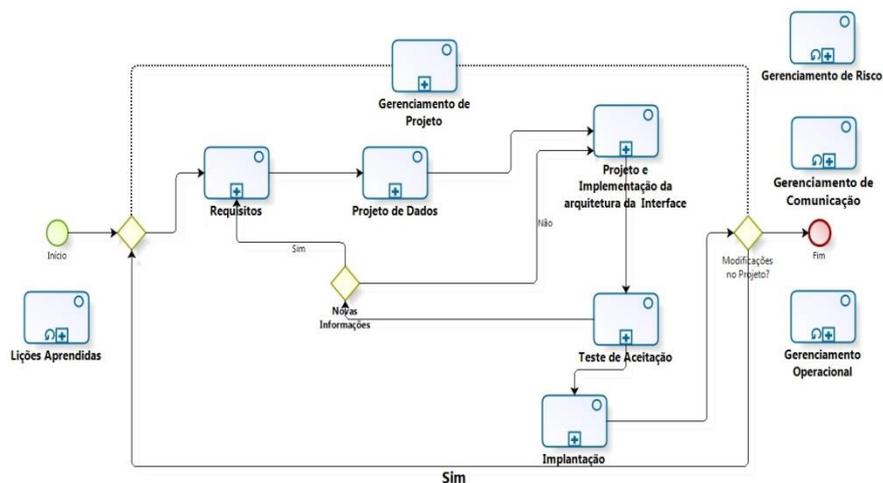
versões a cada release. Cada iteração do projeto é formado por disciplinas, entre elas requisitos, projeto de dados, projeto implementação da arquitetura, teste de aceitação e implementação, que são responsáveis pela estrutura de cada iteração desde seu início a sua conclusão. Ao término de cada iteração, são armazenadas, em um banco de dado, as informações que poderão ser utilizadas em um projeto futuro.

A disciplina de gerenciamento de projeto é responsável por gerenciar todas as fases do projeto, monitorando e elaborando tempo e custo, prezando pela qualidade do produto ao longo do projeto em execução. Essa disciplina filtra e repassa em uma linguagem mais técnica as informações coletadas com o cliente para os membros da equipe de trabalho. A disciplina de gerenciamento de comunicação gerencia e emprega mecanismos necessários para uma boa comunicação de todos os colaboradores do projeto, garantindo a coleta, armazenamento e distribuição de todas as informações sobre o projeto de forma apropriada e adequada.

A atividade de gerenciamento operacional estabelece os processos necessários para a execução do projeto, provendo suporte e configuração para as ferramentas e tecnologia que serão empregadas no projeto, essa disciplina fará parte de todas as fases do ciclo de vida do projeto. Por fim, a disciplina de gerenciamento de risco tem a finalidade identificar e eliminar os riscos iminentes ao projeto através de monitoramento de suas atividades, esse ciclo também fará parte de todas as fases do projeto.

A Figura 1 mostra o *workflow* de como está organizado o processo desenvolvimento **PDSWeb3D**.

Figura 1. Organização do Processo **PDSWeb3D**.



Fonte: Produzidas pelos próprios autores

Cada iteração, para ficar pronta, tem obrigatoriamente que passar por todas as disciplinas e fases do **PDSWeb3D**. O processo **PDSWeb3D** está dividido em 4 (quatro) principais características de cada fase:

- **Início:**

Levantar os requisitos de negócio e técnico; fornecer subsídio para o planejamento de cada iteração; modelar cenários digitais e não digitais; planejar a implementação de cada iteração; projetar o projeto e identificar os riscos.

- **Elaboração:**

Revisar requisitos e projetar os casos de uso; revisar os modelos de dados conceituais; criar os protótipos digitais dos modelos de design em três dimensões; validar os protótipos digitais; executar implantação e revisar a identificação dos riscos.

- **Desenvolvimento:**

Refinar o detalhamento da aplicação e do escopo; coletar e organizar lições aprendidas durante a implementação; projetar o banco de dados; implementar componentes das telas; implementar tarefas do banco de dados; gerar documentos com lições aprendidas; monitorar e guiar o projeto; gerenciar a comunicação.

- **Entrega:**

Disponibilizar aplicações; mapear defeitos; executar implantação de uma iteração; avaliar marco e progresso; revisar controle de riscos; configurar o ambiente; registrar tempo e resultados da execução das atividades da iteração.

Nos próximos tópicos, serão detalhadas todas as disciplinas que fazem parte do processo de desenvolvimento **PDSWeb3D**.

3.1 Requisitos

Requisitos é a atividade responsável pelo levantamento de todas as informações referente à organização e à aplicação que serão construídas no projeto em que será iniciado, e fundamental para assegurar um bom entendimento das reais necessidades do cliente. Os requisitos podem estar ligados a vários assuntos, como definição e aprovação de requisitos ou solicitação de mudança em algum requisito.

Segundo (Dorfmann e Thayer, 1990), o requisito de software representa a capacidade requerida pelo usuário que deve ser encontrada ou possuída por um determinado produto ou

componente de produto para resolver um problema ou alcançar um objetivo ou para satisfazer a um contrato, a um padrão, a uma especificação ou a outros documentos formalmente impostos.

O foco desta disciplina é identificar componentes do produto e manter o acordo que fora feito com o cliente. É fundamental que sejam feitos refinamento e revisões constantes das informações levantadas por meio das entrevistas com o usuário (cliente), deverá ser feita nesta atividade várias sessões de entrevistas com os principais envolvidos. Ao final desta atividade, devem-se conhecer os atores envolvidos e as funções que o sistema irá suportar, tais como, os requisitos funcionais e não funcionais. Esses requisitos podem ser representados na forma de casos de uso (diagrama da UML).

3.2 Lições Aprendidas

Essa atividade organiza as lições aprendidas durante o desenvolvimento do projeto, coletando informações que poderão ser usadas ao longo do projeto ou de um novo projeto. Tais dados alimentarão uma base de dados que ajudará a estimar custos e tempo de desenvolvimento em projetos futuros. Essas informações serão coletadas ao final de cada iteração (na disciplina de Implantação), e ao final do projeto (na fase de Entrega). Estas lições fornecerão subsídio para melhorias futuras no processo de desenvolvimento. A Figura 2 mostra como é o ciclo de coleta de dados desta atividade.

Figura 2. Ciclo da Atividade Lições Aprendidas



Fonte: Produzidas pelos próprios autores

O ciclo de vida desta atividade se inicia com o levantamento de **Requisito** que é o conjunto de todas as informações formais e informais que o sistema vai conter, passando pela

atividade de **Projeto de Dados** que é a produção do modelo conceitual que permite a criação física do banco de dados e a organização dos cenários. Na atividade de **Projeto e Implementação da Arquitetura** são produzidos os cenários não digitais e digitais por meio de desenhos criados por um designer. Esses cenários são validados na atividade de **Teste de Aceitação** pelo cliente do projeto. Com a validação dos cenários pelo cliente, os mesmos são implementados na atividade de **Implantação**, podendo gerar, a partir da conclusão destas atividades, as **Lições Aprendidas** que geram o **Banco de Dados histórico** do projeto que poderá ser utilizado para modificação e atualização deste mesmo projeto ou de projetos futuros.

3.3 Projetos de Dados

Essa disciplina se concentra em produzir um modelo de dados conceitual, que reflete as necessidades levantadas durante a disciplina de requisitos. Este modelo conceitual deverá permitir que um modelo físico do banco de dados e a organização de Cenários sejam projetados. A partir desta disciplina, deriva-se o diagrama de entidade relacionamento com suas respectivas entidades e atributos. A organização dos cenários será efetuada a partir dos dados coletados nesta disciplina produzindo, assim, os esquemas dedicados a cada aplicação em 3D.

3.4 Projeto e Implementação de Interface Gráfica e Arquitetura para os Cenários

Nesta atividade, são produzidos os modelos de Cenários não digitais, por meio de desenhos e especificações criadas por um Designer, a partir dos dados levantados nas disciplinas de Requisitos e Projeto de Dados, criando as visões dos Cenários que serão construídos através de diagramas de arquitetura. Esses diagramas de arquitetura irão demonstrar a interação de cada Cenário com os dados da aplicação. Os diagramas de arquitetura podem ser demonstrados por meio de diagramas de pacote, que detalham a comunicação entre os componentes (dados e Cenários) da aplicação, implementando, assim, os componentes de cada Cenário e as tarefas que serão executadas no banco de dados.

A partir da validação dos cenários não digitais, pelo cliente, são criados os protótipos digitais em três dimensões, dando, assim, uma visão mais ampla de como será a arquitetura desses cenários.

Nesta atividade, também são implementados os mapas de navegação de cada cenário, estabelecendo os mecanismos de interação para cada um, e também entre eles, criando dessa

forma os modelos de teste de aceitação e mapeando possíveis defeitos ou problemas na utilização da arquitetura WEB 3D.

3.5 Testes de aceitação

Essa atividade planeja os testes e valida às necessidades do projeto, que são necessárias para a implementação de cada iteração. Essa validação é feita obrigatoriamente pelo usuário (cliente) que valida os cenários não digitais e digitais, assim como todo o funcionamento do sistema em geral.

Ao final de cada teste, deverão ser mapeados e resolvidos os problemas, tais como, defeitos na arquitetura, navegação e funcionalidades do cenário.

3.6 Implantação

A atividade de implantação é responsável por implementar cada iteração do projeto. O acontecimento desta atividade implica em dizer que as iterações já foram validadas pelo cliente e estão prontas. A partir desta atividade, são coletadas as lições aprendidas pela equipe de trabalho do projeto que gera o banco de histórico.

E é nesta atividade, mas na fase de entrega, que é gerada a **ATA** - documento indicatório da entrega - projeto pronto ao cliente.

3.7 Gerenciamento de Projeto

A atividade de gerenciamento de projeto é uma das atividades mais importantes em um processo de desenvolvimento, e no **PDSWeb3D** não é diferente. A função desta disciplina é gerenciar todo o projeto, deste o início à entrega do produto final. Segundo a MPS.BR (SOFTEX, 2011): “um empreendimento ou projeto é realizado para criar um produto. O projeto se caracteriza por temporalidade e resultado, produto único e elaboração progressiva”. É por meio da temporalidade que são definidos o tempo de execução de cada fase do projeto.

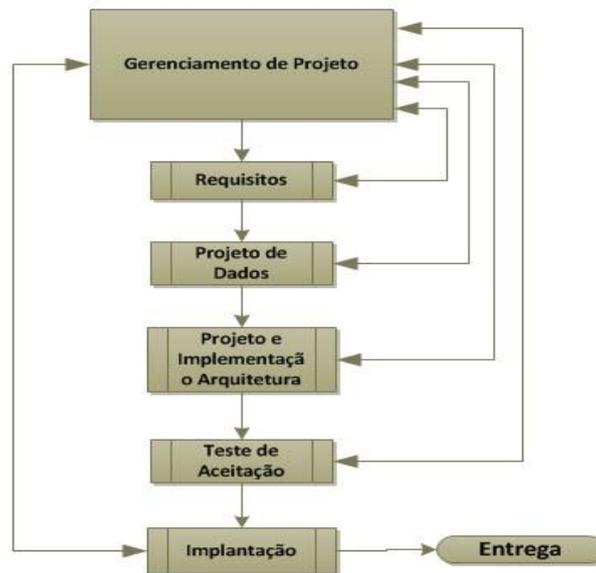
O gerenciamento do projeto envolve identificar as necessidades do cliente e membros da equipe, estabelece objetivos claros a ser seguidos e define tudo aquilo que contempla o projeto (escopo do projeto). Esta tarefa também define os termos de qualidade para o desenvolvimento do produto, monitorando, guiando e avaliando cada atividade das fases do **PDSWeb3D**.

O responsável por essa disciplina é o gerente de projeto, profissional que detém o conhecimento do negócio, informação coletada por meio de conversa com o cliente ou

consulta ao banco de dados histórico. O gerente de projeto aplica o seu conhecimento e habilidade nas atividades do projeto, a fim de atender os seus requisitos.

A Figura 3 mostra como é a estrutura do ciclo de Gerenciamento do Projeto do processo **PDSWeb3D**.

Figura 3. Ciclo de Gerenciamento do Projeto.



Fonte: Produzidas pelos próprios autores

Nota-se que o ciclo de gerenciamento do projeto abrange todas as disciplinas do processo **PDSWeb3D**, podendo ser contínuo ou passando por cada disciplina individualmente, fazendo um caminho de ida e volta a qualquer momento dentro de cada iteração.

3.8 Gerenciamentos de Riscos

O gerenciamento de risco no processo **PDSWeb3D** tem como função identificar, analisar e controlar, por meio do planejamento e monitoramento, os riscos eminentes no projeto, avaliando as probabilidades e suas consequências na decorrência do projeto. A

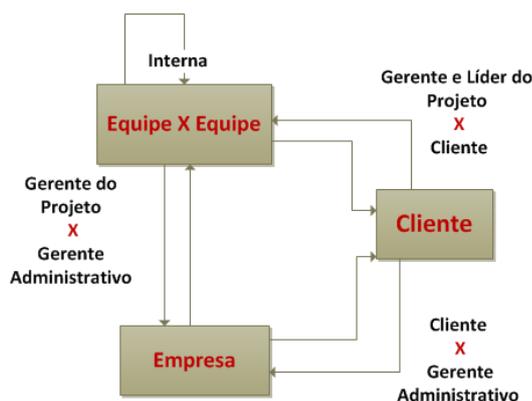
identificação dos fatores de risco implica fundamentalmente na busca dos tipos de risco na probabilidade de ocorrência dos mesmos e o seu impacto ao longo do ciclo de vida do processo **PDSWeb3D**.

Essa atividade fará parte de todas as fases do ciclo de vida do projeto.

3.9 Gerenciamento de Comunicação

Atividade de gerenciar e monitorar toda a comunicação do projeto, que vai desde a comunicação dos membros da equipe, passando pela comunicação equipe e a empresa até a comunicação do cliente com a empresa. A Figura 4 mostra como é esse gerenciamento. Essa atividade fará parte de todas as fases do ciclo de vida do projeto **PDSWeb3D**.

Figura 4. Ciclo do Gerenciamento de Comunicação



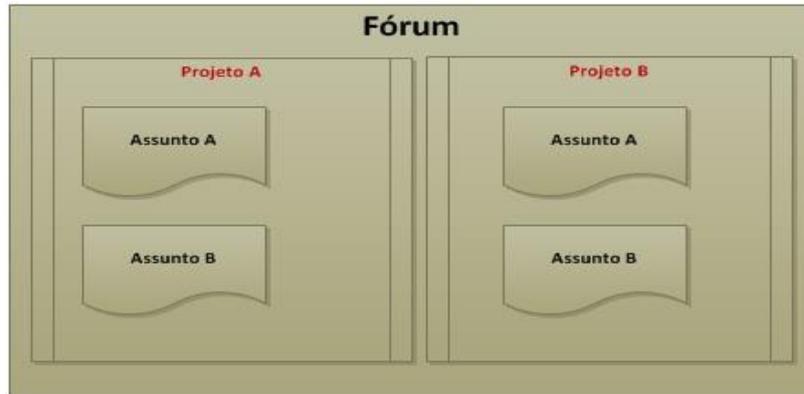
Fonte: Produzidas pelos próprios autores

3.9.1 Membros da Equipe

Essa comunicação acontece por meio de fórum e trocas de mensagens. É criado um fórum de discussão para cada projeto em desenvolvimento, contendo um tópico para cada assunto do projeto. Nesses tópicos, os membros da equipe envolvida com os seus respectivos projetos postam as mensagens que se referem a atualizações, implementações ou dúvidas sobre o projeto, que possam gerar modificações nos requisitos ou nas atividades da fase em execução. A Figura 5 mostra a estrutura do fórum de comunicação entre membros da equipe.

As trocas de mensagens são realizadas por meio de Messenger ou Google Talk, é utilizada para comunicações rápidas e informal, ou seja, que digam respeito às atividades que não geram alterações nos requisitos ou nas atividades da fase do projeto.

Figura 5. Fórum de Discussão



Fonte: Produzidas pelos próprios autores

3.9.2 Membros da Equipe e Gerência Administrativa da Empresa

Essa comunicação acontece através de e-mails e troca de mensagens. Os e-mails são utilizados para a comunicação formal, envio e atualização do “Documento visão e Glossário”, entre o gerente do projeto e o gerente administrativo. Nesta comunicação, são repassados os dados levantados na disciplina de projeto e os prazos que a equipe de trabalho terá para executar esse projeto. Já as trocas de mensagens são utilizadas para a comunicação diária e informal sobre o andamento do projeto e dúvidas acerca do projeto, tais como mudanças no escopo do projeto, alteração de requisitos, falta de profissionais (equipe de trabalho).

3.9.3 Membros da Equipe e Cliente

A comunicação entre os clientes e a equipe de trabalho é feita através de e-mails e troca de mensagens. Tais comunicações não são feitas por todos os membros da equipe, mas pelo líder e pelo gerente do projeto. A comunicação por e-mail é a comunicação formal que compreende na obtenção de dados para o projeto, tais como reuniões com o cliente, novos requisitos e o *feedback* dado pelo cliente. As trocas de mensagens são utilizadas para a comunicação diária e informal sobre o andamento do projeto.

3.9.4 Gerência Administrativa da Empresa e Cliente

A comunicação em questão é uma das comunicações mais importante do projeto **PDSWeb3D**, pois é nesta comunicação que acontecemos primeiros passos para se entender o que o cliente quer que o sistema questão faça. Essa comunicação é feita através de documentos

formais e e-mails. Os documentos formais são gerados a partir de reuniões entre o Cliente, Gerente de Projeto, Líderes de Projeto e o Gerente Administrativo da Empresa. Esses documentos formais são estórias do cliente, contrato, documento de visão e escopo do projeto. Os e-mails são utilizados para estabelecer a comunicação formal, tais como agendar reuniões e confirmar recebimento de documentos.

A Figura 6 mostra o funcionamento de troca de mensagens entre Cliente e o Gerente Administrativo da Empresa.

Figura 6. Mostra o funcionamento de troca de mensagens entre Cliente e Gerente Administrativo da Empresa.



Fonte: Produzidas pelos próprios autores

3.10 Gerenciamento Operacional

Esta atividade estabelece os processos operacionais para o sistema, tais como navegadores que o sistema irá suportar e o tipo de banco de dados. Provendo suporte e configuração para o uso das ferramentas e tecnologias que serão aplicadas no projeto em questão.

Também é responsável pelo treinamento da equipe de desenvolvimento e monitoramento, que irá ajudar o usuário na utilização do sistema, visto que o sistema é

desenvolvido para aplicação web. Esta atividade fará parte de todas as fases do ciclo de vida do processo **PDSWeb3D**.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A web é um mercado que cresceu de forma surpreendente nos últimos anos devido à praticidade e à facilidade dos usuários encontrarem o que procuram. Mesmo assim, é necessário buscar novidades para entreter e melhorar a comunicação entre os sítios web e o usuário. Usuários procuram mais realismo e interação neste ambiente. As imagens em três dimensões trazem isso em sua essência, facilitam essa comunicação neste tipo de empreendimento, por exemplo, na visualização da compra de seu primeiro apartamento ou de seus móveis planejados, onde o ambiente apresenta uma realidade mais próxima do natural.

Este trabalho apresentou uma proposta prática para a construção de aplicativos que utilizem imagens em 3D, descrevendo todas as fases e disciplinas que compõem esse processo de desenvolvimento a fim de mostrar as vantagens que o **PDSWeb3D** tem sobre os outros processos no desenvolvimento neste tipo de aplicação. Foi desenvolvida uma tabela comparativa que mostrou estas vantagens. A aplicação deste modelo é de grande valia para o desenvolvimento deste tipo de aplicativo, visto que ainda não existe nenhum processo com essas características.

Já o uso das ferramentas de workflows possibilitou um melhor entendimento do fluxo de vida do processo **PDSWeb3D**, como também ajudou a visualizar o ciclo de vida de cada atividade dentro deste processo.

Como possível trabalho futuro pode-se apontar a implementação deste processo no desenvolvimento de software com essas características para que se tenha um comparativo do ganho real, economia de tempo e diminuição de custos com a utilização deste método de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

_____. **Guia de implantação: Fundamentação para Implementação no nível F do MR-MPS**. 2011b. Disponível em <<http://www.softex.br/mpsbr/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BRAZ, M. C. Christian. **Introdução ao processo unificado**. Disponível em <<http://www.devmedia.com.br/introducao-ao-processo-unificado/3931#ixzz1xyaGU4QB>>. Acesso em 10/04/2013.

DORFMANN, M. e THAYER, R. *Standards, Guidelines, and Examples of System and Software Requirements Engineering*. Los Alamitos, CA: IEEE Computer Society Press, 1990.

GUIA TI. **Guaia risco**. Disponível em <http://www.gaia.uel.br/gaia_riscos/home.html> Acesso em 13 abr 2013.

KNIBERG, Henrik, **Scrum e Xp direto das trincheiras**. Disponível em <<http://infoq.com/br/minibooks/scrum-xp-from-the-trenches>>. Acesso em 01 dez 2010.

LANDIN, Wilkerson, **Como funciona a tecnologia 3D**, Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/video/2469-como-funciona-a-tecnologia-3d-.htm>> Acesso em: 10 abr 2013.

LARMAN, Craig. **Utilizando UML e Padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MPS.Br. **Guia de implantação: Fundamentação para Implementação no nível G do MR-MPS**. 2011a. Disponível em <<http://www.softex.br/mpsbr/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

TANIMOTO, Márcia Toshie, **WebML aplicada a um sistema de gestão empresarial para entidades de classe**. Disponível em: <http://www.espweb.uem.br/monografias/2005/EspWeb2005-Marcia_Toshie_Tanimoto.pdf>. Acesso em: 01 abril 2013.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Amanda Correa Queiroz Freitas⁹³
Alessandro Alves Pamplona Júnior⁹⁴
Augusto Corrêa Queiroz Freitas⁹⁵
Claiton Alves Leal⁹⁶
Joyce Lucio Cavalcante⁹⁷
Letícia oliveira Calixto⁹⁸
Lígia Cristina de Jesus⁹⁹
Samara Rodrigues Menezes¹⁰⁰
Fernando de Souza Costa¹⁰¹
Eliel Ribeiro Carvalho¹⁰²

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo que visa abranger, em sua totalidade, um assunto polêmico e altamente focado nas mídias atuais: a redução da maioridade penal. Tem-se como objetivo explicitar o que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal, além de ampliar o conhecimento da população. Os incessantes e crescentes casos criminais com o envolvimento de menores têm motivado maior parte da população, em um contexto geral, a requerer medidas drásticas, como a diminuição da idade maior definida por lei. As discussões abordadas neste estudo focam além do ponto de vista geral, a visão jurídica e técnica sobre essa ideia. Tanto a realidade quanto a situação constitucional merece deferência, pois vários

⁹³ Alunos do segundo semestre de Direito

⁹⁴ Alunos do segundo semestre de Direito

⁹⁵ Alunos do segundo semestre de Direito

⁹⁶ Alunos do segundo semestre de Direito

⁹⁷ Alunos do segundo semestre de Direito

⁹⁸ Alunos do segundo semestre de Direito

⁹⁹ Alunos do segundo semestre de Direito

¹⁰⁰ Alunos do segundo semestre de Direito

¹⁰¹ Pedagogo e Fisioterapeuta, Especialista em Neuropedagogia aplicada à Educação, Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia da FAMA (Iturama, MG) e Fisioterapia e Educação Física da FUNEC (Santa Fé do Sul, SP).

¹⁰² Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Camilo Castelo Branco (2006); especialização em Direito Penal e Docência do Ensino Superior; Doutorando pela Universidad Del Museo da Argentina; e graduação em Bacharel em Teologia - Seminário Teológico Moriá (2007). Atualmente é assistente administrativo da Prefeitura Municipal de Iturama. Tem experiência na área de Direito.

doutrinadores determinam a especificação em lei a respeito da idade penal como cláusula pétrea. Mostrou como o Estado tem ligação direta com a solução para escassear a participação dos penalmente inimputáveis em atos positivados. Por meio de estudo de campo nos moldes análise de pesquisa qualitativa, conclui-se que aprisionar antecipadamente os jovens não é eficiente e nem constitucional, visto que o sistema carcerário brasileiro é falho e os inclinaria ainda mais para atitudes marginais. A falha do sistema encontra-se na educação, que é o campo que merece mais investimentos e atenção. Com boa formação, teriam o suporte necessário para avançar rumo aos baixos índices de participação criminal.

Palavras-chave: Visão jurídica. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estado.

1 INTRODUÇÃO

Torna-se visível a grande aceitação da sociedade ao falar sobre aderência a subtração da Maioridade Penal. Por todos os lados, notícias e personalidades influentes dão força ao tema. Isso faz com que muitos passem a obsequiar atenção na esfera errada, o que é compreensível, visto parecer uma atitude rápida e que transmite uma falsa sensação de solução.

Faz-se notório que quando um menor transgredir é dada maior ênfase do que em um caso criminal cometido por um adulto. Os jovens são foco especial e por isso recebem conceitos degradantes do público.

Este artigo objetiva ampliar o conhecimento da população, verificando a opinião de algumas autoridades jurídicas na tentativa de buscar a atenção da sociedade para apresentá-lhes a face técnica (conhecimento jurídico) acerca da maioridade penal. Utilizar-se-á pesquisa de campo de cunho qualitativo.

Realiza-se uma pesquisa de campo com o propósito de coletar dados empregando instrumentos, tais como: entrevistas; vídeos, imagens; questionários; observação de fatos entre outros.

Por meio de um questionário pode-se observar o quanto prolixa é a questão da redução da maioridade, contudo os resultados foram esclarecedores na medida em que cada entrevistado pode apresentar sua justificativa e uma medida para possível solução.

O questionário foi levado a delegados, juízes e advogados que ao acreditarem, alguns, no disparate que seria a redução da maioridade penal, criticaram o sistema prisional e a educação que é distribuída pelo estado, levando a entender que esta última seria a verdadeira essência do problema.

Há também os que acreditam que a redução da maioridade seria uma solução de extrema necessidade, portanto, mesmo com o conhecimento de que o projeto seria apenas protelar, são a favor na medida em que o país passa por uma crise com o excesso de crianças e adolescentes infratores.

A redução da idade penal é plausível na medida em que a realidade tecnológica atual faz dos jovens pessoas mais bem informadas e capazes de discernir atitudes ilícitas, se fazendo evidente por estes terem o direito ao voto.

Em contrapartida, tem-se que, a personalidade da maioria desses jovens ainda está em construção, e que se julgados pela justiça comum e assim levados ao decadente sistema penitenciário, formarão uma personalidade ainda mais medíocre. Tendo em vistas todos esses aspectos observam-se o quanto complexo é a questão da redução da maioridade penal.

As duas faces apresentam argumentos difíceis de serem refutados, pois buscam esboçar o que é fato em nossa sociedade. Porém, ainda que seja árdua a questão não poder eximir de uma decisão para que sejam sanados as altas estatísticas de criminalidade juvenil, que torna relevante a pesquisa proposta.

Uma pesquisa de campo é feita por meio da observação de fatos, deve constar um raciocínio principal, conhecimentos antecedentes e consequentes a pesquisa, um conceito que se tem do tema, além de extensão e compressão, um juízo que é precedido dos raciocínios dedutivo e indutivos. Estes itens possibilitarão o desenvolvimento da pesquisa desde a parte teórica, seguindo da prática e das apresentações.

Para a realização da pesquisa será necessário, além dos itens já mencionados, algumas matérias, como as de muitos livros, responsáveis por um auxílio à pesquisa feita no campo, a internet que consiste em informações atualizadas, revistas que constam diversas entrevistas de importantes juristas que ampliarão nossa visão e periódicos que são advindos de pesquisas.

Recolhidos os questionários far-se-á análise interpretativa das respostas e por fim a exposição dos resultados obtidos, utilizando como auxílio à apresentação banner e panfletos no Congresso internacional de Desenvolvimento social e em algumas escolas.

2 IMPUTABILIDADE PENAL

Nota-se oportuno analisar tecnicamente todas as teses para conciliar o que é apropriado ou fora de alcance constitucional. Logo, é lícito começar pela leitura constitucional: São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeito as normas da legislação especial. (BRASIL, 1988).

Bem como a abordagem do amparo legal constituída no Estatuto da Criança e do Adolescente: São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos as medidas previstas nesta lei. (BRASIL, 1990)

Nesse sentido, observa-se que nos dois artigos citados não se declara impunidade ao menor, e sim sujeição à legislação especial, as punições esclarecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Já existem mecanismos para disciplinar as ações marginais destes, conforme descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I- Advertência;
- II- Obrigação de reparar o dano;
- III- Prestação de serviços á comunidade;
- IV- Liberdade assistida;
- V- Inserção em regime de semiliberdade;
- VI- Internação em estabelecimento educacional. (BRASIL, 1990, p.1057)

A internação em estabelecimento educacional consiste na restrição da liberdade, como convém no artigo 121, do mesmo mecanismo citado acima:

A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

§1. Será permitida a realização de atividades externas, á critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§2. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

- VII- §3. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá três anos.(...) (BRASIL, 1990, p.1058)

Mesmo acarretado de imputabilidade, a criança ou adolescente recebe pena, podendo ser “aprisionados” por um período de até três anos. Está previsto em lei, basta fazê-la cumprir a rigor. Caso o Estado já assim fizesse, não haveria inúmeros questionamentos para tais circunstâncias criminais e a participação do menor seria radicalmente raleada.

No entanto, pela falta de conhecimento ou de ação governamental executiva dos estabelecidos já vigentes, ainda há quem insista na redução da maioridade penal. Claramente, para alterar esta idade, seria necessário uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), pois a imputabilidade penal tem refúgio constitucional.

Importantes estudiosos do tema têm muito a declarar:

Acaso o Legislativo federal emende a Constituição Brasileira e de consequência modifique outras leis – por exemplo, o código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente –, o menor de 18 e maior de 16 anos, que, hoje, se constitui no vilão da história (ou especial tipo de clientela alheia ao arcabouço punitivo), será depois sucedido por quem, se depois, ainda, a criminalidade recrudescer? (KOERNER, 2006, p.114)

Nesse princípio, a solução não estaria em medida de redução de maioridade, deveria se estabelecer condições dignas e aspectos sociais que permitam se ‘agregar’ valores morais de convívio social para os jovens, e não apenas a já citada redução com forma primária de se solucionar o problema, que perpassa por todos os grupos sociais e econômicos.

Liberati (1999) demonstra estar plenamente a favor da legislação atual argumentando que o menor de 18 anos é naturalmente antissocial e medidas que não é socializado ou instruído. Enfatiza ainda que o processo de formação do caráter deve ser cometido à educação e não a pena criminal. Diz ainda que será pior para o jovem que se submeter ao convívio carcerário, pois o menor não tem formação psíquica completa:

(...) do ponto de vista jurídico é muito questionável que se possa alterar a Constituição brasileira para o fim de reduzir a maioridade penal. A inimputabilidade do menor de dezoito anos foi constitucionalizada (CF, art. 228). Há discussão sobre tratar-se (ou não) de cláusula pétrea (CF, art. 60, § 4.º). Pensamos positivamente, tendo em vista o disposto no art. 5.º, § 2.º, da CF, c/c arts. 60, § 4.º e 228. O art. 60, § 4.º, antes citado, veda a deliberação de qualquer emenda constitucional tendente a abolir direito ou garantia individual. Com o advento da Convenção da ONU sobre os direitos da criança (Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Resolução I.44 (XLIV), da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20.11.1989. Aprovada pelo Decreto Legislativo 28, de 14/09.1990, e promulgada pelo Decreto 99.710, de 21.11.1990. Ratificada pelo Brasil em 24.09.1990), que foi ratificada pelo Brasil em 1990, não há dúvida que a idade de 18 anos passou a ser referência

mundial para a imputabilidade penal, salvo disposição em contrário adotada por algum país. Na data em que o Brasil ratificou essa Convenção a idade então fixada era de dezoito anos (isso consta tanto do Código Penal como da Constituição Federal - art. 228). Por força do § 2º do art. 5º da CF esse direito está incorporado na Constituição. Também por esse motivo é uma cláusula pétrea. Mas isso não pode ser interpretado, simplista e apressadamente, no sentido de que o menor não deva ser responsabilizado pelos seus atos infracionais. (GOMES, 2008, p. 1)

Outro fator preponderante, muito polêmico, é a concessão do direito ao voto aos 16 anos, calcando comparações a idade penal. Não devem ser postos em mesma equivalência, sendo que o direito ao voto não faculta os direitos universais de ser votado e nem a obrigatoriedade do voto. É mais razoável centrar as averiguações no início de toda a problemática, lutando por uma educação e amparo capaz de moldar os pequenos infratores e não excluí-los da sociedade ou julga-los únicos culpados por sua situação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para os estudos abordados nesse artigo, foi se realizada uma pesquisa que se iniciou no primeiro semestre do ano de 2013, findando-se no último bimestre do semestre seguinte. Quando se levou ao público a ideia geral que se obteve sobre a redução da maioria penal. Utilizou-se como método um formulário de questões abertas, cujo enfoque se tratava dos princípios da Constituição Federal e do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente- em relação a legalidade da maioria penal. (ANEXO 1)

A fim de se obter a essência das concepções intrínsecas dos entrevistados objetivamos realizar a pesquisa e propor uma nova visão acerca do tema, demonstrando argumentos a favor ou contra a redução da maioria penal.

Os entrevistados foram Juizes, Advogados e Delegados visto que eles têm uma perspectiva técnica e concreta ao tema.

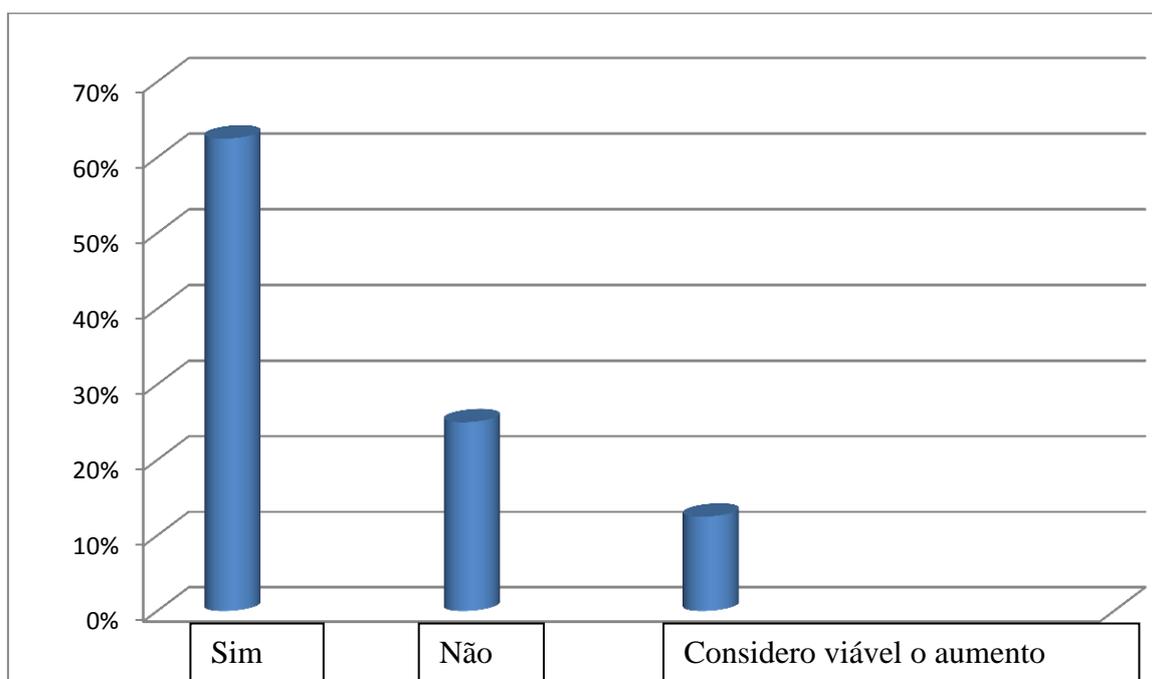
Como suporte teórico de pesquisa, as respostas foram tabuladas e analisadas tendo por meio os conceitos da análise qualitativa, que, segundo Duarte (2013, p. 123):

A Pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito de público entrevistado contamos com Juízes, Promotores e alguns Delegados com anos de experiência. A pesquisa tem suma importância para difundir periódicos corretos nessa grande polemica. Como revela o gráfico abaixo, a maior parte dos entrevistados (62,5%) é contra a redução da maior idade penal, alguns (25%) se mostraram a favor e poucos (12,5%) se posicionaram favoráveis ao aumento da idade penal para os 21 anos.

GRÁFICO 1- Pergunta realizada: Com sua visão técnica e jurídica sobre a questão, considera inviável a redução da maior idade penal?



Fonte: Dos próprios autores.

Diante dos dados acima, percebe-se que as conclusões dos entrevistados apresentaram grande diversidade. Quem se posicionou contra a redução da maioridade penal destacou fatores como as severas e precárias condições do sistema carcerário brasileiro, a falta de incentivo positivo às crianças e adolescentes. Essa medida foi esclarecida como uma tentativa falha do governo de esconder o problema. As poucas iniciativas de criação de projetos

socializantes e falta de atenção as necessidades psicológicas do indivíduo destinado a cadeia impulsionam essa opinião.

As autoridades que vão a favor da redução alegaram que a punição seria o único meio de conter a disseminação do crime entre os menores. Teoria que decaí quando esquadrimos os benefícios da formação de qualidade destes, desde pequenos, por incentivos educacionais. A história mostra que a imposição do mais forte é ato primitivo, nesse caso o Estado está fazendo uso de métodos e pensamentos arcaicos que não acompanharam a evolução da humanidade.

A minoria que requer o aumento da maior idade afirma que a má estrutura psicológica de quem tem 21 anos ou menos, não deve ser encarada de forma punitiva e sim como um processo natural que merece respeito e compreensão na aplicação da lei. No entanto, muitos cientistas e médicos afirmam que após os 18 anos o caráter individual já está formado e prevalecerá com a pessoa no resto de sua vida.

Para que haja melhoras notáveis no meio penal, e para que as sanções exerçam sua finalidade de reintegração, é inevitável a consolidação de ações governamentais que visem o regresso de condutas transgressivas e não somente sua penalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse tema foi escolhido para destacar que as medidas previstas em lei para punir o menor são efetivas, contanto que sejam aplicadas corretamente e continuamente pelo governo. O estudo trouxe discussões apropriadas e relevantes. A tese de redução da maior idade penal é falha e se delimita em “maquiar” e prolongar o problema e não em solucioná-lo. O investimento em políticas públicas de apoio e suporte as crianças e adolescentes deve ser primordial para findar com a situação precária educacional, tendo como consequência a melhora social da atual realidade brasileira.

O resultado que a população aguarda dificilmente será alcançado apenas com uma medida de redução da idade penal, pois o sistema carcerário brasileiro não consegue atender com dignidade nem os presos atuais, quiçá os adolescentes e crianças, que ainda em formação, se mostram influenciáveis em demasia quando em comparação com outros presidiários.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Leonardo Gomes de. Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas socioeducativas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11414>. Acesso em set 2013.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

_____. VadeMecum, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2013.

KOERNER, Rolf Júnior; VOLPI, Mário (org.). Reflexões feitas acerca da responsabilidade penal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 4. ed. São Paulo: Malheiros editores, 1999.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENORES EM ITURAMA

Allan de Sousa Viera¹⁰³
Antonio José Silva Stabile¹⁰⁴
Kelcilene Aparecida de Oliveira¹⁰⁵
Laryssa Barbosa de Souza¹⁰⁶
Luciana Mateus Souza¹⁰⁷
Maria Alves de Oliveira¹⁰⁸
Quélita Alves de Sousa¹⁰⁹
Rodolfo Silva Stabile⁸
Fernando de Souza Costa⁹
Eliei Ribeiro Carvalho¹⁰

RESUMO

O abuso sexual de crianças é um dos tipos de maus-tratos mais freqüente, apresentando implicações médicas, legais e psicossociais. A revisão da literatura aponta para algumas conseqüências do abuso sexual infantil, com o objetivo de entender o seu impacto no desenvolvimento da criança. Os efeitos prejudiciais do abuso sexual, a reação negativa da família e o despreparo dos profissionais constituem um potencial gerador de danos psicológicos para criança. Devido a esses fatores, as crianças vitimizadas encontram-se em situação de risco. Portanto, faz-se necessária uma capacitação dos profissionais que trabalham com essas crianças e com suas famílias, de modo que se possa obter a versão real dos casos, bem como conduzir uma intervenção adequada. A partir de um roteiro de análise documental buscou-se tecer algumas reflexões no que se refere às principais mudanças e transformações ocorridas com a família, destacando neste mesmo contexto as diferentes concepções de crianças e adolescentes perante a família, Estado e sociedade.

¹⁰³ Aluno do segundo semestre de Direito

¹⁰⁴ Aluno do segundo semestre de Direito

¹⁰⁵ Aluno do segundo semestre de Direito

¹⁰⁶ Aluno do segundo semestre de Direito

¹⁰⁷ Aluno do segundo semestre de Direito

¹⁰⁸ Aluno do segundo semestre de Direito

¹⁰⁹ Aluno do segundo semestre de Direito

⁸ Aluno do segundo semestre de Direito

⁹ Pedagogo e Fisioterapeuta, Especialista em Neuropedagogia aplicada à Educação, Mestre em Biologia Oral, Professor do curso de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia da FAMA (Iturama, MG) e Fisioterapia e Educação Física da FUNEC (Santa Fé do Sul, SP).

¹⁰ Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Camilo Castelo Branco (2006); especialização em Direito Penal e Docência do Ensino Superior; Doutorando pela Universidad Del Museo da Argentina; e graduação em Bacharel em Teologia - Seminário Teológico Moriá (2007). Atualmente é assistente administrativo da Prefeitura Municipal de Iturama. Tem experiência na área de Direito.

Palavras – chave: Violência Sexual. Criança. Agressor

1 INTRODUÇÃO

Presente estudo foi abordado o tema Direito Penal, intitulado como Violência Sexual contra menor em Iturama no período compreendido entre 2011 e 2012.

Tal estudo foi desenvolvido para a compreensão dos motivos que levam o indivíduo a cometer tal ato contra crianças e os adolescentes, e também conscientizar a população das conseqüências de não denunciar a ocorrência de tais atos.

Tem-se como objetivo desta pesquisa relatar os direitos da criança e do adolescente, como a incidência desses abusos cometidos contra os menores, que na maioria das vezes são praticados por pessoas do âmbito familiar, pois é notório que cresce a cada dia o número de crianças que sofrem violência sexual, sendo o agressor aquele que deveria ser o se provedor e garantir sua proteção.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (PAE KIM, 2010, p.43)

Influenciando assim de forma negativa na estrutura psicológica e social dessa criança.

Vulnerável segundo Andreucci (2010, p.345) ”significa frágil, com poucas defesas, indicando a condição daquela pessoa que se encontra suscetível ou fragilizada numa determinada circunstância. ”

Sabe-se que a sociedade em sua maioria tem conhecimento dos abusos sexuais cometidos contra os menores, diferentemente dos próprios familiares que muitas das vezes acobertam tais atrocidades. Com a finalidade de fazer algo para mudar essa triste realidade, tal assunto tem sido objeto de estudo não apenas da comunidade jurídica, mas também de outros profissionais como psicólogos e pedagogos, buscando atingir a sociedade como um todo para que estes se conscientizem que todos são responsáveis pelo bem estar das crianças e dos adolescentes, e que o silêncio não ajuda as vítimas em nada, mas apenas beneficia o agressor.

“O abuso sexual deixa a maioria das pessoas incomodadas. É triste pensar que adultos causem dor física e psicológica nas crianças para satisfazer seus próprios

desejos,especialmente quando esses adultos são amigos ou confiáveis membros da família.”(WALTON, 1994, p.12).

A pedofilia é considerada por especialistas como um transtorno de preferência sexual,também conhecido por parafilias. O agente busca a satisfação de seus desejos sexuais por meios impróprios.No caso do pedófilo,usando de crianças ou adolescentes.Não existe um consenso quanto ao modo de atuação do pedófilo,o que dificulta sua identificação e a conseqüente prevenção do crime sexual. (TRINDADE, BREIER, 2007, p82)

As agressões sexuais contra criança sempre existiram na maioria das civilizações.Entretanto,antigamente a sexualidade era considerada um tabu e havia pouca pesquisa a respeito desse tema. Atualmente,a situação de abuso sexual na infância tem recebido crescente atenção tanto dos meios de comunicação como do meio acadêmico.

Uma preferência sexual por crianças, usualmente de idade pré-puberal ou no início da puberdade. Alguns pedófilos são atraídos apenas por meninas, outros apenas por meninos e outros ainda estão interessados em ambos os sexos.A pedofilia raramente é identificada em mulheres.Contatos entre adultos e adolescentes sexualmente maduros são do mesmo sexo,mas não estão necessariamente associados à pedofilia. Um incidente isolado, especialmente se quem o comete é ele próprio um adolescente, não estabelece a presença da tendência persistente ou predominante requerida para o diagnóstico.Incluídos entre os pedófilos,entretanto,estão homens que mantêm uma preferência por parceiros sexuais adultos,mas que,por serem cronicamente frustrados em conseguir contatos apropriados,habitualmente volta-se para crianças como substitutos.Homens que molestam sexualmente seus próprios filhos pré-púberes, ocasionalmente seduzem outras crianças também,mas em qualquer caso seu comportamento é indicativo de pedofilia.

Sobre o agressor, os mesmos autores destacam que geralmente é homem, pai, padrasto, parente ou pessoa que tem proximidade ou afeição para com a vítima e é de sua confiança. O agressor tem freqüentemente em seu histórico de vida, situações de vitimização física ou sexual. “A relação de poder, dominação e opressão é o que move este agressor” (FORWARD; BUCK, 2005, p.19).

Com este objetivo em mente este trabalho teve início com o desenvolvimento do projeto de pesquisa que abordamos os objetivos gerais e específicos que traduzem de forma clara os benefícios que espera alcançar com a conclusão do trabalho,sendo que os referidos objetivos já foram relatados nas linhas anteriores.

Assim foi possível chegar não apenas há uma conclusão sob o assunto,mas alcançar números,fatos e experiências reais sobre esta questão.

2 OBSERVAÇÕES NO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERAVÉL

O termo “vulnerável” foi introduzido pela lei n.12.015/2009 ao tratar dos crimes sexuais contra vulnerável. Segundo essa alteração, o termo vulnerável limitou a abrangência indicando ser ele: a) pessoa menor de 14 anos,para os crimes de estupro,corrupção de menores e satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; b) pessoa menor de 18 anos,para o crime de favorecimento da prostituição outra forma de exploração sexual; c) pessoa que,por enfermidade ou deficiência mental,não tem o necessário discernimento para a prática do ato; d) pessoa que,por qualquer outra causa,não pode oferecer resistência.

O legislador considerou os menores de 14 anos como um grupo mais suscetível à violação de seus direitos sexuais. Assim, o novo artigo do crime de estupro de vulnerável em previsto no art.217-A com a seguinte redação:

Art.217-A Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14(catorze) anos: Pena- reclusão de 8(oito) à 15(quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem prática as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º (Vetado).

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena-reclusão de 10(dez) a 20(vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte: Pena-reclusão de 12(doze) a 30(trinta) anos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência,discriminação,exploração,violência,crueldade e opressão.(PAE KIM, 2010, p.43)

A proteção de crianças e adolescentes tem que ocorrer em todos os aspectos de sua vida garantindo assim, à saúde, educação, segurança e ajudando a progredir um país que quer ser grande, protegendo primeiramente quem ainda não cresceu.

“Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos. Lei nº 8.069/90 art.2 do ECA”. (BRASIL,2013, p.1043).

2.1 Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual

Entender as consequências do abuso sexual é um trabalho árduo e inseguro devido à falta de estudos longitudinais e à ausência de grupos de controle apropriados.

Portanto, antes de caracterizar a sintomatologia do abuso sexual infantil, faz necessário citar os fatores que influenciam o dano psicológico causado por essa experiência. Segundo Furniss (1993) e Knutson (1995), o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual varia de acordo com:

- A idade da criança no início do abuso sexual: não se sabe em qual idade há maior prejuízo;
- Duração do abuso: algumas evidências sugerem que maior duração produz consequências negativas;
- O grau de violência: uso de força pelo perpetrador resulta em consequências mais negativas tanto a curto como em longo prazo;
- A diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima: quanto maior a diferença, mais grave são as consequências.
- A ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social: nesses casos, o dano psicológico é agravado;

A idade e a maturidade fisiológica e psicológica da vítima determinam consequências variáveis. As seqüelas que as crianças pré-púberes apresentam dificultam sua evolução psicoafetiva e sexual, atrapalhando as identificações que possam ser construídas e impedem que à adolescência seja um período construtivo.

A maioria dos casos de abusos sexuais acontece dentro do próprio lar, no seio familiar, trazendo danos psicológicos por toda vida da criança, e com grandes possibilidades de trazer sérias consequências. As vítimas que sofrem tal abuso deveriam ter auxílio ou acompanhamento psicológico, os agressores, além de ser punido penalmente pelo crime,

também necessitam de acompanhamento e apoio psicológico, pois se encontram totalmente sem estrutura para se relacionarem socialmente. (FONSECA,2001).

3 METODOLOGIA

Nesta perspectiva, a pesquisa utilizada no presente estudo, caracterizou-se pela qualitativa, que recebe as seguintes definições:

A pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que busca aprofundar a análise, tanto quanto possível e não apenas conhecer os fatos de forma sumária, a partir de uma primeira aproximação. Trabalha basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no seu cotidiano, ou seja, com a expressão de sua cultura, o que inclui modo de vida, significados atribuídos, valores, sentimentos, linguagem, representações, práticas sociais (PRATES, 2003, p.52).

Tal pesquisa foi direcionada por livros, revistas, internet e artigos de leis que tratam desse assunto; Código Penal, Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, também houve um levantamento documental na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil, onde foram coletados dados referentes a abusos sexuais cometidos contra menor no período de 2011 e 2012 na cidade de Iturama, como também o grau de parentesco entre vítima e agressor e a quantidade atual de pessoas que cumprem pena por esse crime. Analisados os dados, foram elaborados os gráficos com o resultado. Desenvolvido o projeto de pesquisa que explica por meio do problema, da pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa dentre outros itens do estudo proposto.

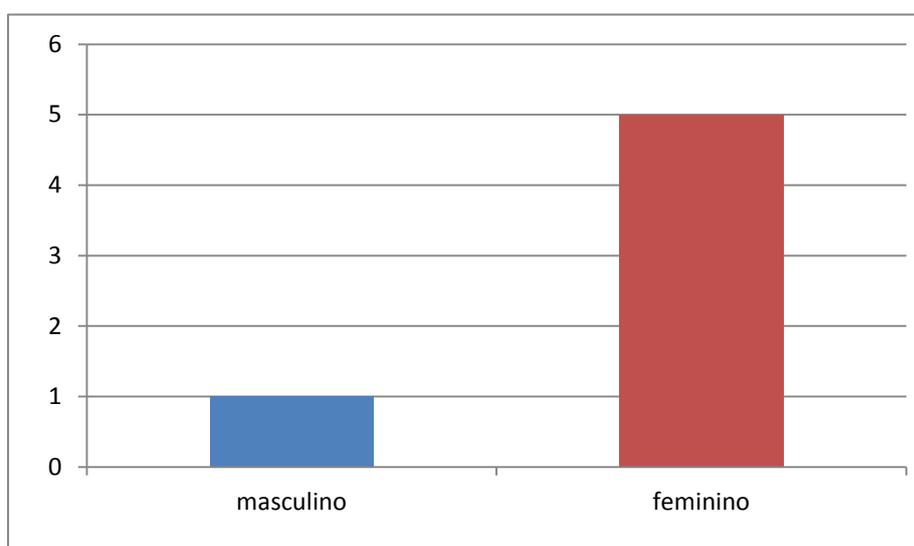
Tem-se que o grande problema que acompanhou todos os momentos de elaboração desta dissertação, especialmente a partir do momento em que se deu o início da etapa de coleta de dados caracterizou-se pelo seguinte questionamento: Quais as formas de enfrentamento das expressões da questão social adotadas pelas famílias de crianças e adolescentes vitimizadas pelo abuso sexual intrafamiliar a partir da inserção no serviço de enfrentamento à violência, ao abuso e a exploração sexual contra menores?

Diante disso, compreender o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar, assim como as demais expressões da violência que vitimizam crianças e adolescentes, requer entender que a violência que determina as demais formas de suas manifestações, é a violência causada pelas mutações da sociedade e que, no presente, trazem a marca do individualismo moderno. (LEAL; CÉSAR, 1998).

4 RESULTADOS

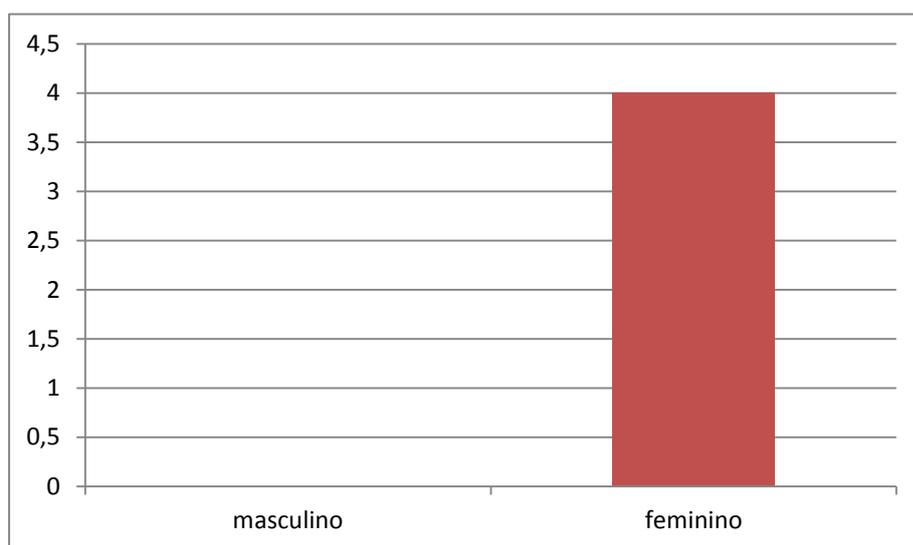
Análise documental realizada a partir do relatório do sistema de acompanhamento qualitativo/2011 e 2012 do serviço prestado as vítimas de violência e exploração sexual da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Iturama-MG, contribuiu para os seguintes dados:

Gráfico1-Ocorrências de violência sexual contra menores em Iturama-MG 2011



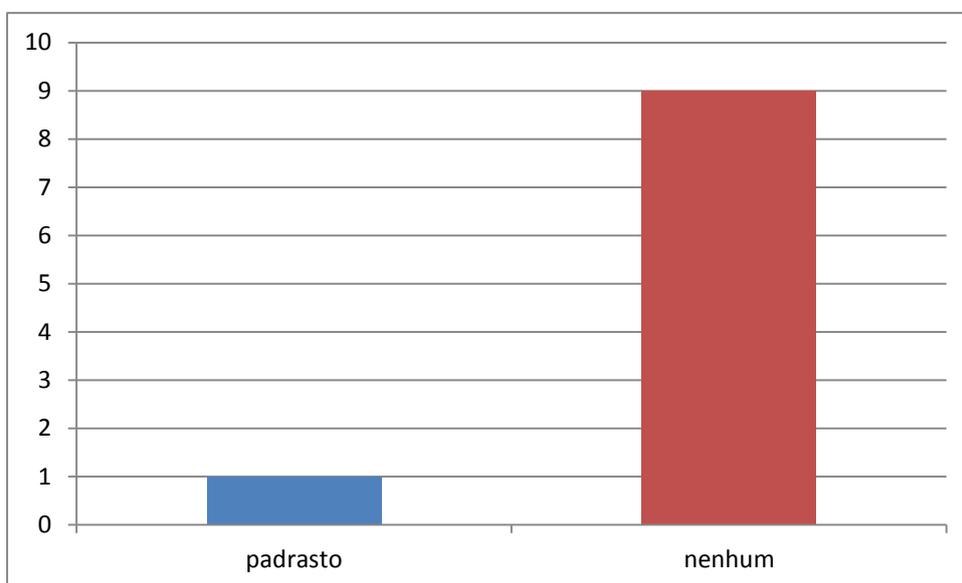
Fonte: 4ª Delegacia Regional de Polícia de Iturama-MG

Gráfico2- Ocorrências de violência sexual contra menores em Iturama-MG 2012



Fonte: 4ª Delegacia Regional de Polícia de Iturama-MG

Gráfico3- Grau de parentesco entre as vítimas e o agressor



Fonte: 4ª Delegacia Regional de Polícia de Iturama-MG

Gráfico4- Quantidade atual de presos por violência sexual contra menor: Nenhum



Fonte: 4ª Delegacia Regional de Polícia de Iturama-MG.

O motivo de não ter presos por crimes de violência sexual contra menor, praticados nos anos de 2011 e 2012 em Iturama- MG, pode estar relacionado ao fato de não ter havido prisão em flagrante delito ou, o mais provável, por não terem sido julgados ainda (processos em tramitação, devido ao prazo).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, ressaltou mais uma vez que o abuso sexual contra menor é uma problemática histórica que invade e prejudica a vida destes sujeitos. Isto ocorre por não serem reconhecidos como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de crescimento e desenvolvimento e que por isso precisam ser cuidadas e protegidas com prioridade absoluta, seja por parte da família, do Estado e da sociedade civil, o que legalmente foi possível a partir da Constituição Federal de 1998 e mais especificamente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Por se manifestar na vida de milhares de crianças e adolescente e assumir características semelhantes e ao mesmo tempo distintas, o abuso sexual intrafamiliar traduz-se por um fenômeno muito difícil de ser entendido e explicado, visto ser uma problemática multifacetada em que vários fatores podem contribuir diretamente ou indiretamente para sua manifestação.

Deste modo, romper com os pactos de silêncio que encobrem as situações de abuso sexual é uma das questões cruciais na tentativa de cessar tamanha violência. Denunciar é o primeiro e decisivo passo, sem o qual nada pode ser feito.

A denúncia e a notificação permitem a elucidação de um crime e a responsabilização de seu autor, bem como a proteção e defesa das pessoas envolvidas na situação, principalmente a criança vítima. Isso implica pessoas dispostas a correr riscos e a contribuir

para o desmonte desses pactos de silêncio que alimentam a impunidade e criam um circo vicioso expondo a vítima a continuar a ser abusada por tempo indefinido.

Questiona-se, no entanto, por que depois de tanto tempo, com avanços obtidos principalmente no campo legal, em que crianças e adolescentes passam da condição de anulação e se constituem enquanto sujeitos de direitos como os demais, tantas crianças e adolescente ainda continuam sendo vítimas das mais perversas formas de violência e conseqüentemente são anuladas em sua condição de ser social e passam ao estado de “coisas”?

Uma resposta difícil de ser dada, mas que vale a pena ser refletida diante dos vários aspectos que ao longo deste estudo foram discutidas e que ao final muitas se confirmaram a partir dos resultados da pesquisa apresentados.

REFERÊNCIAS

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de Direito Penal. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 134.
- BRASIL. VADE MECUM: Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. 10º ed. 13
- _____. VADE MECUM. Obra Coletiva de autoria da Editora Saraiva com a Colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Voz dos Santos Windt e Livia Cespedes. 9º. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FONSECA, Antônio César Lima da. Crimes contra a criança e o adolescente. Ed. 7. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.
- FURNISS, T. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar- manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- KNUTSON, J.F. Características psicológicas de crianças maltradas. fatores de risco putativos e consequências. Revisão anual de psicologia, 1995.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatutos da criança e do adolescente, 5º ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.
- PAE KIM, Richard. Pedofilia. ed. XIV. Revista Jurídica Consulex, 2010.
- PRATES, Jane. O planejamento da pesquisa. Revista Temporalis. nº 7. Porto Alegre. ABEPSS, 2003.
- TRINDADE, Jorge; BREIER, Ricardo. PEDOFILIA-ASPECTOS PSICOLÓGICOS EPENAI, Editora Livraria do Advogado, 2007.
- WATSON. K. Substituir os prestadores de cuidados: Ajudar abusadas e negligenciadas, Washington, DC: Centro Nacional de Abuso e Negligência de crianças, 1994.